

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HELENA ANTIPOFF

CDPHA



BOLETIM DO CDPHA

Número 28

APOIO:



Belo Horizonte, MG

2018

Ficha catalográfica:

Boletim do CDPHA / Centro de Documentação e Pesquisa
Helena Antipoff – N. 28(2018).
Belo Horizonte: CDPHA, 1981-

Anual
ISSN 1806-1931

1. Educação – Periódicos. 2. Psicologia – Periódicos
Pesquisas. I. Centro de Documentação e Pesquisa Helena
Antipoff.

CDD 370

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HELENA
ANTIPOFF
CDPHA**

Diretoria 2018-2020

PRESIDENTE

Regina Helena de Freitas Campos

VICE-PRESIDENTES

Wanderson Sousa Cleres

(Fundação Helena Antipoff)

Maria do Carmo Coutinho de Moraes

(Associação Pestalozzi de Minas Gerais)

Sílvia Maria Medeiros Magalhães

(ACORDA – Associação Comunitária do Rosário)

Filomena de Fátima Silva

(ADAV – Associação Milton Campos para o Desenvolvimento e
Assistência a Vocações de Bem Dotados)

DIRETORIA TÉCNICA

Adriana Araújo Pereira Borges

Adriana Otoni Silva Antunes Duarte

Christiane Souza Martins

Deolinda Armani Turci

Miriam Aparecida de Brito Nonato

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Carlyle dos Passos Laia

Maria das Graças Ferreira Coimbra

Raquel Martins de Assis

Pedro Henrique Oliveira Guimarães

DIRETORIA FINANCEIRA

Carla Andrea Teixeira Dias Camargos

Delba Teixeira Rodrigues Barros

Fernanda Flaviana de Souza Martins

Luis Flávio Silva Couto
Riviane Borghesi Bravo

CONSELHO FISCAL

Titulares

Cecília Andrade Antipoff
Elizabeth Dias Munaier Lages
Maria de Fátima Pio Cassemiro

Suplentes

Elizabeth Coutinho de Moraes
Rita de Cássia Vieira
Sônia Vieira Coelho

CONSELHO CONSULTIVO

Ana Maria Milagres Belo Francisco
Adriana Cláudia Drumond
Camila Jardim de Meira
Bruna Cristina da Silva Hudson
Esther Augusta Nunes Barbosa

COORDENADORES REGIONAIS

Marilene Oliveira Almeida (FHA)
Erika Lourenço (UFMG)

Contato:

Sala Helena Antipoff
Biblioteca Central – Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Antônio Carlos, 667 – Campus Pampulha
31270-901 Belo Horizonte (MG)

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HELENA
ANTIPOFF CDPHA**

Boletim do CDPHA

COMISSÃO EDITORIAL

Regina Helena de Freitas Campos
Erika Lourenço
Raquel Martins de Assis

COMISSÃO ORGANIZADORA

Regina Helena de Freitas Campos
Adriana Araújo Pereira Borges
Cláudia Cardoso Martins
Maria Luíza Magalhães Nogueira
Erika Lourenço
Raquel Martins de Assis
Marilene Oliveira Almeida

COMISSÃO CIENTÍFICA

Erika Lourenço (UFMG – Coordenadora)
Raquel Martins de Assis (UFMG – Coordenadora)
Adriana Drumond (UEMG)
Ana Amélia Cardoso (UFMG)
Adriano Henrique Nuernberg (UFSC)
Carolina Bandeira de Melo (Hospital Odilon Behrens/MG)
Cecília Antipoff (UNA/BH)
Cristina Lhullier (Universidade de Caxias do Sul)
Cristiana Facchinetti (FIOCRUZ/RJ)
Daniela Leal (Centro Universitário Moura Lacerda/SP)
Deolinda Armani Turci (Faculdade Pitágoras BH/MG)
Laurent Gutierrez (Université Paris 13 (Nanterre)/FR)
Márcia Denise Pletsch (UFRRJ)
Marina Massimi (USP-RP)
Martine Ruchat (Universidade de Genebra/Suíça)
Mitsuko Aparecida Makino Antunes (PUC-SP)

Renato Diniz Silveira (PUC-MG)
Renato Tocantins Sampaio (UFMG)
Rodrigo Lopes de Miranda (UCDB/MS)
Terezinha Cristina Rocha (UFMG)
Viviane Verdu Rico (UFMG)
Sérgio Dias Cirino (UFMG)
Stela Rodrigues (PUC-MG)
Sílvia Parrat Dayan (Universidade de Genebra/Suíça)

SUMÁRIO

Apresentação	9
Programação do XXXVI Encontro Anual Helena Antipoff e II Colóquio de Pesquisa e Intervenção em Transtorno do Espectro do Autismo	19
Resumos das conferências.....	45
Resumos das mesas-redondas.....	59
Resumos dos mini-cursos.....	87
Exposição “Kátia Santana”.....	97
Apresentação teatral – Monólogo “Camille Claudel”.....	99
Resumos das sessões coordenadas.....	101
Assuntos do CDPHA.....	345
Arquivos UFMG de História da Psicologia no Brasil	355
The UFMG Archives of the History of Psychology in Brazil.....	371
Boletim do CDPHA – Instruções para os autores.....	389
Índice remissivo	395

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que apresentamos aos colegas o **Boletim do CDPHA** nº 28, contendo a programação do XXXVI Encontro Anual Helena Antipoff e II Colóquio de Pesquisa e Intervenção em Transtorno do Espectro do Autismo, que será realizado de 23 a 26 de abril de 2018 no Campus da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte – MG e na Fundação Helena Antipoff, em Ibitaré, Minas Gerais. O Colóquio é promovido pelo Laboratório de Estudo e Extensão sobre o Transtorno de Espectro do Autismo (LEAD), sediado no Departamento de Psicologia da UFMG, sob a coordenação das professoras Cláudia Cardoso Martins e Maria Luísa Nogueira.

Nossos Encontros Anuais Helena Antipoff ocorrem regularmente há 36 anos. A longevidade do evento é motivo de orgulho para o Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA), principal entidade promotora, que desde sua criação, em 1979, tem se dedicado à preservação do acervo documental e bibliográfico e à divulgação da obra da psicóloga e educadora russo-brasileira Helena Antipoff (1892-1974).

O acervo Antipoff é preservado em dois locais. Na Sala Helena Antipoff, localizada no quarto andar da Biblioteca Central da UFMG, constitui Coleção Especial mantida através de convênio entre o CDPHA, a UFMG e a Fundação Estadual Helena Antipoff, disponível para a consulta de estudantes e pesquisadores de todo

país e do exterior. Outra parte está guardada no Memorial Helena Antipoff, em Ibitaré, MG, onde Antipoff viveu e trabalhou até o seu falecimento, em 1974.

O acervo conta com vasta documentação, permitindo aos pesquisadores acesso a uma diversidade de temas trabalhados por Helena Antipoff e seus colaboradores através de décadas: educação especial, educação rural, políticas públicas, gestão dos processos educacionais, formação de professores, dentre outros, com impacto importante na história da educação brasileira e suas conexões internacionais. Pesquisadores, professores e estudantes vinculados ao CDPHA participam dos programas de pós-graduação na UFMG, na Faculdade de Educação e na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, e dos cursos superiores oferecidos pela Universidade do Estado de Minas Gerais na área da educação no campus situado na Fundação Helena Antipoff, em Ibitaré, Minas Gerais, e na Escola de Artes Guignard. Dedicam-se também à pesquisa sobre a história e desenvolvimentos atuais da psicologia e das ciências da educação, em especial da psicologia educacional, psicologia e educação especial, psicologia e educação de crianças e adolescentes em situação de risco psicossocial e outras temáticas relevantes no campo das ciências da educação.

Os Encontros Anuais vêm acontecendo em parcerias entre a UFMG, a Fundação Helena Antipoff e as demais entidades criadas por Helena Antipoff, como a Associação Pestalozzi de Minas Gerais, a ADAV (Associação Milton Campos para o Desenvolvimento de

Vocações de Bem-dotados) e a ACORDA (Associação Comunitária do Rosário). Tendo em vista a relevância do legado de Helena Antipoff para a história da psicologia, a Sociedade Brasileira de História da Psicologia tem apoiado o evento. Pesquisadores vinculados ao Grupo de Trabalho em História da Psicologia da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia) e à Rede Iberoamericana de Pesquisadores em História da Psicologia participam regularmente dos Encontros. Contamos também com o apoio da Universidade do Estado de Minas Gerais, Campus Ibirité.

Importante relatar que o LAPED, Laboratório de Psicologia da Educação da Faculdade de Educação da UFMG, do qual participam pesquisadores do CDPHA, ampliou sua área de atuação a partir da entrada de novos participantes docentes da área da Educação Especial e Inclusiva, como as professoras Adriana Araújo Pereira Borges e Mônica Rahme. Passou então a ser nomeado LAPPEEI, Laboratório de Psicologia, Psicanálise, Educação Especial e Inclusão. O LAPPEEI tem estabelecido parcerias com o LEAD, e por esse motivo, a presente edição do Encontro Antipoff está sendo realizada em associação com o II Colóquio Pesquisa e Intervenção no Transtorno do Espectro do Autismo.

Assim, considerando a relevante contribuição de Helena Antipoff à área da Educação Especial e Inclusiva, o aprofundamento do ensino e da pesquisa nessas áreas por pesquisadores do CDPHA e do LAPPEEI, e a parceria com o LEAD, o tema escolhido para este XXXVI Encontro Anual é **DA ORTOPEDIA MENTAL À EDUCAÇÃO**

INCLUSIVA. Pretendemos reunir professores, pesquisadores e estudantes de graduação e de pós-graduação que têm se dedicado ao debate sobre a educação especial e inclusão escolar.

O tema escolhido para 2018 faz menção a um texto clássico da história da psiquiatria mineira de autoria de nosso colega Oscar Cirino (1986), intitulado “Da ortopedia mental aos meninos de Barbacena”. Nele, o autor discute a importância do grupo formado por Helena Antipoff na luta por tratamentos e assistência, tanto médica quanto escolar, para as crianças com deficiência ou em situação de risco psicossocial na primeira metade do século 20. O cenário da época permitiu que no ano de 1949 fosse inaugurado em Belo Horizonte o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil, atual CEPAI (Centro Psíquico da Infância e da Adolescência). O Hospital contava ainda com uma escola anexa, que recebia alunos com deficiência. Muitas das crianças internadas no hospital eram crianças com o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA).

Durante o evento, será lançado o livro organizado pelas professoras Adriana A. P. Borges e Maria Luísa Nogueira, intitulado: “Toda criança pode aprender: o aluno com autismo na escola”, que faz parte da coleção **Toda criança pode aprender**, organizada pelas professoras Adriana A. P. Borges e Regina Helena de Freitas Campos e editado pela Editora Mercado de Letras. A coleção terá títulos dedicados a propostas educacionais relacionadas a diferentes tipos de deficiências. Esses livros servirão de apoio para professores de ensino fundamental nas áreas da educação especial e inclusiva, uma

vez que, na atualidade, a educação inclusiva permitiu o acesso das crianças com deficiência às classes e escolas comuns. No entanto, a plena realização do direito à educação para esse público ainda é um desafio para os profissionais da educação, pois implica no exercício cotidiano do respeito às diferenças, e no desenvolvimento de procedimentos e práticas educativas que promovam a inclusão. Por isso a necessidade de discutir amplamente o tema, provocar o debate, permitir a divulgação de pesquisas sobre a questão da inclusão para professores, pesquisadores e estudantes interessados. Assim, o evento pretende oferecer oportunidade para o aprofundamento dos debates sobre a história da psiquiatria infantil em Minas Gerais, o papel da psicologia na constituição deste campo, as relações entre educação especial e tratamento, do início do século 20 aos dias de hoje. Esperamos que o evento possa contribuir para promover e ampliar a reflexão sobre as complexas relações que se observam entre as ciências psicológicas e a educação na atualidade.

O evento servirá também para consolidar o LAPPEEI como grupo de referência na Faculdade de Educação da UFMG no tema da Educação Especial e da Inclusão Escolar, e reafirmar seu compromisso com a psicologia. A importância do CDPHA para a história da psicologia e da educação especial no Brasil já é amplamente reconhecida. O CDPHA possui um dos principais arquivos de fontes documentais existentes no Brasil sobre o desenvolvimento da área da psicologia do excepcional e da educação especial e inclusiva entre nós. Documentos, protocolos de pesquisa,

cartas, ofícios, jornais e fotografias, guardam parte importante da história da educação especial brasileira, e de suas conexões com outros centros relevantes de ensino e pesquisa em psicologia, educação e educação especial situados em outros países como a França, Suíça, Estados Unidos e Rússia. Helena Antipoff pode ser considerada a grande pioneira do campo no Brasil. Pesquisa recentemente iniciada sobre a genealogia da educação especial no Brasil evidencia a centralidade do nome de Antipoff como formadora de professores para a educação especial. Educadores de diversas partes do país e da América Latina fizeram sua formação em Ibitaré, na Fazenda do Rosário, entre os anos de 1940 e 1970. Esta centralidade de Minas Gerais como lócus privilegiado na formação de professores para a educação especial merece ser recuperada enquanto história, mas também como futuro, no sentido de que os pesquisadores que integram o CDPHA são de certa forma herdeiros de uma tradição iniciada com a chegada de Antipoff em terras mineiras, no ano de 1929.

Neste evento de 2018 estarão conosco convidados brasileiros e estrangeiros, compartilhando sua experiência na pesquisa sobre a história da psicologia e das ciências da educação, e sobre questões contemporâneas nas áreas da educação especial e inclusiva. Agradecemos de antemão as presenças dos historiadores da psicologia e das ciências da educação, professores Marina Massimi, da Universidade de São Paulo, Mitusuko Antunes, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e Carlos Monarcha, da

Universidade Estadual Paulista. Entre os especialistas na área da educação especial e inclusiva destacam-se os professores Giácomo Vivanti, do AJ Drexel Autism Institute; Carlo Schmidt, da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul e Márcia Denise Pletsch, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Teremos também exposição de trabalhos artísticos feitos pela artista plástica Kátia Santana e a apresentação do monólogo “Camille Claudel”, por Ivana Andrés, abordando aspectos da experiência humana com transtornos mentais.

Nas sessões coordenadas serão apresentados cerca de 90 trabalhos de pesquisa sobre questões históricas e atuais em psicologia e ciências da educação, sobre práticas e experiências em educação especial e inclusiva, e sobre questões relacionadas ao transtorno de espectro do autismo.

Desejando boas vindas aos/às participantes, agradecemos a presença de todos/as.

A Comissão Organizadora:
Regina Helena de Freitas Campos
Adriana Araújo Pereira Borges
Cláudia Cardoso Martins
Maria Luíza Magalhães Nogueira
Erika Lourenço
Raquel Martins de Assis
Marilene Oliveira Almeida

**XXXVI ENCONTRO ANUAL HELENA ANTIPOFF
E
II COLÓQUIO DE PESQUISA E INTERVENÇÃO EM
TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO**

Faculdade de Educação da UFMG
Fundação Helena Antipoff
23 a 26 de abril de 2018

**Tema Geral
DA ORTOPEDIA MENTAL À EDUCAÇÃO INCLUSIVA: HISTÓRIA
E ATUALIDADE**

Promoção

Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA)
Fundação Helena Antipoff (FHA)
Faculdade de Educação da UFMG

Apoio

Associação da Síndrome de Asperger e Transtorno do Espectro do Autismo
(ASA-TEIA)
Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Faculdade de Educação (UFMG)
Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG)
Fundação Helena Antipoff (FHA)
Laboratório de Estudo e Extensão em Autismo e Desenvolvimento
(LEAD/UFMG)
Laboratório de Pesquisa e Ensino em História da Psicologia (UFMG)
Laboratório de Psicologia e Educação Especial e Inclusiva (LAPEEI/UFMG)
Sociedade Brasileira de História da Psicologia (SBHP)
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)



PROGRAMAÇÃO

DIA 23/04/2018

Horário	FAE/UFMG
8:00-17:00	Credenciamento e inscrições
8:00-12:00	Mini-cursos * Local: será divulgado no credenciamento
12:00-13:00	Almoço
13:00-14:00	<p>Cerimônia de abertura Coord.: Regina Helena de Freitas Campos (UFMG) - Presidente do CDPHA Wanderson Sousa Cleres (Presidente da Fundação Helena Antipoff) Maria do Carmo Coutinho de Moraes (Diretora da Associação Pestalozzi de Minas Gerais) Filomena de Fátima da Silva (ADAV) Eliana de Oliveira (ACORDA) Cláudia Cardoso Martins (LEAD) Adriana Araújo Pereira Borges (LAPPEEI-FAE/UFMG) Tatiana Maciel Gontijo de Carvalho (Diretoria Unid. Ibirité - UEMG)</p> <p>Local: Auditório Neidson Rodrigues</p>

<p>14:00-15:00</p>	<p>Conferência de abertura: Da ortopedia mental à educação inclusiva Oscar Cirino (FHEMIG) Coord.: Terezinha Cristina da Costa Rocha</p> <p>Local: Auditório Neidson Rodrigues</p>
<p>15:00-16:30</p>	<p>Mesa-redonda: Educação especial e educação inclusiva: história e atualidade Márcia Denise Pletsch (UFRRJ) Adriana Araújo Pereira Borges (LAPPEEI-FAE/UFMG) Maria Luisa M. Nogueira (FAFICH/UFMG)</p> <p>Local: Auditório Neidson Rodrigues</p>
<p>15:00-16:30</p>	<p>Mesa-redonda: Arte e educação: proposições de inclusão Thereza Christina Portes Ribeiro de Oliveira (UEMG - Escola Guignard/UNDIÓ) Lívia Arnaut (Instituto Casa Viva) Ivana Andrés (Instituto Maria Helena Andrés) Jardel Sander da Silva (FaE/UFMG) Coord.: Marilene de Oliveira Almeida (Escola Guignard/UEMG)</p> <p>Local: Auditório Luís Pompeu</p>
<p>16:30-17:00</p>	<p>Coffebreak</p>

<p>17:00-18:00</p>	<p>Conferência: Preservação de acervos: uma contribuição à história da psicologia e da educação especial Marina Massimi (USP/SP) Coord.: Raquel Martins Assis (UFMG)</p> <p>Local: Auditório Luís Pompeu</p>
<p>18:00-19:00</p>	<p>Coquetel - Lançamento do livro: “Toda criança pode aprender: o aluno com autismo na escola” - Editora Mercado de Letras</p> <p>Local: Saguão externo do Auditório Neidson Rodrigues</p>
<p>18:00-19:00</p>	<p>Inauguração de Exposição: “Helena Antipoff e a história da psicologia e da educação no Brasil”</p> <p>Inauguração da Exposição: “Kátia Santana” Curadoria: Ivana Andrés</p> <p>Local: Saguão externo do Auditório Luís Pompeu</p>
<p>19:00</p>	<p>Apresentação teatral - Monólogo: “Camille Claudel” Ivana Andrés</p> <p>Local: Auditório Luís Pompeu</p>

DIA 24/04/2018

Horário	FAE/UFMG
08:00-9:30	<p>Conferência: Maternidade atípica Andréa Werner – Lagarta Vira Pupa Coord.: Adriana Araújo Pereira Borges (LAPPEEI- FAE/UFMG) e Maria Luísa M. Nogueira (FAFICH/UFMG)</p> <p>Local: Auditório Neidson Rodrigues</p>
8:00-12:00	<p>Sessões coordenadas</p> <p>Local: ver na programação das sessões coordenadas</p>
9:30-10:00	<p>Coffebreak</p>
10:00-12:00	<p>Mesa-redonda: Escolarização de crianças com autismo: recursos para inclusão Danielle Cristine Borges Piuzana Barbosa (LINK Psicologia) Daniele Nunes Henrique Silva (UnB) Mônica Maria Farid Rahme (FAE/UFMG)</p> <p>Local: Auditório Neidson Rodrigues</p>
12:00-13:00	<p>Almoço</p>

<p>13:00-14:30</p>	<p>Conferência: As pesquisas atuais sobre autismo Carlo Schmidt (UFSM) Coord.: Sérgio Dias Cirino (FAFICH/UFMG)</p> <p>Local: Auditório Neidson Rodrigues</p>
<p>14:30-16:00</p>	<p>Mesa-redonda: A linguagem e o aparelho sensório no autismo: intervenções na sala de aula Patrícia Ferreira Reis Ana Amélia Cardoso</p> <p>Local: Auditório Neidson Rodrigues</p>
<p>14:30-16:00</p>	<p>Conferência: O movimento pedológico em âmbito internacional e brasileiro Carlos Roberto da Silva Monarcha (Universidade Estadual Paulista - Araraquara) Coord.: Arthur Arruda Leal Ferreira (UFRJ)</p> <p>Local: Auditório Luís Pompeu</p>
<p>16:00-16:30</p>	<p>Coffebreak</p>
<p>16:30-18:30</p>	<p>Sessões coordenadas</p> <p>Local: ver na programação das sessões coordenadas</p>

DIA 25/04/2018

Horário	FAE/UFMG
8:00-10:00	Sessões coordenadas Local: ver na programação das sessões coordenadas
09:00-11:00	Mesa-redonda: Educação inclusiva nos diferentes níveis de ensino Adriana Valladão (NAI/UFMG) Katuscia Cristina Vargas (UFJF) Adriana Leister Local: Auditório Neidson Rodrigues
09:00-11:00	Mesa-redonda: Escola Ativa: perspectivas teórico-práticas para uma pedagogia antipoffiana Adriana Otoni Silva Antunes Duarte (UFMG) Maria de Fátima Pio Cassemiro (UFMG) Marilene de Oliveira Almeida (Escola Guignard/UEMG) Coord.: Camila Jardim de Meira (UFMG e UEMG/Unidade Ibirité) Local: Auditório Luís Pompeu
11:00-12:00	Assembleia do CDPHA e da SBHP

11:00-12:00	<p>Roda de conversa: Jovens com TEA, um diálogo sobre a escolarização</p> <p>Local: Auditório Neidson Rodrigues</p>
12:00-13:00	<p>Almoço</p>
13:00-14:30	<p>Mesa-Redonda: As contribuições das neurociências para o autismo Stela Rodrigues (PUCMINAS) Marcia Goretti (CEFET-MG)</p> <p>Local: Auditório Neidson Rodrigues</p>
14:00-16:00	<p>Mesa-redonda: Psicologia e educação especial: histórias do passado e do presente Erika Lourenço (FAFICH/UFMG) Raquel Martins Assis (FAE/UFMG) Daniela Leal (Universidade Moura Lacerda,SP) Renato Diniz Silveira (PUC-MG)</p> <p>Local: Auditório Neidson Rodrigues</p>
16:00-16:30	<p>Coffebreak</p>
17:00-18:00	<p>Conferência: Early learning and early intervention for children with ASD: from research to implementation Giàcomo Vivanti (AJ DREXEL AUTISM INSTITUTE) Drexel University ESDM Model</p> <p>Local: Auditório Neidson Rodrigues</p>

DIA 26/04/2018

Horário	FAE/UFMG
08:00-9:00	Conferência: Por que estudar história? Implicações teóricas e práticas para uma efetiva inclusão Mitsuko Aparecida Makino Antunes (PUC/SP) Local: Auditório Neidson Rodrigues
Horário	Fundação Helena Antipoff/ UEMG-Unidade Ibitaré
10:00-12:00	Conferência: A educação inclusiva e seus desafios atuais Márcia Denise Pletsch Coord.: Marilene de Oliveira Almeida (Escola Guignard/UEMG)
12:00-13:00	Almoço
13:00	Visita ao Memorial Helena Antipoff

* MINICURSOS
A escrita e o texto na pós graduação Robson Nascimento Cruz (PUC-MG)
Produção de material didático para sala de recursos Luciana C. A. Pacheco – AEE PBH
Integração sensorial no TEA Ana Amélia Gomes (EFFTO/UFMG)
TEA e apraxia da fala Letícia Silva – Fonoaudióloga
Poéticas e movimento Anamaria Fernandes Viana (EBA/UFMG)
Os direitos da pessoa com TEA Cynthia Prata Abi-Habib (ASA/TEA)
Desenvolvimento motor e TEA Simara Regina de Oliveira Ribeiro (EFFTO/UFMG)
A brincadeira na perspectiva histórico cultural no TEA Maria Angélica da Silva (UnB)
TEA Recursos para Inclusão escolar Mariana Viana Gonzaga
Recursos diagnósticos no TEA Equipe Link Psicologia

SESSÕES COORDENADAS

DIA 24/04/2018

08:00-10:00

SESSÃO COORDENADA 1

Eixo: História da psicologia e das ciências da educação

Sala: 402 (FAE) – **Coordenador(a):** Luiz Eduardo Prado da Fonseca

Ana Camila Marcelo, Jéssica de Sousa França, Lais Finotto, Roberta Francielli de S.Rohden, Renan da Cunha Soares Junior e Heloisa Bruna Freire e Rodrigo Lopes Miranda	<i>GREY LITERATURE</i> E HISTÓRIA DA PSICOLOGIA: ARQUIVOS REINIER ROZESTRATEN
William Pereira Penna	UMA HISTÓRIA DA ARTICULAÇÃO DA PSICOLOGIA BRASILEIRA COM AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA VIDA E OBRA DE NEUSA SANTOS SOUZA
Fernando de Melo Machado	LIMA BARRETO E A CONSTUIÇÃO DA MEDICINA MENTAL NO BRASIL: UM PERCURSO ATRAVÉS DE DIFERENTES NARRATIVAS SOBRE ALCOOLISMO E LOUCURA
Luiz Eduardo Prado da Fonseca	“UMA CIÊNCIA DOS FENÔMENOS SUBJETIVOS”: PARA COMPREENDER O DISCRIMINACIONISMO AFETIVO DE WACLAW RADECKI
Sergio Farnese	ANTISSEMITISMO HEIDEGGERIANO: UMA PEDRA NO CAMINHO DA PSICOLOGIA

SESSÃO COORDENADA 2

Eixo: Formação de educadores e de psicólogos

Sala: 415 (FAE) - **Coordenador(a):** Deolinda Armani Turci

Deolinda Armani Turci, Sérgio Dias Cirino e Erika Lourenço	A INCLUSÃO DA MODALIDADE LICENCIATURA NA REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE PSICÓLOGOS NO BRASIL EM 1962: UMA HISTÓRIA A PARTIR DOS DOCUMENTOS
Douglas Tomácio, Joelma Silva Andrade e Maria Michelle Fernandes Alves	MEMORIAL DE ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA: REPENSANDO A COMPLEXIDADE DO ESPAÇO ESCOLAR A PARTIR DA PRÓPRIA TRAJETÓRIA ESCOLAR
Isael de Jesus Sena e Marcelo Ricardo Pereira	O “PREÇO” E O “DESPREÇO” PELO ALUNO <i>HANDICAPÉ</i> NA “INDÚSTRIA DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS”
Renata Patricia Forain de Valentim	A PSICOLOGIA NOS PROGRAMAS DA ESCOLA NORMAL DO DISTRITO FEDERAL
Rodolfo Luís Leite Batista, Daianne Fátima Silva Anselmo, Máisa Barbosa Dutra e Maristela Campos de Almeida	ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS COMO ESTRATÉGIA PARA O ENSINO DE PSICOLOGIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
Adriana Araújo Pereira Borges, Tânia Aretuza Ambrizi Gebara e Terezinha Cristina da Costa Rocha	EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UM DIÁLOGO ENTRE A ESCOLA E A UNIVERSIDADE

DIA 24/04/2018

10:00-12:00

SESSÃO COORDENADA 3

Eixo: História da psicologia e das ciências da educação
Sala: 415 (FAE) - **Coordenador(a):** Riviane Borghesi Bravo

Riviane Borghesi Bravo e Raquel Martins de Assis	O USO DA EXPERIMENTAÇÃO NATURAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: APROPRIAÇÕES DE HELENA ANTIPOFF
Daniel Borges Rodrigues da Silva	HELENA ANTIPOFF: “UMA HISTÓRIA DEMOCRÁTICA”
Cassiano Bitencourt Oliveira e Nilson de Matos Silva	O ENSINO DA MATEMÁTICA NO 2º CURSO RURAL FAZENDA DO ROSÁRIO – 1949
Camila Jardim de Meira, Fabiana Andreatta Raymundo e Regina Helena de Freitas Campos	PRÁTICAS DE LEITURA ESCRITA NO COMPLEXO EDUCACIONAL DA FAZENDA DO ROSÁRIO: UM MODO “ANTIPOFFIANO” DE LETRAR
Esther Augusta Nunes Barbosa e Adriana Araújo Pereira Borges	BOLETIM INFÂNCIA EXCEPCIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (1933-1979)
Sergio Farnese	D. ANTIPOFF, ANO 100

DIA 24/04/2018

16:30-18:30

SESSÃO COORDENADA 4

Eixo: Psicologia e educação

Sala: 01 (FAE) - **Coordenador(a):** César Rota Júnior

Janine Dantas Macedo, Letícia Feitosa Castro, Marcella Rebello Byrro, César Rota Júnior e Sérgio Dias Cirino	PERFIL DE CRIANÇAS COM QUEIXA ESCOLAR EM UM SERVIÇO-ESCOLA DE PSICOLOGIA
Larissa Marcolino Vanderlei	CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA O ENFRENTAMENTO DO FRACASSO ESCOLAR
Noory Lisias Oliveira e Diana Ramos-Oliveira	INTERVENÇÃO COGNITIVO MOTOR EM BEBÊS DE CRECHES PÚBLICAS DE PETRÓPOLIS
Bruna Apolinário da Silva e Thatiane Santos Ruas	REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS
Isabela Costa Dominici e Maria de Fátima Cardoso Gomes	VIVÊNCIAS DE BEBÊS E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

SESSÃO COORDENADA 5

Eixo: Psicologia e educação

Sala: 540 (FAE) - **Coordenador(a):** Isael de Jesus Sena

Isael de Jesus Sena, Marcelo Ricardo Pereira e Maria de Fátima Cardoso Gomes	A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA EDUCACIONAL E DO PSICÓLOGO ESCOLAR DO ISCED – UNON EM CABINDA-ANGOLA: AVANÇOS, PERSPECTIVAS E CONTROVERSAS
Pedro Henrique Oliveira Guimaraes	OS IDEAIS E INTERESSES DOS ALUNOS DO 6º ANO DE CARMO DO CAJURU, MINAS GERAIS
Jéssica Fraga dos Santos e Juliana Neves Martins	SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA A PRÁTICA DOCENTE
Luiz Humberto Souza Júnior, Ana Clara Santos Alves de Oliveira Freitas e Paulo Coelho Castelo Branco	EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO EM DISCENTES DE UMA UNIVERSIDADE INTERIORIZADA: UMA ANÁLISE FENOMENOLÓGICA
Jordelaine Nunes Carvalho Figueiredo, e Siuitel Fernandes de Castro	ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA EM ESCOLAS DO SEGMENTO DE 6º AO 9º ANOS DO MUNICÍPIO DE ITABIRA
Fernanda Mariana Silva Souza, Maria Gláucia Pires e FuadKyrillos Neto	TRANSFERÊNCIA: ATRAVESSAMENTOS E POSSIBILIDADES EM UMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

SESSÃO COORDENADA 6

Eixo: Práticas e experiências em educação
Sala: 402 (FAE) - **Coordenador(a):** Luana Resende Moreira

Luana Resende Moreira, Camilla Nogueira e Mônica Maria Farid Rahme	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS REDES REGULARES DE ENSINO
Juliana das Graças Gonçalves Gualberto	O QUE TENHO APRENDIDO COM BETO E ZITO: OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR PROFESSORA ALFABETIZADORA NO ATENDIMENTO A CRIANÇAS COM AUTISMO E PARALISIA CEREBRAL EM UMA TURMA DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Julinete Vieira da Fonseca Santos, Maira Gomes de Souza da Rocha e Márcia Denise Pletsch	CONDIÇÕES DA ESCOLARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA
Maria Aparecida Calixto Faria e Suzana dos Santos Gomes	EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: A ATUAÇÃO DO DOCENTE FLUENTE EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS EM SALAS BILÍNGUES EM UMA ESCOLA DO ENSINO REGULAR DE BELO HORIZONTE
Clarice Guimarães Rabello e Tânia Aretuza Ambrizi Gebara	INCLUSÃO ESCOLAR E INFÂNCIA: A EXPERIÊNCIA DE UMA GRADUANDA NO PROJETO IMERSÃO DOCENTE DO CENTRO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL DA UFMG

SESSÃO COORDENADA 7

Eixo: Práticas e experiências em educação

Sala: 421 (FAE) - **Coordenador(a):** João Paulo Lisboa Nanô

Daniela Nicolisky e Pedro Teixeira Castilho	O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO EJA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA JUVENTUDE (CRJ) DE BH: A SUBJETIVIDADE DOS JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA
Isabela Carolina Faria de Oliveira, Camila Camillozzi Alves Costa de Albuquerque Araújo, Elania de Oliveira e Maria Carolina da Silva Caldeira	INCLUSÃO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL: COMPREENDENDO OS DESAFIOS PARA O COTIDIANO ESCOLAR
João Paulo Lisboa Nanô, Otavio Henrique Ferreira da Silva e Daniel Borges Rodrigues da Silva	O PROTAGONISMO ESTUDANTIL E A VIVÊNCIA DA CIDADANIA COMO UM ANTÍDOTO PARA UM CENÁRIO POLÍTICO POLARIZADO: O RELATO DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA
Márcia Marin e Rosana Glat	INCLUSÃO ESCOLAR NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: PRÁTICAS POSSÍVEIS
Otavio Henrique Ferreira da Silva, João Paulo Lisboa Nanô e Daniel Borges Rodrigues da Silva	EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E DEMOCRACIA EM IBIRITÉ

SESSÃO COORDENADA 8

Eixo: Práticas e experiências em educação

Sala: 3101 (FAE) - **Coordenador(a):** Roberta Vasconcelos Leite

Roberta Vasconcelos Leite e Miguel Mahfoud	ACERVO DA LAJE: EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E ENRAIZAMENTO NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR
Beatriz Simões Martins e Deborah Stephanie de Oliveira Henriques	PROJETO ARTE E DIFERENÇA: TEMPO PARA HABITAR A EXPERIÊNCIA E REVISITAR DISCURSOS
Isadora del Vecchio Neves Maizatto e Pedro Teixeira Castilho	DESEMBOLA NA IDEIA: O DISCURSO DO ANALISTA NA CONSTRUÇÃO DE NOVOS SABERES E LAÇOS SOCIAIS
Alana Rodrigues Ribeiro da Silva, Mariana Martins da Silva e Luiz Carlos Castello Branco Rena	PRÁTICA EXTENSIONISTA COM ADOLESCENTES: ASPECTOS DA SUBJETIVIDADE DEMONSTRADOS EM OFICINAS DE BRINCAR
Josimara Vianna Aguiar e Thatiane Santos Ruas	O ESPAÇO MUSEOLÓGICO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR: POSSIBILIDADES EDUCATIVAS PRESENTES NO MUSEU DE CIÊNCIAS NATURAIS
Márcen de Pádua Ribeiro, Ana Luiza Silva, Andreia Aparecida Garcia de Oliveira, Nayara Alves Teixeira, Neyline Cristine Almeida e Renata Vales Bhering	AS CONCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DE BELO HORIZONTE EM RELAÇÃO À DOCÊNCIA: UMA ANÁLISE FREIREANA

SESSÃO COORDENADA 9

Eixo: História da psicologia e das ciências da educação
Sala: 3112 (FAFICH) - **Coordenador(a):** Arthur Arruda Leal Ferreira

Arthur Arruda Leal Ferreira	ENTRE LABORATÓRIOS, MANICÔMIOS E INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: HISTÓRIAS EM REDE E HISTORIOGRAFIAS A PARTE
Rodolfo Luís Leite Batista, Raquel Martins de Assis e Marcos Vieira-Silva	UMA PSICOLOGIA PARA A EDUCAÇÃO DA JUVENTUDE? A CIRCULAÇÃO DE UM PROJETO DE PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO ENTRE TURIM E SÃO JOÃO DEL-REI (1938-1959)
André Elias Morelli Ribeiro e Leonardo Lemos de Souza	LABORATÓRIOS EM PSICOLOGIA: PIAGET NO LABORATÓRIO DE SIMON
Sérgio Domingues e Regina Helena de Freitas Campos	RECEPÇÃO E APROPRIAÇÃO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO NO BRASIL
Fabiano dos Santos Castro	TÉCNICAS DE SI E A INTROSPECÇÃO EXPERIMENTAL: UM POSSÍVEL CAMPO DE ESTUDOS HISTÓRICOS

SESSÃO COORDENADA 10

Eixo: História da psicologia e das ciências da educação
Sala: 02 (FAE) - **Coordenador(a):** Adriana Cláudia Drumond

Maristela Ferro Nepomuceno e Raquel Martins Assis	REFLEXÕES SOBRE O PENSAMENTO DE MICHAEL OLIVER NA OBRA "UNDERSTANDING DISABILITY: FROM THEORY TO PRACTICE"
Adriana Cláudia Drumond e Arianne Drumond Diniz Vidigal	A APAE DE BARBACENA NO CONTEXTO HISTÓRICO: QUESTIONÁRIO REFERENTE À ASSISTÊNCIA AO EXCEPCIONAL EM MINAS GERAIS
Adriana Cláudia Drumond e Arianne Drumond Diniz Vidigal	O INSTITUTO DA CRIANÇA EXCEPCIONAL MARIA DO ROSÁRIO NA APAE DE BARBACENA (1965-1977): INFLUÊNCIA DAS PROPOSTAS DE HELENA ANTIPOFF NA EDUCAÇÃO
Adriana Araújo Pereira Borges, Regina Helena de Freitas Campos e Karla Cristina da Silva	AS TRÊS FASES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MINAS GERAIS
Iasmin Silva Rocha, Fernanda Regiane Alcântara Anselmo, Erika Lourenço e Raquel Martins de Assis	POR UMA REINTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL/EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DE SUAS RELAÇÕES COM A PSICOLOGIA NO BRASIL
Laênia Martins Petersen e Raquel Martins Assis	A APROPRIAÇÃO DAS IDEIAS DE ALFRED BINET E THEODORE SIMON NO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO ATRAVÉS DE PERIÓDICOS (1920-1940)

SESSÃO COORDENADA 11

Eixo: Psicologia e educação inclusiva

Sala: 1107 (FAE) - **Coordenador(a):** Bruna Cristina da Silva Hudson

Bruna Cristina da Silva Hudson e Merie Bitar Moukachar	A PERCEPÇÃO DE EDUCADORAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO EDUCACIONAL INCLUSIVO
Douglas Tomácio, Eliene P. L. da Silva, Fabiana Helena A. Almeida, Ingrid Cristine A. de Andrade, Joelma Silva Andrade, Maria Michelle Fernandes Alves e Mirelle Esthéfane das D. Reis	SABERES DOCENTES NO COTIDIANO ESCOLAR: APRENDIZAGENS POSSÍVEIS NA RELAÇÃO COM ALUNO TDA/H
Maria Michelle Fernandes Alves, Crislene Melo Amaral, Graziella da Paixão Oliveira, Joelma Silva Andrade, Kércia Camila da Silva e Renata Simone Pereira dos Santos	A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR: APONTAMENTOS TEÓRICOS
Martha Célia Vilaça Goyatá e Rita de Cássia Costa	EXCEPCIONALIDADE E SINTOMA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Romilda Oliveira Alves, Isaias Felipe Porto dos Reis e Fabiana Andreata Raymundo	POLÍTICA INDIGENISTA, POLÍTICA INDÍGENA E PRÁTICAS EDUCATIVAS EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX
Carlos Eduardo Dias Lopes e Rogéria Araújo Guimarães Gontijo	HELENA: INIBIÇÃO INTELLECTUAL OU DEBILIDADE MENTAL?

SESSÃO COORDENADA 12

Eixo: Transtorno do Espectro do Autismo: história, tratamentos e escolarização

Sala: 3020 (FAFICH) - **Coordenador(a):** Luiza Pinheiro Leão Vicari

Luiza Pinheiro Leão Vicari, Simone Pinto Vasconcellos e Mônica Maria Farid Rahme	ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM TEA NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
Gleisson do Carmo Oliveira e Maria Betânia Parizzi	INFLUÊNCIAS DO CONTEXTO DE APRENDIZAGEM INCLUSIVO NO DESENVOLVIMENTO MUSICAL DE UMA CRIANÇA COM AUTISMO
Viviane Marques Alvim Campi Barbosa e Martha Célia Vilaça Goyatá	AUTISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS: ALGUMAS REFLEXÕES PSICANALÍTICAS
Mariana Lima Vilela, Regina Célia Passos Ribeiro de Campos e Fabiana Silva Zuttin Cavalcante	INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO COM AUTISMO: PRODUÇÃO DE OBJETO DE APRENDIZAGEM COM ENFOQUE NA GEOMETRIA
Ariadne Messalina Batista Meira e Gabriella Dupim	O LUGAR DO NÃO-SABER NAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS COM AUTISTAS: UMA LEITURA DA PSICANÁLISE LACANIANA
Fernanda Henriques Dias	FAMÍLIA E BUSCA DE QUALIDADE DE VIDA: INFLUÊNCIAS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DO AUTISTA

SESSÃO COORDENADA 13

Eixo: Transtorno do Espectro do Autismo: história, tratamentos e escolarização

Sala: 3032 (FAFICH) - **Coordenador(a):** Nicole Oliveira Carvalho

Nicole Oliveira Carvalho, Jeane Maria Mendes e Maria Luisa Nogueira	TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: OS DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA TERAPIA PRECOCE E INTENSIVA NO CONTEXTO BRASILEIRO
Paula Ramos Pimenta	O CONHECIMENTO ADVINDO DA CLÍNICA PSICOLÓGICA DO TEA E SUAS INCIDÊNCIAS SOBRE A ÁREA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Isabela de Lima Nogueira, Jéssyca Carvalho Lemos e Maria Gláucia Pires Calzavara	UMA PRÁTICA DA CLÍNICA DA INVENÇÃO NO TRATAMENTO DO AUTISMO
Aline Arantes Porto e Paula Ramos Pimenta	ATENDIMENTO DE UMA ADOLESCENTE AUTISTA SOB A ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA: INTERVENÇÕES JUNTO À ESCOLA E SEUS EFEITOS
Camila Fernandes Dias	A RELAÇÃO ENTRE AS INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS E A EVOLUÇÃO GLOBAL DA CRIANÇA NO TEA (TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA): ESTUDO DE CASO DE DUAS CRIANÇAS
Marissandra Silva do Rosário Freitas	INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA CRIANÇA COM AUTISMO: AS METODOLOGIAS E RECURSOS UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS COM TEA

SESSÃO COORDENADA 14

Eixo: Transtorno do Espectro do Autismo: história, tratamentos e escolarização

Sala: 3049 (FAFICH) - **Coordenador(a):** Ana Amélia Cardoso

Ana Amélia Cardoso, Maria Luísa Magalhães Nogueira, Rosângela G.M. Souza, Izabela Lambertucci, Laísa Caroline F. Afonso, Luísa Aragão de Freitas, Roberta Carvalho e Luana Falkaniere	PRAIA: PROGRAMA DE ATENÇÃO INTERDISCIPLINAR AO AUTISMO – RELATO DE EXPERIÊNCIA
Jéssyca Carvalho Lemos e Maria Gláucia Pires Calzavara	NOME PRÓPRIO E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO AUTISTA, NA PERSPECTIVA DA PSICANÁLISE LACANIANA
Luma Fabiane Morais de Souza e Maria Gláucia Pires Calzavara	INTERCORRÊNCIAS NA RELAÇÃO MÃE E FILHO DURANTE A GESTAÇÃO: POSSÍVEIS TRANSTORNOS PARA A CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA DO SUJEITO
Débora Santana Eloi, Késia K. Mareco, Clarice R.S. Araújo, Samara Costa, Adriana Queiroz, Cecília P. Galvão, Carla R. Lage e Ana Amélia Cardoso	ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DO INSTRUMENTO <i>AUTISM CLASSIFICATION SYSTEM OF FUNCTIONING: SOCIAL COMMUNICATION</i> (ACSF: SC) PARA USO NO BRASIL
Ana Clara Santos Alves de Oliveira Freitas, Marcel Gomes Oliveira e Máyra Ribeiro	CONTRIBUIÇÕES DO INVENTÁRIO PORTAGE PARA CONSTRUÇÃO DE CURRÍCULO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL
Maria Edith Romano Siems-Marcondes	TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA NOS ANOS 1980-1990

DIA 25/04/2018

08:00-10:00

SESSÃO COORDENADA 15

Eixo: História da psicologia e das ciências da educação

Sala: Sala da Congregação/FaE - **Coordenador(a):** Rodrigo Lopes Miranda

Kely Cristina Garcia Vilena e Rodrigo Lopes Miranda	CARIDADE, FILANTROPIA E BENEMERÊNCIA: O "AMPARO" AO SANATÓRIO SÃO JULIÃO A PARTIR DA MÍDIA IMPRESSA (1941-1970)
Rodrigo Lopes Miranda, Ana Maria Del Grossi Ferreira Mota e Lourdes Rosalvo da Silva dos Santos	ESTUDO DE CASO SOBRE HOMOSSEXUALIDADE: UMA QUESTÃO DE SAÚDE MENTAL NOS ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOTÉCNICA (1949-1968)
Leticia Gomes Canuto	O VALOR DO TRABALHO NA CONCEPÇÃO DA LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL (1925-1934)
Alexandre Kerr Pontes	AS ORGANIZAÇÕES ANÁRQUICAS DO (DES) CONTROLE DAS DROGAS: O LOUCO, O CRIMINOSO E O "CIDADÃO DE BEM"
Rafael de Souza Lima, Gabriel Nascimento Rocha, Laiz Rangel Barbosa, Leticia Gomes Canuto e Arthur Arruda Leal Ferreira	UMA HISTÓRIA DAS PRÁTICAS DE CUIDADO NO ÂMBITO DA REFORMA PSIQUIÁTRICA

DIA 25/04/2018

10:00-12:00

SESSÃO COORDENADA 16

Eixo: Práticas e experiências em educação

Sala: Sala da Congregação/FaE - **Coordenador(a):** Otavio Henrique Ferreira da Silva

Márcia Marin e Patrícia Braun	ENSINO COLABORATIVO E PRÁTICAS DE/PARA INCLUSÃO ESCOLAR
Maria Michelle Fernandes Alves, Claudiana Costa Moura, Joelma Silva Andrade, Luciana Menezes da Silva, Luzia Lopes Moreira, Nayara Larissa da Cunha e Silva e Suzete Lopes	A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM: VISÃO DAS PROFESSORAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Daniel Borges Rodrigues da Silva, Otavio Henrique Ferreira da Silva e João Paulo Lisbão Nanô	UM OLHAR SOBRE A SALA DE AULA: UMA PERSPECTIVA PEDAGÓGICA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA
João Paulo Lisbão Nanô, Otavio Henrique Ferreira da Silva e Daniel Borges Rodrigues da Silva	UMA HISTÓRIA CONCISA DE IBIRITÉ: O PROJETO CÂMARA MIRIM COMO FERRAMENTA DE FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA NO COMBATE A PRÁXIS CLIENTELISTA
Otavio Henrique Ferreira da Silva, Daniel Borges Rodrigues da Silva e João Paulo Lisbão Nanô	ESCOLA CIDADÃ EM REDE: EXPERIÊNCIAS CONSTRUÍDAS POR PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE IBIRITÉ

RESUMOS DAS CONFERÊNCIAS

DA ORTOPEDIA MENTAL À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Oscar Cirino
Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

Percurso histórico e problematização das diferentes perspectivas adotadas em Minas Gerais na institucionalização e cuidado das diversas dificuldades e vulnerabilidades das crianças e adolescentes, desde os exercícios de “ortopedia mental” criados por Alfred Binet na década de 1910, o recolhimento em ‘abrigos de menores”, as internações em hospitais psiquiátricos até a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente e das atuais propostas de “atenção psicossocial” e “educação inclusiva”.

Paralelamente se fará um percurso histórico pela clínica psiquiátrica da criança, buscando localizar a emergência de alguns de seus conceitos, das classificações tipo DSM e da medicalização enquanto perspectiva hegemônica de tratamento.

Palavras-chave: segregação; atenção psicossocial; educação inclusiva.

PRESERVAÇÃO DE ACERVOS: UMA CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA PSICOLOGIA E DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Marina Massimi
Instituto de Estudos Avançados (USP/SP)

Discute-se hoje o conceito de inclusão escolar e as práticas dele derivadas. Inclusão pressupõe a constatação da existência de diferenças entre as crianças, algumas das quais requerem cuidados especiais: a “diversidade das pessoas com deficiência”, conforme afirma a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência incorporada à legislação brasileira em 2008. Um dos pressupostos da lei é que “pessoas com deficiência são, antes de mais nada, PESSOAS. Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana”. Tais conceitos e práticas são apresentados pelo legislador como grandes avanços no que diz respeito à alteração de um modelo médico de abordagem para um modelo social. Numa perspectiva histórica, cabe a pergunta se tais conceitos e práticas sejam *modernos* na história do Brasil, entendendo este termo em sua etimologia latina como algo que é recente, novo ou do tempo presente. Na verdade, a pesquisa aponta

para a existência de documentos elaborados por autores brasileiros que já desde o século XVII se referem a um conceito *inclusivo* de pessoa abarcando diferentes possibilidades de condição humana e debruçam-se sobre a necessidade de conceitos e práticas educacionais que lidem com as crianças *diferentes*, de modo positivo buscando integra-las na escola e na sociedade. Superar o esquecimento e o ocultamento da memória histórica do País, que acarretou o desconhecimento de atores e acontecimentos é colaborar para resgatar os aspectos excluídos da identidade cultural e social brasileira. Utilizamos a expressão “identidade” tendo por pressuposto o fato de que uma cultura, ou seja, o produto de ações humanas realizadas por atores sociais visando superar a mera sobrevivência (conforme Hannah Arendt), gera uma forma própria do sujeito se posicionar diante da realidade. Por isto, a preservação dos acervos históricos no Brasil é uma prática de cidadania fundamental. Tal preservação possibilita o resgate de fontes que possibilitam estudos inovadores acerca da história da psicologia e da história da educação especial no País.

Palavras-chave: inclusão na história do Brasil; padre Alexandre de Gusmão; Manoel de Andrade Figueiredo.

Financiamento: Bolsa Produtividade em Pesquisa CNPq.

PESQUISAS ATUAIS SOBRE AUTISMO

Carlo Schmidt
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

A ampliação crescente do conhecimento científico sobre o autismo pode ser identificado pelo aumento na produção de pesquisas sobre este transtorno nas últimas décadas, implicando em atualizações recentes em sua classificação, compreensão e intervenção. O objetivo deste trabalho é apresentar uma revisão da literatura sobre o autismo, apontando como as pesquisas atuais têm lançado luz sobre a compreensão desse transtorno. Os critérios para o diagnóstico clínico nos manuais médicos de classificação foram alterados, complementados e suplantados com base em evidências desde o DSM-IV até o atual DSM-5. O antigo modelo categórico dos Transtornos Globais do desenvolvimento cede espaço ao modelo dimensional do Transtorno do Espectro Autista, em que as características não são mais agrupadas em subcategorias mutuamente excludentes, mas entendidas a partir de um gradiente de manifestações que melhor representam a heterogeneidade desta condição. Acredita-se que tais mudanças na perspectiva de entendimento do autismo podem auxiliar pesquisadores na identificação de avanços resultantes de intervenções precoces e ao longo de todo o ciclo vital. Além de questões diagnósticas, diversos estudos recentes contribuem de forma tanto teórica quanto empírica para impulsionar avanços e sintetizar o que tem sido considerado

como aspectos centrais desse transtorno. Quanto ao aumento do número de diagnósticos, expressos nos dados epidemiológicos atuais, destaca-se que as pesquisas multidisciplinares têm identificado fatores etiológicos e prognósticos com implicações para a vida adulta. O panorama dos principais programas e modelos de intervenção baseados em evidências para pessoas com autismo nas áreas da saúde e educação é apresentado, para então apontar os atuais desafios neste contexto. Por fim, são trazidos resultados de pesquisas com bebês que integram o uso de tecnologia de ponta, conhecimentos em neurociência e desenvolvimento infantil na busca de explicações multidisciplinares dos mecanismos centrais que podem exercer influência sobre o surgimento dos primeiros sinais de autismo. Destaque especial é dado às pesquisas que utilizam rastreamento ocular, para assim fornecerem indícios relevantes sobre a natureza das alterações típicas do autismo, como a baixa frequência do olhar face a face e o descarrilhamento das habilidades sociais subsequentes.

Palavras-chave: transtorno do espectro autista; revisão de literatura; educação especial.

O MOVIMENTO PEDOLÓGICO EM ÂMBITO INTERNACIONAL E BRASILEIRO

Carlos Roberto da Silva Monarcha
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Visando contribuir com os estudos relativos às ciências da educação, estas notas de pesquisa analisam e problematizam a emergência do “movimento pedológico”, de dimensões e ressonâncias intercontinentais, ocorrido na primeira metade do século XX. Para alcançar os objetivos propostos, empreendemos a localização e recuperação de um conjunto expressivo de obras impressas destinadas à organização e circulação da ciência pedológica. Neologismo utilizado por Oscar Chrisman, pedagogo alemão e futuro discípulo de Stanley Hall, o termo *pedologia* consta no título da tese doutoral “Pedologia, ensaio sobre uma ciência da criança” (*Paidologie, Entwurf zu einer Wissenschaft des Kindes*), apresentada por Chrisman na Faculdade de Filosofia da Universidade de Jena, Alemanha, em 1896. Na tese o autor conceitua a pedologia como ciência da criança, cujo propósito consiste em reunir tudo quanto se relaciona com a natureza da criança e seu desenvolvimento, onde quer que esse material se encontre, e organizá-lo num todo sistemático. As notas ora apresentadas destacam aspectos concernentes ao processo histórico-cultural da formalização teórico-conceitual e a institucionalização acadêmica da Pedologia como domínio de saber e disciplina de ensino, finamente idealizada com o

propósito de superar os impasses gerados pelo estatuto da obrigatoriedade escolar, fenômeno político-social então a caminho da universalização. Na empresa de formalização e institucionalização da Pedologia destacam-se duas instituições: a Faculdade Internacional de Pedologia, em Bruxelas, e o Instituto de Ciências da Educação J. J. Rousseau, em Genebra, ambos criados em 1912, ano de comemoração do bicentenário de nascimento de Rousseau. Todavia, note-se, a ciência pedológica encontrava-se em estado de turbulência e/ou dispersão conceitual; com efeito, teóricos e teoricistas com posições divergentes entre si (Alberto Pimentel, Domingo Barnés, Édouard Claparède, Faria de Vasconcellos, Gabriel Persigout, Iosefa Ioteyko, Ovide Decroly, Varia Kipiani, para citar a apenas os maiores entre os maiores), empenharam-se na substantivação da ciência pedológica, quer como campo científico dotado de autonomia, métodos e objetos próprios, quer como disciplina de ensino a ser ministrada nos institutos de formação profissional de professores e especialistas, quer ainda em laboratórios de pedologia e/ou psicologia experimental. Estas notas se apoiam em duas hipóteses heurísticas: precursor, o saber pedológico em suas diferentes substantivações engendra a construção epistemológica da criança inserta no ciclo vital de escolarização, como sujeito psicológico, e situa-se na raiz da organização das ciências da educação na primeira metade do século XX.

Palavras-chave: ciências da educação; Oscar Chrisman; pedologia

EARLY LEARNING AND EARLY INTERVENTION FOR CHILDREN WITH ASD: FROM RESEARCH TO IMPLEMENTATION

Giacomo Vivanti
AJ Drexel Autism Institute

Giacomo Vivanti is Assistant Professor at the AJ Drexel Autism Institute, Philadelphia, Associate Editor of the Journal of Autism and Developmental Disorders, and the author of the intervention manual “Implementing the Group-Based Early Start Denver Model for children with Autism”. His presentation will focus on his research and clinical work aimed at promoting optimal outcomes for children with Autism through early intervention. The seminar will cover recent research on early learning and cognition on young children with Autism, with a focus on social communication, social-emotional understanding and behavioral flexibility during the first years of life, and the implications of the learning style of children with Autism for treatment. Subsequently, the focus will move to early intervention strategies, including both research evidence on effectiveness of different approaches, and presentation of practical treatment procedures, with a focus on the Early Start Denver Model (ESDM) and other Naturalistic Behavioral Developmental Interventions. Additionally, the presentation will discuss implementation of the ESDM and other interventions across different contexts, including home, clinic and preschool environments, as well as individual differences in treatment response and factors promoting optimal outcomes. In the last section

of the presentation, the Group-ESDM, a program designed to adapt the ESDM for delivery in the context of small groups, will be discussed.

POR QUE ESTUDAR HISTÓRIA? IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS PARA UMA EFETIVA INCLUSÃO

Mitsuko Aparecida Makino Antunes
Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)

Tem sido frequente o debate sobre o lugar dos estudos e pesquisas historiográficos no âmbito da produção de conhecimento por outras áreas do saber que não a História. A História das Ciências, em suas várias subáreas, tem sido objeto de questionamentos, relacionados à competência teórico-metodológica de seus pesquisadores e à validade dos estudos por eles realizados; a tais críticas responde-se com a explicitação do rigor metodológico necessário e com a necessidade de domínio científico específico para se produzir esse tipo de conhecimento. Por outro lado, as referências históricas como aporte para o desenvolvimento de pesquisas sobre diversos temas na área da Psicologia e no campo da Educação têm sido cada vez mais frequentes e têm contribuído para um maior aprofundamento das análises de dados e para o estabelecimento de mediações teóricas mais articuladas e elaboradas. Com base nesse quadro, pretende-se discutir a categoria historicidade como fundamento para a produção de conhecimento em Psicologia, Educação e a relação entre elas. Com base nas ideias de Gramsci e de Álvaro Vieira Pinto, entende-se que o conhecimento científico é determinado por seu desenvolvimento histórico, isto é, pela historicidade da realidade da qual ele faz parte e pela historicidade da consciência que o produz;

em outras palavras, todo conhecimento é histórico, respondendo aos problemas colocados pela organização social na qual é produzido e, assim sendo, é também expressão de suas contradições. A Historiografia da Psicologia em suas relações com a Educação, numa perspectiva histórico-dialética, constitui-se, portanto, em condição para que se compreendam as condições histórico-sociais que demandaram sua presença, as respostas que se esperava que fossem dadas, as concepções de sociedade e de ser humano que a elas se alinhavam e as contradições que estavam postas no movimento do real. A compreensão desses fatores é fundamental para que se apreenda o processo constitutivo das teorias e práticas que se desenvolveram no campo da educação especial, assim como o movimento que se deu ao longo do tempo, no qual novas demandas, expectativas e concepções foram se materializando e, especialmente, as contradições que foram sendo engendradas nesse processo. A Educação Especial nasce como iniciativa para dar aos educandos com deficiência a possibilidade de atendimento educacional e escolar; entretanto, esses motivos vão se transformando ao longo do tempo, tornando as escolas e classes especiais espaços de exclusão. A compreensão desse processo é necessária para que, das políticas públicas ao trabalho cotidiano de cada educadora, se possa concretizar uma educação integral e uma escolarização que garantam a todas as crianças o direito de aprender e se desenvolver, fazendo da escola um lugar efetivamente inclusivo ou, em outras palavras, que o movimento pela inclusão possa se

efetivar, ampliar e aprofundar e não degenerar-se como se deu com tantas outras propostas educacionais cuja potencialidade transformadora foi minada antes que pudesse de fato efetivar-se.

Palavras-chave: historicidade; contradição; educação inclusiva.

Financiamento: PUC-SP.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: CONCEITO E MUDANÇAS EPISTEMOLOGICAS

Marcia Denise Pletsch
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Tradicionalmente a Educação Especial dedicava-se ao trabalho em espaços segregados como classes e escolas especiais. Com o advento das políticas de Educação Inclusiva o seu papel tem sido revisto não apenas enquanto área de produção do conhecimento, mas, também, enquanto modalidade de ensino focando agora para o suporte educacional especializado. Tomando essa perspectiva nossa proposta será discutir as mudanças conceituais e epistemológicas vivenciadas pela Educação Especial brasileira. Em termos metodológicos empregaremos a perspectiva qualitativa a partir das investigações documentais, bibliográficas e de campo realizadas pelo Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE), no período de 2009 a 2017. Nossas análises vêm indicando as transformações de concepção vivenciadas nas escolas em relação a visão tradicional da Educação Especial a partir das propostas de Educação Inclusiva, mas também, tem evidenciado para as necessárias mudanças e desafios a serem enfrentados pela pesquisa científica nessa área, sobretudo, em sua discussão articulada com questões do campo educacional.

Palavras-chave: educação especial; educação inclusiva; produção do conhecimento.

Financiamento: OBEDUC/CAPES; FAPERJ e CNPQ.

**RESUMOS DAS
MESAS-REDONDAS**

MESA-REDONDA

ARTE E EDUCAÇÃO: PROPOSIÇÕES DE INCLUSÃO

Marilene Oliveira Almeida (Coordenação)
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Esta mesa apresenta quatro diferentes experiências de inclusão, por meio da Arte Educação, representadas por Thereza Portes, Livia Arnaut, Ivana Andrés e Jardel Sander da Silva. Thereza, dirige, juntamente com sua mãe, Júlia Portes, a ONG Undió, em Belo Horizonte, trabalha com crianças e jovens em risco social, com interesses e necessidades potentes de aprender por meio da arte. Criar, conviver, exercitar a imaginação e a liberdade de expressão, o conhecer arte e artistas expoentes locais, e para além de nossas montanhas. Um exercício estético que toca pessoas, que agrega humanidade e que faz arte! Com Thereza, que foi minha professora na Escola Guignard, aprendi o valor da Arte Educação, como em suas pinturas, que transparecem formas de ver o mundo imaginário ou realizável, encanta-nos com seus muitos projetos sociais permeados de arte. A Mesa de Thereza, a Arte na Espera, a incursão na Comunidade Manzo, frentes simbólicas de comunicar, alertam-nos como educadores a refletir como a arte pode fazer uma cidade mais humanizada e convivível. Outras Therezas... podemos ser multiplicadoras de suas práticas... Especialmente, “Arte na Espera / Janela da Escuta”, que desenvolve em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, um projeto multidisciplinar, envolvendo

profissionais de diferentes áreas, assiste famílias que vão ao Hospital das Clínicas em busca de atendimento médico para suas crianças. Nessa espera, não só as crianças têm oportunidade de falar de si por desenhos, pinturas e modelagens, mas mães se comunicam, trocam angústias atravessadas em linhas e agulhas, bordam tecidos e entrecruzam suas histórias de vida, tomam café... Já Lívia, está à frente do Instituto Casa Viva, uma escola que se articula pelo eixo central da Arte, situada também em Belo Horizonte. A Casa Viva, da Educação Infantil ao Ensino Médio, traz em seu projeto pedagógico abordagens que a diferenciam pela perspectiva da inclusão. Crianças e adolescentes que convivem e aprendem, aprendem e ensinam, buscam e carregam consigo um olhar para o mundo que os norteiam a indagar e a investigar. Ivana Andrés, envolvida em várias frentes de trabalho em arte, traz-nos um depoimento de sua aproximação com a Arte-Educação e Inclusão de pessoas com deficiência, a partir de relatos de êxito e superação. Jardel, professor na FaE/UFMG, desenvolve o projeto de extensão *ArTEA – práticas artísticas com crianças no espectro do autismo*, trazendo-lhes oportunidades de encontros com as artes em suas diferentes linguagens, potencializando aspectos expressivos a partir do sensível, em diálogo com a clínica e a educação. Quiçá tantas Therezas, Lívias e Ivanas, ladeadas por tantos outros Jardels... que a Educação compartilhe de suas experiências, estes artistas/professores/pesquisadores traçam caminhos antes percorridos por outros educadores, vindo para nossas terras nos idos 1929. As experiências da Escola Nova,

especialmente em Minas Gerais, nos ensinaram que a arte ensina a educação a ser mais atenta ao que cada um necessita e se interessa. Representante das ideias novas na educação brasileira, Helena Antipoff, para quem “a educação é criatividade por excelência”, incentivou a presença masculina na educação das crianças. Certa vez, referiu-se a Augusto Rodrigues, criador da Escolinha de Arte do Brasil, por “singular babá de bigodes”, numa referência carinhosa ao amigo e colaborador de muitas iniciativas em arte em projetos educacionais, tanto em Minas, quanto no Rio de Janeiro... Nessa mesma perspectiva, também Louise Artus-Perrelet e Louise Jeanne Milde, artistas e professoras atuantes na Escola de Aperfeiçoamento de Professores e na Escola Normal Modelo de Belo Horizonte, nos ensinaram que a arte empresta à educação um diálogo do possível, uma agitação cândida e um mundo para ver, apreender e reinventar... **Palavras-chave:** arte; educação; inclusão.

ARTE NA ESPERA / JANELA DA ESCUTA - INTERFACE ENTRE VIOLÊNCIA, CULTURA E SAÚDE

Thereza Christina Portes Ribeiro de Oliveira
Escola Guignard (UEMG)

Cristiane de Freitas Cunha
Faculdade de Medicina (UFMG)

O projeto Arte na Espera acontece em parceria com o Laboratório Janela da Escuta da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Minas Gerais (HC-UFMG), Escola Guignard - Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, Instituto Undió e o Departamento de Pediatria do Hospital das Clínicas. As ações do Arte na Espera ocupam os corredores dos os Ambulatórios São Vicente de Paulo, Orestes Diniz e Bias Fortes, propondo ações de intervenção artísticas, realizadas pelos adolescentes atendidos, educadores e por artistas convidados a participar do projeto. As ações tem como intuito promover interações e aproximações entre grupos diversos que frequentam a área hospitalar, como pacientes, suas famílias, trabalhadores e médicos. Pela arte, pretende-se sensibilizar as pessoas e levá-las a perceber e habitar a cidade de uma nova maneira: cuidando, valorizando, preservando e redesenhando o espaço público, multiplicando arte cultura e conhecimento no meio onde vivem. A construção da interface entre arte e saúde propicia um acolhimento vivo dos adolescentes, familiares e acompanhantes, que se apropriam desse espaço e estabelecem uma interlocução com a

equipe interdisciplinar. Essa equipe tece a construção do caso clínico: os saberes se entrelaçam, mas não se completam; um espaço central é o do saber do próprio adolescente, especialista de si mesmo. Observa-se que os adolescentes, que muitas vezes se encontravam sem lugar, encontram no projeto um referencial. Alguns, a partir desse ponto, tecem laços mais amplos na cidade. Os familiares e acompanhantes podem expressar suas próprias questões no convívio com os pares e profissionais em torno da mesa do bordado, do café, da poesia. Os alunos da Graduação e da Pós-graduação aprendem muito sobre o acolhimento e sobre a construção de uma prática clínica viva e interdisciplinar.

Palavras-chave: adolescência; interdisciplinariedade; clínica.

EXPERIÊNCIA EM ARTE E EDUCAÇÃO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM DEPOIMENTO

Ivana Andrés

Minha experiência em Arte e Educação com pessoas com deficiência teve início em 1986, quando conheci o músico e deficiente visual, Evaldo Nogueira. Desde 1992, formamos, juntamente com o ator Luciano Luppi, o Grupo Voz e Poesia. Como artista plástica, fui professora da Kátia Santana, artista que está integrando a mostra neste Encontro Helena Antipoff. Em 2011, ela participou desse mesmo Encontro Helena Antipoff com mais 4 artistas com deficiência. Em 2010, Kátia e Evaldo Nogueira, realizaram em 5 cidades brasileiras o projeto “Arte superando barreiras”, com exposição e performance artística e musical. Durante a divulgação do projeto na rádio comunitária Belvedere FM surgiu o interesse em histórias de superação de pessoas com deficiência, ou de instituições e pessoas envolvidas com a causa do deficiente. Mais de 60 pessoas foram entrevistadas, a maioria artistas com deficiência, exemplos de superação que utilizaram as artes como instrumento de trabalho. Para cada programa eram pesquisadas músicas, poesias ou contos que contextualizassem as histórias. Esses elementos artísticos eram cuidadosamente colocados em momentos da entrevista, a fim de lhes conferirem leveza e emoção. Nesses programas foi interessante observar como as várias modalidades de arte ofereciam

oportunidades para a pessoa com deficiência. Tivemos exemplos de pessoas com paralisia cerebral que são artistas plásticos, e que se dedicam também à dança, teatro e literatura. O programa entrevistou também escritores e atores cegos e atores e bailarinos surdos, atuando em espaços convencionais e concorrendo com artistas sem deficiência. É unânime a postura de auto estima de todos, reivindicando da sociedade um tratamento igualitário e solicitando apenas oportunidades para mostrarem seus dons e talentos. Em 2015, realizamos nas 9 regionais de Belo Horizonte, o projeto “Arte sem fronteiras”, uma palestra-show com foco na valorização de pessoas com deficiência, e em 1995, uma oficina de Artes Integradas para pessoas com deficiência integrando o Festival de Inverno de Itabira. Em todas essas experiências em Arte e Educação para pessoas com deficiência, nós aprendemos muito com eles. Aprendemos a expressar e a superar nossas próprias dificuldades. E aprendemos que a arte em todas as suas manifestações, sendo fundamentalmente uma atividade de criação, está constantemente abrindo um leque de possibilidades novas que podem acolher os dons e talentos das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: arte, deficiência; educação, superação; barreiras.

MESA-REDONDA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS DIFERENTES NÍVEIS DE ENSINO

INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E OUTRAS NECESSIDADES EDUCATIVAS NO ENSINO MÉDIO: TENSÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE SE CONSTRUIR UMA ESCOLA INCLUSIVA

Katiuscia C. Vargas Antunes
Departamento de Educação da FAGED/UFJF

O trabalho em tela tem como objetivo central problematizar o processo de inclusão de alunos com deficiência e outras necessidades especiais (NEEs) no Ensino Médio, tendo como norte reflexões teórico-práticas acerca de como a inclusão desses sujeitos vem se efetivando no cotidiano escolar. As reflexões sobre esta temática se localizam em três aspectos que consideramos fundamentais para que os alunos com deficiência e outras NEEs tenham garantido o seu direito à educação, tal como preconizado pelas políticas educacionais vigentes. São esses: 1) o **acesso** desses estudantes ao ensino médio; 2) a sua **permanência** na escola, de maneira que estes tenham possibilidade de concluir o seu processo de escolarização e 3) a **participação**, condição sem a qual a inclusão escolar não se realiza. Em nosso país temos acompanhado um grande número de políticas e iniciativas que visam atender aos princípios da inclusão escolar das pessoas com deficiência, da

consolidação da cidadania e luta pelos direitos constitucionais desta parcela da população. Nos últimos anos houve um aumento significativo no número de matrículas de alunos com deficiência na rede regular de ensino. Diferentes maneiras de se pensar e fazer a inclusão tem povoado as políticas públicas e norteado a prática pedagógica das escolas. As reformas ocorridas buscaram privilegiar temas que envolvem a gestão educacional, o financiamento, a avaliação, a formação de professores, o currículo e a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Sem desconsiderar os avanços em relação à garantia do acesso deste grupo à escola regular, questionamos se isso é suficiente e se é aceitável falar de educação inclusiva numa escola que, muitas vezes, ao promover a inclusão, exclui. Esse é o ponto crucial do qual não podemos nos esquivar e, ao mesmo tempo, o que nos move a buscar caminhos para uma educação e uma escola inclusiva, no sentido pleno que esta palavra carrega. A compreensão do processo de inclusão de alunos com deficiência e outras condições atípicas de desenvolvimento, nos leva a problematizar a maneira como os sistemas de ensino estão lidando (ou deixando de lidar) com o fato de que a presença desses sujeitos na escola exige uma reconfiguração dessa instituição em aspectos que tocam a sua cultura e as práticas pedagógicas que historicamente se constituíram no campo da educação.

Palavras-chave: inclusão escolar; ensino médio; alunos com deficiência; necessidades educativas especiais.

MESA-REDONDA

ESCOLA ATIVA: PERSPECTIVAS TEÓRICO-PRÁTICAS PARA UMA PEDAGOGIA ANTIPOFFIANA

Camila Jardim de Meira (Coordenação)
Universidade do Estado de Minas Gerais

Regina Helena de Freitas Campos
Faculdade de Educação (UFMG)

Propõe-se nesta mesa um debate pautado em estudos documentais de fontes do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff – CDPHA, articulando a temática Inclusão Escolar às pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação-UFMG. Tais estudos esclarecem e exemplificam como acontecia o processo de circulação, recepção e apropriação de conhecimentos nos cursos oferecidos no Complexo da Fazenda do Rosário, revelando princípios da Escola Nova e nos métodos da Escola Ativa genebrina. A partir das observações já realizadas pretende-se delinear traços que indiquem a existência de uma possível Pedagogia “Antipoffiana”, evidenciando indícios de uma pedagogia inovadora, concebida e testada por Antipoff e seus colaboradores nos cursos desenvolvidos na (da) Fazenda do Rosário. Destaca-se nos registros produzidos no Complexo Educacional pesquisado, uma maneira distinta de se conceber teórica e metodologicamente “os fazeres pedagógicos”, evidenciando estratégias específicas, tais como: a escrita reflexiva em

diários e cadernetas, os trabalhos manuais e a educação estética. Tal debate se propõe a uma análise dos aspectos de um processo educacional que, refere-se a uma experiência de grande alcance educacional, social e científico, que aponta novas contribuições para a organização da educação brasileira, tão necessárias na atualidade. Ressaltam-se ainda nas experiências vivenciadas importantes pressupostos teóricos e metodológicos construídos na interlocução entre a Psicologia e a Educação bem como na elaboração de práticas educacionais, que priorizavam e viabilizavam intensa experimentação científica nos fazeres pedagógicos cotidianos, priorizando e valorizando uma educação inclusiva. Nesse contexto, pressupõe-se a existência de uma Pedagogia idealizada no intuito de tornar a educação um exercício de experimentação científica, criando uma discussão interpretativa entre concepções, princípios e fazeres pedagógicos.

Palavras-chave: pedagogia antipoffiana; escola ativa; educação inclusiva.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**ENTENDIMENTO DAS DIFERENÇAS INDIVIDUAIS NA
EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS
A PSICOLOGIA ENSINADA NA FAZENDA DO ROSÁRIO**

Adriana Otoni Silva Antunes Duarte
Regina Helena de Freitas Campos
Faculdade de Educação (UFMG)

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o entendimento das diferenças individuais no desenvolvimento e na educação de crianças excepcionais dentro da disciplina de Psicologia ofertada nos cursos para a formação de professores rurais do Complexo Educacional Rural da Fazenda do Rosário, em Ibirité, Minas Gerais, entre os anos de 1948 e 1974. Para tanto, foi realizado um estudo de caso do trabalho desenvolvido pela psicóloga e educadora Helena Antipoff e seus colaboradores, por meio da análise de conteúdo dos cadernos de diários escritos por alunos que participaram dos cursos e também de depoimentos orais de ex-alunos. Por meio da coleta dos dados foi possível perceber que os conhecimentos relacionados à disciplina de Psicologia possibilitavam que as futuras professoras compreendessem as diferenças individuais nos processos de aprendizagem dos alunos, assim como suas possíveis dificuldades. Para tanto, durante esta disciplina, realizavam-se discussões a respeito da necessidade do professor conhecer melhor seus alunos para saber como tratá-los com a devida atenção que necessitam. Uma característica do ensino de Psicologia dos cursos, relacionava-

se aos conhecimentos referentes a educação de crianças excepcionais. Ensino que possuía relação com os ideias propagados pelo Instituto Jean Jacques Rousseau, de Genebra, principalmente, por meio do trabalho realizado pela professora portuguesa Maria Irene Leite da Costa (1911-1996) que lecionou, em 1957, no curso Intensivo de Aperfeiçoamento da Psicologia Educacional. Os conhecimentos ensinados por essa professora, objetivava que as alunas compreendessem o papel do professor frente à educação das crianças excepcionais, identificando seus problemas para melhor direcionarem a sua prática pedagógica. Foi possível constatar, que a metodologia do ensino de Psicologia dos cursos pautava-se na experimentação natural e no método de observação do psicólogo russo Alexandre Lasoursky (1874 – 1917). O objetivo em utilizar essa metodologia era a organização de um ambiente educativo que permitisse o florescimento da democracia, ao mesmo tempo em que prevalecesse o respeito à liberdade e autonomia de educandos e educadores. Neste sentido, o ensino permitia que os professores conhecessem a conduta dos alunos dentro e fora de sala de aula, por meio de uma observação criteriosa, antes de propor as intervenções no âmbito escolar. Além da metodologia proposta por Lasoursky, também foram apropriadas no ensino dos cursos os princípios da Escola Nova do Campo e os métodos da Escola Ativa genebrina. A partir dos dados, é possível constatar que o trabalho realizado por Antipoff e seus colaboradores, nos cursos da Fazenda Rosário, permite entender o processo de circulação e recepção dos

conhecimentos da Psicologia do Excepcional ocorridos em Minas Gerais. Circulação essa que estava pautada nos conhecimentos vindos da Europa e que serviram de inspiração para que Antipoff e seus colaboradores proporcionassem uma originalidade na realização deste ensino, introduzindo modificações, devido a uma realidade diferente no Brasil daquela vivenciada na Europa.

Palavras-chave: psicologia do excepcional; cadernos de diários; escola ativa; escola nova.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

HELENA ANTIPOFF E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO EMENDATIVA NA DÉCADA DE 1960

Maria de Fátima Pio Cassemiro
Regina Helena de Freitas Campos
Faculdade de Educação (UFMG)

Neste trabalho apresentaremos os resultados de uma pesquisa de doutorado que teve como objetivo investigar a formação que Helena Antipoff e seus colaboradores propiciavam às professoras nos cursos de aperfeiçoamento em Educação Emendativa no Instituto Superior de Educação Rural, em Ibirité, Minas Gerais, na década de 1960. A denominação Educação Emendativa amplamente utilizada no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, era prescrita para os alunos considerados deficientes com objetivo de corrigir e suprir as suas deficiências. O foco presente pesquisa é o Segundo Curso de Educação Emendativa realizado em 1962, que teve como objetivo a educação do excepcional, ou seja, crianças que estavam fora da norma, tanto os considerados deficientes quanto os bem-dotados. Utilizamos como fontes primárias os documentos produzidos tanto pelos professores quanto pelas alunas-professoras participantes do curso. Dos professores responsáveis pelo Curso temos entre outros documentos: Termo de Convênio Especial entre a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Mentais, Ministério da Educação e a Sociedade Pestalozzi do Brasil para a Instalação do 2º Curso; Relatório das atividades realizadas no Curso;

Horário de aulas. Das alunas-professoras utilizamos como fonte de análise as cadernetas, os trabalhos e provas. De acordo com o horário oficial deste curso, ele foi organizado em 26 disciplinas teóricas e práticas, distribuídas em 215 aulas de 50 minutos. Com maior número de aulas temos as técnicas de observação, trabalhos manuais e teatro. Constatamos que dois primeiros conteúdos perpassavam todas as outras disciplinas. Dessa forma, as alunas-professoras eram preparadas para, a partir das observações das crianças, determinar tanto as possibilidades quanto as dificuldades de cada educando. De acordo com os depoimentos registrados nas cadernetas, estes conteúdos foram fundamentais para o desenvolvimento de disciplinas como: granjinha, foniatria, terapia ocupacional, formação de hábitos e didática especial. Através das aulas práticas as alunas-professoras aprendiam como construir e como utilizar material didático de acordo com as necessidades de seus futuros alunos. Uma das principais conclusões que chegamos com esta pesquisa é que os cursos de formação de professores para a educação de alunos com necessidades educativas especiais devem ser compostos tanto de disciplinas teóricas quanto práticas. Constatamos ainda que, através da construção dos próprios materiais didáticos, da própria experimentação, os futuros professores ampliam a sua capacidade de observar e determinar as melhores estratégias pedagógicas para a educação de seus futuros alunos. Além disso, foi possível perceber que Helena Antipoff e seus colaboradores inspirando-se, para planejar o curso, nos princípios da Escola Ativa de Genebra,

ênfatizavam que, quanto mais os professores compreendessem a criança, suas necessidades e interesses, maiores seriam as chances de triunfar nos seus objetivos de educar.

Palavras-chave: Helena Antipoff; formação de professores; educação emendativa; educação especial.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

EDUCAÇÃO ESTÉTICA E ESCOLA ATIVA: OS RASTROS DE LOUISE ARTUS-PERRELET NO BRASIL

Marilene Oliveira Almeida
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Regina Helena de Freitas Campos
Faculdade de Educação (UFMG)

Apresentamos análise documental sobre o ensino de arte para a formação de professores no contexto da renovação educacional brasileira a partir da proposta de ensino de desenho e jogos educativos desenvolvida pela suíça, artista e educadora, Louise Artus-Perrelet (1887-1946). Nossas análises ancoram-se no conceito de “Educação Estética” relacionada à educação dos sentidos, da sensibilidade, que influenciaram as ideias pedagógicas da modernidade e encontram eco nas obras do pensador genebrino Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e do filósofo alemão Friedrich Schiller (1759-1805), que a propunham como uma maneira de organizar a vida socialmente. Artus-Perrelet é autora do livro *O desenho a serviço da Educação*, editado em francês (1917, 1927 e 1930); em espanhol (1921 e 1935), teve a edição brasileira (1930) publicada quando trabalhou na Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte (1929-1931), em Minas Gerais. A educadora ensinou desenho nas escolas secundárias de Genebra e no Instituto Jean-Jacques Rousseau - IJJR, desde que foi fundado em 1912, considerado um dos maiores centros de estudos sobre a

infância e a educação na Europa. A partir das fontes consultadas: programas de formação dos professores do IJJR, em seus primórdios, jornais mineiros *Minas Geraes* e *Diário de Minas*, em circulação em 1929 e 1930, e o carioca *Diário de Notícias*, entre 1930 e 1933, além de artigos da *Revista do Ensino* das décadas de 1920 e 1930, buscou-se tecer relações entre educação estética voltada para a formação de professores primários e a difusão das tendências da arte moderna e da pedagogia ativa de Genebra. Os resultados da pesquisa demonstram que os programas de ensino do IJJR trazem o estudo das tentativas contemporâneas de educação estética no domínio da ginástica rítmica, das artes plásticas e da música como valor de educação moral indireta. Compunham ainda os programas do IJJR os trabalhos manuais e o desenho, a serviço do ensino, este listado como último item das didáticas especiais, juntamente com as composições ornamentais. O jornal carioca deu amplo espaço para a divulgação de palestras e cursos ministrados por Artus-Perrelet na sessão *Página de Educação*, coordenada por Cecília Meireles (1901-1964). As análises das fontes confirmam que as ideias de Artus-Perelet sobre o desenho e os jogos educacionais, reunidas em seu livro, foi uma das primeiras tentativas de sistematizar um método de ensino de arte para crianças. Sua proposição dialoga com uma educação estética ligada às tendências da arte moderna e com a pedagogia ativa de Genebra. Por meio da educação pelos sentidos, vivenciando experiências estéticas, em uma espécie de jogo interativo com elementos e objetos estudados, o movimento assumiria função

primordial. Para Artus-Perrelet o desenho com o lápis seria o resultado da compreensão dos significados dos elementos da forma e a sua última expressão.

Palavras-chave: educação estética; desenho e jogos educacionais; escola ativa.

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

**MESA-REDONDA
PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL: HISTÓRIAS
DO PASSADO E DO PRESENTE**

**DE ANORMAIS A EXCEPCIONAIS: UM ESTUDO SOBRE A
HISTÓRIA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA OBRA DE
HELENA ANTIPOFF**

Erika Lourenço
Universidade Federal de Minas Gerais

Ao longo do século XX o sistema educacional brasileiro propôs diferentes formas de educar as crianças com deficiência intelectual. Passou, gradativamente, de um modelo que privilegiava a criação de escolas especiais específicas para a educação de crianças com diferentes deficiências, para um modelo que propunha escolas cada vez mais capazes de acolher e educar todas as crianças, inclusive aquelas com deficiências, em um mesmo contexto. Em todo este processo de construção do que hoje denominamos um modelo inclusivo de escola, a necessidade de compreender as diferenças entre os escolares foi uma constante. Sucederam-se diversas concepções acerca da criança com deficiência intelectual, considerando as causas e a caracterização da deficiência, bem como as estratégias mais indicadas para a sua educação escolar. A obra escrita pela educadora e psicóloga Helena Antipoff no Brasil entre as décadas de 1930 e 1970, objeto deste trabalho, ilustra de forma

representativa esse processo. Helena Antipoff, desde sua chegada ao Brasil em 1929, até o início da década de 1970, preocupou-se com a educação das crianças com deficiência intelectual. Neste sentido, propôs formas de identifica-las, de caracterizar suas dificuldades, de identificar suas potencialidades e de melhor promover a sua educação e inserção no mundo do trabalho. Um conjunto de artigos escritos por Antipoff acerca da “educação do excepcional” demonstra como, em um período de meio século, os conceitos que embasavam as propostas de identificação e educação da criança com deficiência sofreram alterações. Conceitos como os de “anormal” e “retardado”, fundamentados em uma visão médico-biológica da deficiência intelectual, foram gradativamente substituídos pela autora pelo conceito de “excepcional”, que considerava tanto os fatores inatos, como aqueles de ordem psicossocial, como coadjuvantes na causação da deficiência intelectual. Através deste exemplo, pode-se evidenciar como as mudanças nas formas de compreender a deficiência intelectual tiveram impacto direto nas estratégias educacionais propostas para este público - suas potencialidades passaram a ser mais evidenciadas do que suas limitações e, com isso, tornou-se cada vez mais possível a construção da ideia de uma escola inclusiva.

Palavras-chave: deficiência intelectual, excepcional, anormal, educação, história da psicologia.

Financiamento: PRPq-UFMG.

ONDE E COMO EDUCAR OS ANORMAIS: SABERES DIVULGADOS PELA REVISTA DO ENSINO (1925-1940)

Raquel Martins de Assis
Cristina Rodrigues
Faculdade de Educação (UFMG)

Apresentamos resultados de uma pesquisa que teve como objetivo investigar a divulgação de saberes sobre a criança considerada anormal em Minas Gerais pela *Revista do Ensino* (1925 – 1940), periódico publicado pelo Governo mineiro como estratégia para formação de professores afinados com o que se preconizava pelas reformas educacionais. Trata-se de uma pesquisa em História da Psicologia da Educação no Brasil que pretende trazer contribuições para os campos da História da Psicologia da Educação, Educação Especial e Educação Inclusiva ao investigar como os intelectuais, pesquisadores e profissionais que trabalharam com educação e/ou psicologia, na primeira metade do século XX, se apropriaram e divulgaram saberes sobre a criança considerada anormal. Essa divulgação ocorreu em períodos de intensas reformas educacionais como foram o final do século XIX e a primeira metade do século XX, quando se buscava classificar as crianças em classes homogêneas a fim de melhor educá-las. Em um primeiro levantamento realizado na *Revista do Ensino*, encontramos artigos que tratam dos *retardados* e dos *anormais* e que veiculam saberes sobre temas como a falta de

inteligência, a utilização do termo excepcionais, a criança problema - cujo comportamento podia ser considerado antissocial - e os super normais, ou seja, aqueles que possuíam altos escores nos testes de inteligência. Além da classificação, o tema mais abordado no impresso é a importância da ciência, especialmente a psicologia, na educação dos anormais para a construção de práticas pedagógicas.

Palavras-chave: anormais; história da psicologia; educação especial.

Financiamento: CNPQ.

A APROPRIAÇÃO DA TEORIA ADLERIANA NAS CLÍNICAS DE ORIENTAÇÃO INFANTIL DO RIO DE JANEIRO (1934-1939)

Daniela Leal
Centro Universitário Moura Lacerda (CUML)

Historicamente sabe-se que os primeiros estudos sobre psicologia e psicanálise, assim como a introdução de técnicas de psicoterapia no Brasil, ocorreram por intermédio de médicos, entre o final do século XIX e início do século XX, principalmente por intermédio de suas teses de doutoramento ou de provimento de cátedra, bem como durante as palestras proferidas e/ou aulas ministradas nos cursos de Medicina. Entre esses médicos, encontra-se um dos expoentes da Psicologia Social: o médico-psiquiatra, psicólogo social e antropólogo brasileiro Arthur Ramos (1903-1949) que, além de ser um dos precursores da psicanálise, principalmente em sua aplicação ao estudo da infância, foi um dos pioneiros a focar-se na aplicação de alguns dos conceitos da Psicologia Adleriana no Brasil, principalmente com a aplicação de algumas de suas técnicas psicoterápicas nas Clínicas de Orientação Infantil, instaladas nas escolas do Rio de Janeiro. Tais clínicas surgiram em meados dos anos de 1930, com o objetivo de se tornarem um espaço para o desenvolvimento de uma prática de atendimento às crianças, pautadas no âmago de uma nova filosofia educacional, assim como de promoção da formação mental do professor e da formação e orientação dos pais. Isto posto, objetiva-se apresentar nesta comunicação, por intermédio de uma pesquisa

histórica, como os conceitos e as práticas propostas por Alfred Adler foram apropriadas por Arthur Ramos e incorporados a sua prática psicoterápica nas Clínicas de Orientação Infantil no Rio de Janeiro, entre os anos de 1933-1939. Afinal, ao adotar a teoria adleriana, Arthur Ramos chegou a afirmar que tal postura e prática permitiu olhar a criança como uma entidade móvel, cercada de múltiplas influências do meio e, conseqüentemente, não existia o que chamavam de “criança-problema”, mas sim, graus variados de problemas que refletiam no comportamento e no rendimento escolar. Daí a importância da aplicação da psicologia adleriana à pedagogia como forma de estudar as dificuldades das crianças, fornecendo-lhes um plano normal de vida, inserindo nos espaços escolares e das Clínicas de Orientação Infantil o verdadeiro sentido das relações com a comunidade.

Palavras-chave: Alfred Adler; Arthur Ramos; clínicas de orientação infantil; ortofrenia.

RESUMOS DOS MINICURSOS

A ESCRITA E O TEXTO NA PÓS-GRADUAÇÃO

Robson Nascimento da Cruz
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)

“Eu não tenho tempo para escrever”. *“Todos sabem escrever, menos eu”.* *“Quando lerem o que escrevi, todos saberão que sou uma farsa”.* Esses são alguns dos pensamentos que pesquisadores e pesquisadoras, das mais diferentes áreas do conhecimento, vivenciam cotidianamente perante a temida página em branco, sempre a lembrá-los daquilo que — por mais um dia — não conseguiram: **escrever** com satisfação. Somam-se à tais pensamentos a ansiedade, a tristeza, a raiva, o medo, a vergonha, a culpa, entre outras emoções e sentimentos negativos, habituais entre aqueles que se veem diariamente assombrados pelo chamado bloqueio da escrita acadêmica. Todo esse cenário, mais comum do que imaginado e menos assumido do que o necessário, revela um fato óbvio, mas profundamente desprezado no universo acadêmico brasileiro, a saber, que a capacidade de escrever um artigo, uma tese ou livro, não é apenas uma questão de apreensão das por regras formais da redação científica, mas também resultado de como vivemos psicologicamente a prática textual. Ou seja, a escrita acadêmica é dependente de uma complexa dimensão psicológica que afeta profundamente os rumos da trajetória dos homens e mulheres que se dedicam aos ofícios da pesquisa e da docência. Tendo em vista esse quadro, o propósito deste curso é debater, ainda que de

modo introdutório, a noção de bloqueio da escrita acadêmica e prover exemplos de estratégias práticas, para os participantes lidarem com um problema que afeta inúmeros pesquisadores e pesquisadoras, das mais diferentes áreas do conhecimento e nível de formação.

Palavras-chave: escrita acadêmica; bloqueio da escrita; sofrimento mental na vida acadêmica.

TEA E APRAXIA DE FALA NA INFÂNCIA

Cynthia Coimbra de Azevedo
Letícia Maria de Paula Silva
MultiGestos

Uma das áreas mais afetadas nas pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é a comunicação. A ausência ou atraso de fala nos casos de TEA, geralmente está relacionada a déficits nas habilidades cognitivas e sociais da linguagem. No entanto, falhas no planejamento motor da fala, conhecido como Apraxia de fala na Infância (AFI), podem interferir no processo de aquisição de fala, necessitando investigação. A AFI é um distúrbio motor da fala, de origem neurológica que compromete o planejamento e programação motora da fala, resultando em erros na produção dos sons. A expressão oral fica bastante comprometida, pois ocorre uma falha ao planejar e programar a sequência de movimentos dos órgãos fonoarticulatórios (mandíbula, lábios e da língua) para produzir sons e formar sílabas ou palavras. Há uma grande discrepância entre a compreensão e a expressão, visto que a criança entende muito mais do que consegue produzir oralmente. Crianças com TEA também podem ter o diagnóstico de apraxia de fala associado. Alguns estudos têm apontado que aproximadamente 65% das pessoas com TEA podem ter Apraxia de fala. No entanto, não há dados conclusivos sobre esta associação, pois poucos estudos focam na habilidade de fala (articulação) das pessoas com TEA. As diferenças entre TEA e

AFI são sutis, portanto o diagnóstico diferencial precoce é muito importante e pode ser determinante na condução do tratamento adequado. A suspeita de AFI nestas crianças deve ser levantada quando o ritmo de desenvolvimento da fala não acompanhar a evolução em outros aspectos trabalhados como: intenção comunicativa, contato visual, compreensão verbal, habilidades cognitivas e o uso de recursos de comunicação alternativa. A falta de informação por parte dos profissionais pode levar a um subdiagnóstico nesta população. O diagnóstico de AFI é feito pelo fonoaudiólogo experiente nas desordens de fala, a partir dos 3 anos de idade, pois necessita ter um certo vocabulário. A terapia fonoaudiológica precisa ser direcionada para o treino motor de fala, com apoio de pistas multissensoriais, sem deixar de lado o desenvolvimento das habilidades de linguagem, necessárias para uma comunicação efetiva. A parceria entre profissionais, pais e escola é fundamental para um bom prognóstico da AFI.

Palavras-chave: TEA; apraxia de fala; fonoaudiologia.

DESENVOLVIMENTO MOTOR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO – TEA

Simara Regina de Oliveira Ribeiro
Universidade Federal de Minas Gerais

O desenvolvimento motor humano é um processo contínuo, que vai da concepção à morte. Com ele o ser humano adquire uma enorme quantidade de habilidades motoras, que progridem de movimentos reflexos/involuntários, que são simples e desorganizados, até a execução de habilidades motoras especializadas, que são altamente organizadas e complexas. A constituição do desenvolvimento motor é fruto da interação entre indivíduo, tarefa e ambiente. Desse modo, fatores genéticos associados às experiências de vida, aqui destacando-se as práticas motoras, são determinantes para o seu nível. Apesar do desenvolvimento motor ocorrer ao longo de toda a vida, há "janelas temporais" que são mais propícias para sua ampliação, como a infância. Nessa fase, cerca de 15 a 20% da população é acometida pelos transtornos do neurodesenvolvimento, que se referem a um grupo de condições caracterizados por déficits no desenvolvimento que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional e, assim como o desenvolvimento motor, são desencadeados pela interação entre a genética e o ambiente. Dentre esses transtornos, temos o Transtorno do Espectro do Autismo - TEA, que se caracteriza por déficits persistentes na comunicação e interação social em múltiplos

contextos, atingindo 1 em cada 68 crianças na faixa etária dos 8 anos. Apesar dos déficits motores não serem critério diagnóstico do TEA, a associação dessa comorbidade é frequente. Diversas pesquisas apontam que crianças com TEA, quando comparadas com seus pares, apresentam maior prevalência desses déficits com desenvolvimento tardio das habilidades motoras grossas e finas e problemas na autopercepção de competências motoras. Além disso, o nível de desenvolvimento motor dessas crianças foi associado aos níveis de desenvolvimento cognitivo, de linguagem e de socialização, o que demonstra uma estreita relação entre essas áreas. Desse modo, avaliar a proficiência motora de crianças com TEA e intervir através de programas motores, associando-os às intervenções medicamentosas e terapias comportamentais, tem se tornado um promissor recurso terapêutico.

Palavras-chave: desenvolvimento motor; transtorno do espectro do autismo; intervenção motora.

O BRINCAR (A ASSUNÇÃO DE PAPÉIS) DA CRIANÇA COM AUTISMO NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Maria Angélica da Silva
Secretaria de Estado de Educação (SEEDF)

Daniele Nunes Henrique Silva
Universidade de Brasília (UnB)

Diferentes campos científicos (antropologia, medicina, arte, psicologia, pedagogia, dentre outros) dissertam sobre a importância do brincar no desenvolvimento infantil, mas especificamente o faz de conta. Todavia, a depender do campo teórico, o modo de problematizar esta temática assume distintos contornos. No âmbito da psicologia a compreensão é uníssona sobre o papel fundamental que a brincadeira assume no desenvolvimento humano. Os representantes da perspectiva histórico-cultural, Vigotski, Leontiev e Elkonin avançam muito nos estudos sobre a atividade lúdica infantil, defendendo o brincar como uma atividade potencial de desenvolvimento das funções superiores e fundamental para a emergência de processos simbólicos complexos na ontogênese. Vigotski argumenta que a brincadeira não é uma mera fonte de prazer, mas uma necessidade vital que a criança experimenta no processo de apropriação do universo circundante, a saber: o mundo da cultura. Sendo assim, a brincadeira não surge do nada, não é algo natural, mas uma construção histórica e social, que revela um modo específico de inserção da criança na cultura. Apoiado nestes

argumentos teóricos, fundamentamos nosso estudo sobre o brincar da criança com autismo, mais especificamente o faz de conta. Assim sendo, este minicurso tem como proposta apresentar uma discussão sobre o faz de conta da criança com autismo a partir dos pressupostos teóricos da perspectiva histórico-cultural. Refletiremos sobre a visão tradicional do brincar da criança com autismo e apresentaremos o avanço dos estudos no campo da psicologia histórico-cultural sobre esta temática. Concluiremos o minicurso revelando os resultados obtidos na pesquisa de mestrado realizada com crianças com autismo a qual constatou a assunção de papéis por elas na atividade lúdica, mais especificamente, no faz de conta. Para além, comprovamos e defendemos que tanto a participação (intencionalmente qualificada) do outro na atividade lúdica quanto a criação de cenários (cenografia) são elementos mediadores promotores do desenvolvimento da criança com autismo, alargando processos de simbolização e experiências alteritárias envolvidos no jogo simbólico. Deste modo, revelaremos que a criança com autismo, de uma maneira qualitativamente diferente, não somente brinca, como imagina e assume papéis.

Palavras-chave: autismo; perspectiva histórico-cultural; jogo de papéis.

EXPOSIÇÃO “KÁTIA SANTANA”

Curadoria Ivana Andrés

Existem pessoas que nos servem de modelo e nos apontam caminhos novos a serem seguidos. Kátia Santana é um exemplo dessas pessoas, um modelo de superação dos próprios limites, sempre buscando transformar a si mesma. Portadora de paralisia cerebral, que lhe acarretou problemas na fala, nas pernas e nas mãos, Kátia depende de uma cadeira de rodas e de pessoas que possam lhe dar suporte em todas as suas atividades. Mesmo com essas limitações e, sempre com bom humor e inteligência, ela tem se desenvolvido na área das artes plásticas e publicou, de forma independente, um livro sobre suas experiências e reflexões. Sua pintura não segue nenhum modismo, pois se trata de uma necessidade natural. Sentada em sua cadeira e, tendo diante de si a tela e as tintas, ela mergulha o pincel nas cores e utiliza o branco como contraste e matéria, conseguindo resultados surpreendentes, sem lançar mão de fundos ou técnicas requintadas. Kátia tem se dedicado à pintura de quadros cada vez maiores, que ela executa com pinceladas expressivas e em pouco tempo. É instrutivo e sugestivo assistir à sua atuação e ver a criatividade fluir espontaneamente de suas mãos que, mesmo deformadas, obedecem aos olhos sensíveis e à inteligência aguçada de artista. Kátia já realizou exposições individuais em várias cidades do Brasil. Participou de várias exposições coletivas, dentre elas

integrando a mostra “Artistas Especiais sem Fronteiras” no XXIX Encontro Anual Helena Antipoff em 2011.

APRESENTAÇÃO TEATRAL: MONÓLOGO CAMILLE CLAUDEL

Performance sobre a vida de Camille Claudel. Enlouquecida e morando num hospício na França, desenha compulsivamente, lembrando sua tumultuada relação de amor e arte com o grande escultor Auguste Rodin. Sua genialidade e rebeldia não se adequavam aos rígidos padrões patriarcais de sua época, razão pela qual foi internada por 30 anos, até a sua morte aos 79 anos de idade. Na cena, Camille Claudel, com delírios persecutórios, ouve vozes e tem visões de esculturas que ela executou e expôs com sucesso antes de sua internação. No painel ao fundo estão imagens em desenhos de esculturas suas e de Rodin. Camille veste um camisão também desenhado com imagens de obras suas e de Rodin. A arte que ela faz sem parar e que permeia todo o ambiente, é a sua válvula de escape e a sua forma de superação da angústia e solidão de viver num hospício sem receber a visita de ninguém. A cena não tem uma temporalidade definida, embora aconteça nos anos 20. O texto é baseado em dados biográficos dos dois artistas e contém cartas de Rodin e Camille, bem como o laudo da internação. Este mostra claramente preconceitos sexistas vigentes, que restringiam a liberdade da mulher em viver sozinha ou até mesmo trabalhar e ser bem sucedida. Ivana Andrés, artista do desenho e do canto, mostra nesta performance sobre Camille Claudel, dirigido por Luciano Luppi, a sua face de atriz, contracenando com personagens imaginárias, enquanto desenha e canta músicas “à capella”. O texto, escrito por

ela em parceria com Luciano Luppi, aborda, além das questões de gênero, a forma como a loucura era tratada na época. Atualmente, pessoas em situações de sofrimento mental, devido à luta antimanicomial, estão cada vez mais sendo assistidas e integradas na família e na sociedade.

**RESUMOS DAS
SESSÕES COORDENADAS**

SESSÃO COORDENADA 1

EIXO: HISTÓRIA DA PSICOLOGIA E DAS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

GREY LITERATURE E HISTÓRIA DA PSICOLOGIA: ARQUIVOS REINIER ROZESTRATEN

Ana Camila Marcelo
Jéssica de Sousa França
Lais Finotto
Roberta Francielli de S. Rohden
Renan da Cunha Soares Junior
Heloisa Bruna Freire
Rodrigo Lopes Miranda
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

A historiografia da Psicologia tem se constituído, dentre outros, pelo desenvolvimento de arquivos históricos com materiais cuja circulação é limitada ou está fora de editoração (*grey literature*). Este tipo de documentação se caracteriza, *grosso modo*, como as fontes primárias da pesquisa historiográfica; elas são a matéria-prima da História. Nesta direção, este trabalho tem como objetivo apresentar esforços, em andamento, na catalogação e categorização de fontes relacionadas à Reinier Johannes Antonius Rozestraten (1924-2008) encerradas na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). O trabalho está baseado em métodos para conservação de um memorial e, assim, facilitar o acesso a informações de um dos pioneiros da

Psicologia, no país. Metodologicamente, o trabalho de conservação foi organizado em três etapas, a saber: (1) levantamento da quantidade de materiais que estavam encerrados na instituição; (2) classificação do material por categorias temáticas e (3) agrupamento dos materiais com títulos ou temáticas similares dentro do espaço disponível na UCDB. Foram registrados, até o presente momento, 36 caixas, 41 pastas, 06 apostilas, 16 documentos avulsos, 129 “livros” e 26 aparatos. As temáticas encontradas dentre os materiais foram variadas, mas elas haviam sido atribuídas pelo próprio Rozestraten, antes de seu falecimento, com títulos em cada uma das caixas. Assim, mantivemos tal categorização, cujos títulos foram, dentre outros: Percepção, Psicofísica, Psicologia Cognitiva, Aprendizagem e Psicologia do Trânsito. A maior parte do material está relacionada à Psicologia do Trânsito, seguido de Psicologia Experimental e Aprendizagem. Esta etapa de nosso trabalho nos permitiu observar a multiplicidade de tipos e modalidades de fontes, tais como trabalhos orientados, cartas, atas, etc. Notamos, também, a presença de diferentes idiomas (e.g., holandês, inglês, português) e instituições de ensino (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais [PUC-MG], Universidade Federal de Minas Gerais [UFMG], etc.). O adensamento do processo de catalogação, ainda em desenvolvimento, nos permitirá contribuir para a preservação da memória de Rozestraten de maneira mais eficaz. Isso terá potenciais impactos na memória da Psicologia brasileira que, por sua vez, poderá criar um espaço para

futuras investigações em História da Psicologia e outros campos, por exemplo, Psicologia do Trânsito.

Palavras-chave: história da psicologia; Literatura Cinza; Arquivos Históricos, Reinier Rozestraten.

Financiamento: CNPq.

**UMA HISTÓRIA DA ARTICULAÇÃO DA PSICOLOGIA
BRASILEIRA COM AS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS:
CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA VIDA E OBRA DE NEUSA
SANTOS SOUZA**

William Pereira Penna
Universidade Federal Fluminense (UFF)

A psicologia hegemonicamente tem desconsiderado a discussão sobre as relações étnico-raciais brasileiras. Desta maneira, pouco tem contribuído para a desnaturalização e o combate ao racismo nas suas próprias práticas de atuação, ensino, pesquisa e extensão. A partir do processo de expansão universitária e das políticas de ações afirmativas das universidades brasileiras, pode-se notar algumas insurgências e articulações de coletivos e pessoas negras para a construção de fissuras a esse silenciamento. No entanto, uma vez que ao fazer isso não se retoma a história da psicologia e os escassos porém significativos trabalhos de psicólogas/os brasileiras/os que discutiram o racismo na psicologia, corre-se o risco de cair em certo ineditismo. É por esse ângulo que o trabalho toma como objeto o estudo da história da articulação da psicologia brasileira com as relações raciais, tecendo algumas considerações sobre esse entrecruzamento. Em sequência, salienta alguns aspectos preliminares da pesquisa a respeito da vida e da obra de Neusa Santos Souza, célebre psicanalista negra que dentre outras obras, escreveu o livro “Tornar-se Negro: As Vicissitudes da Identidade do

Negro Brasileiro em Ascensão Social". Como metodologia empreendeu-se o estudo da história da psicologia em articulação com as relações raciais através de uma revisão bibliográfica referente a esses dois marcadores. Além disso, elencou-se alguns elementos provenientes da História Oral, através de entrevistas com profissionais do âmbito psi e militantes do movimento negro que conviveram com a autora no decorrer de sua vida na cidade do Rio de Janeiro. Como resultado parcial pode-se considerar que embora o campo psicológico hegemonicamente tem ignorado e/ou minimizado as discussões sobre as relações étnico-raciais, no Brasil, os saberes psicológicos se fundam a partir da construção de um projeto de identidade nacional que tem como objetivo o embranquecimento da população e o extermínio da população negra e indígena. Porém outras narrativas e atores vieram à tona com trabalhos de psicólogos\os negras\os que discutiram criticamente as relações raciais brasileiras, como por exemplo os de Virgínia Bicudo e Maria Aparecida Silva Bento. Além destas, enfocamos aqui o de Neusa Santos Souza, psicanalista baiana que constrói sua residência e atuação na cidade do Rio de Janeiro, tendo importância marcante no âmbito das práticas psis e no movimento negro de sua época. Seu livro configura-se como um marco para o estudo das relações raciais brasileiras e sem sombra de dúvidas deveria ser mais trabalhado no âmbito das práticas psis.

Palavras-chave: psicologia; relações-raciais; Neusa Santos Souza.

Financiamento: CAPES.

LIMA BARRETO E A CONSTITUIÇÃO DA MEDICINA MENTAL NO BRASIL: UM PERCURSO ATRAVÉS DE DIFERENTES NARRATIVAS SOBRE ALCOOLISMO E LOUCURA

Fernando de Melo Machado
História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia do HCTE
(UFRJ)

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado que aborda a constituição da medicina mental no Brasil em articulação com a vida e com a obra de Lima Barreto (1881-1922). O objetivo maior dessa aproximação entre Lima Barreto e o saber médico de seu tempo consiste em traçar um percurso através de diferentes narrativas sobre alcoolismo e loucura. Isto é, busco colocar lado a lado diferentes textos com a finalidade de explorar a complexidade do sofrimento mental não só a partir de fontes médicas ou históricas: recorro igualmente a escritos e a marcos biográficos do romancista para traçar um quadro das primeiras décadas de surgimento da psiquiatria no Brasil. Desta forma, me concentro no período que vai desde o início do século XIX até as primeiras décadas do século XX, pois assim abarcamos desde a gênese do pensamento psiquiátrico brasileiro até o apogeu e o declínio do modelo do Hospício. Esse período coincide com o que MACHADO (1978) denomina trajetória higienista do pensamento psiquiátrico brasileiro. Com isso ele pretende transmitir a ideia de que o que esteve principalmente em jogo nessa época foi a penetração massiva da medicina no tecido

social para intervir limpando o que havia de patológico e indesejável na sociedade. Assim, a psiquiatria assume para si o papel de guardiã das chaves do segredo da loucura, prevenindo a anormalidade e enclausurando no Hospício, cujas “paredes curativas” seriam capazes de restituir a sanidade aos insanos (Foucault, 2017). Esse movimento brasileiro se apoia nos desenvolvimentos europeus capitaneados por Pinel, que estabelece em definitivo o Hospício como a instituição por excelência para o tratamento da doença mental (Alves, 2010). No contexto nacional, O Hospício de Pedro II , criado em 1852, foi a primeira instituição do gênero (Amarante, 1995). Anos mais tarde, foram criadas as Colônias Agrícolas de São Bento e Conde de Mesquita, que contaram com João Henriques de Lima Barreto, pai do escritor, na função de administrador nos primeiros anos de sua existência (Schwarcz, 2017). João Henriques acabou enlouquecendo e esse fato modificou a vida de Lima Barreto de deferentes maneiras (Barbosa, 2017). Ao longo de um período de intensa produção literária e jornalística, durante o qual esteve intensamente envolvido com temas como discriminação e estigmas diversos, Lima Barreto obteve certo reconhecimento de seus contemporâneos; contudo, isso se mostrou bem aquém dos anseios do romancista, que acabou internado no Hospício Nacional dos Alienados, vítima do alcoolismo. Lá, ele teve contato com personagens importantes da medicina mental brasileira como Juliano Moreira e Henrique Roxo (Barreto, 2017). O trabalho em tela busca contar uma parcela dessas histórias

de Lima Barreto que se desdobram infinitamente e permitem inúmeros pontos de reflexão para os dias atuais.

Palavras-chave: Lima Barreto; história do saber psiquiátrico; alcoolismo.

“UMA CIÊNCIA DOS FENÔMENOS SUBJETIVOS”: PARA COMPREENDER O DISCRIMINACIONISMO AFETIVO DE WACLAW RADECKI

Luiz Eduardo Prado da Fonseca
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

O objetivo deste trabalho é apresentar uma via de interpretação do sistema de Waclaw Radecki, o “Discriminacionismo Afetivo”, ainda pouco compreendido entre os psicólogos brasileiros. Sendo o sistema de Radecki alvo de análise de Rogério Centofanti em dois textos (2003, 2012) e principal autor sobre o psicólogo polonês no campo da história da psicologia no Brasil (2004), o Discriminacionismo Afetivo ainda se mantém misterioso para a historiografia brasileira, dado em parte pela dificuldade de se encontrar chaves para a interpretação dos conceitos contidos no “Tratado de Psicologia” e demais escritos de Radecki. Este trabalho visa utilizar três fontes básicas: o “Tratado...”, a monografia “A colocação da psicologia no sistema das ciências” e o texto inédito no Brasil “A obra psicológica de Radecki”, publicado apenas no Uruguai (onde Radecki faleceu em Montevideo, em 1953), para produzir uma interpretação sobre o sistema. A proposta é que o Discriminacionismo Afetivo esteja menos próximo dos sistemas do início do século XX, como o Gestaltismo, o Behaviorismo e a Psicanálise, e dialogue mais diretamente com seus antecessores europeus do século XIX, como a psicologia voluntária de Wundt e contemporâneos. Partindo deste pressuposto, o argumento central do

trabalho é traçar um paralelo de Radecki com Wundt e deste trabalho com o de Saulo de Freitas Araújo (2012), no sentido de argumentar que o “Tratado de Psicologia” seria incompreensível sem compreender a filosofia por trás da obra do psicólogo polonês. Ao articular a introdução do “Tratado...”, onde Radecki articula as definições de psicologia de Paul Janet e Theodore Flournoy, aliado à noção particular da psicologia entre as demais ciências que Radecki propõe na monografia “A colocação...” e a publicação de seus discípulos uruguaios “A obra psicológica de Radecki”, pretende-se demonstrar que a principal preocupação era fundamentar a psicologia, em seus fenômenos mais básicos, segundo uma biologia e, em seus fenômenos superiores, segundo uma interlocução da psicologia com demais áreas segundo um desenvolvimento específico das ciências.

Palavras-chave: Waclaw Radecki; discriminacionismo afetivo; história da psicologia no Brasil.

ANTISSEMITISMO HEIDEGGERIANO: UMA PEDRA NO CAMINHO DA PSICOLOGIA

Sérgio Farnese
Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA)

Com a publicação dos cadernos **Negros**, o antissemitismo de Martin Heidegger ganhou uma coloração ofuscante de todas as apologias e de todas as negativas que têm em mãos aqueles que desejam ainda fazer uso de suas afirmações nos cenários da fenomenologia aplicada à arquitetura, ao direito e à psicologia. Um estudo dos seminários de 1933-1935 pelo professor Faye, da Universidade de Rouen, produziu em 2010 o livro **Heidegger - a introdução do nazismo na filosofia**, lançado no Brasil no ano que passou, onde ele descreve a inserção, nas categorias principais de *Ser e Tempo*, dos conteúdos antissemitas do nazismo. Justamente a *abertura* que a doutrina fenomenológica de Heidegger tinha de mais sedutor, reverberada mundo afora pelo olhar de Sartre, Derrida e Merleau -Ponty, aparece agora encapsulada por conteúdos hitleristas que reúnem, nos volumes finais da edição completa, inseparáveis, o homem e a obra. Faye apresenta, em alemão e português, materiais inéditos de intolerância com a *judaização* da cultura, fazendo coro com os discursos de Hitler, atirando às fogueiras dos autos de fé os livros de Freud, acompanhados pelos de Einstein e Marx. O silêncio ante as objeções de Hebert Marcuse, feitas por carta, estendeu-se até sua morte: Heidegger nunca se retratou ou manifestou arrependimento,

ao contrário, preparou junto do filho e do editor von Hermann, a entrega ao público, sem crítica, do que agora choca os que buscavam isentar suas ideias do bojo de sua adesão política. Esse choque levou o editor von Hermann a procurar, em 2011, o professor Alfieri, estudioso de Edith Stein, que esteve na Fafich em 2015, para mostrar em primeira mão sua preocupação com o que continham os cadernos *Negros*, o que resultou em um livro conjunto, dos dois, onde buscam, como uma saída hermenêutica a *la Gadamer*, uma interpretação dos termos imponderavelmente antissemítas utilizados por Heidegger. Curiosamente, uma carta inédita de Helena Antipoff a seu marido, Viktor Iretzky, de 1929, debate com ele a questão do antissemitismo. Numa carta a Cláparede, que veio à luz em 2016, ela comenta a situação eleitoral dos anos 30 no Brasil, numa aparente simpatia pelas propostas de solução do fascismo getulista para nossas questões nacionais. O ineditismo de sua correspondência com o filho durante dez anos nos avisa o tanto que há a se fazer, a exemplo do trabalhos nesse sentido operado em Genebra e em Moscou. O professor Alfieri, em entrevista, lamentou o modo como está lançada a questão do antissemitismo, que parece não deixar espaço para o debate com aqueles que fazem uso de categorias fenomenológicas sem abrirem mão de posições democráticas e filosóficas, as quais Heidegger festejava ver enterradas pela introdução do nazismo na filosofia. Foi embora, o charme de epígrafes e citações pontuais de um autor que em nenhum momento recuou no aplauso textual e teórico ao genocídio de judeus, ciganos, negros, homossexuais e

portadores de necessidades especiais, como os infradotados a quem Helena Antipoff dedicou seus estudos em psicologia educacional.

Palavras-chave: cadernos negros; Heidegger; Edith Stein; Antipoff.

SESSÃO COORDENADA 2
EIXO: FORMAÇÃO DE EDUCADORES E DE PSICÓLOGOS

**A INCLUSÃO DA MODALIDADE LICENCIATURA NA
REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE PSICÓLOGOS NO
BRASIL EM 1962: UMA HISTÓRIA A PARTIR DOS
DOCUMENTOS**

Deolinda Armani Turci
Sérgio Dias Cirino
Érika Lourenço
Departamento de Psicologia (UFMG)

Este trabalho é parte da pesquisa de doutorado que analisa, historicamente, a implantação da licenciatura em Psicologia no Brasil. Apresentamos aqui os resultados da análise documental da primeira etapa da pesquisa. Após localizarmos no site da Câmara dos deputados, o dossiê contendo os documentos do processo que culminou na regulamentação da profissão em 1962, analisamos as fontes tendo como referencial metodológico a análise de conteúdo. Utilizamos como categorias de análise, as datas dos documentos, a origem, autoria dos mesmos e os termos: licenciatura, licença, ensino, docência e formação de professores. Identificamos que o percurso de tramitação do processo até a regulamentação da profissão foi acompanhado de uma trajetória de aproximadamente 11 anos.

Importante observar que desde a década de 1930 já havia profissionais da área interessados em formar psicólogos no Brasil e que o processo foi acompanhado de disputas institucionais entre vários profissionais que já atuavam na profissão no país. A demanda desses profissionais contribuiu significativamente para os processos de organização e regulamentação da profissão. Compreendendo a importância de estudo mais aprofundado sobre o tema, o Departamento de Ensino Superior (DNE) do Ministério da Educação e Cultura decidiu que fossem ouvidas entidades que já atuavam na área, dentre essas a Associação Brasileira de Psicotécnica, o Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil e as Faculdades de Filosofia do país. A Associação Brasileira de Psicotécnica em 1953 encaminhou anteprojeto de lei dispendo sobre curso de psicologia e psicotécnica. No documento o psicólogo seria formado em curso de 3 anos no bacharelado e o psicotécnico licenciado em curso subsequente de 2 anos, nos segmentos de aplicação à educação, ao trabalho e à clínica psicológica. Identificamos que os termos licença e licenciado neste documento têm o sentido de autorização para atuação na Psicologia aplicada. Outro projeto encaminhado foi derivado do 1º Congresso Brasileiro de Psicologia ocorrido em dezembro de 1953 em Curitiba. No documento a proposta é de 4 anos para formação básica mais dois anos de especialização. Não há no documento referências à docência ou licenciatura. Mais um projeto enviado ao DNE foi construído a partir do 1º Simpósio das faculdades de Filosofia do Brasil que ocorreu em Julho de 1953. A organização

curricular do mesmo era de matérias básicas e optativas e incluía a licenciatura subseqüente ao bacharelado, como previsto em todos os cursos das Faculdades de Filosofia. Em 1958 o Presidente da República envia ao Congresso Nacional o projeto nº 3825 que dispunha dos cursos de formação e regulamentação da profissão. Nesse a licença teria duas séries anuais com modalidades de pesquisa, aplicação e ensino, e inclusão da disciplina Didática na segunda série da licença. Após vários substitutivos que tramitaram na Câmara dos Deputados, o de dezembro de 1961 traz a formação de licenciados em um ano e o seguinte currículo: Neurologia, Psicopedagogia, Psicologia Profunda, Técnicas do Exame Psicológico, Administração Escolar, Didática Geral e Didática Especial. Este substitutivo é o que se transforma na lei 4119 de 1962, porém com o veto do Presidente da República aos artigos iniciais que descreviam o currículo para a formação no país.

Palavras-chave: história da psicologia; licenciatura; regulamentação da profissão; formação de professores.

**MEMORIAL DE ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA:
REPENSANDO A COMPLEXIDADE DO ESPAÇO ESCOLAR A
PARTIR DA PRÓPRIA TRAJETÓRIA ESCOLAR**

Douglas Tomácio
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Joelma Silva Andrade
Maria Michelle Fernandes Alves
FACISABH

O Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte (FACISABH) tem a duração de quatro anos. Apresenta como objetivos principais formar alunos competentes e com habilidades para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, bem como promover e incentivar estudos e pesquisas relacionados à formação de professores. Em articulação com as Diretrizes e os Parâmetros Curriculares Nacionais, o Curso de Pedagogia da FACISABH propõe contribuir para a formação de profissionais docentes voltados para a construção de uma cidadania consciente e ativa. A disciplina Psicologia Educacional: ensino e aprendizagem visa refletir os diversos aspectos que permeiam os processos de ensino e de aprendizagem, tais como a relação professor e aluno, as estratégias de ensino e de aprendizagem, a avaliação, dentre outros. É de extrema importância para a formação do pedagogo, uma vez que ensinar e aprender são processos presentes na formação e na atuação do profissional

independente do contexto em que está inserido (espaço escolar e/ou não escolar). Já a disciplina Dificuldades e Transtornos de Aprendizagem objetiva identificar e classificar aspectos afetivos, sócio-econômicos, orgânicos e educacionais que interfiram no processo de ensino-aprendizagem; possibilitar o desenvolvimento de possíveis soluções para a atuação em relação às dificuldades e transtornos de aprendizagem do aprendente, bem como, refletir o entendimento sobre os paradigmas que foram estabelecidos historicamente acerca das dificuldades e transtornos de aprendizagem. As disciplinas mencionadas realizam um trabalho interdisciplinar há seis anos com os alunos, chamado Memorial escolar. O profissional que se propõe a trabalhar na escola precisa estar ciente da importância e da complexidade desse espaço de vivências formativas e a melhor forma de fazê-lo é realizando uma auto-análise de suas próprias experiências escolares, que é o principal objetivo do Memorial escolar. O Memorial envolve um auto-exame, em sequência temporal, dos eventos e influências que o aluno considera mais significativos da sua vida escolar. No trabalho o aluno deve passar em revista as instituições, os colegas, os professores e as atividades escolares que mais foram significativas. Assim, o Memorial possibilita ao aluno, futuro agente da educação, compreender que a escola é uma instituição que interfere na formação das pessoas, de seus valores e na sua visão de mundo. Na escola aprendem-se conteúdos acadêmicos, mas também, faz-se necessário compreender que também é espaço do aprender a ser

“Ser Humano”, a conviver em sociedade. Aprender a conviver com o diferente, a submeter-se a regras, a libertar-se, a conquistar, a lidar com a frustração, com variadas relações que dizem de nossa condição humana. Destarte, o estudante do curso de Pedagogia, a partir de sua própria trajetória, tem oportunidade de repensar a complexidade do espaço escolar. Tarefa árdua! Fazer com que os futuros profissionais da área da educação interiorizem que a escola para todos significa lidar com as diferenças, as singularidades! Caminho a ser construído no próprio caminhar!

Palavras-chave: memorial; educação; trajetória escolar.

O “PREÇO” E O “DESPREÇO” PELO ALUNO *HANDICAPÉ* NA “INDÚSTRIA DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS”

Isael de Jesus Sena
Marcelo Ricardo Pereira
Faculdade de Educação (UFMG)

Visamos, com este trabalho, discutir como se efetivou o processo de seleção, “inclusão” e a desistência de um estudante, com múltiplas deficiências, que frequentou um curso de graduação, na área de saúde, durante oito semestres, em uma faculdade privada. A necessidade da presença do especialista, a elegibilidade do aluno, a aplicação de provas especiais, a alteração do currículo, além da sensibilização dos professores de cada disciplina conjugaram desafios durante a assistência ao aluno, em seu percurso formativo. Ademais, a sua permanência no curso era uma vivência marcada por avanços e frustrações constantes por não dispor do tempo suficiente para cumprir as atividades curriculares. Os estudos recentes têm apontado como desafio a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais – NEE no ensino superior. Tais dificuldades podem ser apontadas desde as condições estruturais das instituições até a formação docente que leve em consideração as singularidades de cada aluno. Constrangimento, descaso, segregação dos alunos, até a retórica do despreparo dos professores, são situações concretas que esbarram no “impossível” de educar. Somado a estes fatores, percebe-se que os variados mecanismos de seleção dos estudantes

“regulares” e com NEE têm sido questionáveis, uma vez que parte considerável do modelo de ensino superior privado, segundo a lógica do mercado, dão ênfase muito mais a quantidade em detrimento a qualidade da formação e do ensino nelas desenvolvidas. Nesse universo, a ausência de critérios universais para preencher vagas é um sinal evidente dos variados mecanismos negadores de uma ética que pudesse estabelecer referências sensíveis e princípios efetivos para essas demandas formuladas na atualidade. A “fábrica de conhecimentos”, ou a “indústria dos serviços educacionais”, expressões que justificam uma formação utilitarista, concebem um ensino superior com a finalidade precípua de fornecer aos seus “consumidores”, neste caso, os alunos, as destrezas necessárias ao ingresso ou reingresso ao mundo do trabalho, nem sempre garantido, de preferência naquelas ocupações atualmente mais valorizadas pelo mercado. Seguindo essa lógica de “mercado”, as faculdades privadas dão ênfase muito mais ao conhecimento como um “objeto de consumo”, em detrimento de seu valor cultural e da formação de profissionais com senso crítico. Assim, percebe-se também que o professor, à mercê das políticas neoliberais vem, paulatinamente, se desobrigando de seu papel de incitar a reflexão, o pensamento e a produção de conhecimento crítico. Portanto, no mercado do capitalismo educacional, tudo vai se resumir num valor de troca, ou seja, no “preço”, similar ao de uma mercadoria. Desse modo, o discurso capitalista, de um lado, rejeita o ser, desprezando-o, há um “despreço” pelo sujeito. De outro, o estudante é aquele “o que faz

preço-único”. Nesse sentido, cabe a ressalva feita por Lacan segundo a qual “estamos nos valores. Aliás, todos nós nadamos nisso no abençoado tempo em que vivemos”. Eis a razão, então, para interrogarmos o que somos capazes de produzir mesmo em matéria de ser. Assim sendo, questionamos: qual é o “preço” do aluno *handicapé* na indústria dos serviços educacionais?

Palavras-chaves: discurso capitalista; educação neoliberal; inclusão.

A PSICOLOGIA NOS PROGRAMAS DA ESCOLA NORMAL DO DISTRITO FEDERAL

Renata Patricia Forain de Valentim
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Com final da escravidão e o início da primeira república no Brasil, as exigências em relação às questões educacionais e pedagógicas se tornam mais prementes e a instrução torna-se um veículo do pensamento científico, técnico e industrial que emergia como consequência direta destas transformações. Para a Educação, a presença da Psicologia significou a aquisição um aliado poderoso que a auxiliava a estabelecer-se como área científica, oferecendo-lhe subsídios teóricos e todo um arsenal técnico de instrumentalização para a ação educativa. Como uma associada à pedagogia, a Psicologia surgiu, até definir-se, progressivamente, como uma disciplina indispensável para o projeto sanitaria da sociedade brasileira, ganhando corpo na formação de professores das Escolas Normais. Partindo destas considerações, neste trabalho, tivemos como objetivo compreender a presença da Psicologia no curso de formação de professores da Escola Normal do Distrito Federal. Procuramos identificar como ela se consolidou como substrato científico reconhecido na atuação pedagógica, e quais os termos e limites de sua adesão aos projetos eugênicos e higiênicos, difundidos na primeira fase republicana brasileira. Para tanto foram analisados os programas de ensino desta escola normal abrangidos no CMEB,

Centro de Memória da Educação Brasileira, localizado na Biblioteca do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. Com base na análise desses arquivos acompanhamos a trajetória do ensino da psicologia entre seu aparecimento como tópico curricular, inserido no ensino de Pedagogia, até o momento em que adquiriu autonomia disciplinar. No total foram localizados 18 programas, que correspondem aos anos de: 1899, 1902, 1904, 1906 a 1915, 1917, 1923, 1924, 1927 e 1929. Percebemos que o ensino da Psicologia começava a partir do terceiro ano do curso normal, estendendo-se por vezes ao quarto ano ou limitando-se a este. Uma exceção é o programa de 1923, no qual não foi identificada nenhuma menção à Psicologia. A pesquisa encontra-se em andamento, porém é possível verificar que nesse alinhamento, o ensino da Psicologia seria um instrumento dos dispositivos políticos republicanos de controle social, associado aos projetos industriais e urbanos, que progressivamente reorganizavam a escola e seus métodos pedagógicos em direção ao modelo da fábrica e às conformações morais, físicas e cognitivas que se tornaram necessárias à sua cadeia produtiva.

Palavras-chave: história da psicologia; história da educação; programas de ensino; escolas normais.

Financiamento: Faperj; UERJ.

ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS COMO ESTRATÉGIA PARA O ENSINO DE PSICOLOGIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO EXTRACURRICULAR

Rodolfo Luís Leite Batista
Daianne Fátima Silva Anselmo
Maísa Barbosa Dutra
Maristela Campos de Almeida
Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC)

Esta comunicação relata uma experiência de estágio extracurricular realizado por estudantes de psicologia de um centro universitário de Barbacena, Minas Gerais, durante o 2º semestre de 2017. Os estágios são estratégias fundamentais para a formação universitária e devem possibilitar ao estudante a integração dos conteúdos trabalhados em sala de aula às práticas de profissionalização, realizadas sob supervisão. Esse estágio foi realizado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barbacena (APAE-Barbacena), instituição fundada em 1962 para o atendimento de crianças com deficiência da cidade mineira e região, e objetivou (a) a organização do arquivo de laudos psicológicos do Setor de Psicologia produzidos desde a criação da instituição, mediante a criação de base de dados informatizada e alocação adequada dos documentos; (b) o estudo teórico sobre as práticas psicológicas e educacionais ligadas à Educação Especial e Inclusiva no período de funcionamento da instituição, com vistas ao desenvolvimento de projetos de pesquisa; (c) com base na realização de práticas de conservação e

preservação, a discussão sobre a produção e o arquivamento de documentos psicológicos. O grupo de estágio era composto inicialmente de sete estudantes e seu professor-supervisor, que se reuniam semanalmente para discussão de textos e organização das práticas de digitalização das informações. Além disso, foram realizadas oficinas de conservação e de preservação de fontes históricas com um profissional da arquivologia. Reconhecendo-se a importância da “história da psicologia” e da “história da educação especial e inclusiva” como formas de problematização do perfil profissional do psicólogo, considera-se esta experiência de estágio poderia possibilitar: o reconhecimento da pesquisa histórica como forma de atuação para o psicólogo; o contato com informações sobre a história da psicologia e da educação especial e inclusiva em contexto local; e, a reflexão sobre a produção de documentos psicológicos e seu arquivamento. Em avaliação ao estágio, concluiu-se que há necessidade de que sejam criadas estratégias formativas que sensibilizem os estagiários ao estudo e à investigação de temáticas históricas. Dessa maneira, espera-se que a historicidade dos processos de profissionalização e de constituição das práticas psicológicas seja mais bem mediada e que os estudantes reflitam acerca da relação constitutiva entre teorias e técnicas psicológicas. É preciso também identificar possibilidades de dinamização das práticas de organização de arquivo, uma vez que frequentemente os estagiários se queixavam de seu caráter repetitivo, não identificando sua importância para a pesquisa histórica e para o trabalho do

psicólogo. Hoje, estabelecem-se como próximas etapas do estágio a finalização da transposição das informações dos registros manuais de atendimento para criação de base de dados informatizada; a realização da mudança física do arquivo e acondicionamento adequado dos documentos. Espera-se que após a realização dessas atividades, projetos de pesquisa possam ser realizados e conseqüentemente ocorra a ampliação do conhecimento histórico acerca da psicologia e da educação especial e inclusiva na mesorregião mineira do Campos das Vertentes.

Palavras-chave: história da psicologia; ensino da psicologia; estágio curricular; arquivo.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UM DIÁLOGO ENTRE A ESCOLA E A UNIVERSIDADE

Adriana Araújo Pereira Borges
Terezinha Cristina da Costa Rocha
Faculdade de Educação (UFMG)

Tânia Aretuza Ambrizi Gebara
Centro Pedagógico da Escola de Educação Básica e
Profissional (UFMG)

Ao refletirmos sobre a inclusão escolar, no que tange aos alunos considerados 'público da educação especial', sabemos que a formação de professores tem papel fundamental neste processo. No entanto, entendemos que é contraditório pensar na formação de docentes sem termos um estreito diálogo com a realidade do cotidiano escolar, que contribuí para a atualização da nossa própria atuação e formação enquanto formadores de professores, que está sempre em movimento. Apresentamos neste trabalho um projeto de *ensino, pesquisa e extensão*, realizado no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2017, que envolveu professores da Faculdade de Educação da UFMG, estudantes com deficiência e professores do 'Centro Pedagógico' da UFMG e professores da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. O objetivo do projeto foi congregar ações dos profissionais dos três espaços envolvidos para conhecer, refletir e analisar as especificidades dos estudantes considerados público da educação especial, um-a-um, matriculados no ensino fundamental do

Centro Pedagógico e construir, conjuntamente, propostas de adaptações curriculares e intervenções pedagógicas que pudessem contribuir para a inclusão. No que diz respeito à metodologia, tratou-se de um estudo com características de *pesquisa qualitativa participante* (SEVERINO, 2007) e o trabalho foi construído com fundamentação no estudo individualizado das especificidades de cada estudante, com a discussão do Plano de Ensino Individualizado (PEI) de cada um deles e, ainda, pesando em intervenções pedagógicas que pudessem contribuir para toda a turma na qual eles estavam matriculados. Da primeira fase do projeto, temos como resultado o atendimento feito a dois estudantes: o “estudante A”, do sexo masculino, matriculado no 1º ano do ensino fundamental, com 7 anos de idade e que, embora não possua um “laudo fechado”, de acordo com a equipe multiprofissional, tem características de uma pessoa com paralisia cerebral; e a “estudante B”, do sexo feminino, matriculada no 3º ano, com 9 anos de idade, com surdez severa em processo progressivo, e que faz uso da Libras e também do Português por meio da leitura/escrita e da leitura labial. Para o “estudante A” foi realizada uma intervenção que teve como foco estudo e elaboração conjunta do PEI, o qual abrangeu questões como identificação e o planejamento de uma forma de comunicação com o aluno, “manejo” de comportamento, a progressiva retirada do uso de fraudas, a valorização do aprendizado em atividades que o estudante gosta, e orientação aos familiares e diálogo com os professores. Para a “estudante B” foi realizada uma intervenção específica para a

dificuldade da aluna em compreender conceitos matemáticos, principalmente a multiplicação. Para ela, realizou-se o estudo e o planejamento de uma sequência didática, envolvendo momentos de socialização e atividades lúdicas, que envolveu professores, monitores, intérpretes de Libras e a turma. Foi possível conhecer e refletir sobre as demandas do cotidiano escolar para uma possível formação de professores e das equipes do Atendimento Educacional Especializado. O estudo contribuiu para o deslocamento do “lugar comum” de responsabilidade exclusiva de um professor em relação aos seus alunos e colocou uma equipe múltipla e engajada para refletir sobre esses aspectos.

Palavras-chave: educação inclusiva; plano de ensino Individualizado; intervenções pedagógicas.

Financiamento: Programa de Apoio à Inclusão e Promoção da Acessibilidade (PIPA-UFMG) e Pró-Reitoria de Extensão (PROEX-UFMG).

SESSÃO COORDENADA 3
EIXO: HISTÓRIA DA PSICOLOGIA E DAS CIÊNCIAS DA
EDUCAÇÃO

O USO DA EXPERIMENTAÇÃO NATURAL NA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES: APROPRIAÇÕES DE HELENA ANTIPOFF

Riviane Borghesi Bravo
Faculdade de Educação (UFMG)
Centro Universitário Newton Paiva – Belo Horizonte - MG)

Raquel Martins de Assis
Faculdade de Educação (UFMG)

Em 1945, foi publicado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* um trabalho, realizado sob a orientação da psicóloga e educadora russa Helena Antipoff na Escola de Aperfeiçoamento, intitulado “Dos perfis caracterológicos como elemento de educação democrática”. Nesse texto, Antipoff descreve como o método da Experimentação Natural de Lazursky foi utilizado para criar, entre professoras-alunas, uma experiência de formação democrática. Nessa circunstância, as professoras tiveram a oportunidade de fazer diversas observações, no mesmo formato da Experimentação Natural do psicólogo e psiquiatra russo Lazursky, durante os seus próprios trabalhos enquanto passavam pelo processo de formação profissional. Preencheram fichas de elaboração dos perfis caracterológicos a partir

do autojulgamento, no caso da avaliação dos próprios caracteres, e a partir do heterojulgamento, no caso da avaliação das companheiras de turma. Os traços caracterológicos foram trabalhos em tabelas numéricas e, posteriormente, colocados em perfil estrela. Os dados obtidos dessa experiência possibilitou trabalhar a personalidade, adaptar os professores ao contexto de trabalho durante o curso de psicologia na Escola de Aperfeiçoamento e mostrar a importância do método para avaliar o perfil de cada indivíduo e propor uma atividade em que pudessem trabalhar o desenvolvimento de características voltadas para a educação democrática. O educador deveria perceber o confronto que existe entre o julgamento que o indivíduo faz de si mesmo, a reputação que tem, e o conceito que dele fazem os colegas. Desse modo, o problema do julgamento de si e do outro foi apresentado no trabalho realizado com as professoras, já que o exercício da Experimentação Natural criava um parâmetro para a própria observação. Também auxiliava na construção de um ambiente de confiança com atividades produtivas e úteis à coletividade. Tal proposta fornecia a compreensão dos professores em relação à própria personalidade para, posteriormente, ter ferramentas para observar e trabalhar com as manifestações dos alunos. A experimentação significava um instrumento para que educadores vivenciassem conceitos que avaliariam em seus alunos. O método da Experimentação Natural apropriado por Antipoff parece ter sido utilizado em um contexto específico, principalmente buscando investigar as características individuais e, posteriormente, propor

intervenções educacionais geralmente relacionadas à formação de hábitos. O método também foi utilizado tanto para os alunos no contexto da Psicologia do Excepcional, como também teve utilidade na formação de professoras, estando presente para trabalhar o autoconhecimento dos educadores. Uma iniciativa que se enquadra no contexto da Escola Nova e dos novos projetos que se disseminaram na década de 1930 no Brasil, principalmente no estado de Minas Gerais, onde o processo educacional passava a ter uma perspectiva mais individual e com maior participação da psicologia.

Palavras-chave: personalidade; experimentação natural; educação; formação de professores.

HELENA ANTIPOFF: “UMA HISTÓRIA DEMOCRÁTICA”

Daniel Borges Rodrigues da Silva
Otavio Henrique Ferreira da Silva
João Paulo Lisbão Nanô
Rede Municipal de Educação Ibirité

O objetivo principal do trabalho é valorizar o papel de Helena Antipoff como uma das maiores influenciadoras em programas sociais e educacionais que Minas Gerais e a cidade de Ibirité já possuíram. Helena Antipoff ao ter dedicado metade de sua vida a educação, consolidou sua marca na história de nosso país. O diálogo de suas experiências e práticas pedagógicas contribuíram muito para a participação de crianças e jovens ao desenvolvimento de sua própria autonomia. Buscaremos apresentar uma síntese de seu pioneirismo na educação especial e na formação de professores. O método utilizado nesse trabalho foi a análise biográfica. Ao longo do percurso estudado, observamos que o contexto de sua chegada a Belo Horizonte foi impactada pelas características peculiares no âmbito político em que a cidade vivia. Foi através do diálogo com várias autoridades e as estranhas relações burocráticas, que dona Helena, como carinhosamente era chamada, percebeu a importância de mediar conflitos de interesses públicos, a favor de seu principal objetivo, os menos favorecidos. Sua chegada ao Brasil em 06 de agosto de 1929, no Porto de Santos, começa a antecipar suas observações acerca da desorganização social, e como esta era

invadida por fatores sociais regionais e a formação de grandes centros urbanos. Futuramente esta percepção serviria como base de uma concepção bem peculiar ao seu estilo humanista. Neste sentido procurar-se-á entender a especificidade da decadência do ruralista, tendo em vista que os conflitos da cidade passam por uma ação coletiva e não em uma caminhada melancólica como a do homem do campo. A importância da iniciação da sociedade Pestalozzi foi um dos primeiros passos que evidenciaram sua preocupação com a formação diária com construção e participação dos educadores. Posteriormente, a Idealização da fazenda do Rosário em 1939, visou o princípio democrático de oportunizar o aprendizado a todo ser de boa vontade, e nessa perspectiva a necessidade de preparar e despertar no jovem o interesse pelo país. Desse modo os resultados indicam, sobretudo, que as práticas do trabalho interdisciplinar devem sempre buscar a equivalência da individualidade produtiva, respeitando sempre a evolução cognitiva de cada criança e nunca deixando de entender seus anseios e contextos. Tal perspectiva contrastava com um momento histórico em que a realidade do homem do campo brasileiro incorporava ações imediatistas que resultavam no mais do mesmo. Portanto durante a pesquisa, percebemos o papel importante de Dona Helena ao desempenhar com criatividade o seu papel pedagógico, influenciando olhares sobre a democratização do ensino rural e inclusão social, a investigação e aprofundamento dessas etapas deixando bem clara que a atuação passa por diretrizes

de respeito aos direitos humanos e a educação e inserção do homem do campo no seu espaço de direito.

Palavra-chave: democracia.

Financiamento: Secretaria Municipal de Educação de Ibité.

O ENSINO DA MATEMÁTICA NO 2º CURSO RURAL FAZENDA DO ROSÁRIO – 1949

Cassiano Bitencourt Oliveira
Nilson de Matos Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais

No ano de 1929, a pedagoga e psicóloga Helena Wladimirna Antipoff veio para o Brasil a convite do então governador do estado de Minas Gerais para organizar a reforma do ensino. A mudança visava a implantação de graduação normalista para o aperfeiçoamento de professores para atuarem dentro de suas comunidades, visto que as professoras, todas do sexo feminino, aqui chamadas de alunas-professoras, faziam o curso em regime de internato, onde uma das práticas adotadas, era que fossem relatados em um diário os acontecimentos ao final de cada dia. Os diários estão disponíveis no acervo do Memorial do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA), localizado na cidade de Ibirité-MG. O presente trabalho é resultado inicial de buscas e levantamentos nos relatos referentes ao 2º Curso Rural Fazenda do Rosário no ano de 1949, nos meses de junho a julho, com a finalidade de responder a seguinte questão: Quais as estratégias utilizadas para o ensino da Matemática no Curso Rural Fazenda do Rosário? O critério utilizado consistiu em observar a forma como a Matemática era trabalhada no período em que Helena Antipoff coordenava o ensino, bem como suas práticas, métodos e a didática adotada pela pedagoga. Nessa perspectiva

apresentamos uma breve síntese do que encontramos. Intitulada no curso rural como Aritmética, podia se observar que a Matemática muitas vezes se perfazia como uma ferramenta indispensável em algumas disciplinas como, por exemplo, Controle de Pragas. Havia a necessidade de se calcular uma área para definir a quantidade exata de remédio para dedetizar determinados espaços, nesse sentido a construção do conhecimento matemático vinha repleta de significados e dentro do curso rural fazia sentido o porquê aprender a calcular área, por exemplo. Através dos relatos contidos nos diários que acessamos, observamos práticas de escritas utilizadas pelas alunas, o que no desenvolver do trabalho geraram discussões interessantes por se tratar de um trabalho investigativo de tentar reconstruir o porquê da utilização de um tipo de escrita ou símbolos utilizados pelas estudantes. Constatou-se, também, a utilização de elementos próximos à realidade das alunas na elaboração de problemas, nem sempre matemáticos, mas que utilizam de conhecimentos da disciplina para sua construção e resolução.

Até o momento, observamos que o ensino da aritmética se dava por questões reais do dia a dia, das quais surgiam situações problemas. O ensinamento da disciplina se dava de uma forma leve que envolvia as alunas a aprenderem a metodologia, a fim de sanar problemas de suas comunidades. E com isso, podemos observar que enquanto o ensino não trazer para perto de si questões do dia-a-dia dos alunos e significados ao que está sendo passado, haverá cada vez mais desinteresse no processo de ensino-aprendizado.

Palavras-chave: Helena Antipoff; CPDHA; curso rural; ensino de matemática.

**PRÁTICAS DE LEITURA ESCRITA NO COMPLEXO
EDUCACIONAL DA FAZENDA DO ROSÁRIO: UM MODO
“ANTIPOFFIANO” DE LETRAR**

Camila Jardim de Meira
Fabiana Andreata Raymundo
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Regina Helena de Freitas Campos
Faculdade de Educação (UFMG)

Apresentamos uma breve discussão dos resultados do Projeto de Pesquisa “MEMÓRIAS REVISITADAS: experiências de professoras e alunas do Curso Normal Regional no Complexo da Fazenda do Rosário”, fomentado pelo Programa de Apoio da Pesquisa - Papq da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG e desenvolvido durante o ano de 2017. Durante a pesquisa foram entrevistadas três ex-alunas do Curso Normal Regional, com o intuito de resgatar por meio de relatos orais de histórias de vidas as vivências cotidianas na Fazenda do Rosário. Ressalta-se que os encontros para a escuta dos relatos, ocorreram no espaço do Memorial Helena Antipoff, em Ibirité, intencionando a valorização de lugares de memória. Tais relatos ilustram fazeres cotidianos diversos, também registrados nos diários, escritos pelas ex-alunas, que hoje fazem parte do acervo do Memorial. A partir das falas das entrevistadas foi possível observar que as práticas de leitura e produção textual estavam circunscritas em experiências sociais diárias. Nesta perspectiva, é possível observar

intencionalidades na proposição da escrita de diários e do seu uso como recurso didático. Os relatos evidenciam que além dos diários individuais existiam os diários coletivos onde a escrita era realizada em sistema de rodízio, o que imprime ao processo caráter colaborativo e inclusivo. Observou-se nos relatos das ex-alunas, que a leitura destes diários eram realizadas no refeitório após o jantar, em um momento de recreação e lazer em que as alunas socializavam suas impressões acerca dos acontecimentos na Fazenda do Rosário e suas aprendizagens. Neste sentido, embora o conceito de letramento seja ainda recente, e, portanto posterior às “Pedagogias Rosarianas”, Helena Antipoff ao sugerir momentos de socialização da escrita, antevê a importância da prática social da leitura. Assim, a confecção destes diários e sua posterior leitura caracterizam-se como intensas práticas de letramento, enaltecendo a preocupação de Helena Antipoff, em desenvolver metodologias que promovessem a formação integral dos indivíduos em uma perspectiva colaborativa e inclusiva.

Palavras-chave: práticas de leitura; cadernos diários; formação integral.

Financiamento: Programa de Apoio da Pesquisa - Papq da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG.

**BOLETIM INFÂNCIA EXCEPCIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA AS
POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
(1933-1979)**

Esther Augusta Nunes Barbosa
Adriana Araújo Pereira Borges
Universidade Federal de Minas Gerais

Este trabalho teve por objetivo identificar as propostas de políticas públicas educacionais publicadas na coleção do boletim *Infância Excepcional*. Este boletim, composto por 12 números, foi publicado pela Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais entre os anos de 1933 e 1979. Sua coletânea foi organizada a partir do número 8 publicado em 1966 aproveitando de publicações anteriores da instituição para compor os números de 1 ao 7. Tratando-se de uma pesquisa de cunho histórico analisamos documentos primários e secundários, buscando, além dos próprios boletins, outros documentos que nos auxiliaram no diálogo com os dados e informações publicadas pela Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais. Na análise do campo político educacional adotamos o conceito de política pública como ação pública, que considera a atuação articulada de membros da sociedade civil e agentes públicos que trabalham em busca da efetivação de direitos sociais. Assim, seguimos a metodologia do ciclo de políticas formulado por Stephen Ball e Richard Bowe, que considera a existência de cinco contextos diferentes para constituição das políticas públicas, sendo eles: Contexto de influência; Contexto

da produção de texto; Contexto da prática; Contexto dos resultados/efeitos. Seriam elas formuladas, assim, com base em cinco processos inter-relacionados, não lineares e articulados com diversos atores sociais. Estes atores muitas vezes são diferentes entre si, originários de grupos distintos e possuem propostas conflitantes, e as ações públicas podem ser resultantes das disputas existentes entre eles. Com base nesta concepção teórico-metodológica como resultados preliminares identificamos o *Infância Excepcional* como um veículo situado no contexto de influências das políticas por meio da difusão das ideias da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais. O boletim expunha opiniões com: sugestões de alterações nas políticas para melhorar o atendimento educacional da pessoa com deficiência; divulgação de modelos de atendimento educacional que consideravam exemplares; publicação alguns atos oficiais em detrimento de outros; sugestões de ampliação de recursos financeiros destinados à educação especial; divulgação entidades mantenedoras das instituições de assistência aos “deficientes mentais”; posicionamento esquivo diante de temas polêmicos, mesmo quando publicado pelo boletim. Diante do exposto, concluímos que o *Infância Excepcional* ultrapassava o limite da mera divulgação científica e pedagógica, posicionando-se diante das políticas estabelecidas e de temas delicados circulantes no período.

Palavras-chave: Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais; políticas públicas; educação especial

Financiamento: Pesquisa apoiada pelo CNPQ, FAPEMIG e PRPq

D. ANTIPOFF, ANO 100

Sergio Farnese

2019 marcará o centenário de Daniel Antipoff, nascido num 31 de março da Revolução Russa. Mas Merleau pontificava, comemorar é também trair. Preparemos então, com muito cuidado, as comemorações. Em 1992, Daniel organizou o centenário de sua mãe, o *I Congresso da Educação Antipoffiana*, com delegações do Rio, Brasília, Minas. Alaíde Lisboa, Bartolomeu Queiroz, Ivanda Bottrel, ainda estavam entre nós. Quais eram as preocupações de Daniel há 26 anos atrás? Um balanço do que se fez, nesse intervalo, com ele e sem ele, permite, serenamente, avaliarmos o que se avançou a partir de metas e aspirações ali colocadas, para passarmos, sob o crivo de traição, a planejar a comemoração. Horas de gravação em áudio e vídeo daquele congresso estão disponíveis. Poderemos, até, quem sabe, considerar a salutar hipótese de nada fazer, em uníssono coro com o adágio de Maurice Merleau-Ponty. Mas se uma coisa nos ensinaram, os Antipoff, é que, viver, é também agir. Uma grande preocupação de Daniel naqueles anos noventa, que sempre o aturdiam a cada mudança de governo no Estado, era o destino que a Fundação Helena Antipoff e a crítica roedora das traças dariam ao precioso arquivo que ali se encontrava, um capítulo inteiro da história da psicologia. Esse problema está sob controle: o material foi

tombado, recuperado e armazenado de modo condizente pelo CECOR e disponibilizado nas sedes do CDPHA da Biblioteca Central da UFMG e da UEMG, em Ibirité. Tudo está em boas mãos. Daniel se foi, com essa missão cumprida. Resta-nos ler, traduzir e publicar, em meio a uma impensada e benvinda *invasão* russa. Outra preocupação ainda maior, foi o dever de casa deixado ao pé de ouvido, no leito de morte, por D. Helena. Não se ir, sem fazer alguma coisa de relevante, ao modo do que se fez aos portadores de necessidade especiais básicas, em benefício dos talentosos de QI elevado. Daniel levou em frente a ADAV, presidiu a ABSD-MG, para onde convocava os integrantes, todo mês, por telefone, para uma agradável reunião noturna no IPAMIG, outra obra sua, onde atendia como psicólogo e afeira, a pedidos de pais e professores, o QI de alguns petizes mais agitados. Criou também a EDUC, nos limites de Nova Lima, onde garotos de QI pra lá de 120 usufruíam de suas salas de aula redondas e da liberdade para aprender em meio à natureza. Daniel se foi. E agora? Na quinhentésima palavra final, levemos para casa mais esse dever, refletindo sobre o que podemos fazer para que, pelo menos, o comemorar fique meio a meio com as inexoráveis traições de praxe. Pesquisas, publicações, traduções, reuniões, intervenções curriculares, teses e antíteses formam um amplo leque de opções. Doses de simplicidade, generosidade, acolhimento dos diferentes, inclusão no lugar de exclusão do próximo, não nos deixam mal com o agraciado. Sempre lembrando do clamor dos mortos, no

além, pelas madrugadas sombrias de março, como uma ventania a nos soprar o fel da dúvida: *deixem-nos em paz, malditos!*

Palavras-chave: centenario; Daniel Antipoff.

SESSÃO COORDENADA 4
EIXO: PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

PERFIL DE CRIANÇAS COM QUEIXA ESCOLAR EM UM
SERVIÇO-ESCOLA DE PSICOLOGIA

Janine Dantas Macedo
Letícia Feitosa Castro
Marcella Rebello Byrro
César Rota Júnior

Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (FIPMoc)

Sérgio Dias Cirino
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

A atenção à queixa escolar, por parte do profissional psicólogo, veio passando por importantes mudanças ao longo do tempo: das práticas clínicas focadas na identificação dos problemas da criança que não aprende às práticas contemporâneas que a tomam como sujeito e envolvem a instituição escolar tanto na compreensão quanto na resolução das questões que se colocam à psicologia, nota-se não uma linearidade, mas a sobreposição de modelos de atenção à queixa escolar. Desde 1962, com o reconhecimento da profissão do psicólogo no Brasil e o início dos primeiros cursos de psicologia, os serviços-escola aparecem como obrigatoriedade no processo de formação do futuro psicólogo. Assim, compreender melhor a maneira como estas crianças tem sido atendidas, que tipo de intervenção tem

sido possível realizar, torna-se importante na melhoria do atendimento prestado e no desenvolvimento dos conhecimentos do campo. Tratou-se de pesquisa quali-quantitativa, de caráter descritivo, a partir da análise de prontuários de crianças atendidas no serviço-escola de psicologia de uma faculdade privada, cujo objetivo foi analisar o percurso de atendimento de crianças encaminhadas ao serviço, bem como realizar um levantamento do perfil da clientela infantil atendida no referido serviço-escola. Como recorte temporal, foram analisados prontuários de 2012 à 2016, totalizando a 351 prontuários. Como resultados, chegou-se ao percentual de 44,96% de crianças de até 12 anos, atendidas no serviço-escola, encaminhadas por dificuldades no processo de escolarização, incluindo queixas escolares diversas, como lentidão para aprender, dificuldades em ler e escrever, dificuldades de concentração, como também suspeitas de diagnósticos de dislexia, transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e autismo. Também figura uma maioria de crianças do sexo masculino (62,11%), e a faixa etária de 6 a 10 anos é a mais frequente (66,38%), o que é corroborado pela literatura especializada da área. Frente aos serviços oferecidos pela unidade, notou-se que no Plantão Psicológico foram realizados a maioria dos atendimentos (49,57%), o que se explica pelo fato de que este é a "porta de entrada" do serviço-escola. Além disso, o serviço de psicopedagogia foi o segundo para o qual as crianças foram encaminhadas (17,09%), evidenciando uma tendência a individualizar a compreensão das queixas escolares, sobretudo a partir do Plantão

Psicológico, em detrimento de um olhar mais amplo para o fenômeno da queixa escolar. Desta forma, foi possível traçar um perfil das crianças atendidas no referido serviço-escola, o que poderá ser tomado como referência pelo próprio para a melhoria da prestação de serviços à comunidade local, além de dar margem à problematização da abordagem psicológica das queixas escolares.

Palavras-chave: queixa escolar; serviço-escola; psicologia escolar/educacional.

Financiamento: FAPEMIG.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA O ENFRENTAMENTO DO FRACASSO ESCOLAR

Larissa Marcolino Vanderlei
Faculdade de Psicologia (PUC-MG- Betim)

“Contribuições da psicologia para o enfrentamento do fracasso escolar” se refere ao trabalho de conclusão de curso para obtenção de título de bacharel em Psicologia, apresentado no segundo semestre de 2017 para a Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Campus Betim. Tal trabalho consiste em uma extensa pesquisa bibliográfica acerca do Fracasso Escolar enquanto um fenômeno social que produz diversos impactos subjetivos. O Fracasso escolar foi tomado como um fenômeno construído em meio à várias instancias sociais que se constituem como fatores de produção do Fracasso Escolar tais como o Estado, a família e a Escola. No decorrer da pesquisa, se buscou compreender o ambiente escolar no qual esse fenômeno se manifesta, assim como as relações intersubjetivas e pedagógicas que se constroem nesse ambiente e que influenciam o processo de aprendizagem, e principalmente, buscou-se compreender quais seriam as contribuições de uma ciência psicológica para o enfrentamento deste fenômeno. Para isso, se tornou necessário problematizar o contexto histórico em que os fatores de produção do Fracasso Escolar se moldaram e a relação que eles estabelecem junto a um modelo sócio-político. Pôde-se então perceber, que a

lógica de funcionamento da escola foi fundada em um modelo socioeconômico caracterizado pela desigualdade social e, conseqüentemente, pela desigualdade nas relações de poder. Nesse sentido, se observou que o atual modelo de ensino é, ainda hoje, utilizado como uma ferramenta de controle e de manutenção social, que acaba por inserir no interior das escolas uma prática voltada a uma lógica de funcionamento da sociedade capitalista que promove não apenas uma repetição dos conteúdos lecionados, mas a repetição dessa lógica de funcionamento sócio-político. Essa lógica, no ambiente escolar, visa, entre outras coisas, a padronização não apenas do desempenho escolar, mas principalmente à padronização de comportamentos sociais pautados na passividade e submissão a esse sistema que, através de discurso meritocrático, encobre uma ideologia que promove a patologização e culpabilização daqueles estudantes que não se enquadram nesse modelo, ao mesmo tempo em que dificulta e inviabiliza no ambiente escolar a promoção de um espaço para uma discussão crítica acerca do conhecimento produzido ou reproduzido e do contexto social em que se insere. Assim sendo, foi possível concluir que no interior das escolas há um discurso ideológico que orienta tanto os conteúdos a serem lecionados quanto as formas de ensino, assim como as relações estabelecidas entre o corpo docente e discente. Dessa forma, se considera nesse trabalho, a importância de uma prática libertadora e crítica nas escolas, sendo o Psicólogo um agente de mediação e promoção do diálogo entre os agentes envolvidos no ambiente

escolar, para a formação dos estudantes como sujeitos cidadãos críticos.

Palavras-chave: fracasso escolar; psicologia; enfrentamento; educação.

INTERVENÇÃO COGNITIVO MOTOR EM BEBÊS DE CRECHES PÚBLICAS DE PETRÓPOLIS

Noory Lisias Oliveira

Diana Ramos-Oliveira

Programa de Pós-graduação em Psicologia - Universidade Católica
de Petrópolis

O comportamento motor no primeiro ano de vida é a ferramenta principal para o bebê exteriorizar seus desejos físicos e psíquicos. A atividade motora tem, junto com a sensorial, um importante papel, graças ao qual o indivíduo explora e maneja o meio. Ou seja, os potenciais do desenvolvimento não requerem unicamente a manutenção dos processos orgânicos, mas, o intercâmbio com o ambiente. Esta relação é de vital importância; na primeira infância, a sua qualidade tem uma influência determinante na orientação do temperamento, da personalidade e encaminha a descoberta do seu EU, gerando uma construção gradual de sua personalidade. Desta forma, a qualidade de estímulos nos primeiros anos de vida se faz necessário pelo seu papel formador, na primeira infância para as aquisições do pensamento abstrato no futuro. O correto direcionamento das estimulações pode levar a uma diminuição das incapacidades ou condições indesejáveis, principalmente em indivíduos de baixa renda pouco estimulado no lar, que são maioria nas creches públicas que, por causa de suas circunstâncias pessoais, apresentam alto risco de aprendizagem motor. O papel do

fisioterapeuta neste contexto torna-se imprescindível, porque sua carreira tem entre seus objetivos avaliar, reabilitar e prevenir sequelas que acarretam prejuízos futuro. Portanto com o objetivo de demonstrar a necessidade do profissional de reabilitação neste ambiente, realizou-se uma pesquisa interventiva com um delineamento quase experimental em seis creches públicas, onde três creches eram do Grupo Controle(GC) e três do Grupo Intervenção(GI), , foi realizada dez sessões estimulatória em bebês de seis meses a um ano de idade no total de 29 crianças,(16 no GI,13 no GC) que duraram 15 minutos por indivíduo, utilizando exercícios que estimularam os padrões de perseguição visual, manipulação e ganho de postura. Os resultados evidenciaram que respostas motoras emergem do incentivo cognitivo para realizar tarefas com menor gasto energético, mas com eficiência. Incentivar um bebê a fazer incursões exploratória motora gera estratégias cognitivas, que serão fixadas e repetidas conforme a sua eficácia, demonstrando que o meio externo, pode influenciar as aquisições de conhecimento em construção sucessiva de experiência anterior como base de novas aquisições. As ausências de atividades motoras que estimulem o ganho de novas posturas, torna-se um dos grandes problemas apontados nesta pesquisa, onde o déficit cognitivo motor ocorreu de forma peremptória nos pós-teste do grupo controle. Em contrapartida as crianças do Grupo Intervenção ao receber a intervenção da fisioterapia com padrões normais de movimentos com uso de brinquedos adequados com sons, músicas reconhecimento corporal, teve aumento de

atividades e movimentos geradores de pensamentos complexos para aquisições da meta que o próprio bebê estipulou como alvo, aumentando o repertório das práxis o que determinou o ganho cognitivo refinado em relação ao Grupo Controle.

Palavras-chave: creches públicas; atraso cognitivo motor; intervenção.

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS

Bruna Apolinário da Silva
Thatiane Santos Ruas
FAMINAS-BH

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa monográfica desenvolvida e defendida no ano de 2017 no curso de Pedagogia da Faculdade de Minas - Belo Horizonte. Refere-se a um estudo bibliográfico que objetivou investigar como alguns artigos publicados na base de dados do portal de periódicos do *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO), entre os anos de 2005 a 2016, abordam os distúrbios de aprendizagem no contexto de escolarização de crianças. Para tanto, a abordagem metodológica adotada foi a qualitativa e o principal procedimento, foi a pesquisa bibliográfica. Além disso, a pesquisa é do tipo descritiva e exploratória. Para realizar a busca foi utilizada a palavra-chave “distúrbios de aprendizagem”. A partir do levantamento na referida base de dados, foram selecionados artigos que traziam em seu contexto a palavra chave utilizada. Foram encontrados na base de dados SCIELO 65 artigos, sendo que 53 deles são datados de 2005 a 2016 e os outros 12 artigos restantes foram publicados entre 1977 e 2004. Dos 53 artigos que correspondem ao período selecionado para essa pesquisa, 49 não irão aparecer neste trabalho, pois, apesar de citarem algum tipo de

distúrbio, tratam de diferentes temáticas que estão fora do contexto do estudo, qual seja, o processo de escolarização de crianças. Desse modo, foram selecionados 04 artigos para serem analisados de forma mais detalhada, os quais foram considerados dentro do contexto investigado. Um desses artigos abordou a influência que o ambiente escolar, entre outros, exerce sobre o comportamento das crianças com distúrbios de aprendizagem, comportamentos esses consideradas não inatos. Outros dois artigos realizaram comparações entre crianças com queixa de distúrbios de aprendizagem e um grupo de controle, cujos alunos não apresentavam distúrbios de aprendizagem. E o derradeiro artigo discutiu sobre o conhecimento prévio de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental a respeito dos distúrbios de aprendizagem, bem como os efeitos da formação continuada sobre esse corpo de profissionais. Nesse sentido, notou-se que os pesquisadores têm tendências a realizar pesquisas comparativas, a fim de encontrar padrões característicos nas crianças que apresentam queixa de distúrbios de aprendizagem. Entende-se que tal perspectiva é um fator positivo, visto que tornam conhecidas uma gama ainda maior de características que possam ser observáveis entre o grupo alvo das pesquisas. Por fim, observou-se que todos os artigos apresentaram um relativo grau de convergência quanto à descrição de aspectos observáveis, formas de diagnóstico e condutas metodológicas no ensino de crianças com distúrbios de aprendizagem. Conclui-se que a discussão sobre a inclusão de crianças com distúrbios de aprendizagem nos espaços escolares é

ainda bastante lacunar na base de dados pesquisada e que é necessário o alargamento de novas investigações no campo da Educação, especialmente a partir da interlocução com o âmbito da Psicologia, entre outras áreas de conhecimento.

Palavras-chave: distúrbios de aprendizagem; processo de escolarização; crianças

VIVÊNCIAS DE BEBÊS E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Isabela Costa Dominici
Maria de Fátima Cardoso Gomes
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

O presente trabalho tem como objetivo apresentar reflexões sobre o processo de construção de identidades de bebês em uma Unidade Municipal de Educação Infantil de Belo Horizonte. Entendemos que este processo acontece na relação com outro, com o meio ambiente, ou seja, por meio das relações sociais e da apropriação cultural. Esse trabalho faz parte do desenvolvimento de uma Tese de Doutorado em construção, que desenvolve pesquisa etnográfica e longitudinal. Para o desenvolvimento da pesquisa de tal Tese estamos utilizando a observação participante, a videogravação, as anotações em caderno de campo e as gravações das entrevistas que foram realizadas com os professores e com a família das crianças. Sendo que este estudo faz parte de uma pesquisa maior, em andamento, com duração de seis anos que, no ano de 2017 iniciou a primeira fase de investigação, com bebês de 04 meses a 1 ano de idade. O procedimento de análise do material empírico vem sendo realizado por meio de análise contrastiva, interpretativa e discursiva. Para desenvolvimento da reflexão proposta tem-se como fundamentação teórica a Psicologia Histórico-Cultural, a Etnografia em Educação e Estudos sobre a Infância. Ao longo das observações que aconteceram no primeiro ano de vida dos bebês foi possível perceber a importância das vivências,

bem como da afetividade nas práticas culturais, que são permeadas de combinados e regras e que constituem a cultura institucional da Unidade Municipal de Educação Infantil, onde a pesquisa está sendo realizada. Sobre as vivências temos, a partir da Psicologia Histórico-Cultural, que é a unidade entre o afeto e o intelecto, pois o que é vivenciado por qualquer pessoa perpassa tanto as emoções quanto a razão e, entre bebês e o meio ambiente. Dessa forma o que foi vivenciado pelos bebês em 2017 possibilitou-os atribuir sentidos e significados às vivências, que no caso da UMEI estão diretamente relacionadas às suas práticas culturais. Tal atribuição de sentidos e significado foi essencial para os processos de construção da identidade desses bebês.

Palavras-chave: bebês; vivências; identidades; psicologia histórico-cultural.

SESSÃO COORDENADA 5
EIXO: PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

**A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA EDUCACIONAL E DO
PSICÓLOGO ESCOLAR DO ISCED – UNON EM CABINDA-
ANGOLA: AVANÇOS, PERSPECTIVAS E CONTROVERSAS**

Isael de Jesus Sena
Marcelo Ricardo Pereira
Maria de Fátima Cardoso Gomes
Faculdade de Educação (UFMG)

Este trabalho é resultado de uma pesquisa, decorrente de uma missão de estudos realizada no âmbito do Programa Pró-Mobilidade Internacional CAPES/AULP. À luz do enfoque crítico da psicologia educacional, discutimos os principais avanços, perspectivas e controvérsias, referentes ao novo currículo que inclui como proposta ampliar a formação existente de Licenciatura em Psicologia para a Psicologia Educacional, no contexto do Instituto Superior de Ciências da Educação – ISCED, da Universidade Onze de Novembro, em Cabinda/Angola. O estudo pôde constatar que o curso de Licenciatura em Psicologia apresentou problemas em sua estrutura e destino dos profissionais no mercado de trabalho, uma vez que não há demanda de expressivo número de professores de Psicologia na cidade de Cabinda e na província de mesmo nome. Porém, parece haver grande

demanda de outro perfil profissional, formado em Psicologia, que pudesse desenvolver trabalho conjunto com os professores da escola básica nos muitos problemas por ela enfrentados. Logo de início, ficou claro que havia necessidade de nos debruçarmos no entendimento do perfil de um profissional, da área da Psicologia (e não do licenciado em Psicologia), que pudesse atender à demanda social de compreensão dos problemas dos alunos da educação básica. Problemas estes relativos ao desenvolvimento e às dificuldades de aprendizagem, ao fracasso e evasão escolares, bem como à infância, à adolescência, ao alcoolismo precoce de jovens da província. Tratava-se, portanto, de estruturar um perfil de profissional, sugerido pelos professores brasileiros como Psicólogo Escolar e Educacional, que em parceria com os Pedagogos pudesse trabalhar no Sistema Educacional (nas escolas e fora delas) procurando soluções para os problemas emergentes do ponto de vista socioeducacional na comunidade cabindense. A partir das entrevistas e rodas de conversas realizadas com os estudantes de licenciatura em psicologia, nas quais visávamos compreender as principais percepções que os mesmos tinham acerca do exercício profissional no contexto mencionado, observamos a presença de um discurso biomédico, individualizante e normalizante, reduzindo quase que exclusivamente às famílias o motivo das dificuldades vivenciadas pelos sujeitos no seu processo de escolarização. Essa posição discursiva, em nosso entendimento, pode contribuir para aumentar os níveis de segregação, exclusão social e desenvolvimento de práticas

de medicalização da educação. De um lado, consideramos um avanço a inclusão desse novo perfil de profissional de psicologia, embora, de outro, persista a compreensão reduzida dos problemas escolares. Nesse sentido, em nossa discussão não pretendemos reforçar mitos e buscar culpados, mas recuperar em cada sujeito a dimensão sociocultural do aprender, bem como o seu desejo de saber. Logo, ensejamos que a nova formação e os espaços ofertados de escuta e assistência às crianças, adolescentes e famílias possam servir de operadores de intervenção orientados por uma visão socioeducacional, favorecendo os processos de escolarização dos sujeitos, revertendo as práticas medicalizantes dos processos escolares e ampliando a discussão de como estamos avançando na abordagem de impasses educacionais para além dos transtornos bioquímicos para tratar o psíquico.

Palavras chaves: psicólogo escolar; psicologia educacional; formação crítica; Angola.

Financiamento: Programa Pró-Mobilidade Internacional Capes e Associação das Universidades de Língua Portuguesa – AULP.

OS IDEAIS E INTERESSES DOS ALUNOS DO 6º ANO DE CARMO DO CAJURU, MINAS GERAIS.

Pedro Henrique Oliveira Guimarães

Esta pesquisa apresenta resultados qualitativos e quantitativos de um questionário aplicado aos alunos dos 6º anos do ensino fundamental em seis escolas estaduais situadas em Carmo do Cajuru, Minas Gerais. Usou-se como instrumento de pesquisa o inquérito com dez perguntas denominado Ideais e Interesses das crianças de Belo Horizonte, formulado e aplicado por Helena Antipoff e seus colaboradores de 1929 a 1944. Inspirado nos trabalhos de Édouard Claparède que se orientavam para a educação funcional, baseada nas necessidades e interesses dos indivíduos, o instrumento foi amplamente utilizado como dispositivo para se conhecer a orientação geral da personalidade e aptidões dos educandos em Minas Gerais. A partir dos resultados na época, foram adotadas iniciativas pedagógicas favoráveis ao desenvolvimento da aprendizagem em um período de grandes investimentos na educação renovada em Minas Gerais, com a Reforma de Ensino Francisco Campos (1927-1929). Reaplicado a partir de 1993 por Campos e seus colaboradores, resultados com os quais dialogamos neste trabalho, diante dos dados colhidos de 290 crianças matriculadas no 6º ano nas escolas da cidade e da zona rural de Carmo do Cajuru, foi possível traçar um

panorama dos ideais e interesses dos alunos. Podem-se perceber semelhanças com tais pesquisas, como preferência por atividades físicas e pelas mídias tecnológicas nas respostas dos alunos entrevistados. As formulações de estratégias educacionais, baseadas no conhecimento das generalidades que orientam e motivam o desenvolvimento cognitivo dos alunos dos 6º anos das escolas públicas estaduais de Carmo do Cajuru enriqueceram-se com esta investigação. O objetivo educacional e escolar inclui a necessidade de criar meios auspiciosos ao ensino/aprendizagem, que promovam a diversidade de motivações ao ensino em suas tão variadas formas de aprendizagens. Assim, cabe aos profissionais da educação experimentar métodos que garantam a mais democrática forma de construção de personalidades dentro dos ambientes escolares.

Palavras-chave: Helena Antipoff; ideais e interesses das crianças de Carmo do Cajuru; 6º ano do ensino fundamental.

SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA A PRÁTICA DOCENTE

Jéssica Fraga dos Santos
Juliana Neves Martins
Pontifícia Universidade Católica (PUCMinas)

O presente trabalho tem como objetivo compreender as relações professor-aluno quanto à sexualidade nos anos iniciais em duas escolas públicas da rede municipal da região metropolitana de Belo Horizonte, nas cidades de Ribeirão das Neves e Ibirité. Para a realização do mesmo, tornou-se necessário a realização da pesquisa bibliográfica, com a finalidade de compreender a temática de forma abrangente. Desse modo, foram utilizadas as contribuições da psicanálise, no intuito de analisar a prática docente quanto às questões que englobam a sexualidade. Dentro do tema sexualidade, buscou-se ressaltar as questões relacionadas ao gênero enquanto levantamento teórico e enquanto fenômeno que se apresenta no contexto escolar. Sendo assim, procurou-se realizar diálogos e confrontações entre sexualidade, gênero e educação. No intuito de alcançar o cumprimento do objetivo deste trabalho tornou-se essencial a realização da pesquisa de campo, na qual foram distribuídos questionários para os alunos dos anos iniciais e realizado entrevistas com as professoras regentes. Por meio da pesquisa de campo, verificou-se que a sexualidade quando trabalhada é desenvolvida de forma superficial e/ou prevalecendo os aspectos

biológicos e que a falta de formação acadêmica torna-se o item mais recorrente na justificativa de dificuldade em se trabalhar com a temática. Os resultados deste trabalho foram obtidos através da análise comparativa de ambas as escolas, relacionando à fundamentação teórica realizada inicialmente. O trabalho é dividido em três capítulos, sendo *Sexualidade, gênero e educação* – no qual são abordados os principais conceitos que envolvem a sexualidade e alguns elementos da teoria psicanalítica, bem como seu subsídio para a educação; *Metodologia e análise* – apresenta as ferramentas metodológicas utilizadas na pesquisa, como também os dados coletados no questionário; *Discussão dos resultados* – expõe os resultados das entrevistas por meio de três categorias sendo metodologia dos professores, relação professor-aluno e gênero articulando a teoria ao campo, ainda dentro do capítulo é apresentado o material orientador elaborado com a finalidade de auxiliar os professores no trabalho com sexualidade

Palavras-chave: sexualidade; psicanálise; educação; trabalho docente.

EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO EM DISCENTES DE UMA UNIVERSIDADE INTERIORIZADA: UMA ANÁLISE FENOMENOLÓGICA

Luiz Humberto Souza Júnior
Ana Clara Santos Alves de Oliveira Freitas
Paulo Coelho Castelo Branco
Universidade Federal da Bahia - Instituto Multidisciplinar em Saúde

O presente trabalho teve como objetivo compreender o processo de formação do psicólogo em discentes do primeiro semestre do curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia - Instituto Multidisciplinar em Saúde, *Campus* Anísio Teixeira. Fruto da ação governamental do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), nove discentes do curso de Psicologia responderam à entrevistas semiestruturadas. Os dados foram coletados e analisados através do método fenomenológico empírico cunhado por Amedeo Giorgi. As declarações dos alunos apontam para um grande sentimento de realização pela entrada no curso de Psicologia, especialmente por ser uma universidade federal e ficar localizada próximo às suas cidades natais. O contato e convívio mais próximo entre os discentes e docentes foi destacado pelos alunos. Devido ao fato de estarem inseridos em uma universidade interiorizada de menor porte e com um número reduzido de professores, eles sentem uma maior proximidade com os mesmos. Sobre a matriz curricular do curso, os

discentes se identificaram pelo fato da grade estar mais voltada para a área saúde e menos para a área de humanas; alguns criticaram a falta de disciplinas optativas disponíveis para eles. Os alunos fizeram algumas distinções entre a universidade interiorizada e a universidade da capital. Acreditam que não faria muita diferença se cursassem psicologia em um grande centro, mas atentaram que a universidade no interior recebe uma verba menor, é mais acolhedora e eles não se sentem pressionados na vida acadêmica. Conclui-se que os discentes do primeiro semestre do curso tem uma visão otimista sobre o curso, reconhecem as dificuldades oriundas dessa interiorização, mas enxergam mais potencialidades do que deficiências. A expansão universitária para os interiores têm se mostrado um processo facilitador do acesso ao ensino superior público. Eles enxergam a entrada na universidade interiorizada como uma grande oportunidade, pois estão mais perto de suas famílias e cidades natais, sentem-se mais seguros em um *campus* interiorizado do que na capital. É possível notar como o processo de interiorização traz consequências não só acadêmicas, mas também de estabelecimento e fortalecimento de vínculos. Neste trabalho foi reconhecida a necessidade de um estudo de comparação com os discentes de uma instituição de ensino não interiorizada para melhor entender a experiência de formação do psicólogo.

Palavras-chave: formação do psicólogo; método fenomenológico empírico; discentes; interiorização.

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA EM ESCOLAS DO SEGMENTO DE 6º AO 9º ANOS DO MUNICÍPIO DE ITABIRA

Jordelaine Nunes Carvalho Figueiredo
Siutel Fernandes de Castro
Centro Municipal de Apoio Educacional – CEMAE

A presente proposta de trabalho parte de um incômodo e de uma nova perspectiva frente ao modo de atuação dos psicólogos educacionais no município de Itabira. Tem como objetivo apresentar um novo foco de atuação para a equipe de Psicologia que atua dentro das escolas municipais do segmento de 6º ao 9º anos, intervindo e apoiando o desenvolvimento da aprendizagem através de ações com a equipe escolar, pais e os próprios alunos. Muito já se caminhou em relação ao trabalho deste profissional dentro da instituição escolar, porém sua atuação ainda tem sido muito de um solucionador de problemas em intervenções remediativas. O projeto procura, então, desenvolver atuação focada em grupos temáticos e não em um trabalho para “aluno problema” ou composto somente por estes. A rede municipal de ensino de Itabira conta com cinco escolas do segmento de 6º ao 9º anos, sendo que duas delas têm turmas no período da manhã e da tarde. Para o desenvolvimento do projeto, inicialmente são realizadas reuniões com a equipe escolar para o levantamento de temas a serem trabalhados, por exemplo, sexualidade, valores, protagonismo juvenil. A partir da demanda

apresentada, os psicólogos criam um projeto de atuação que inclui trabalhos com grupo de alunos, participação em reuniões de módulo e parcerias com outras instituições do município, tais como CRAS, CREAS, CAPS'i. A participação nas reuniões de módulo dos professores tem como objetivo discutir o mesmo tema trabalhado com os grupos. Cada grupo contava com aproximadamente 25 alunos, sendo que havia mais de um grupo de intervenção em cada escola. Durante o ano letivo de 2017 foram trabalhados dois temas por escola, sendo que o plano de atuação era montado observando o perfil de cada uma. O cronograma era adaptado às necessidades e ao calendário letivo. Foi possível notar certa resistência de algumas escolas quando o trabalho envolvia atuação da equipe escolar, uma vez que consideravam que o trabalho poderia prejudicar o planejamento das aulas. Em duas escolas a aceitação da intervenção com professores foi muito bem aceita, concretizando melhor a proposta de atuação com os alunos. Com este modelo de trabalho, foi possível realizar uma mudança no olhar sobre a psicologia escolar. Não há mais o foco em “aluno problema”, mas uma discussão de situações que interfiram no processo ensino x aprendizagem. Além disso, nota-se que o trabalho apresentou resultado mais efetivo nas escolas em que ocorreu a participação maior da equipe.

Palavras-chave: educação; psicologia escolar.

TRANSFERÊNCIA: ATRAVESSAMENTOS E POSSIBILIDADES EM UMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Fernanda Mariana Silva Souza
Programa de Pós-graduação de Psicologia (UFSJ)

Maria Gláucia Pires Calzavara
Departamento de Psicologia (UFSJ –NUPEP)

FuadKyrillos Neto
Departamento de Psicologia (UFSJ)

O presente trabalho trata-se de uma comunicação preliminar de uma pesquisa que objetiva fazer uma interlocução entre Psicanálise e uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes que se encontram afastadas do convívio familiar devido a situações de risco. Interroga-se sobre o conceito de transferência no campo da psicanálise aplicada seus atravessamentos e possibilidades no trabalho na referida instituição .A relevância desta pesquisa consiste em possibilitar uma construção teórica a respeito da transferência como um conceito fundamental da psicanálise e sua relação com a instituição, bem como os desdobramentos da relação transferencial na escuta de sujeitos que se encontramem momentos peculiares do desenvolvimento psíquico que é a infância e adolescência. O objetivo geral da pesquisa é ampliar o conhecimento sobre o conceito de transferência apontando os atravessamentos e possibilidades em

uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes. Os objetivos específicos são: abordar as normas técnicas e demais documentos que normatizam a política pública o trabalho dentro de instituições com finalidades semelhantes de forma a situar o contexto onde o objeto da pesquisa se insere. Discorrer sobre o conceito de transferência em Freud e Lacan dentro do contexto institucional. Investigar sobre o impacto da institucionalização na construção da subjetividade de crianças e adolescentes. Abordar o papel da transferência na escuta e na elaboração dos conflitos psíquicos de crianças e adolescentes acolhidos. Partindo de um questionamento proveniente de uma práxis propõe-se realização de uma pesquisa teórica acerca do conceito de transferência no campo da psicanálise aplicada interrogando sobre seus atravessamentos e possibilidades no trabalho em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes que foram afastadas do convívio familiar devido a medida de proteção. Para a realização da pesquisa pretende tomar como referencial os textos de Freud e Lacan acerca do conceito de transferência que é um dos conceitos problematizados em vários momentos da obra destes autores. Dado as peculiaridades deste momento da vida destes sujeitos interroga-se como se constrói a subjetividade na infância e adolescência marcadas pela saída da família e entrada em uma instituição, buscando compreender a contribuição desta situação social para a formação de sintomas que são observados pela experiência do trabalho. Ainda será trabalhado como o analista fora de uma situação de análise pode contribuir com

estes sujeitos na elaboração dos conflitos psíquicos observados. Para isto serão utilizados textos de Freud e Lacan e de autores que trazem contribuições que diz respeito as temáticas: infância, adolescência, constituição do sujeito, sintoma, institucionalização. Como já foi explicitado, trata-se de uma comunicação preliminar de pesquisa e desta forma ainda não é possível expor os resultados obtidos bem como a discussão destes e conclusões.

Palavras-chave: institucionalização; infancia; adolescencia; sintoma; psicanálise.

SESSÃO COORDENADA 6
EIXO: PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL NAS REDES REGULARES DE ENSINO**

Luana Resende Moreira
Camilla Nogueira
Mônica Maria Farid Rahme
Faculdade de Educação (UFMG)

Esta pesquisa teve como referência a psicologia histórico-cultural e, como objetivo, investigar a relação existente entre as práticas pedagógicas e a deficiência intelectual, a partir de estudos já produzidos na área, visto que o processo de inclusão escolar desses alunos tem-se constituído como um desafio para os professores, escolas e redes de ensino. Nesse sentido, buscou-se discutir as práticas pedagógicas adotadas pelos professores frente a esse público, no contexto da inclusão escolar. Quanto à metodologia, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica a partir do mapeamento das produções sobre o tema, presentes em dissertações e teses sistematizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no portal do Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (GEINE-FaE-UFMG). Como resultado, foi possível identificar: - a

presença de um desconhecimento dos profissionais em relação às possibilidades de aprendizagem dos sujeitos com deficiência intelectual; - o uso limitado dos recursos pedagógicos na prática da sala de aula; - a necessidade de processos de formação docente que contribuam para um maior aprimoramento da ação pedagógica desenvolvida com esse público; - E, ainda que em número reduzido, um conjunto de pesquisas que indicam mudanças de práticas escolares com estudantes com deficiência intelectual, bem como uma positividade na articulação entre profissionais da sala de aula regular e do Atendimento Educacional Especializado(AEE). Com base nos dados levantados, podemos indicar a necessidade de um maior aprimoramento dos processos de formação docente, de modo a reverter o despreparo que os profissionais expressam para trabalhar pedagogicamente com alunos que apresentam deficiência intelectual nas redes regulares de ensino.

Palavras-chave: deficiência intelectual; inclusão; práticas pedagógicas.

Financiamento: Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica Institucional (PROBIC), Minas Gerais, FAPEMIG.

O QUE TENHO APRENDIDO COM BETO E ZITO: OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR PROFESSORA ALFABETIZADORA NO ATENDIMENTO A CRIANÇAS COM AUTISMO E PARALISIA CEREBRAL EM UMA TURMA DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Juliana das Graças Gonçalves Gualberto
EMTMMP

O presente relato de experiência tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre intervenções pedagógicas em curso realizadas junto a duas crianças, uma com autismo e outra paralisia cerebral, pertencentes a uma turma do 2º ano do 1º ciclo do ensino fundamental de uma escola municipal na cidade de Belo Horizonte. A proposta metodológica aqui apresentada se constituiu em três eixos de ação: 1) compreensão sobre o que é o Transtorno do Espectro Autista e Paralisia Cerebral, 2) instrumentalização da professora de referência e da auxiliar de apoio a inclusão que atende os alunos em questão, tendo a coordenação pedagógica como mediadora neste processo, 3) construção de atividades pedagógicas, ligadas às disciplinas de língua portuguesa e matemática, conectadas com as proposições curriculares, que modo que possam alcançar os alunos dentro de suas capacidades. A partir destes eixos, estão sendo desenvolvidas as seguintes atividades: aproximação e construção de laço de confiança entre alunos, professora e auxiliar de apoio, construção de estratégias pedagógicas diferenciadas para cada criança, reunião

com os pais para apresentação da proposta de trabalho e apoio, alinhamento das ações entre professora de referência e auxiliar de apoio a inclusão, reflexão sobre a reação das crianças frente às atividades oferecidas, avaliação do processo e definição de novos rumos de trabalho. Durante a implementação desta proposta de trabalho enfrentamos vários desafios, desde a distância pedagógica entre o *ideal pensado* e o *real apresentado* até a definição de novos rumos a partir das demandas e provocações das crianças ou ajustes conceituais por parte da professora. Entendemos que isso faz parte do processo de construção pedagógica de todo professor e que novos rumos devem ser redefinidos. Muitas perguntas têm sido suscitadas ao longo da proposta. Talvez estas perguntas possam impulsionar a construção de novas práticas pedagógicas, contínuas e ampliadas ou a reedição das ações de foram bem sucedidas aqui. Mesmo com a instituição de uma política educacional nacional de atendimento a crianças com deficiência e autismo e de tudo o que tem sido publicado a partir de experiências de projetos e escolas, ainda encontramos desafios no atendimento a pessoa com deficiência e autismo nas escolas públicas. Os desafios perpassam a construção de um planejamento próprio para o atendimento a esses alunos, na construção de práticas pedagógicas e processos de ensino que favoreçam o avanço educacional das crianças, na formação para professores e orientação as auxiliares de apoio à inclusão e no distanciamento existente entre o serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) das escolas.

Palavras-chave: crianças com deficiência; transtorno do espectro autista; intervenção pedagógica.

CONDIÇÕES DA ESCOLARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA

Julinete Vieira da Fonseca Santos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Maíra Gomes de Souza da Rocha
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias/ RJ

Márcia Denise Pletsch
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc/UFRRJ)

A proposta de educação inclusiva sob a perspectiva da “Educação para todos” teve importante papel no sistema educacional brasileiro, influenciando na elaboração de diretrizes nacionais, assegurando o direito à educação a pessoas com deficiências bem como a outros grupos historicamente excluídos. No entanto, apesar dos avanços, é necessário refletir sobre a realidade educacional na qual estamos inseridos. Especificamente, a escolarização dos sujeitos com deficiência múltipla, cujas características e particularidades são mais complexas, precisa ser discutida. Tal processo se apresenta como um desafio no meio educacional brasileiro. Partindo desse pressuposto, analisamos as condições de escolarização e desenvolvimento de alunos com deficiência múltipla de um Município da Baixada Fluminense/RJ a partir de investigação realizada pelo grupo de pesquisa Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional

(ObEE/UFRRJ). Em termos metodológicos, optamos pela abordagem qualitativa, procedendo com levantamento bibliográfico e documental e, realização de pesquisa de campo com registro em diário de campo e aplicação de entrevistas abertas com as docentes envolvidas. A investigação foi longitudinal e acompanhou quatro sujeitos com múltiplas deficiências no período de 2014 a 2017. Os dados revelaram que a escolarização dos sujeitos com deficiência múltipla tem inúmeros desafios. Dentre os quais destacamos: o acesso à escola é assegurado pelas políticas públicas de inclusão, porém a permanência dessas pessoas no contexto escolar ainda é algo que não é garantido; diversos fatores colaboram para as fragilidades do processo de ensino e aprendizagem destes sujeitos, sobretudo os de suporte especializado; alunos com deficiências múltiplas têm potencialidades a serem exploradas e seu desenvolvimento decorre de estímulos que levem em consideração suas individualidades. Nesse sentido, observamos a importância das práticas pedagógicas para a eficiência da escolarização, pois o professor deve atuar promovendo a aprendizagem desses sujeitos. Percebemos a importância do trabalho das professoras em colaborar para o processo de escolarização, buscando alternativas que contribuam para a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, investindo em práticas que beneficiem a construção da autonomia, e em progressos na comunicação. Por fim, destaca-se a necessidade de ampliar os estudos nesta área e fomentar discussões que valorizem práticas significativas, oferecendo oportunidades de desenvolvimento e

autonomia para todos os cidadãos independente de suas singularidades.

Palavras-chave: deficiência múltipla; escolarização; políticas de educação inclusiva.

EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: A ATUAÇÃO DO DOCENTE FLUENTE EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS EM SALAS BILÍNGUES EM UMA ESCOLA DO ENSINO REGULAR DE BELO HORIZONTE

Maria Aparecida Calixto Faria
Suzana dos Santos Gomes
FAE-UFMG

A educação bilíngue para surdos é considerado um tema atual no cenário educacional brasileiro. Ela se constitui na utilização da Libras – Língua Brasileira de Sinais como língua de instrução para alunos surdos nos anos iniciais da Educação Básica e que a Língua Portuguesa seja ensinada como segunda língua na modalidade escrita. Isso se daria em salas especiais, somente para alunos surdos, dentro de escolas inclusivas ou em escolas especiais em que os professores, que trabalhem com esses alunos, sejam fluentes em Língua de Sinais. A Libras – Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida como língua oficial da comunidade surda brasileira pela Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 e regulamentada pelo Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Desde então, a comunidade surda brasileira luta para que a educação dos alunos surdos ocorra com a Língua de Sinais como língua de instrução desses sujeitos. Com isso, a aprendizagem dos conteúdos curriculares se daria de maneira natural e completa observando-se as singularidades e especificidades

do aprendizado através de uma língua que possui um canal comunicacional visual espacial.

Palavras-chave: educação bilíngue para surdos; bilingüismo; língua brasileira de sinais.

**INCLUSÃO ESCOLAR E INFÂNCIA: A EXPERIÊNCIA DE UMA
GRADUANDA NO PROJETO IMERSÃO DOCENTE DO CENTRO
PEDAGÓGICO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA E
PROFISSIONAL DA UFMG**

Clarice Guimarães Rabello
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Tânia Aretuza Ambrizi Gebara
Centro Pedagógico da Escola de Educação Básica e Profissional
(UFMG)

Sabe-se que a vivência escolar é disposta de vários acontecimentos que compõem a escola e os processos educativos consolidados a partir de diferentes perspectivas, buscando a ideia da exemplificação da vivência de alguns alunos em particular, alia-se a escola como instituição e como na prática, tende a ser inclusiva. O objetivo deste artigo é apresentar uma experiência de Formação Docente, a partir do relato de uma graduanda/monitora que atua no Projeto Imersão Docente do Centro Pedagógico da Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG, concomitantemente a graduação de História, na FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. O projeto consiste em um trabalho de formação inicial para estudantes de diferentes cursos de licenciatura ofertados pela UFMG - Universidade de Minas Gerais, que pretendem ter uma aproximação com o ensino fundamental atuando diretamente com crianças deficientes. O Centro

Pedagógico da UFMG é o campo dessa formação, trata-se de um colégio de aplicação pertencente ao ensino federal que oferta o ensino fundamental de 1º ao 9º ano escolar organizado em três Ciclos de Formação Humana. Adota o sorteio público como forma de ingresso, evitando mecanismos de seletividade que favoreçam quaisquer grupos sociais. Busca cumprir sua função de acolher a todos (as) a partir de suas características individuais, e procura contribuir com a formação inicial dos estudantes de licenciatura da UFMG. O presente relato busca dialogar com os dados do cotidiano escolar à luz de reflexões sobre a especificidade da infância e da educação inclusiva, juntamente com a experiência de uma graduanda. O trabalho foi estruturado a partir de um levantamento bibliográfico, mas também traz reflexões sobre as potencialidades e os desafios encontrados pela graduanda/monitora ao longo do percurso formativo, buscando dar visibilidade para o olhar da estudante sobre o ser professora e a prática profissional no ambiente de educação regular com foco na inclusão de crianças com deficiência.

Palavras-chave: infância; formação de professores; inclusão escolar.

Financiamento: PROGRAD/UFMG.

SESSÃO COORDENADA 7
EIXO: PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO EJA DO CENTRO DE
REFERÊNCIA DA JUVENTUDE (CRJ) DE BH: A SUBJETIVIDADE
DOS JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA**

Daniela Nicolsky
Pedro Teixeira Castilho
Faculdade de Educação (UFMG)

O presente trabalho pretende investigar as formas do laço social do jovem em situação de rua que compõem a primeira turma de EJA do CRJ-BH. Esses jovens vieram encaminhados pelo coletivo Filme de Rua, que começou em 2015 a partir do convite da psicóloga idealizadora para filmar a vida dos adolescentes dando visibilidade a esse público negligenciado socialmente. Participam do coletivo profissionais: do audiovisual, dos movimentos sociais, da psicanálise, adolescentes e jovens em situação de rua. Durante esse processo evidenciou-se a necessidade de se formar uma turma de EJA que atendesse esses jovens, mas diante da ausência de endereço fixo e da precariedade do vínculo com a escola formal, seria necessário um curso adaptado, formou-se então, uma parceria com o CRJ, que durante o primeiro semestre de 2018 cederá uma sala específica para o coletivo, além da sala do educativo na qual as aulas são dadas. O

curso é vinculado à Escola Municipal Caio Líbano Soares e é ministrado por uma professora regente que trabalha todo o conteúdo do ensino fundamental em um ano. Funciona como um EJA externo da PBH que atua no espaço físico do CRJ, atende à demanda do espaço, e fornecerá um certificado de conclusão do ensino fundamental para todos os alunos frequentes que alcançarem os objetivos de aprendizagem propostos. As aulas são ministradas de segunda a quinta feira, das 17:30 às 20:30 horas. Não há separação de matérias, mas uma abordagem interdisciplinar que segue o livro didático utilizado pela prefeitura, e se desenvolve em torno de um tema gerador. É fornecido aos alunos um kit escolar, mas não é exigido o uso do uniforme. Além disso, haverá o fornecimento de uma refeição antes do horário da aula, devido à uma parceria com o Restaurante Popular, e do meio passe estudantil. Inicialmente foram matriculados 16 alunos ligados ao projeto Filme de Rua, entretanto o curso está aberto para quaisquer jovens que tenham entre 15 e 29 anos e desejem estudar. A pesquisa constou com entrevistas com: a professora, a psicóloga e a equipe do Filme de Rua, a assistente social do CRJ, e os alunos, bem como o acompanhamento e a observação de aulas e reuniões sobre a produção de vídeos e inclusão deles em festivais e editais de incentivo. A análise dos dados coletados se deu sob a perspectiva psicanalítica freudolacanianiana dentro de um contexto de educação libertadora, pautada no diálogo e na horizontalidade, na práxis da educação popular durante o trabalho com um público extremamente vulnerável, que vaza pelas redes de

proteção do estado, da sociedade e da família. Ao longo da pesquisa foi possível inferir que tanto o Filme de rua quanto a professora emergiram como referenciais que ofereceram aos sujeitos pela via da transferência, uma possibilidade de laço que promove a responsabilização pelas escolhas subjetivas, aponta diferentes lugares de existência no mundo e acolhe as singularidades dos jovens por meio de uma relação honesta e criativa na construção de um conhecimento que desperta a busca por dignidade e justiça social, amenizando a relação dos sujeitos com as drogas e o conflito deles com a lei.

Palavras-chave: jovem; situação de rua; laço social; educação social; transferência.

Financiamento: Prograd.

**INCLUSÃO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL:
COMPREENDENDO OS DESAFIOS PARA O COTIDIANO
ESCOLAR**

Isabela Carolina Faria de Oliveira
Camila Camillozzi Alves Costa de Albuquerque Araújo
Elânia de Oliveira
Maria Carolina da Silva Caldeira
Centro Pedagógico da EBAP (UFMG)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva, promulgada no Brasil em 2008, orienta a mudança dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, com o acesso de pessoas com deficiência à escola comum. O Centro Pedagógico (CP), escola de educação básica da UFMG, que atende alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, se insere na perspectiva proposta por essa legislação. Desde que o ingresso por sorteio público foi estabelecido na instituição em 1993, a escola recebe estudantes com deficiência e necessidades educacionais especiais. Porém, a partir de 2016 esse processo se tornou mais intenso, com a reserva de 5% das cinquenta vagas destinadas ao primeiro ano do Ensino Fundamental a alunos com deficiência. Porém, romper com as barreiras históricas, culturais e sociais em relação à inclusão de pessoas com deficiência é ainda algo desafiador. A escola, enquanto parte da rede de Colégios de Aplicação (Caps), vem produzindo conhecimento sobre os processos envolvidos nas práticas da inclusão, considerando-se a importância

de se promover a participação dos estudantes e garantir que todos tenham uma permanência bem-sucedida. Nessa perspectiva, desde 2016, o CP tem implementado ações que visam à construção de uma proposta de inclusão no ensino fundamental. Uma dessas ações foi o Projeto de Inclusão e Promoção à Acessibilidade (PIPA), que destina bolsas a estudantes de graduação para mediar, com a orientação dos professores, os processos de aprendizagem das crianças com deficiência. Nesse projeto, bolsistas são selecionados para o acompanhamento das crianças em sala de aula e no dia a dia escolar, além de atuarem na produção de material didático adaptado. No segundo semestre de 2017, foi elaborado o projeto de pesquisa “Inclusão na escola regular de tempo integral: principais desafios para o cotidiano e para a formação docente”. A pesquisa tem como objetivo central a busca pela compreensão dos desafios da inclusão, no âmbito da escola de tempo integral e da formação docente, inicial e continuada, visando contribuir para a ampliação do conhecimento no campo da educação inclusiva e auxiliar na implementação de intervenções mais eficazes no cotidiano escolar. Nessa primeira fase da pesquisa, inicialmente identificaremos e categorizaremos as demandas dos estudantes com deficiência, visando ao estudo, à compreensão e ao planejamento de ações em cada um dos casos demandados. Como procedimentos iniciais da pesquisa, traçamos as seguintes estratégias: levantamento das informações a respeito das crianças, resultando na construção de um banco de dados; levantamento nos Periódicos em Revistas e Publicações com

Referências à educação especial e inclusiva; realização de entrevistas com professores, mediadores e famílias das crianças com deficiência, para entender as demandas levantadas pelo processo de inclusão. Os resultados encontrados até o momento sinalizam que o CP está diante de uma realidade bastante complexa. O público é formado majoritariamente por meninos e os estudantes apresentam diagnóstico de Paralisia Cerebral; Síndrome de Down; TEA, além de baixa visão e perda progressiva da audição. Com os resultados desta pesquisa, esperamos poder, gradativamente, construir os referenciais teóricos e metodológicos necessários para alcançar os objetivos almejados.

Palavras-chave: inclusão escolar; ensino fundamental; tempo integral.

O PROTAGONISMO ESTUDANTIL E A VIVÊNCIA DA CIDADANIA COMO UM ANTÍDOTO PARA UM CENÁRIO POLÍTICO POLARIZADO: O RELATO DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA

João Paulo Lisbão Nanô
Otavio Henrique Ferreira da Silva
Daniel Borges Rodrigues da Silva
Rede Municipal de Educação de Ibitaré

Refletir acerca das práticas pedagógicas que pautaram a implementação e realização do Projeto Câmara Mirim na Escola Municipal Maria das Mercês Aguiar, no município de Ibitaré, passa necessariamente por uma contextualização destas no cenário de Crise da democracia brasileira e da necessidade de se buscar formar as novas gerações, para não só, criarem uma consciência política, como entenderem a política cotidiana e institucional como espaços a serem ocupados. O “embate entre surdos” provenientes da polarização entre setores da direita e esquerda na sociedade brasileira, se consolidou a partir da última grande manifestação democrática da sociedade brasileira, as jornadas de julho de 2013. Dentro desta perspectiva, nos ficava clara a dificuldade de se trabalhar a ideia da democracia e do papel das instituições, como o legislativo, entre um corpo discente que não se via até então como cidadãos em formação e não se entendiam como passíveis de compreender a política para além de sua negação: a corrupção. Tendo isto em mente, o corpo docente da Maria das Mercês, procurou

estabelecer uma série de práticas pedagógicas, a fim de familiarizar os alunos dos 6 e 9 anos com os diversos aspectos da política. Neste sentido foram realizadas três etapas de formação. Desde a apresentação, em aulas expositivas, de conceitos básicos como: “O que é o Estado?”, “O que é democracia?”, “Quais as funções dos três poderes em uma República?” passando por pesquisas e debates em sala, culminando com visitas e debates na Câmara Municipal de Ibirité e na ALMG. Após este ciclo, iniciamos uma etapa de familiarização dos alunos com as pautas e demandas de diversos grupos e movimentos sociais, entendendo-os também como espaços de ação e participação política fora da esfera institucional tradicional. Por fim, os alunos foram incentivados a construir projetos de lei a partir das pautas discutidas, e como continuação de sua formação, participaram de Mini-cursos acerca de temas como “Direitos Humanos”, “Refugiados”, entre outros, além de participarem de assembleias coletivas. Trabalhar com adolescentes temas tão complexos e distantes, em um primeiro momento de sua realidade imediata, mostrou-se um grande desafio. Porém a cada etapa foi possível verificar uma mudança importante, não só no âmbito do entendimento da política como um espaço aberto ao exercício de cidadania, mas na própria relação entre os alunos, e alunos e professores. A interação e o processo de construção e constituição destes sujeitos políticos a partir de uma pedagogia fundamentada no protagonismo e na afetividade, mostraram-se cruciais. Fica-nos evidente a centralidade que práticas para a formação cidadã, com viés

de valoração do protagonismo estudantil, são um importante antídoto para enfrentar a crise da democracia brasileira, em especial o perigoso e contraproducente processo de polarização política, que põe em risco, mais uma vez, a própria democracia.

Palavras-chave: cidadania; educação democrática; relato de prática pedagógica; política na escola.

INCLUSÃO ESCOLAR NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: PRÁTICAS POSSÍVEIS

Márcia Marin
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Rosana Glat
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

O trabalho aqui apresentado é fruto de uma investigação realizada numa escola pública de educação básica, trata-se de uma pesquisa de campo de matriz qualitativa, do tipo estudo de caso, que envolveu uma turma de 27 alunos dos anos escolares finais do ensino fundamental (8º ano), na qual havia um estudante com deficiência intelectual e outro com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) – Síndrome de Asperger. Do estudo foram selecionados aspectos significativos relacionados às práticas que se apresentaram como possibilidades de trabalho, no contexto das propostas de inclusão, no segundo segmento do ensino fundamental. Os objetivos deste trabalho são: indicar o papel de um profissional de referência para o desenvolvimento de ações de inclusão; apresentar estratégias desenvolvidas no segundo segmento para garantir aprendizagens de estudantes com necessidades específicas. Os anos finais do ensino fundamental se caracterizam pela organização disciplinar, com um docente para cada componente curricular, essa é uma diferença

marcante em relação aos anos iniciais. Com tempo restrito, classes lotadas e várias turmas para ministrar aulas, é um desafio docente conhecer necessidades, limites e possibilidades dos sujeitos, sendo difícil o aprofundamento nos casos que exigem maior atenção. O trabalho torna-se um desafio maior quando há estudantes com necessidades especiais inseridos nas turmas. Como, então, garantir a aprendizagem (um dos pilares da inclusão) de estudantes com necessidades específicas que alcançam anos escolares mais adiantados? Os dados, construídos por meio de observações e entrevistas, mostraram que a presença de um profissional de referência em educação especial, responsável por ações inclusivas, ainda é necessária para a promoção do diálogo, para o planejamento de propostas novas e para a criação de uma rede de apoio. Os resultados demonstraram algumas estratégias que foram desenvolvidas: participação nas reuniões de planejamento semanal para dialogar sobre os estudantes e pensar sobre o ensino; aproximação e interação com o Setor de Supervisão e Orientação Pedagógica, com o Serviço Social e com a direção pedagógica para garantir um acompanhamento melhor aos estudantes que necessitassem de apoio diferenciado; criação de grupos de estudos para estudantes, por componente curricular, envolvendo docentes de várias áreas; aplicação do sistema de ensino colaborativo como ação pedagógica para acompanhamento aos estudantes durante as aulas, de acordo com suas necessidades e possibilidades. O estudo desvelou uma realidade em que a participação de estudantes com

necessidades especiais no segundo segmento instaura reflexões e ações que vêm intervindo na constituição de uma nova cultura escolar e demonstrou que as necessidades de cada estudante são variadas em natureza e intensidade, não havendo nenhum tipo de apoio que sirva como modelo de tamanho único.

Palavras-chave: inclusão escolar; anos finais do ensino fundamental; ensino colaborativo.

EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E DEMOCRACIA EM IBIRITÉ

Otávio Henrique Ferreira da Silva
João Paulo Lisbão Nanô
Daniel Borges Rodrigues da Silva
Rede Municipal de Educação Ibirité

No ano de 2017 foi desenvolvido na Escola Municipal Maria das Mercês Aguiar, localizada na cidade de Ibirité o projeto “A garotada ocupando a representação política. Participaram das ações 230 estudantes de turmas dos 6º e 9º ano do Ensino Fundamental, e as atividades pedagógicas foram coordenadas e implementadas por um grupo de sete docentes, direção e vice-direção da escola. O projeto é multidisciplinar e articulou diferentes professores e disciplinas que integram o currículo escolar, como: Matemática, História, Língua Portuguesa, Geografia e Educação Física. O objetivo geral do projeto foi promover através da escola a participação dos estudantes na vida política de suas comunidades e no aperfeiçoamento do sistema democrático-representativo de nossa cidade, estado e país. O primeiro eixo foi desenvolvido por cada professor dentro da sala de aula durante o primeiro semestre de 2017 (março a junho). Os docentes envolvidos no projeto, trabalharam o tema da educação e democracia e representatividade política como parte diversificada do currículo escolar. O segundo eixo ocorreu para além da sala de aula

e englobou atividades de campo nas casas legislativas e aulas coletivas. Selecionamos um grupo de 30 estudantes para participarem do Câmara Mirim 2017 no Congresso Nacional em Brasília. Em relação ao perfil dos estudantes classificados para representarem a escola como deputadas e deputados mirins, ressaltasse que é um grupo composto por 22 meninas (71% do total) e 9 meninos (29%). Percebesse que durante as atividades do projeto as meninas tiveram maior participação e interesse nas atividades sobre educação e democracia. Outro recorte a ser enfatizado sobre o perfil do grupo de deputados(as) mirins, é a autodeclaração racial. Do total de 31 estudantes classificados, 22 se autodeclararam Negros (pretos ou pardos) equivalente a 67,7% e 10 se autodeclararam Brancos (brancos ou amarelos). Visando uma formação com maior aprofundamento a ser ofertada aos estudantes que foram deputados mirins durante o Câmara Mirim 2017, construímos no início de agosto a disciplina extra-curricular “Transdisciplinaridade e Política”. Entre os dias 4 a 13 de setembro, realizamos na escola o processo eleitoral para escolher entre o grupo de deputados mirins, quais serão os representantes que seriam candidatos a ocupar os cargos de Presidente da Câmara, líder da bancada e relator, durante as atividades do Câmara Mirim 2017. Após um intenso período de atividades, realizamos no dia 18 de outubro viagem rumo ao Congresso Nacional. Na Reunião de Comissão Parlamentar, ocorrida em 19 de outubro, nossos estudantes se encontraram e relacionaram com outras bancadas de deputados mirins de escolas e estados

diferentes, o que além de demonstrar ser uma atividade com alto potencial de aprendizagem político, foi uma rica oportunidade de intercâmbio cultural e social. No segundo dia de atividades do Câmara Mirim (20 de outubro), ocorreu a Sessão Mirim, atividade em que os deputados e deputadas mirins presentes votaram a favor ou contra a aprovação dos três projetos de Lei discutidos nas comissões. As contribuições dessa formação evidenciou-se não só pelos conteúdos e qualidade das questões abordadas pelos estudantes durante as visitas e aulas coletivas, mas também pelo interesse geral demonstrado em cada etapa do projeto, tendo em vista a tenra idade dos estudantes e a baixa familiaridade que tinham anteriormente com este tipo de atividade.

Palavras-chave: educação para democracia; cidadania; projetos multidisciplinares; representação política.

Financiamento: Secretaria Municipal de Educação de Ibirité.

SESSÃO COORDENADA 8
EIXO: PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO

**ACERVO DA LAJE: EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E
ENRAIZAMENTO NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR**

Roberta Vasconcelos Leite
Miguel Mahfoud
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Nas últimas décadas, iniciativas de educação não formal têm crescido e tomado a cena do associativismo brasileiro no meio popular, criando novos cenários que merecem esforços de pesquisa sistemática. Buscando contribuir para o campo, investigamos a proposta educativa de uma iniciativa de educação não formal: o Acervo da Laje, localizado no subúrbio ferroviário de Salvador (BA). O olhar que lançamos sobre esta iniciativa parte da psicologia da cultura fenomenológica: temos como objetivo compreender os fundamentos dessa proposta educativa a partir da perspectiva de quem a protagoniza. Os dados foram coletados no próprio Acervo da Laje, por meio de entrevista semiestruturada com seu fundador, José Eduardo Ferreira Santos, e analisados fenomenologicamente. Como resultados, identificamos que essa experiência educativa busca promover a arte local com a materialidade que ela exige, com vistas

a que a beleza produzida no subúrbio, mas a ele negada, a ele retorne. A partir de pesquisa etnográfica sobre artistas invisíveis da periferia, o educador José Eduardo começou a reunir obras de arte (adquiridas, doadas e até mesmo encontradas no lixo), artefatos históricos e naturais (como conchas), na laje em que até então residia. Percebendo o impacto que o conjunto de obras promovia em quem o visitava, transformou seu acervo em espaço aberto a todos, palco de projetos educativos, oficinas, intervenções e exposições. Alcançando expressivo reconhecimento em âmbito local e nacional, esta iniciativa recebe doações, especialmente de artistas, e eventualmente financiamento de órgãos públicos ou privados para alguns dos projetos, mas se desenvolve prioritariamente com recursos próprios e com o trabalho de José Eduardo e sua esposa. A defesa do valor tanto da população local quanto de suas produções culturais se faz entranhada da consciência do drama de suas contínuas negações. Mobilizado pela consciência desse drama, o educador insiste na centralidade do reconhecimento de que todos somos humanos e, portanto, ontologicamente abertos ao excedente, defendendo a importância que o Acervo instaure uma proposta qualitativamente diversa dentro dos horizontes estreitos em que a vulnerabilidade pode encarcerar a população da periferia. Buscando em Simone Weil aportes para a discussão dos resultados, identificamos o enraizamento na existência como fundamento da proposta educativa em análise. Ante o desenraizamento disseminado pela violência e pelo pragmatismo que invade as relações, busca-se a educação pela

via da promoção cultural para a promoção de (re)enraizamento. Para vivificar o solo fragilizado da comunidade, o Acervo busca fertiliza-lo com seu próprio substrato: uma proposta educativa que afirma a potência complexa do humano e que torna possível acessar a materialidade de obras que visibilizam o excedente, o fazem palpável, presença incontestável no cotidiano da vida. Concluimos que, enquanto responde a desafios próprios da educação não formal, o Acervo da Laje revela uma possibilidade singular de educação pautada na valorização concomitante da cultura local e do que nos une como humanos. Em especial, destacamos como o contato com obras originais se apresenta como resposta potente para que a educação atualize sua missão de re-apresentação da potencialidade ontológica do ser humano.

Palavras-chave: educação não formal; projetos culturais; psicologia da cultura; fenomenologia.

Financiamento: CAPES.

PROJETO ARTE E DIFERENÇA: TEMPO PARA HABITAR A EXPERIÊNCIA E REVISITAR DISCURSOS

Beatriz Simões Martins
Deborah Stephanie de Oliveira Henriques
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência sobre as oficinas artísticas desenvolvidas em 2017, com pessoas com e sem deficiência, no Projeto Arte e Diferença - fomentado pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFMG. O projeto contou com a supervisão de professoras da graduação de Dança, Pedagogia e Música, como também com a participação de bolsistas estudantes de graduação dos respectivos cursos e uma bolsista do Teatro. Foram nossos objetivos oferecer práticas artísticas acessíveis, gratuitas e abertas à comunidade em geral; promover um espaço comum à todos/as, realizar as oficinas “com” as pessoas e não “para” as pessoas; como também possibilitar aos/ às participantes das oficinas serem autores/as de sua própria dança, música, som e teatralidade, buscando sempre escutar e incorporar as propostas do próximo, muito além de propor. Durante a execução do projeto participamos de reuniões preparatórias, *workshops*, bem como nos encontramos para o planejamento e reflexão das oficinas. Ao longo do processo foram realizadas cerca de vinte e três oficinas com grupos de jovens e adultos, e vinte oficinas com grupos de crianças. A partir da prática e

apontamentos metodológicos feitos iam acontecendo adequações e reelaborações das atividades propostas. No decorrer do caminho e das experiências vividas, pôde-se perceber que elementos como a *conexão* do grupo, a *escuta sensível* de si, do outro e do espaço, e o *desapego* das nossas preconcepções e do nosso planejamento inicial são essenciais para que o trabalho floresça. Pode-se concluir que em nosso fazer é prezado, especialmente, o encontro com as pessoas participantes das oficinas. Pois, é com elas que descobrimos caminhos, desconstruímos e construímos nossa forma de fazer e conduzir o projeto. Trabalhar na perspectiva da educação não excludente diz de uma busca constante em repensar práticas e discursos. Reconhecemos que a leitura e saber encontrado em livros e artigos podem abrir caminhos e reflexões importantes para nosso fazer, mas sobretudo dizemos da importância de um saber sensível emergido da experiência. Mais do que dar receitas do que fazer ou não nessa prática, buscar-se-á, por meio desse relato, discutir apontamentos metodológicos, questionamentos e riscos de processos de ensino aprendizagem que procuram considerar as diferenças em suas práticas.

Palavras-chave: práticas artísticas; diferença; deficiência; educação não excludente; experiência.

Financiamento: Programa de Apoio a Inclusão e Promoção à Acessibilidade- PIPA 2017- NAI- UFMG.

DESEMBOLA NA IDEIA: O DISCURSO DO ANALISTA NA CONSTRUÇÃO DE NOVOS SABERES E LAÇOS SOCIAIS

Isadora del Vecchio Neves Maizatto
Pedro Teixeira Castilho
Faculdade de Educação (UFMG)

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um pouco da prática realizada no Desembola na Ideia, um projeto realizado pela Associação Imagem Comunitária (AIC), que busca acolher adolescentes em situação de vulnerabilidade social e psíquica, em um espaço que promove a inserção nos espaços de sociabilidade, a ocupação na cidade e a promoção dos direitos a partir do atendimento psicanalítico e oficinas de artes diversas. O trabalho irá percorrer, a partir da ótica da psicanálise, as implicações do discurso do capitalista na subjetividade nestes sujeitos, seus corpos, suas fantasias, suas relações familiares e psíquicas, numa tentativa de compreender como o contexto contemporâneo, regido pela lógica do discurso do capitalista, promove a segregação e a intolerância com relação aos jovens que frequentam a Instituição. O discurso do capitalista incide sobre a subjetividade e os corpos destes adolescentes produzindo uma população vulnerável e desorientada diante da realidade social, familiar e corporal. Para tecer tais questões, será feita uma reflexão sobre o conceito de discurso, elaborado por Jacques Lacan, como modalidades de laço social, com destaque sobre o discurso do

capitalista, sempre em articulação à prática do trabalho no Desembola na Ideia que busca criar a dimensão da Alteridade para estes sujeitos. Desta maneira, compreendemos a subjetividade destes sujeitos é fruto do discurso do capitalista que promove a segregação e a fragmentação e a prática do desembola procura criar referências possíveis para estes sujeitos. Nesse contexto nos deparamos com o processo de esfacelamento do valor do laço social. Dessa nova modalidade de laço social, Lacan conceitualizou a ideia de discurso do capitalista, que instaura uma nova versão do discurso do mestre, incidindo radicalmente sobre a subjetividade contemporânea. O saber ganha valor de objeto, relativo à um mercado. A mercadoria, por sua vez, ocupa um lugar de mais-de-gozar, fazendo apelo aos sujeitos a uma busca de plena satisfação. São os objetos, tão pluralizados pela mídia e pelo mercado, que ocupam o lugar de ideal no imperativo contemporâneo. Dessa forma, é o imperativo de gozo que se encontra no cerne do discurso do capitalista, e não o desejo. O discurso do analista, presente da Instituição, por outro lado, orienta a ocupar a posição de objeto causa de desejo do sujeito, interrogando-o a produzir os significantes centrais de sua estrutura. A dimensão da Alteridade vincula o sujeito na Instituição criando uma autonomia e um sentimento de pertencimento a uma Instituição e a um grupo social. A partir dessas considerações, traremos relatos de algumas experiências vividas no projeto Desembola na Ideia que mostram algumas possibilidades de atuação da psicanálise num ambiente institucional e em contramão ao discurso do capitalista no sentido de

propiciar aos adolescentes experiências que podem contribuir em suas construções de novos saberes de si, com sorte em direção a escolhas menos mortíferas e mais inseridas no laço social.

Palavras-chave: psicanálise; discurso; adolescentes em situação de vulnerabilidade; laço social.

PRÁTICA EXTENSIONISTA COM ADOLESCENTES: ASPECTOS DA SUBJETIVIDADE DEMONSTRADOS EM OFICINAS DE BRINCAR

Alana Rodrigues Ribeiro da Silva
Mariana Martins da Silva
Luiz Carlos Castello Branco Rena
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMinas)

O número de crianças e adolescentes em situação de risco e alta vulnerabilidade vêm crescendo durante os anos no município de Contagem. Considerando-se a garantia do direito a proteção, cuidado e zelo estabelecido pelo ECA, este trabalho retrata uma prática do projeto de Extensão: Psicologia na Escola e na Comunidade do Curso de Psicologia da PUC Minas em Betim em parceria com a Prefeitura de Contagem. Teve como objetivo, realizar o levantamento de demandas psicológicas e promoção da saúde mental dos adolescentes, através de atividades lúdicas e brincadeiras no contexto escolar denominada “Oficinas de Brincar”. Foram selecionados 20 alunos com idades entre: 10 á 13 anos, vivendo em situação de alta fragilidade que foram organizados em dois grupos de 10 alunos assegurando a presença igualitária de meninas e meninos. Esses grupos encontram todas as segundas-feiras durante 1 hora na Escola Municipal “Dona Gabriela Leite” localizada no Bairro Industrial situado no município de Contagem. Os alunos foram selecionados

pela equipe pedagógica com a participação das estudantes extensionistas de psicologia da PUC, tendo como critérios adolescentes que sofrem com violência familiar, baixo rendimento escolar, automutilação, baixa autoestima, carência, envolvimento com drogas, agressividade e entre outros. As atividades e brincadeiras desenvolvidas se revelaram como oportunidade valiosa de escuta, livre expressão de sentimentos e angústias, valorizando-se também a expressão corporal. Uma vez que a base teórica utilizada é a Psicologia Social e nas teorias de grupo, tendo como referências as produções de Vygotsky, Cláudia Mayorga, Lúcia Afonso e outros, pautando-se da compreensão de que os adolescentes são constituídos através das relações sociais. Adotando-se: jogos, filmes, revistas, bolas e outros recursos para melhor diagnóstico do caso, percebe-se o sentido da vida atribuído por cada sujeito através das atividades. Para as estudantes esta experiência oportunizou a aplicação na prática dos conhecimentos teóricos, articulando-se com a realidade social e demandas dos alunos, percebendo através das brincadeiras as angústias, medos, alegria, sofrimento mental, a convivência familiar e impactos vulneráveis na saúde psicológica dos adolescentes. As Oficinas de Brincar permitiu identificar adolescentes que precisam de uma avaliação psicodiagnóstico e cuidado no campo da saúde mental no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial, para entender melhor como o contexto da comunidade, família e escola causa o adoecimento mental dos adolescentes, alguns desses adolescentes deverão ser encaminhados para o setor da saúde no

mesmo município para melhor progressão. A prática extensionista fortaleceu a rede de atenção e proteção constituída nos setores públicos como: Assistência Social, CREAS, Secretária de Saúde, Saúde Mental, SUS, CRAS do município de Contagem; com essas demandas os adolescentes foram relacionados a esses sistemas de segurança e proteção, pois somente o tratamento articulado com a saúde mental não seria suficiente.

Palavras-chave: extensão; adolescência; psicologia; brincadeiras.

Financiamento: Projeto Psicologia, Comunidade e Escola.

O ESPAÇO MUSEOLÓGICO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR: POSSIBILIDADES EDUCATIVAS PRESENTES NO MUSEU DE CIÊNCIAS NATURAIS

Josimara Vianna Aguiar
FAMINAS-BH

Thatiane Santos Ruas
FAMINAS-BH
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG-Ibirité)

O presente estudo tem como objetivo evidenciar a importância da relação entre os espaços museológicos e a escola, considerando algumas possibilidades educativas presentes no Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, a partir de um relato de experiências vivenciadas em algumas visitas guiadas ao referido museu em articulação com pesquisas acadêmico-científicas desenvolvidas no curso de Pedagogia sobre o tema museu e escola. Nesse contexto, é importante destacar que os museus são lugares de memórias, de culturas, de conhecimentos, são espaços de identidades, de estudos e conservação, possuindo, assim, uma função educativa abrangente. No que se refere às visitas ao museu de Ciências Naturais da PUC-MG, percebeu-se que o tema principal da exposição foi a Paleontologia (ciência que estuda as formas de vida existentes em períodos geológicos passados, a partir de seus fósseis) bem como os seres vivos e sua evolução. O museu se encontra em um prédio de 3 andares anexos ao Campus Coração

Eucarístico da PUC-MG em Belo Horizonte. Na parte térrea se encontra uma portaria em que há um jardim com algumas esculturas de exemplares de dinossauros, obras de arte que ficam em exposição permanente e também uma escultura com o marco zero que foi instalado por ocasião da visita da princesa da Dinamarca, Mary Elizabeth, em 21 de setembro de 2012. Outro espaço visitado foi a exposição “Era dos Répteis” no qual havia mostra de dinossauros, aves, crocodiliformes e pterossauros. No 2º andar estavam expostas uma mostra sobre a era pleistoceno (a era do gelo) ou a “Grande Extinção” e “Memórias de um Naturalista” sobre a história de vida e todo trabalho de descobertas de Peter Wilhelm Lund e sua coleção de insetos que estavam expostos em caixas com tampas de vidro. Havia também a exposição “Vida no Cerrado” com animais da fauna exótica Brasileira atual e alguns exemplares já extintos. No 3º andar, encontrava-se a exposição “Vida na Água”, onde estavam expostos conchas de moluscos e outros tipos de invertebrados. A outra parte da exposição, “Fauna Exótica”, expunha exemplares de esqueletos reais de elefantes asiáticos e africanos, hipopótamos, entre outros. As visitas são acompanhadas por educadores, que são estudantes das áreas de Ciências Biológicas, História, Filosofia e Pedagogia habilitados para realização de visitas guiadas ou para esclarecer qualquer outro tipo de dúvida por parte dos visitantes em relação ao acervo do museu. Percebeu-se que pode existir um diálogo interessante entre o museu e a escola, pois os dois tratam de educação, seja esta de modo formal ou não-formal. Além disso, é

importante destacar que, quanto mais diversificadas forem as formas de aprendizagem, maiores serão as possibilidades de apropriação e construção de conhecimentos, por isso os espaços museológicos devem fazer parte das práticas pedagógicas das escolas. Desta forma, conclui-se que a relação entre escola e museu é de extrema relevância e necessária de ser inserida na formação dos docentes para que esses possam conduzir práticas educativas de forma criativa, reflexiva, lúdica, interdisciplinar e significativa para todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: museu; escola; práticas pedagógicas; interdisciplinaridade.

AS CONCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DE BELO HORIZONTE EM RELAÇÃO À DOCÊNCIA: UMA ANÁLISE FREIREANA

Márcen de Pádua Ribeiro
FACISABH
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)

Ana Luiza Silva
Andreia Aparecida Garcia de Oliveira
Nayara Alves Teixeira
Neyline Cristine Almeida
Renata Vales Bhering
FACISABH

O presente trabalho trata de uma pesquisa que mescla aspectos quantitativos e qualitativos realizada em curso de Pedagogia privado de Belo Horizonte. Tal pesquisa foi realizada através do Grupo de Pesquisa da instituição coordenado por um docente com a participação de graduandas do referido curso. Tal pesquisa teve amplo de objetivo levantar o perfil dos discentes de Pedagogia a partir da utilização de questionário estruturado contendo questões fechadas e abertas. O questionário se estruturou a partir de três eixos: pessoal, cultural e pedagógico. Tal levantamento ficou a cargo do grupo de pesquisa oriundo do curso e durante o ano de 2017, foram coletados os dados referentes a 282 questionários. Todos os períodos do curso de Pedagogia participaram com a devida autorização da coordenação do curso. Após a coleta, o grupo se debruçou nas análises

provenientes dos dados, no intuito não só de problematizar os desafios referentes ao curso em si, como também socializar as conclusões com a comunidade científica de modo permitir o diálogo e a interação com outras pesquisas de temática semelhante. O foco aqui apresentado diz respeito às análises provenientes das respostas contidas no eixo pedagógico do questionário. Neste eixo, foi perguntado aos discentes o que compreendiam como uma aula “boa” e uma aula “ruim”. A questão foi aberta e o tratamento específico desse dado foi qualitativo, através da análise esmiuçada das respostas sob auxílio metodológico da análise de conteúdo de Laurence Bardin. Ao todo foram compilados 282 questionários e criadas categorias de análise que auxiliaram na sistematização dos dados. As respostas foram analisadas à luz do referencial teórico de Paulo Freire, especialmente nas obras *Pedagogia da Autonomia*; *Pedagogia do Oprimido*; *Pedagogia da Esperança*; *Medo e Ousadia* (em parceria com Ira Shor) e *Política e Educação*. Foi possível perceber nas respostas dos discentes do curso de Pedagogia em questão, um determinado perfil de docência que opta por preferências didáticas calcadas em aulas expositivas dialogadas, na diretividade do docente na condução do processo de ensino e aprendizagem, na desconfiança em relação às técnicas do seminário e estudo dirigido e na importância central do domínio do conteúdo por parte do docente. Foi possível perceber também uma relativa homogeneização das concepções nos variados períodos. A pesquisa acredita contribuir com o campo da Pedagogia na medida em que fornece à comunidade

científica a compreensão de futuros profissionais da educação a respeito da docência.

Palavras-chave: aula; pedagogia; Paulo Freire; análise de conteúdo

SESSÃO COORDENADA 9
EIXO: HISTÓRIA DA PSICOLOGIA E DAS CIÊNCIAS DA
EDUCAÇÃO

ENTRE LABORATÓRIOS, MANICÔMIOS E INSTITUIÇÕES DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL: HISTÓRIAS EM REDE E
HISTORIOGRAFIAS A PARTE

Arthur Arruda Leal Ferreira
Instituto de Psicologia/ Programa de Pós-Graduação em História das
Ciências e das Técnicas e Epistemologia - Universidade Federal Rio
de Janeiro

No conjunto dos trabalhos produzidos em história da psicologia (ou das psicociências) no Brasil e em outros países frequentemente observamos historiografias e operações históricas (tomando o conceito de Michel de Certeau) com alguma regularidade. Assim, historiadores como Ana Teresa Venâncio, Rafael Huertas e Yonissa Wadi destacam em diferentes trabalhos o aspecto fortemente crítico da historiografia dos saberes psiquiátricos, notadamente após *A História da Loucura* de Michel Foucault. Notadamente aqui é difícil estabelecer qualquer forma de narrativa progressiva (com exceção talvez de narrativas de períodos pós-reforma psiquiátrica). Notadamente distinta é a historiografia relacionada à constituição de dispositivos em psicologia experimental. Desde o clássico texto de

Edwin Boring (de 1929) há uma forte tendência em se atribuir à figura do laboratório como um demarcador histórico, apto a separar um momento científico e pré-científico deste saber. Haveria então na história das psicociências narrativas historiográficas inconciliáveis com sentidos, ritmos e coloridos distintos e inconciliáveis. A proposta deste trabalho foi inspirada em uma apresentação do pesquisador Hugo Leonardo da Rosa no *Seminário de História da Psicologia* organizado por André Elias Morelli Ribeiro em novembro de 2016 na UNESP de Assis. Basicamente a questão fundamental trazida por este pesquisador originou-se a partir de um meticuloso exame de fotos dos laboratórios de Ugo Pizzoli e Waclaw Radecki, discutidos como pioneiros da psicologia científica no Brasil. Como funcionavam estes laboratórios? Quem eram os participantes que frequentavam estes laboratórios. As fotos apresentadas por da Rosa são instigantes neste aspecto: os laboratórios de Ugo Pizzoli são frequentados por alunos com suspeita de retardo e déficit intelectual e o de Waclaw Radecki é frequentado por internos da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro. Apesar dos distintos coloridos que poderiam tingir estas historiografias, este trabalho busca discutir os pontos de conexão entre histórias com operações históricas tão distintas. Para tal, utilizaremos conceitos da História-Construção de Bruno Latour em que numa operação simétrica é proposta sempre a descrição dos atores em conexão, sejam aqueles considerados os vencedores sejam os vencidos, sejam os aspectos supostamente internos, sejam aqueles sociais ou externos. Por fim, este exercício realizado através

do estudo dos laboratórios de Radecki e Pizzoli visa discutir o sentido da divisão política destas historiografias, propondo formas alternativas de descrição em história da psicologia.

Palavras-chave: laboratórios; arquivos; redes; práticas sociais; estudos CTS.

Financiamento: FAPERJ e CNPq.

**UMA PSICOLOGIA PARA A EDUCAÇÃO DA JUVENTUDE?
A CIRCULAÇÃO DE UM PROJETO DE PSICOLOGIA DA
EDUCAÇÃO ENTRE TURIM E SÃO JOÃO DEL-REI (1938-1959)**

Rodolfo Luís Leite Batista
Raquel Martins de Assis (UFMG)
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Marcos Vieira-Silva
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Esta pesquisa documental busca descrever a circulação de um projeto de psicologia para a educação da juventude entre instituições salesianas de Turim e São João del-Rei, de 1938 a 1959. Acredita-se que um projeto de psicologia, construído a partir da retomada da filosofia tomista em estabelecimentos católicos desde o século XIX, tenha transitado por meio da ação de padres salesianos e seus dispositivos de ensino e formação. Inseridos no debate acerca da difusão e internacionalização da psicologia como objeto de pesquisa histórica, esta investigação orienta-se pelos conceitos de circulação e de apropriação de teorias e práticas em contextos distintos daqueles onde foram originalmente elaborados. O contexto em que se deu a circulação desse projeto de psicologia foi marcado pela emissão de documentos pontifícios e pela ação de intelectuais católicos em relação a projetos de psicologia científica a partir do século XIX. Narra-se a ação salesiana para a educação da juventude em São João del-Rei, ligada a criação de um laboratório de psicologia

(posteriormente, transformado em um instituto de psicologia) e a diversos serviços psicopedagógicos (especialmente, de orientação escolar e profissional). Foram selecionadas como fontes documentais: o manual “Psicopatologia e Educazione”, de Giacomo Lorenzini, padre salesiano envolvido com esse projeto de psicologia na Itália e Brasil; edições da revista “Salesianum”, dispositivo de circulação de conhecimento entre os salesianos; correspondências, manuscritos, fotografias, cartas mortuárias e arquivos pessoais de padres salesianos; livros de crônicas e documentos administrativos das instituições investigadas. Os documentos são recolhidos no Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa e no Centro de Documentação e Pesquisa em História da Psicologia (CDPHP/Lapip/UFSJ). Esta pesquisa propõe a realização de entrevistas com personagens relacionados ao objeto de estudo como estratégia metodológica complementar. Espera-se que esta pesquisa permita esclarecer fatores, identificar personagens e descrever dispositivos envolvidos na circulação de um projeto de psicologia para a educação da juventude.

Palavras-chave: história da psicologia; psicologia da educação; educação da juventude; circulação; projeto de psicologia.

LABORATÓRIOS EM PSICOLOGIA: PIAGET NO LABORATÓRIO DE SIMON

André Elias Morelli Ribeiro
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Leonardo Lemos de Souza
Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis)

Conforme as propostas teóricas de Bruno Latour, o laboratório é um espaço livre das contaminações da política onde a técnica intelectual se encontra com uma espécie de ateliê para se produzir fatos. A construção de fatos exige uma operação que faz os não-humanos falarem, e isso se dá por meio de experimentos e instrumentos. Um instrumento é uma estrutura que permite traduzir a fala do objeto em um dispositivo visual cognoscível, ou seja, uma inscrição. Para seguir os cientistas é necessário ir a todos os lugares onde eles circulam, e isso vale também para os cientistas do psiquismo. A questão é: como estudar os laboratórios da psicologia? Como os cientistas do psiquismo fazem não-humanos surgirem de humanos, ou seja, a que as inscrições da psicologia se referem? Para responder esta pergunta, tomou-se por objeto de análise 76 protocolos de pesquisa produzidos por Piaget entre os anos 1920 e 1921 no laboratório da Rua La-Grange-aux-Belle, em Paris, coletados nos Archives Jean Piaget no ano de 2016. Piaget trabalhou neste laboratório sob supervisão de Simon, que o colocou na tarefa de padronizar o teste de inteligência de Burt para crianças parisienses, mas ao mesmo

tempo o deixou livre para fazer seus próprios experimentos. Os documentos deste período, produzidos neste laboratório, foram lidos e suas informações foram convertidas em gráficos e quadros, sem prejuízo de análises qualitativas, bem como cruzadas com dados biográficos. São 84 crianças com média de idade de 9,7 anos. Em 56 protocolos Piaget utiliza o teste de inteligência de Burt, mas outras 23 provas também aparecem nos documentos. De janeiro até outubro de 1920, Piaget só utiliza provas de Burt ou testes padronizados, mas neste período inicia a introdução de modificações neste teste para seus próprios propósitos, o que está de acordo com sua autobiografia e bibliografia do período. Em outubro de 1920 aparece a primeira prova nova, dos Fenômenos naturais, sobre Causalidade física. A partir daí, surgem mais testes, de Causalidade, Tempo, Número, Linguagem e Velocidade, até abril de 1921 quando Piaget muda para os laboratórios do IJJR. Seguindo orientações do próprio Burt, Piaget questiona as respostas aos silogismos do teste britânico, e inicia a introdução de perguntas e modificações no teste original para adequá-lo aos princípios da lógica de Lalande e Brunshvicg, gerando as provas baseadas no paralelismo lógico-psicológico. Ao mesmo tempo, Piaget inicia o uso de novas provas, baseadas na lógica, já bastante diferentes da psicologia que aprendia em Paris naquele momento. A modificação do instrumento é o que gerou as novas falas das crianças, mas não são exatamente as falas que são as inscrições, mas sim sua adequação a um novo sistema de interpretações, diverso do proposto pelo teste original. As inscrições revelariam algo oculto,

que está por trás das falas dos sujeitos, e que as orientaria e explicaria. Estes são os não-humanos da psicologia revelados no laboratório, os fatos são os constructos habitantes na subjetividade dos sujeitos. Contudo, laboratórios em psicologia não são propriamente laboratórios, mas espaços que mimetizam os ateliês da ciência.

Palavras-chave: epistemologia genética; história da psicologia experimental; teoria ator-rede.

Financiamento: CAPES-Prodoutoral, Fondation Jean Piaget.

RECEPÇÃO E APROPRIAÇÃO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO NO BRASIL

Sérgio Domingues
(FAVIÇOSA/UNIVIÇOSA)

Regina Helena de Freitas Campos
Faculdade de Educação (UFMG)

B. F. Skinner (1904 – 1990) desenvolveu pesquisas sobre o comportamento, a partir das quais desenvolveu a filosofia da ciência do comportamento, que ele denominou Behaviorismo Radical. Fred S. Keller foi grande divulgador e entusiasta dessa proposta de estudo do comportamento, tendo vindo ao Brasil em 1961 a convite de Myrthes Rodrigues Prado, sua ex-aluna na Universidade de Columbia. O objetivo desse trabalho foi construir uma narrativa histórica sobre o Behaviorismo Radical no Brasil, sua recepção e apropriação a partir da década de 1960. A metodologia teve duas etapas: a) pesquisa documental; b) análise dos conceitos de recepção e apropriação para compreensão das formas como a Análise do Comportamento foi recebida e apropriada no Brasil. O termo “apropriação” se refere a como os grupos sociais e as pessoas usam dos códigos e lugares que lhe são impostos. O campo historiográfico analisa a relação triangular entre texto, objeto que o comunica e o ato que o apreende, possibilitando a elaboração dos conceitos de recepção, circulação e apropriação de textos científicos, os quais são produzidos em contextos históricos definidos, circulam em suportes

específicos e são apropriados de modo singulares por indivíduos e frações de classes sociais. O conceito de apropriação considera que os bens culturais são usados de forma diferente pelos indivíduos e até mesmo oposta, vinculada as disposições e interesses dos grupos sociais específicos de modo que a recepção é realizada com criatividade, resistência, ressignificações e arranjos. Esse arcabouço conceitual possibilitou a compreensão do papel desempenhado Fred S. Keller em sua visita ao Brasil. Paulo Sawaya, diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras da USP, o convidou a criar o primeiro laboratório de condicionamento operante do Brasil. Os cursos ministrados por Keller foram: “Psicologia Comparada e Animal” e “Psicologia Experimental”. Nesses cursos as caixas de condicionamento operante utilizadas foram adaptações realizadas por Rodolpho Azzi (assistente de Keller na USP). Mário Guidi desenvolveu uma versão brasileira da caixa e Skinner, uma apropriação do aparelho original, deixando de lado instrumentos utilizados com finalidade de pesquisa e mantendo-se apenas aqueles utilizados para finalidade de ensino neste equipamento. Dentre os primeiros estudiosos da Análise do Comportamento no Brasil estiveram Maria Inês Rocha e Silva, Dora Fix e Maria Amélia Matos e Carolina Bori, João Cláudio Todorov, Luiz Otávio Seixas de Queiroz e Marília Ancona Lopez. Em 1962, Carolina Bori foi chamada para implantar o curso de Psicologia na UnB e utilizou os Sistema Personalizado de Ensino (PSI) método desenvolvido por Keller a partir dos princípios da Análise do Comportamentos. Em 1971

Carolina Bori se dirigiu a Universidade Federal da Bahia juntamente com Mário Guidi e lá instalou o laboratório de Psicologia Experimental nos moldes do proposto por Skinner. Na Universidade Federal de Minas Gerais, o professor de Psicologia Social, Célio Garcia, convidou Carolina Bori para oferecer um curso sobre Psicologia Social Experimental nesta instituição. O caráter experimental/laboratorial das primeiras disciplinas ministradas por Keller, pode ter marcado o modo como a Análise do Comportamento foi apropriada nos cursos de psicologia no país.

Palavras-chave: B. F. Skinner; história da análise do comportamento no Brasil; recepção; apropriação.

Financiamento: União de Ensino Superior de Viçosa Ltda – UNIVIÇOSA.

TÉCNICAS DE SI E A INTROSPECÇÃO EXPERIMENTAL: UM POSSÍVEL CAMPO DE ESTUDOS HISTÓRICOS

Fabiano dos Santos Castro
Centro Universitário Celso Lisboa (Rio de Janeiro)

O presente trabalho tem como meta propor o conceito de técnica de si de matriz foucaultiana como operador histórico para compreender as práticas de introspecção presentes nos laboratórios de psicologia no final do século XIX / início do século XX. Para tal, é preciso uma breve discussão do conceito de tecnologias ou técnicas de si, desenvolvido por Michel Foucault, na década de 1980. A partir deste marco inicial, tal conceito será trabalhado a partir das categorias de substância, ascetismo, modos de sujeição e teleologia. No entanto, esta apresentação não visa produzir uma apresentação geral do conceito de técnicas de si ou uma discussão historiográfica ou mesmo genealógica da psicologia. Mais modestamente, procuramos avaliar a presença de técnicas onde jamais se suspeitaria: em práticas experimentais, especificamente, naquelas em que o próprio observador viria a se transformar em um instrumento científico por meio de um processo de treinamento específico. Que modo particular de ascetismo seria gerado por estas tecnologias específicas produzidas nos laboratórios psicológicos? Com esta questão presente, acompanharemos as raras descrições dos modos de treinamento realizados nos laboratórios de fisiologia e psicologia no final do século XIX / início do século XX das práticas introspectivas,

buscando saber se estas constituem técnicas de si, e que singularidades estas apresentariam em relação aos métodos psi atuais. Para tal, consultaremos as referências às práticas introspectivas em Edward Titchener, dando um maior destaque a este por ser o que mais nos tem fornecido pistas. Notadamente estas pistas tem vindo do exame dos textos mais conceituais e dos manuais deste autor. Basicamente são três os campos que tem servido para nossa discussão: 1) As atitudes gerais e específicas da introspecção; 2) Os exercícios indicados aos estudantes; 3) As discussões da introspecção em oposição à experiência comum, configurando uma atitude exclusiva dos psicólogos. Por fim, será proposta uma discussão rápida sobre o significado político destas alterações, convidando ao diálogo a Teoria Ator-Rede de Bruno Latour e a Epistemologia Política de Vinciane Despret.

Palavras-chave: introspecção experimental; processos de subjetivação; tecnologias de si.

Financiamento: CNPq.

SESSÃO COORDENADA 10
EIXO: HISTÓRIA DA PSICOLOGIA E DAS CIÊNCIAS DA
EDUCAÇÃO

REFLEXÕES SOBRE O PENSAMENTO DE MICHAEL OLIVER NA
OBRA “UNDERSTANDING DISABILITY: FROM THEORY TO
PRACTICE”

Maristela Ferro Nepomuceno
Raquel Martins Assis
Faculdade de Educação (UFMG)

Michael Oliver é um acadêmico britânico, sociólogo, autor e ativista de direitos civis. Professor Emérito de Estudos sobre Deficiência na Universidade de Greenwich. É internacionalmente reconhecido pelo seu trabalho em advogar sobre o Modelo Social de Deficiência. A relevância em estudar o pensamento de Oliver é justificada pelas suas inúmeras obras e trabalhos. Mas também é importante por se tratar de um exemplo de pessoa com deficiência que conseguiu superar diversas barreiras e se empoderar, a partir da sua relevante trajetória acadêmica. Após cerca de 20 anos atuando nos estudos de deficiência, Oliver lança em 1996 o livro *Understanding Disability: From Theory to Practice*, o qual se torna rapidamente um importante marco na área. Neste trabalho, pretende-se realizar uma breve

reflexão dos principais aspectos desta obra que possam contribuir para a pesquisa nos estudos sobre deficiência, dialogando com a Psicologia e a Educação Inclusiva. Primeiramente, Oliver define o conceito de deficiência. Segundo o autor, a deficiência é o produto de uma organização social e não de uma limitação pessoal. Essa ideia, de enxergar a deficiência como um produto da organização social tem origens em movimentos sociais organizados por associações de pessoas com deficiência na década de 1970 no Reino Unido. Ele também ressalta que antes de 1980, o interesse acadêmico sobre a deficiência era destinado quase que de modo exclusivo por explicações médicas individualistas. Para Oliver, a interpretação social da deficiência concebe que as pessoas vistas ou percebidas com *impairment* (anomalia biológica), independentemente da causa, são deficientes pela falha da sociedade para acomodar suas necessidades. A deficiência não é um produto de uma falha individual, fraqueza ou defeito, mas ela é socialmente criada. O modelo social não identifica a deficiência nas limitações individuais da pessoa, mas, sim identifica a sociedade como um problema e busca mudanças políticas e culturais para gerar solução. Na obra, Oliver também destaca a abertura do curso de Disability Studies (Estudos sobre Deficiência) na Open University em 1975, atraindo muitos estudantes de diversos países. A partir de um rico material criado nesses cursos, Oliver elencou três elementos para compor a definição de deficiência: 1) a presença de um *impairment*, 2) a experiência de uma restrição imposta externamente e 3) a própria identificação como uma pessoa

com deficiência. Por fim, Oliver afirma que poucos daqueles que pesquisam sobre a vida das PcD compreendem a necessidade de representar a visão delas. Desse modo, o autor ressalta a relevância de que haja pessoas com deficiência na academia para que elas possam realizar pesquisas a partir da própria experiência que vivem.

Palavras-chave: estudos sobre deficiência; educação inclusiva; modelo social de deficiência.

**A APAE DE BARBACENA NO CONTEXTO HISTÓRICO:
QUESTIONÁRIO REFERENTE À ASSISTÊNCIA AO
EXCEPCIONAL EM MINAS GERAIS**

Adriana Cláudia Drumond
Arianne Drumond Diniz Vidigal
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

O presente trabalho tem como objetivo verificar a participação da APAE de Barbacena em resposta a um questionário referente à assistência ao excepcional em Minas Gerais, que foi elaborado por Helena Antipoff e Colaboradores. A pesquisa histórica e documental foi realizada, no Centro de Pesquisa e Documentação Helena Antipoff – CDPHA e na APAE de Barbacena, Minas Gerais. Em 16 de dezembro de 1966 a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais - CADEME, devido ao interesse sobre a assistência ao Excepcional no Estado de Minas Gerais, solicitou um estudo sobre como eram atendidos os deficientes mentais; como eram coordenadas as atividades do estado com as dos municípios e de entidades particulares, para uma ação conjunta; quais eram as medidas sugeridas para esclarecimento público sobre o problema da deficiência mental. Assim, o Secretário de Estado da Educação de Minas Gerais, atendendo a solicitação da CADEME constituiu o seguinte grupo para este fim: Helena Antipoff, presidindo a comissão, Esther Assumpção, Maria Fonseca e Manoela Lopes. O grupo

elaborou um questionário com dez perguntas para ser respondido pelos representantes das Delegacias Regionais de Ensino de Minas Gerais, Escolas e Classes de Ensino Emendativo existentes. O questionário solicitava as seguintes informações: existência de assistência a crianças excepcionais em (instituição, escola, classe, clínica, hospital, consultório médico-pedagógico); nome do responsável; data da fundação; entidade mantenedora, anexar estatutos; sobre o regime: (internato, externato, semi-internato); número de crianças por idade e sexo; tipo de crianças assistidas; número de classes e professores; quais eram as necessidades mais prementes para a instituição; quais sugestões poderiam oferecer para garantir uma melhor assistência ao excepcional na localidade. No dia 12 de janeiro de 1967, a APAE de Barbacena enviou respostas aos itens, dentre elas destacam-se: necessidade em obter ajuda financeira; entrosamento do poder público, dos órgãos técnicos especializados e das instituições de iniciativa particular; criação de um órgão ou coordenação que se encarregasse especificamente da orientação e controle e, sobretudo, pesquisa dessa assistência educativa no estado; especialização e treinamento de pessoal para o trabalho com o excepcional. Por conseguinte, o resultado do questionário enviado à APAE de Barbacena e a outros municípios do Estado de Minas Gerais foi categorizado e publicado no “Boletim Infância Excepcional: estudo, educação e assistência ao Excepcional”, número 11, de 1968. Na apresentação do relatório à Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, o Grupo de

Trabalho sugeriu que a CADEME: procurasse no deficiente mental os lados positivos de suas limitações; evitasse rotulações e diagnósticos precipitados; não segregação do deficiente mental; preconizasse para o deficiente mental a assistência especializada o mais cedo possível; Os Centros médico-psicopedagógicos e os Institutos de Educação Emendativa deveriam destinar-se ao atendimento do deficiente mental deveriam preparar especializar e oferecer estágios ao pessoal técnico. E, finalmente, seria da competência dos governos, federal e estadual, criar serviços oficiais nos departamentos de educação destinados à administração e controle do ensino especial.

Palavras-chave: APAE de Barbacena; Helena Antipoff; CADEME; questionário.

O INSTITUTO DA CRIANÇA EXCEPCIONAL MARIA DO ROSÁRIO NA APAE DE BARBACENA (1965-1977): INFLUÊNCIA DAS PROPOSTAS DE HELENA ANTIPOFF NA EDUCAÇÃO

Adriana Cláudia Drumond
Ariane Drumond Diniz Vidigal
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

O presente trabalho apresenta parte da pesquisa de doutorado e tem como objetivo verificar como o trabalho da APAE de Barbacena estava relacionado com as propostas de Helena Antipoff em relação à educação dos excepcionais. A pesquisa documental foi realizada no Memorial Helena Antipoff, situado na cidade de Ibité, em Minas Gerais, no Centro de Pesquisa e Documentação Helena Antipoff – CDPHA, (localizado no prédio da Biblioteca Central da UFMG) e na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barbacena, Minas Gerais. Através do Decreto nº 8.751/1965 do Governo do Estado de Minas Gerais foi instituído na APAE de Barbacena, o “Instituto da Criança Excepcional Maria do Rosário”. Possuía cinco classes especiais e desenvolvia um programa de atividades educativas utilizando os pressupostos teóricos advindos do curso de Educação Emendativa, oferecidos no ISER – Fazenda do Rosário através do qual as professoras que regiam as classes especiais participavam do curso. Na classe para deficiente mental profundo trabalhavam-se atividades de vida prática e de vida diária, a aquisição de hábitos sociais e cotidianos, gestos simples e adequados para a execução de

tarefas comuns. Nas duas classes para surdos-mudos, era trabalhado o aperfeiçoamento dos sentidos da visão e tato; meios de comunicação como o alfabeto digital e leitura labial; aptidões artísticas; habilidades motoras e alguns exercícios de ortopedia mental; formação de hábitos, atividades recreativas. Já nas duas classes para deficientes mentais escolarizáveis, as professoras baseavam sua proposta de trabalho pedagógico numa publicação intitulada “Roteiro e Sugestões para Professoras de Crianças Mentalmente Retardadas Educáveis” do Departamento de Educação Primária: seção de ensino especial do Estado da Guanabara, 1965. Os capítulos dessa publicação, além de especificar sobre as crianças mentalmente retardadas educáveis, apresentavam os seguintes conteúdos curriculares: aritmética, linguagem, estudos sociais, ciências, arte e música. Apresentava, ainda, tópicos sobre a educação do sentido visual, observação, memória visual, desenho e linguagem, educação do sentido auditivo e tátil, inspirado na obra de Alice Descoedres “A Educação das Crianças Retardadas: seus princípios, seus métodos”. Por último, da obra intitulada, “Ortopedia Mental nas Classes Especiais” de autoria de Helena Antipoff e Naytres de Resende (1934); a publicação sugeria para o professor de classes especiais, trabalhar o programa das funções mentais e das modalidades intelectivas, segundo as quais eram categorizados exercícios de ginástica psicológica tais quais: o inventário das funções mentais e das faculdades, através de alguns exercícios de ortopedia mental. Assim, pôde-se constatar que na APAE de Barbacena, a

programação educacional obedeceu a diretrizes formuladas por Helena Antipoff, pois de acordo com ela, a inspiração para a educação de crianças excepcionais estava nos princípios da escola comum, já que eles diferiam pouco do ensino das classes comuns. Portanto, ao estabelecer as proporções entre os exercícios didáticos e os psicológicos, o trabalho manual, os jogos educativos e as ocupações livres deveriam ser respeitados o desenvolvimento mental das crianças.

Palavras-chave: APAE de Barbacena; Helena Antipoff; educação dos excepcionais.

AS TRÊS FASES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MINAS GERAIS

Adriana Araújo Pereira Borges
Regina Helena de Freitas Campos
Karla Cristina da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

A educação inclusiva vem se constituindo progressivamente no Brasil. Em Minas Gerais é possível localizar três fases deste processo. Na primeira fase, crianças com deficiências que até então estavam afastadas das escolas, passam a frequentá-la, nas chamadas classes especiais. Esse é um período de apropriação do espaço educativo, no entanto, restritivo, tendo em vista que as crianças estavam limitadas às classes especiais. Embora separadas nessas classes, as crianças nesse período contavam com uma educação particularizada, baseada nos preceitos da Escola Nova. Técnicas de educação especial eram implantadas no interior das escolas com a intenção de propiciar um ensino diferenciado. Nessa fase, o modelo médico – psicológico norteava os procedimentos educativos. Numa segunda fase, as instituições de caráter filantrópico tomaram para si a responsabilidade de educar as crianças deficientes. Nesse sentido, os movimentos liderados pelos pais dessas crianças criaram instituições que ainda existem nos dias de hoje, como as Apaes (Associação de pais e amigos dos excepcionais), escolas Pestalozzi e outras, que se espalharam pelo Brasil. Muitas delas tiveram um papel fundamental no acolhimento dessas crianças, principalmente

no interior. No entanto, essas escolas acabaram fundamentando-se também num modelo médico-psicológico – assistencial que, de um lado, forneceu serviços indispensáveis para essa população, na ausência da oferta pelos poderes públicos. Por outro lado, a escolarização dessas crianças nessas instituições, não avançou em termos de propostas diferenciadas, de tecnologias assistivas inovadoras ou de técnicas educativas que pudessem contribuir para a educação das crianças. Numa terceira fase, a educação inclusiva consolida-se como Lei de Estado, obrigando as escolas especiais a reinventarem seu papel. Essa é a fase atual em que estamos vivendo. Um dos aspectos mais relevantes dessa questão de como a educação inclusiva se constitui no país, parece ser a influência externa que as políticas públicas brasileiras sofreram através do tempo. A partir do conceito de histórias cruzadas e de circulação de conhecimento, serão trabalhadas as três fases já descritas anteriormente. Foram utilizadas fontes primárias como: laudos, documentos, revistas, registros escolares e fotografias de salas de educação especial para a análise iconográfica. O cruzamento das informações dos registros documentais e das fotografias, permitiu estabelecer um quadro mais completo da educação especial dos três períodos. O estudo aprofundado dessas fases, de suas práticas, políticas, avanços e retrocessos, pode resultar em propostas inovadoras na atualidade, visando dinamizar e tornar mais viável a consolidação de uma educação inclusiva que seja realmente para todos, ao mesmo tempo em que possa considerar a especificidade de cada um.

Palavras-chave: educação especial; classes especiais; educação para todos.

Financiamento: PRPq/FAPEMIG.

POR UMA REINTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL/EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DE SUAS RELAÇÕES COM A PSICOLOGIA NO BRASIL

lasmin Silva Rocha
Fernanda Regiane Alcântara Anselmo
Erika Lourenço
Raquel Martins de Assis
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Esta pesquisa teve como objetivo compreender como as produções acadêmicas desenvolvidas em programas de pós-graduação das áreas de Psicologia e Educação do Brasil têm se apropriado das histórias da educação e da psicologia. Para tanto propôs-se analisar os capítulos históricos de dissertações e teses sobre a educação da criança com deficiência intelectual no Brasil presentes nas bases de dados da CAPES e IBICT. O trabalho foi realizado em três etapas: 1) levantamento no Banco de Teses da CAPES de dissertações e de teses sobre educação especial e educação inclusiva produzidas em 2011 e 2012, nas áreas da psicologia e da educação – busca realizada por meio das seguintes palavras-chave: educação especial; educação inclusiva; deficiência intelectual; 2) seleção e localização dos trabalhos completos para análise – baseada na identificação das produções que continham capítulos sobre a história da educação especial e/ou inclusiva no Brasil; 3) análise do conteúdo e da abordagem historiográfica dos trabalhos selecionados por meio das seguintes categorias: recortes temporais e locais da revisão histórica,

legislação mencionada, autores utilizados como referência bibliográfica, autores apresentados no texto e argumento sustentado pelos autores de referência. Os resultados evidenciaram que, de forma geral, as produções acadêmicas da área da Psicologia optaram por contar as histórias da educação especial e educação inclusiva a partir de uma perspectiva brasileira, consistindo os capítulos históricos em uma listagem de fatos que marcaram a educação de pessoas com deficiência no Brasil. Já na área da Educação, apesar de também partir de uma perspectiva histórica brasileira, o foco é dado na legislação brasileira e em documentos internacionais. A maior parte dos trabalhos analisados tem recortes temporais que se iniciam no Período Imperial Brasileiro, porém há teses e dissertações que tomam como referência inicial o Período Colonial, a Constituição de 1988 e se referem ao conceito de deficiência na Grécia Antiga até a história mais recente. As referências mais utilizadas na área de Psicologia foram documentos da legislação brasileira, como a Constituição Federal de 1998 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, enquanto na área da Educação há maior equiparidade entre os documentos internacionais e nacionais, sendo os dois primeiros mais citados a Declaração Mundial sobre Educação para todos de 1990 e a Declaração de Salamanca, que também aparece entre as referências de Psicologia. Acerca dos autores utilizados como fonte, nas duas áreas, José Geraldo Silveira Bueno foi o mais recorrente, seguido por Gilberta Sampaio de Martino Januzzi, Marcos José da Silveira Mazotta e Enicéia Gonçalves

Mendes. A maior parte dos autores citados nos trabalhos da Psicologia são da área da Educação, provenientes principalmente das graduações em Pedagogia. Os capítulos servem principalmente para contrapor os paradigmas de integração e inclusão, privilegiando o movimento em direção à inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual. Concluiu-se que as áreas da Psicologia e Educação possuem formas distintas de tratar a história da educação especial, porém carecem de um olhar mais contextualizado em relação às práticas educacionais voltadas para as crianças com deficiência intelectual.

Palavras-chave: educação especial, deficiência intelectual, história da psicologia.

Financiamento: UFMG – PROBIC/ Fapemig.

A APROPRIAÇÃO DAS IDEIAS DE ALFRED BINET E THEODORE SIMON NO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO ATRAVÉS DE PERIÓDICOS (1920-1940)

Laênia Martins Petersen
Raquel Martins Assis
Faculdade de Educação (UFMG)

Esse resumo trata-se de uma pesquisa de doutorado em andamento que tem como objetivo analisar as apropriações das ideias de Alfred Binet e Theodore Simon em periódicos do campo educacional, no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, durante a implantação e estabelecimento de reformas de ensino. Essas reformas foram fundamentadas no movimento escolanovista que defendia a superação da educação tradicional da época. Pretende-se realizar a investigação das apropriações das ideias dos autores Alfred Binet e Theodore Simon na Revista de Educação e Revista Escola Nova, ambas de São Paulo, e Revista do Ensino de Minas Gerais. Outra fonte a ser utilizada é o Boletim Binet Simon produzido na França. O recorte proposto para a pesquisa, de 1920 a 1940, justifica-se por ser um período de reformas educacionais com viés escolanovista e científico, principalmente voltado para a valorização da biologia e da psicologia. Em São Paulo, a reforma foi iniciada por Sampaio Dória, sendo que, na década de 1930 Lourenço Filho foi nomeado diretor geral da instrução pública do estado de São Paulo. Nessa época, intelectuais perfilaram-se na construção do Brasil novo com propostas

sistemáticas para diversos problemas da época, inclusive desafios educacionais. Delimitou-se para a Revista do Ensino mineira a fase de 1925 a 1940, por ser o período em que a revista volta a ser editada em caráter regular pela Inspetoria Geral da Instrução da Secretaria do Interior de Minas Gerais. A Revista do Ensino pode ser considerada um dos impressos mais importantes para a apreensão da educação em Minas Gerais pelo fato de ter sido o único periódico voltado para docentes e técnicos da escola. Quanto à proposta de encerrar a pesquisa em 1940, deve-se a dois acontecimentos: a Escola de Aperfeiçoamento foi fechada em 1939, inaugurando novas formas de intervenção na educação. E o segundo motivo: a interrupção sofrida pelo periódico devido à Segunda Guerra Mundial em 1940. A análise de periódicos pedagógicos mostra-se relevante para a história da psicologia por terem funcionado como instrumentos de divulgação e internalização dos novos métodos de ensino pelos professores e técnicos da educação. As revistas eram compostas de temas como: técnicas de avaliação, métodos de desenvolvimento mental, educação dos anormais entre outros assuntos. Uma primeira leitura da Revista do Ensino de Minas Gerais evidenciou que as apropriações das ideias de Binet e Simon aparecem ligadas a quatro aspectos principais: faculdades mentais, técnicas de avaliação, métodos de ensino e educação dos anormais. Até o momento, verificou-se, portanto, que os autores eram amplamente utilizados para a discussão de diferentes temas da psicologia e da educação. Espera-se que essa pesquisa possa contribuir para o estudo das

relações entre os saberes médico- psicológicos e o campo educacional, bem como os efeitos nos seus sistemas de ensino ainda em formação.

Palavras-chave: apropriações; Alfred Binet; Theodore Simon; reforma da educação.

Financiamento: CAPES.

SESSÃO COORDENADA 11
EIXO: PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**A PERCEPÇÃO DE EDUCADORAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO
DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO EDUCACIONAL INCLUSIVO**

Bruna Cristina da Silva Hudson
Faculdade de Educação (UFMG)

Merie Bitar Moukachar
Faculdade de Educação (UEMG) e Centro Universitário Una

Atualmente existe a necessidade de se pensar educação inclusiva com o intuito de diminuir práticas discriminatórias e excludentes de pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Desse modo, é preciso pensar em atividades que envolvam vários profissionais para compor uma rede especializada de atenção e apoio à educação inclusiva, que funcione de maneira multidisciplinar, abrangendo profissionais qualificados para atuar com a inclusão. O objetivo geral deste Trabalho de Conclusão de Curso foi o de identificar as possibilidades de atuação da Psicologia Escolar e Educacional na rede pública de atenção especializada em educação inclusiva na cidade de Belo Horizonte/MG. Para tanto foi realizado um estudo acerca das políticas existentes que norteiam a educação especial. A partir de dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais -INEP foi analisada a mudança do

paradigma social acerca da educação inclusiva e como se dão as práticas na rede pública de educação no processo da inclusão, sendo que foi selecionada a regional noroeste do município de Belo Horizonte como local da pesquisa. Após a elaboração do aporte teórico do trabalho e da submissão do projeto ao Comitê de Ética, foi realizada uma pesquisa qualitativa tendo como instrumento metodológico o roteiro de entrevista semiestruturada. Foram entrevistadas uma professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e três pedagogas que compõem uma Equipe de Apoio a Inclusão, sendo que todas atuam na regional noroeste de Belo Horizonte com educação inclusiva. Após a coleta de dados, foi realizada uma análise do discurso apresentado. Como resultados, essa pesquisa identificou importantes instrumentos que viabilizam a inclusão escolar de maneira efetiva a partir de leis, dos serviços em rede e do atendimento educacional especializado. Reconhece-se a prática multiprofissional como um trabalho essencial para o sucesso da inclusão e, ainda, é importante destacar a necessidade de um maior empenho e formação de professores para promover uma inclusão com qualidade e a participação efetiva do aluno no contexto escolar. A pesquisa permitiu o levantamento das falhas no sistema que prejudicam a inclusão e o reconhecimento sobre a falta do psicólogo no contexto educacional. Sugere-se que a inserção do psicólogo educacional se dê na rede municipal seguindo os moldes de funcionamento da equipe de apoio a inclusão, que esse profissional se localize na própria regional e faça as visitas periódicas

as escolas visando auxiliar os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Considera-se o olhar diferenciado e a capacitação do profissional psicólogo da educação para realizar intervenções pontuais de acordo com o seu campo de saber.

Palavras-chave: psicologia; inclusão escolar; rede.

**SABERES DOCENTES NO COTIDIANO ESCOLAR:
APRENDIZAGENS POSSÍVEIS NA RELAÇÃO COM ALUNO
TDA/H**

Douglas Tomácio
Eliene P. L. da Silva
Fabiana Helena A. Almeida
Ingrid Cristine A. de Andrade
Joelma Silva Andrade
Maria Michelle Fernandes Alves
Mirelle Esthéfane das D. Reis
FACISABH

O presente estudo apresentado na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte (FACISABH), no 1º semestre de 2017, no curso de Pedagogia, buscou reconhecer os saberes docentes no cotidiano escolar e aprendizagens possíveis na relação com aluno TDA/H. Consiste em descrever o processo de inclusão no Brasil e em específico a inclusão do aluno TDA/H; conceituar e identificar características do TDA/H; compilar manejos viáveis com o aluno TDA/H em sala de aula; bem como discutir o saber fazer do professor com aluno TDA/H além de, investigar a profissão docente a partir de sua própria identidade e relação social. A pesquisa teve como amostragem quatro professoras do ensino fundamental de uma escola da rede particular situada na cidade de Contagem/MG e foi utilizado como pré-requisito estar atuando com aluno TDA/H. Como instrumento de coleta de dados, elegeu-se a entrevista semiestruturada. Foram utilizados vários autores como aporte teórico.

Dentre eles, destacam-se: Haddad (2013), Rohde e Benczik (1999), Charlot (2000, 2013), Nóvoa (1992, 2014) e Tardif (2014). A partir da análise de dados pode-se inferir que a legislação acerca da inclusão é importante, todavia, é preciso estar atento para que não se torne uma pseudoinclusão; o conhecimento das professoras sobre TDA/H e as suas vivências no cotidiano escolar; existe a necessidade de uma adaptação curricular, contudo as professoras nas suas práticas já fazem sem se dar conta disso; existe um sentimento de angústia e solidão, falta de tempo e, a importância de um planejamento para o cotidiano escolar o que acaba por trazer dificuldades no ofício de ser professor de uma turma com aluno TDA/H; ainda existe uma demanda social de domesticidade no fazer docente e em contraponto exige-se uma construção do ofício docente; e conclui-se que os saberes docentes se constituem desde os saberes científicos e em adição as bagagens das vivências pessoais e profissionais que favoreçam as aprendizagens possíveis na relação com aluno TDA/H.

Palavras-chave: transtorno déficit de atenção com hiperatividade (TDA/H); inclusão escolar; saberes docentes; aprendizagens possíveis; ofício docente.

A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR: APONTAMENTOS TEÓRICOS

Crislene Melo Amaral
Graziella da Paixão Oliveira
Joelma Silva Andrade
Kércia Camila da Silva
Maria Michelle Fernandes Alves
Renata Simone Pereira dos Santos
FACISABH

A presente pesquisa apresentada na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte (FACISABH), no 2º semestre de 2017, no curso de Pedagogia, teve como tema “A inclusão da criança com Síndrome de Down (SD) no ensino regular”. Apresentou como objetivo geral descrever, através de um levantamento bibliográfico, os princípios que devem estar presentes na inclusão da criança com Síndrome de Down (SD). Já os objetivos específicos foram: conceituar e caracterizar a SD; descrever as características e os desafios da escola inclusiva; e apontar a importância da família no processo de inclusão da criança com SD. Para a construção da pesquisa, foi feito um estudo qualitativo, exploratório e bibliográfico. Os principais autores que embasaram o estudo foram Cunha (2016), Voivodic (2013), Werneck (1995) e Mantoan (2005). Foi realizado também um levantamento de artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Especial disponível no site SCIELO. Foram analisados 5 artigos específicos que abordam o tema desta pesquisa,

possibilitando um maior aprofundamento sobre o tema investigado. Essa revista foi escolhida porque apresenta artigos que abordam a temática da presente investigação. A busca dos artigos aconteceu no mês de setembro de 2017, utilizando as seguintes palavras-chave: Inclusão, Síndrome e Down. Os principais resultados apontaram que a inclusão de pessoas com SD no sistema regular de ensino é um processo complexo que requer o envolvimento e a participação de todos integrantes das organizações escolares, incluindo, também, o envolvimento da família. A inclusão tem-se revelado benéfica para as crianças com Síndrome de Down, embora ainda haja muitos desafios a serem superados, dentre eles a falta de preparo dos profissionais envolvidos, a pouca participação da família e a falta de uma rede de apoio que inclua a interlocução de profissionais de diversas áreas de conhecimento, especialmente das áreas de educação e da saúde. A convivência de colegas com SD proporciona maior grau de interação e a construção de vínculos afetivos, diminuindo preconceitos e estereótipos em relação aos colegas com a Síndrome. Assim, pode-se chegar à conclusão que é importante reconhecer e respeitar a diversidade e a individualidade de cada um, incluindo não só a criança com deficiência, mas todas que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem. A escola deve acolher a criança com SD, implementando práticas educacionais que estimulem o seu aprendizado. É importante destacar também o papel da família no processo de inclusão, já que a participação e o apoio familiar influenciam de modo significativo esse processo. O professor

também tem um papel fundamental, pois esse profissional trabalha diretamente com a criança com SD. Nesse contexto, seu papel na construção do conhecimento se torna importante, pois é preciso buscar meios para se preparar, estando em constante formação. Assim, faz-se necessário o envolvimento da escola, dos professores e da família, para que a inclusão aconteça de maneira efetiva.

Palavras-chave: inclusão; síndrome de down; ensino regular.

EXCEPCIONALIDADE E SINTOMA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Martha Célia Vilaça Goyatá
Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais

Rita de Cássia Costa
Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte

Este trabalho tem como referência uma pesquisa concluída sobre a aproximação entre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a Escola comum, apresentando contribuições para os processos escolares inclusivos, pelo programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação/UEMG. A partir de alguns recortes na obra de Helena Antipoff, o estudo a que se propõe trata de uma reflexão sobre a correlação entre o conceito de excepcionalidade e sintoma, para compreender os impasses na escolaridade das crianças e adolescentes em situações de deficiência. Para tanto, recorre a publicações sobre a temática, enfatizando áreas da Pedagogia, Psicologia e Psicanálise. Se nas décadas de 1930-40, os processos mentais eram transformados em instrumentos de ações pedagógicas na tentativa de sanar as dificuldades de aprendizagem, hoje, as relações estabelecidas entre o Ensino Especial e a Escola inclusiva são um constante desafio, uma vez que a escola, para ajustar as capacidades dos alunos às exigências curriculares vigentes, depara-se com uma proliferação de diagnósticos e com outras formas de manifestação do mau - estar, como indisciplina dos alunos, violência,

fracasso escolar. Nesse sentido, retomar a história da Educação Especial pela obra de Helena Antipoff significa lançar outro olhar sobre sua descoberta de que a inteligência das crianças não se desenvolvia apenas devido à falta de estímulo das funções cognitivas ou resultante das suas condições socioeconômicas, políticas e culturais. Para essa estudiosa, essas crianças necessitavam de uma abordagem que ultrapassasse os resultados obtidos nos escores dos testes psicológicos que mediam as diferenças entre a criança considerada mais perfeita e a pouco dotada. Surge então, para ela, uma pergunta: o que estaria entre a saúde e a doença, ou melhor, entre a criança normal e a deficiente; entre os excepcionais orgânicos e os excepcionais sociais; entre a infância abandonada e a delinqüência? O trabalho de Helena Antipoff, na busca de respostas para lidar com as crianças consideradas diferentes daquelas que eram tidas como normais, inaugurou uma aliança duradoura entre o mundo da ciência e o contexto político e sociocultural de sua época. Além disso, nos deixou indícios de uma excepcionalidade a ser educada, cujo estatuto de saber nos remete à emergência dos sintomas dos alunos. Suas tentativas de minimizar a diferença entre grupos de crianças consideradas aptas para aprender de outras caracterizadas como idiotas, superdotadas, deficientes, marginalizados, dentre outros atributos, acabou aproximando-as do ensino comum. Na medida em que as atividades propostas a elas tinham como referência um percurso escolar considerado normal, estabeleceu-se uma linha de continuidade entre o ensino especial, o

ensino comum e aquilo que Helena Antipoff chamou uma “outra educação”. Nessa perspectiva, a ampliação do conceito de excepcionalidade sugere a inclusão da subjetividade da criança no âmbito escolar, para que o sintoma possa favorecer seu direito à aprendizagem.

Palavras-chave: sintoma; educação inclusiva; excepcionalidade.

POLÍTICA INDIGENISTA, POLÍTICA INDÍGENA E PRÁTICAS EDUCATIVAS EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX

Romilda Oliveira Alves
PPGH (UFMG)
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG-Ibirité)

Isaias Felipe Porto dos Reis
Fabiana Andreatta Raymundo
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG-Ibirité)

Na década de 1990, houve um impulso nas pesquisas sobre a história das populações indígenas, fruto de uma nova vertente historiográfica conhecida como “Nova História Indígena”, que tem buscado valorizar os índios como sujeitos históricos ativos, afastando-se radicalmente dos estereótipos e interpretações etnocêntricas que perduraram por muito tempo na historiografia brasileira. A partir de fontes renovadas, instrumentos de análise, teorias e conceitos da História e Antropologia, essas pesquisas destacam a ação consciente e criativa dos atores indígenas no contexto da expansão do domínio português e legitimação do Estado Nacional. Nesta perspectiva de análise, o objetivo desta comunicação é estudar a catequese e civilização indígena em Minas Gerais na primeira metade do século XIX, com destaque para as ações políticas dos índios, diretrizes e políticas indigenistas que se articulavam com projetos de escolarização e práticas educativas voltadas para o trabalho. Busca-se compreender como os nativos responderam a partir de seus interesses e motivações às novas situações que lhes eram apresentadas nos

aldeamentos e como reivindicaram os direitos à educação que lhes haviam sido garantidos na legislação. A intenção é demonstrar que os índios souberam se apropriar dos códigos culturais europeus e utilizaram as prerrogativas de seus cargos, empregos e funções para terem acesso à instrução escolar e ao ensino de artes mecânicas e técnicas agrícolas. Tais práticas educativas serão problematizadas como instrumentos de civilização e um meio de tornar os índios em súditos da coroa portuguesa e, posteriormente cidadãos do Império. O recorte temporal da pesquisa inicia-se com a Carta Régia de 1798 que extinguiu o Diretório dos Índios e se estende até o ano de 1845 com a publicação do Regulamento das Missões. Serão analisadas as Cartas Régias, o projeto “Apontamentos sobre a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil”, bem como o decreto nº 426 de 1845, que trata da regulamentação dos aldeamentos indígenas e os Relatórios Provinciais. Além destes documentos, fontes impressas ou manuscritas de natureza diversa, tais como relatórios de viajantes, memórias, relatórios dos missionários e administradores de índios, contratos de ensino, petições e outros. Por fim, a proposta é discutir que a educação ocupou um papel primordial nas diretrizes administrativas e políticas para o governo dos índios aldeados e funcionou como uma forma e estratégia de sobrevivência coletiva indígena nas sociedades colonial e imperial.

Palavras-chave: educação; catequese; civilização; política indigenista; política indígena.

Financiamento: Chamada Universal MCTI/CNPq Nº 01/2016.

HELENA: INIBIÇÃO INTELECTUAL OU DEBILIDADE MENTAL?

Carlos Eduardo Dias Lopes
Rogéria Araújo Guimarães Gontijo
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

O presente estudo é o resultado de uma das experiências de estágio realizado em uma unidade da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de uma cidade do Centro Oeste de Minas, próxima de Divinópolis. Nesse estudo, protagonizado por Helena (nome fictício utilizado para preservar sua identidade), uma adulta com Síndrome de Down, aluna na referida instituição, foi levado em consideração três pontos principais observados durante o convívio em sala de aula com a mesma, que são: linguagem, comportamento e laço social. Além disso, durante alguns atendimentos individuais realizados com Helena, foram investigados dados relacionados à família, lazer e rotina, para levantar hipóteses sobre um possível quadro de inibição intelectual ou debilidade mental, amparado pelo arcabouço teórico da matriz psicanalítica. O método de investigação utilizado foi a observação empírica e a coleta de dados e informações junto a familiares, instituição e professores. Diante das observações, atendimentos individuais e acompanhamento de Helena durante as suas atividades na APAE, além dos relatos dos funcionários da instituição que convivem diretamente com ela, foram levantadas duas possíveis hipóteses para a forma como Helena se posiciona no mundo: Debilidade Mental ou Inibição Intelectual. Na teoria

psicanalítica, o termo Debilidade Mental é constantemente discutido por importantes autores, que em sua grande maioria, chegam ao consenso de que trata-se de uma situação de sujeição completa a demanda alheia, já o termo Inibição Intelectual se difere da Debilidade Mental, pois na primeira, o sujeito possui as capacidades, mas as funções que permitem sua concretização encontram-se inibidas, por ocorrência de uma situação que gera angústia. No caso de Helena, nota-se por meio da observação do comportamento, da linguagem e do estabelecimento dos laços sociais, além das oportunidades em que estabelecemos um diálogo que, muitas de suas funções psíquicas estão preservadas. Seu discurso apresentava uma cadeia de raciocínio lógico e coerente, organizado temporalmente, apesar de muitas vezes levar em consideração o discurso do outro impregnado no seu. No que se refere a linguagem escrita, pode-se acreditar que há uma repressão atuando no sentido de bloquear a aquisição dessa linguagem, que pode estar relacionada a ausência de estabelecimento de laços sociais com os colegas, as práticas pedagógicas ineficientes ou até mesmo fatores externos ao contexto da instituição. O caso de Helena está muito mais próximo de uma Inibição Intelectual do que de uma Debilidade Mental, pois ela manifesta um desejo e procura realiza-los de acordo com seus interesses, porém, para afirmar com veemência esta conclusão é necessário uma maior investigação do caso e de sua família, pois como pontua Mannoni “qualquer estudo do sujeito débil ficará incompleto enquanto o sentido da debilidade não for procurado

primeiro na mãe” (Mannoni, 1964, p. 58). Um ponto importante que devo considerar é que Helena não se oferece integralmente ao outro como se fosse um objeto, portanto, ela que tem Síndrome de Down, nada possui, aparentemente de débil.

Palavras-chave: psicanálise; debilidade mental; inibição intelectual.

SESSÃO COORDENADA 12
EIXO: TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: HISTÓRIA,
TRATAMENTOS E ESCOLARIZAÇÃO

ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM TEA NO MUNICÍPIO DE
BELO HORIZONTE

Luiza Pinheiro Leão Vicari
Simone Pinto Vasconcellos
Mônica Maria Farid Rahme
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

O autismo foi inicialmente descrito em 1943 pelo psiquiatra austríaco Leo Kanner. Nesta mesma época, Hans Asperger, outro psiquiatra, descreveu o quadro que chamou de psicopatia autista da infância. Ambos relataram uma condição de sujeitos que apresentavam, dentre outras características, dificuldades de interação social. Atualmente, o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é considerado um *continuum* de transtornos do neurodesenvolvimento, caracterizado por limitações na comunicação, na interação social, além de comportamentos, interesses ou atividades restritos e repetitivos. Ao longo das décadas, esses sujeitos, assim como outras pessoas com deficiência, eram tratados em instituições residenciais e asilares e, posteriormente, passaram a ser educados em classes e escolas especializadas. A partir do final dos anos 1990, com a eclosão do

movimento pela educação inclusiva no âmbito das políticas públicas internacionais e nacionais, passou-se a discutir a oportunidade de aprendizagem a todas as pessoas, independentemente de suas características, em um mesmo ambiente escolar. A legislação brasileira e as políticas públicas nacionais asseguram, aos sujeitos com TEA, o acesso, a permanência, a participação e aprendizagem em classes comuns de escolas regulares em todos os níveis e modalidades de ensino. Diante deste cenário, o **objetivo** deste trabalho é analisar os dados do Censo Escolar da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) em relação ao número de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), matriculados em 2017, destacando, nesse contexto, a discussão sobre a escolarização dos estudantes com TEA. Os dados da PBH indicam um número total de 4982 alunos matriculados em 2017, sendo o maior número referente aos alunos com deficiência física (total de 1217), seguidos dos estudantes com deficiência mental (total de 1134) e dos alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)/ Autismo (total de 616). É importante dizer que no Censo da PBH há uma diferenciação entre os alunos com TGD/ Autismo e TGD/ Asperger. O primeiro grupo representa 12,36% da amostra, e o segundo 0,4%. No que se refere à relação autismo-ano escolar, verifica-se uma maior concentração das matrículas na Educação Infantil, com 189 alunos, seguida de 165 alunos no primeiro ciclo, 177 no segundo e 76 no terceiro. No caso da Educação de Jovens e Adultos (EJA), foi registrada a presença de apenas um estudante. Os alunos

matriculados na categoria TGD/ Asperger estão distribuídos da seguinte maneira: dois na Educação Infantil, quatro no primeiro ciclo, onze no segundo e um no terceiro, além de um aluno no EJA. Esses índices apontam um afunilamento das matrículas com o passar dos anos. **Discussão:** A institucionalização da matrícula de alunos com autismo no ensino regular é uma experiência relativamente nova no contexto da Educação Básica, e, como os dados indicam, o percurso escolar desses estudantes tende a se reduzir à medida em que a escolarização progride. Sendo assim, é necessário discutir os desafios presentes nesse processo, bem como a demanda por estratégias educacionais que favoreçam a inserção e permanência desses estudantes na escola. Para tanto, serão feitas articulações com outros estudos sobre o tema.

Palavras-chave: inclusão escolar; autismo; política educacional.

Financiamento: Capes.

INFLUÊNCIAS DO CONTEXTO DE APRENDIZAGEM INCLUSIVO NO DESENVOLVIMENTO MUSICAL DE UMA CRIANÇA COM AUTISMO

Gleisson do Carmo Oliveira
Maria Betânia Parizzi
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Este trabalho, recorte de uma dissertação de mestrado realizada na Escola de Música da Universidade Federal de Minas Gerais, apresenta um estudo sobre o desenvolvimento musical de uma criança com autismo. Na pesquisa original, foram estudados dois grupos de crianças: um deles misto (inclusivo), formado por alunos com autismo e por alunos com desenvolvimento típico; e o segundo (especial), constituído exclusivamente por crianças com autismo. Neste recorte, apresentamos apenas o estudo do desenvolvimento musical da criança iniciante em música inserida no grupo inclusivo, Cristina. O objetivo principal deste trabalho foi identificar os prováveis fatores presentes no contexto de aprendizagem que podem ter influenciado o desenvolvimento musical desta criança em específico. Faziam parte do grupo inclusivo: (1) Cristina e (2) Diêgo, diagnosticados com autismo em grau leve; (3) Emerson e (4) Fernando, considerados com desenvolvimento típico. Todas as crianças com idade entre 3 e 4 anos de idade. As crianças receberam 15 aulas de musicalização, realizadas semanalmente e com duração de 30 minutos cada. As aulas foram filmadas e, ao final do processo,

as cenas das aulas iniciais e finais foram editadas em vídeos. Foram escolhidas as cenas mais significativas e representativas em relação à evolução obtida pelas crianças durante o semestre letivo. Os vídeos foram, então, enviados a um painel de especialistas (Educação Musical, Neurociência e Musicoterapia) para serem analisados, empreendendo-se, assim, a técnica de “Análise de Produto”. A seguir, de posse das análises dos especialistas, por meio da técnica da “Análise de Conteúdo”, foram identificadas em suas falas e comentários categorias de desenvolvimento musical/geral, que foram utilizadas como referencia para aferição do desenvolvimento das crianças nas aulas iniciais e finais. Com isso, surgiu um protocolo de avaliação musical/geral, por meio do qual foi possível avaliar o desenvolvimento da criança. Por meio deste, concluiu-se que Cristina desenvolveu habilidades musicais (execução de pulsação e de batidas regulares, vocalizações por vogais e percepção do som/silêncio) e gerais, incluindo melhorias nos déficits decorrentes da sintomatologia do autismo (socialização, comunicação e comportamento); no desenvolvimento cognitivo, beneficiando a capacidade de imitação, concentração, atenção, observação e percepção; e na capacidade de movimentação corporal, desenvolvendo o andar, parar, correr, gesticular, dançar e pular. Ficou perceptível que o contexto de aprendizagem exerce influência no desenvolvimento musical das crianças com autismo a partir dos seus vários componentes e da interação tecida entre seus sujeitos. Também foi possível inferir que o contexto de aprendizagem musical

pode ser influenciado pelo contexto familiar, pela personalidade intrínseca da criança, pela presença/ausência dos pais na aula, pela rotina adotada em sala de aula; pelo mobiliário presente na sala de aula e sua disposição.

Palavras-chave: autismo; educação musical especial; inclusão.

AUTISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS: ALGUMAS REFLEXÕES PSICANALÍTICAS

Viviane Marques Alvim Campi Barbosa
Psicóloga, Psicanalista e Professora

Martha Célia Vilaça Goyatá
Professora de Atendimento Educacional Especializado

Se por um lado podemos reconhecer na experiência de Maud Mannoni em Boneil um precursor em termos de práticas inclusivas no campo da educação. Por outro lado podemos dizer que Mannoni não intencionou estabelecer sua prática como uma política pública, uma vez que, preferia uma certa marginalidade em relação ao poder público por entender ser esta uma posição favorável aos bons resultados do trabalho. No Brasil, encontramos na atualidade as práticas pedagógicas inclusivas respaldadas por mudanças nos parâmetros curriculares nacionais, nas legislações referentes à acessibilidade à escola, mudanças na obrigatoriedade do ensino, na fundação de outro tipo de escola. Sendo assim, compreender quais são as políticas públicas de educação inclusiva em documentos legais é fundamental para identificar os avanços e recuos presentes no sistema educativo. Entretanto, esse trabalho pretende compreender se os avanços e recuos presentes nas políticas públicas educacionais em vigor na atualidade sobre a escolarização de crianças com transtorno do espectro autista –TEA - possibilita práticas onde a subjetividade da criança seja também um ponto a ser tocado. Para

isto, o trabalho seguiu dois eixos: o levantamento bibliográfico sobre as políticas públicas para a inclusão de pessoas com TEA, o estudo sobre a constituição psíquica nas crianças autistas – tal como a psicanálise a compreende - e a análise da observação e intervenção com seis sujeitos, matriculados no Ensino Fundamental da rede estadual de ensino de uma Escola Especial de Belo Horizonte para compreender se as práticas pedagógicas ofertadas aos alunos para a construção do seu processo de aprendizagem contemplam a sua subjetividade, na perspectiva da escola inclusiva.

Calligaris (1994) ressalta o quanto a educação tem partido à procura de um ideal ao qual o sujeito possa se enquadrar. O que possibilita a retirada da educação do campo de práticas onde a subjetividade seja também um ponto a ser tocado, destinando aos profissionais da educação o exercício de uma prática cunhada em um ideal pedagógico sob a lógica do racional das políticas públicas para a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. Com isso, podemos questionar se a prática educacional com as crianças diagnosticadas com TEA podem perfazer o disposto nas legislações e parâmetros para a educação de pessoas com necessidades educacionais, especiais em que algo de educativo aconteça para esses sujeitos.

Na observação de crianças realizada na Escola Especial de Belo Horizonte foi possível concluir que os alunos com o diagnóstico de TEA apresentam dificuldades em seguir as orientações sistematizadas da proposta pedagógica curricular. Junto a ela

apresentam outros elementos da subjetividade de seus sintomas observados na expressão do desenho, do brincar e no uso do livro que se sobressai, de forma bastante peculiar, sugerindo adaptações aos recursos didáticos existentes na sala de aula.

Palavras-chave: autismo; políticas públicas educacionais; incluso; subjetividade.

INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO COM AUTISMO: PRODUÇÃO DE OBJETO DE APRENDIZAGEM COM ENFOQUE NA GEOMETRIA

Mariana Lima Vilela
Faculdade de Educação (UFMG)

Regina Célia Passos Ribeiro de Campos
Fabiana Silva Zuttin Cavalcante
Faculdade de Educação/ GEINE (UFMG)

A política de Educação Inclusiva tem sido foco de grandes debates na área da Educação, entre eles o de uma formação adequada para incluírem o público alvo da Educação Especial. Na área do ensino da Matemática, as dificuldades de aprendizagem são somadas à defasagem e a pouca disponibilidade de recursos adaptados para a aprendizagem e o ensino. Considerando esta realidade, o presente estudo se propôs, através de uma pesquisa qualitativa, desenvolver um objeto de aprendizagem e utilizá-lo em uma atividade pedagógica com enfoque na Geometria para uma turma inclusiva do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública da cidade de Belo Horizonte/MG que tem um aluno com Transtorno do Espectro do Autismo matriculado. A pesquisa foi desenvolvida em 2016, como subprojeto do Laboratório Interdisciplinar de Produção de Objetos de Aprendizagem para a pessoa com deficiência do GEINE/ Faculdade de Educação da UFMG. Os procedimentos metodológicos consistiram em observar este ambiente da turma inclusiva por um

período de 11 horas distribuídas no decorrer de uma semana, além da realização de uma entrevista semiestruturada com a professora de Matemática. A coleta desses dados permitiu a elaboração do objeto de aprendizagem intitulado “Geometria no cotidiano: objetos que se parecem com os sólidos geométricos” juntamente com seu manual de aplicabilidade. Além disso, foi organizado uma atividade pedagógica que contemplou o uso deste objeto a fim de promover a interação dos estudantes com a participação ativa do aluno com autismo, por meio do ensino da matemática. A atividade proposta consistiu em apresentar o objeto de aprendizagem matemático de forma lúdica a fim de proporcionar uma prática docente inovadora utilizando este recurso, bem como possibilitar maior participação e aprendizado do aluno com TEA nesta área do conhecimento. Os objetivos da atividade foram: conhecer ou identificar os sólidos geométricos, nomeá-los, explorá-los, identificar suas características, associar objetos do cotidiano ou existentes na realidade que se parecem com os sólidos geométricos e desenvolver a visualização bidimensional e tridimensional, além de proporcionar o aprendizado deste conteúdo. Após a aplicação deste objeto de aprendizagem, foi realizado um questionário de avaliação com a professora que considerou as potencialidades do objeto e sugestões para seu aprimoramento. A análise do questionário e as observações dos próprios alunos durante a aplicação da atividade possibilitaram concluir que o objetivo da proposta inicial foi alcançado. Dessa forma, os resultados demonstraram que a elaboração e aplicação pedagógica deste objeto

possibilitaram a interação e o aprendizado dos estudantes de forma lúdica e prazerosa, por meio do ensino inclusivo da matemática, com enfoque na Geometria, além de valorizar as habilidades do aluno com autismo e as demandas e singularidades da escola.

Palavras-chave: ensino da matemática; geometria; inclusão escolar; interação; autismo.

Financiamento: PIPA / NAI – Edital 01/2016 – Programa de Apoio à Inclusão e Promoção à Acessibilidade. Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFMG.

O LUGAR DO NÃO-SABER NAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS COM AUTISTAS: UMA LEITURA DA PSICANÁLISE LACANIANA

Ariadne Messalina Batista Meira
Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UFMG)

Gabriella Dupim
Universidade Federal de Campina Grande

Nos últimos anos, observamos um aumento de crianças com diagnóstico de autismo, respaldados, sobretudo nas mudanças no DSM V. Esta prática, cada vez mais frequente, tem causado inquietações nas mais diversas áreas, fomentando debates que vão desde sua gênese às possibilidades de cura. Uma vez delineado esse quadro, esses sujeitos diagnosticados como autistas começam a integrar espaços da cena social, provocando um questionamento, a partir da necessidade de se considerar as particularidades das crianças autistas nessa inclusão. Um desses espaços é a escola, a qual, diante do entendimento social de que a criança é um ser escolar, se torna campo de grande produção de pesquisas e práticas que visam tanto pensar as questões em torno da aprendizagem como de possibilitar ao autista maior inserção no laço social. A psicanálise de orientação lacaniana entende o autismo enquanto um modo singular do sujeito responder ao laço social. Nesse sentido, muito se tem pesquisado e produzido acerca do assunto, contribuindo tanto para o aperfeiçoamento da direção do tratamento como para pensar outros campos que recebem esses sujeitos e que, por muitas vezes, se

angustiam por não saberem como proceder diante da particularidade de cada criança. Assim sendo, o presente trabalho configura-se como um recorte de um trabalho de conclusão de curso que versa sobre o tema 'Autismo e inclusão', a partir de uma revisão bibliográfica de caráter exploratório. Este recorte objetivo, sucintamente, problematizar acerca do lugar do não-saber nas práticas pedagógicas e da sua importância no trabalho com sujeitos autistas. A psicanálise de orientação lacaniana trabalha em uma perspectiva em que o Outro para o autista está posto em um lugar ameaçador e invasivo, necessitando por isso mobilizar a todo instante suas defesas, num esforço constante de criar mecanismos que, ao mesmo tempo que o protegem desse Outro, permitem-no realizar trocas com o que lhe é exterior. Diante disso, a particularidade de conduta com esses sujeitos demanda manejos que dizem respeito a não ocupar um lugar de Outro absoluto, que tudo sabe de antemão, mas uma presença-ausente, um outro esvaziado de saber, pautado em uma oferta de produção que busca dar lugar a esse sujeito a partir do que ele conduz. Trata-se não de uma posição de ignorância, de falta de conhecimento, mas de poder sustentar, como “educador”, que o sujeito tem um saber fundamental sobre si e sobre seus limites e potencialidades. Ao se dirigir a criança a partir de um lugar que não se fundamente em um controle rígido e suportando o não-saber, abre-se caminho para que o sujeito autista possa criar, saber fazer com Real e operar conforme seu funcionamento singular. Conclusivamente, sustentando tal posição, dar-se-á lugar a

singularidade e as diferenças, esvaziando o lugar de mestre, em que o sujeito fica no lugar de objeto, articulando-se a uma mediação e transmissão possível, diferenciando-se de práticas que se fundamentam no adestramento do comportamento, fazendo operar, assim, o um forçamento suave, considerando a criança e seu entorno familiar no trabalho, sustentando uma inclusão pela diferença.

Palavras-chave: autismo; educação; psicanálise lacaniana; não-saber.

FAMÍLIA E BUSCA DE QUALIDADE DE VIDA: INFLUÊNCIAS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DO AUTISTA

Fernanda Henriques Dias
Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)

O presente trabalho tem por objetivo discutir a relevância da busca por qualidade de vida das famílias de uma criança autista no processo de desenvolvimento e escolarização desta criança, levando-se em conta os inúmeros obstáculos, acima de tudo sociais, encontrados no processo de inclusão escolar. Com base nas experiências de vida, como mãe de uma criança autista, nas diversas bibliografias estudadas (GRANDIM, 2015; KANNER, 1943; ROGERS *et al.*, 2012; SILVA, 2012; CAMARGOS JUNIOR, 2017; PLETSCH e DAMASCENO, 2011; GLAT e PLETSCH, 2013), bem como na observação e contato com outras crianças autistas com bases familiares diferenciadas, tem sido possível perceber que há relação entre a busca por qualidade de vida da família como um todo e o desenvolvimento global da criança. Se, por um lado, há tempos, a teoria da mãe-geladeira foi refutada, tendo Kanner (*apud* GRANDIM, 2015) inclusive proposto que os pais talvez tenham menor contato emocional com a criança depois que esta apresenta comportamentos de isolamento, por outro, pouco se tem discutido a respeito da necessidade de orientação e acolhimento dos pais para compreenderem e participarem deste longo processo de desenvolvimento global de seus filhos. Na escola, local de

aprendizado formal (mas também de inclusão), a necessidade de estabelecimento de um diálogo aberto e direto com a família em busca de soluções e alternativas viáveis, precisa ser vista como um norteador do sucesso de desenvolvimento da criança. A soma das capacitações dos professores e demais agentes incluídos no processo de escolarização com o conhecimento específico que os pais possuem da criança, são essenciais para que a criança seja compreendida e respeitada como um ser em desenvolvimento, sem que, contudo, ela seja menosprezada em suas reais dificuldades. Acreditamos que, para além deste diálogo, a qualidade de vida familiar é também crucial para este processo, já que pode auxiliar as famílias a manterem a saúde física e mental e a estarem mais capacitadas para lidar com as adversidades muitas vezes presentes neste caminho.

Palavras-chave: transtorno do espectro autista; qualidade de vida; interação família-escola.

SESSÃO COORDENADA 13
EIXO: TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: HISTÓRIA,
TRATAMENTOS E ESCOLARIZAÇÃO

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: OS DESAFIOS DE
IMPLEMENTAÇÃO DA TERAPIA PRECOCE E INTENSIVA NO
CONTEXTO BRASILEIRO

Nicole Oliveira Carvalho
Jeane Maria Mendes
Maria Luisa Magalhães Nogueira
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

O Transtorno do espectro do autismo (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento cuja etiologia não apresenta fatores bem definidos. Relaciona-se com *deficits* sociocomunicativos importantes e persistentes, além de comportamentos restritos e estereotipados. Segundo a literatura, um fator responsável por um bom prognóstico é a intervenção precoce, especializada e intensiva. Objetiva-se apresentar um estudo de caso discutindo os efeitos da intensidade da intervenção para uma criança com TEA. O menino foi diagnosticado com TEA aos 2 anos, iniciou a intervenção aos 2 anos e 4 meses e prosseguiu em tratamento durante 9 meses. A intervenção, gratuita, foi conduzida a partir dos princípios do Modelo Denver de Intervenção

Precoce (ESDM). Eram oferecidas um total de 9 horas semanais de terapia, no contexto de uma clínica escola de Psicologia. Em virtude de situação socioeconômica familiar e acesso restrito a serviços de saúde, a criança foi vinculada a um projeto de pesquisa, ensino e extensão que tem como finalidade acolher às famílias e atender crianças com TEA , a fim de verificar a aplicabilidade e eficácia do ESDM no contexto brasileiro, adaptado à nossa realidade, bem como formar estudantes de Psicologia na compreensão do Transtorno. A intervenção se pautou em planos de ensino, elaborados a cada trimestre, ao longo de 9 meses de intervenção, contemplando competências em diferentes domínios do desenvolvimento. Avaliando-se os dados coletados, em um registro de progresso diário, foi possível identificar variáveis que interferem no melhor progresso da intervenção. Observa-se que, em um primeiro momento, no qual a criança apresentava frequência superior a 90% das sessões, 94% dos objetivos foram alcançados (11 de 13 objetivos). No entanto, posteriormente com uma leve redução do índice presença essa taxa caiu para 34%). Por fim, ao final do primeiro ano de trabalho com a criança, com a menor frequência ao longo de toda a intervenção (apenas 58% de presença nas sessões), ela adquiriu menos de 1% dos objetivos (1 de 19 objetivos). Observa-se, portanto, uma relação direta entre a quantidade de objetivos alcançados e a intensidade da intervenção, assinala-se que na primeira etapa do tratamento com um total aproximado de 90 horas de terapia, a taxa de aprendizado foi significativamente mais alta (94%) do que quando comparada a última

fase avaliada, em que contou-se com apenas 40 horas de intervenção, resultando na aquisição de menos de 1% do plano vigente. A baixa frequência deveu-se ao aumento da vulnerabilidade familiar, marcada por uma maior fragilidade da rede de apoio em virtude da separação do casal, numa situação em que a mãe mostrou-se a única responsável por levar o menino à terapia, somado ao diagnóstico de TEA do segundo filho e à omissão de suporte terapêutico por parte do plano de saúde familiar e da rede pública, por isso, aumento do estresse parental. Desta maneira, sugere-se a relevância da intensidade da intervenção, bem como a importância da rede de apoio, na taxa de aprendizado das crianças. Novos estudos com melhor controle de variáveis serão necessários para averiguar a questão.

Palavras-chave: transtorno do espectro do autismo; intervenção precoce; terapia intensiva; vulnerabilidade social.

O CONHECIMENTO ADVINDO DA CLÍNICA PSICOLÓGICA DO TEA E SUAS INCIDÊNCIAS SOBRE A ÁREA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Paula Ramos Pimenta
Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais

O trabalho consiste em uma síntese dos estudos da autora sobre o TEA, que se iniciaram em seu mestrado (UFMG, 2003), prosseguiram em seu doutorado (UFMG, 2012) e continuaram se atualizando por meio do trabalho clínico com pessoas com TEA e seus familiares, bem como de cursos ministrados a profissionais da educação, da saúde e a pais de alunos com TEA. **Objetivos:** Elencar as diferentes concepções sobre o TEA no campo da psicologia clínica e as orientações de tratamento preconizadas e identificar suas repercussões diretas no domínio da educação especial. **Método:** Pesquisa bibliográfica complementada pela experiência advinda da prática da autora. **Resultados e discussão:** O tratamento clínico psicológico para as pessoas com TEA se divide entre os educativos e os psicodinâmicos. Dentre os primeiros, encontram-se a Terapia Comportamental, que propõe o ABA, e a Terapia Cognitivo-Comportamental, que embasa o método TEACCH, muito comumente usado nas salas de AEE da educação especial. Dentre as terapias clínicas psicodinâmicas, destacam-se a Psicanálise e suas congêneres, como a americana Terapia por Afinidade, e a Humanista. Ambas categorias estipulam indicações precisas de como se deve

atuar com a pessoa com TEA. Essas orientações são usadas na clínica mas também servem ao campo da educação e são por ele absorvidas, pois apontam como lidar com os comportamentos desajustados do aluno com TEA. A educação sorve os conhecimentos sobre o TEA advindos do tratamento clínico psicológico com a finalidade de identificar os recursos mais eficientes para a aprendizagem do aluno com TEA, promover sua colaboração e interesse pelos conteúdos pedagógicos propostos e distinguir as intervenções comportamentais apropriadas a cada situação apresentada. No entanto, há divergências no entendimento das abordagens clínicas psicológicas quanto às orientações de atuação com o *paciente* com TEA, que resvala, por sua vez, nas indicações de atuação com o *aluno* com TEA, na educação. Dentre os itens pesquisados, sobressai a discordância quanto aos comportamentos repetitivos e não funcionais apresentados pelo aluno com TEA: suprimi-los, de maneira direta e imperativa, ou compreender sua função – proteger-se do outro, autoestimular-se diante de frustrações ou buscar se manter no controle do mundo externo – e planejar intervenções que visem que o sujeito com TEA passe a se sentir mais confortável e seguro, reduzindo, por si próprio, seus comportamentos repetitivos. Tais diretrizes, e seus desacordos, incidem formalmente sobre os educadores e nas instruções quanto aos procedimentos a serem adotados nessas situações. Quanto aos recursos a serem utilizados para a aprendizagem, nota-se maior convergência: ambos os grupos de abordagem clínica psicológica preconizam o uso de

apoio visual para o ensino, a apresentação concisa e clara da orientação de atividade, dentre outros aspectos, além de reconhecerem a grande capacidade de memorização da pessoa com TEA. **Conclusão:** Ao reconhecer a interseção entre os campos da clínica e da educação, nos casos de TEA, e a influência das descobertas da primeira sobre alguns aspectos de sua atuação no processo de inclusão escolar, o educador poderá adquirir maior autonomia para se decidir sobre o melhor procedimento nas situações com que lida no cotidiano da prática.

Palavras-chave: educação especial; psicologia clínica; TEA; comportamentos repetitivos; aprendizagem.

UMA PRÁTICA DA CLÍNICA DA INVENÇÃO NO TRATAMENTO DO AUTISMO

Isabela de Lima Nogueira
Jéssyca Carvalho Lemos
Maria Gláucia Pires Calzavara
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Apresenta-se um caso de atendimento clínico, realizado em um Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) de uma Universidade mineira, na perspectiva da Psicanálise lacaniana. Israel (nome fictício), sete anos, está em atendimento há um ano. Quando chegou ao SPA, encontrava-se em situação de abrigo protetivo institucional há oito meses, tendo permanecido abrigado por mais dois. Atualmente, mora com a família. Foi diagnosticado como autista aos cinco anos, por um neurologista encaminhado pela APAE, instituição que ainda frequenta. Não frequenta a escola regular. Faz uso de medicação e acompanhamento neurológico. Quando chegou ao Serviço, sua comunicação era extremamente precária, emitindo apenas palavras pontuais, em situações específicas. Não fazia contato visual, apresentava muita agitação, além de chorar e gritar muito em alguns momentos. Não demonstrava interesse pelos brinquedos e jogava tudo no chão. Aparentava indiferença quando chamado e não atendia nenhuma demanda, além de quase não demandar nada. Foi atendido inicialmente por duas estagiárias, em um trabalho orientado pela prática entre vários, que visa proporcionar um vínculo transferencial

mais dissolvido e, logo, menos invasivo para o sujeito em atendimento. Com três meses de tratamento, houve a troca de uma das estagiárias, mas Israel não demonstrou estranhamento. O início do trabalho foi desafiador, devido às condições em que Israel se encontrava. Amparadas na proposta da clínica da invenção, que aposta nas possibilidades de cada caso em cada momento, elas buscavam aproveitar as condições que apareciam nas sessões, tentando estabelecer alguma comunicação, considerando a linguagem não-verbal, dos objetos, sons e expressões. Era notável a dificuldade do garoto em permanecer na sala de atendimento, então as sessões passaram a acontecer caminhando pela Universidade. Israel, de mãos dadas com alguma das estagiárias, direcionava o trajeto. O trabalho delas consistia em inserir, aos poucos, elementos e palavras relativos ao caminho, buscando estabelecer alguma ancoragem para o tratamento. O garoto passou, então, a repetir algumas palavras e a aceitar, vez por outra, mudanças propostas no trajeto, que era repetitivo. As tentativas de intervenção consideravam o tempo e o modo de funcionamento de Israel, de modo que algumas foram abandonadas e outras, aprimoradas. Dentre as intervenções efetivas, houve, por exemplo, a inserção de um caminhãozinho amarrado a um barbante, que o garoto passou a conduzir pelo caminho. Com o tempo, ele se vinculou ao brinquedo, passando a cuidar dele e nomeá-lo, tornando-se uma referência organizadora em muitos momentos. Hoje, após um ano, nota-se que houve muitas mudanças: Israel já consegue permanecer mais tempo na sala de

atendimento; relaciona-se com alguns brinquedos, conseguindo nomeá-los e procurar por eles; às vezes atende quando chamado; já consegue fazer contato visual e começa a referenciar algumas partes do próprio corpo. Percebe-se que a música funciona como elemento organizador importante, mediando a relação entre Israel e as estagiárias. Há muito trabalho a ser feito, mas os resultados obtidos atestam que a prática entre vários, aliada à perspectiva da clínica da invenção, têm garantido um desenvolvimento para o trabalho, especialmente no sentido de uma maior organização psíquica e motora.

Palavras-chave: prática clínica; tratamento; invenção; autismo; psicanálise.

ATENDIMENTO DE UMA ADOLESCENTE AUTISTA SOB A ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA: INTERVENÇÕES JUNTO À ESCOLA E SEUS EFEITOS

Aline Arantes Porto
Paula Ramos Pimenta
Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais

Objetivo: Descrição do processo de acompanhamento terapêutico de uma adolescente autista, no âmbito da escola especial em que estuda. Algumas intervenções ocorreram, também, com a professora da classe, obtendo-se um recrudescimento das frequentes crises da educanda. **Métodos:** Foram realizados 11 encontros de atendimento psicoterápico, com frequência semanal, durante o semestre letivo. As intervenções foram pautadas pela abordagem psicanalítica e aconteceram na escola de ensino da paciente. Intervenções em ambientes como sala de aula e refeitório foram necessárias. Tecnicamente, o objetivo do tratamento foi a criação de uma *neoborda* que, segundo a orientação psicanalítica adotada, promove a abertura do sujeito com autismo ao laço social. Esse objetivo foi alcançado através do uso dos desenhos feitos pela educanda. As conversas periódicas com a professora visaram uma maior integração das intervenções, promovendo a troca de informações e algumas instruções acerca da melhor conduta a ser tomada. **Resultados:** Os encontros terapêuticos resultaram no estabelecimento de vínculo com a educanda, na suspensão das frequentes crises de agressividade

que apresentava, na diminuição da implicância com alguns colegas e na promoção de um convívio mais agradável entre a educanda e a professora. **Discussão:** Conhecer as implicações do diagnóstico e as particularidades da pessoa com autismo mostra-se essencial para o tratamento. A identificação e o uso do *interesse específico*, um dos elementos que compõem a *neoborda* protetora, foi primordial para o estabelecimento do vínculo e os decorrentes resultados obtidos. Observa-se que as práticas e intervenções não devem se restringir apenas aos encontros de psicoterapia, mas se estender aos diversos âmbitos e contextos, para serem realmente efetivas e promoverem um melhor desenvolvimento da educanda. **Conclusão:** A educanda do presente caso demonstrou melhora significativa, não apresentando mais crises agressivas e construindo comportamentos adaptativos para lidar com colegas que a desagradavam. O desenvolvimento adquirido foi constatado pelos profissionais da escola e por observação em campo. O acompanhamento terapêutico de orientação psicanalítica mostrou-se um processo indicado para sujeitos diagnosticados com autismo, envolvendo a atuação nos demais âmbitos profissionais. Para serem efetivas, as intervenções dos terapeutas e dos educadores devem apresentar destreza quanto à tendência à inflexibilidade e ao isolamento por parte da pessoa com autismo.

Palavras-chave: pessoa com autismo; psicanálise; processos de inclusão.

A RELAÇÃO ENTRE AS INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS E A EVOLUÇÃO GLOBAL DA CRIANÇA NO TEA (TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA): ESTUDO DE CASO DE DUAS CRIANÇAS

Camila Fernandes Dias
Faculdade de Educação (UFMG)

Objetivos: Neste estudo propõe-se estabelecer uma relação entre os ganhos pedagógicos e psicossociais de duas crianças no espectro do autismo, e intervenções domiciliares realizadas durante o período de estudo. **Metodologia:** Foram realizados encontros semanais (com suas devidas indicações) de intervenções domiciliares com duas crianças no espectro do autismo (8 e 13 anos, sendo a primeira diagnosticada com autismo grave e a segunda com autismo moderado), e a partir destes encontros foram feitos relatórios diários a fim de apresentar as principais características da intervenção pedagógica – método, atividades, dificuldades, comportamento da criança e aprendizado. **Resultados:** Considerando-se que a criança V.L.L, menina, 8 anos, à época da pesquisa, ia à escola regular na parte da manhã e fazia mais 30 horas de terapia domiciliar (psicologia, fonoaudiologia e pedagogia), foi observado que a criança teve ganhos nas áreas da fala, psicomotricidade, leitura e escrita e desenvolvimento social, em 18 meses de acompanhamento. V.L.L passa por intervenções psicológicas, pedagógicas, fonoaudiológicas, terapia ocupacional, dentre outras, há 6 anos. O adolescente P.H.F.,

menino, 13 anos, à época da pesquisa, frequentava a escola regular na parte da manhã, e fazia 6 horas de intervenções pedagógicas por semana, obtendo ganhos expressivos em conhecimentos específicos na área da matemática, no desenvolvimento social, na leitura e escrita, no letramento, melhorou os resultados apresentados em momentos de frustração e demonstrou melhor desempenho escolar em 15 meses de acompanhamento. PHF passa por intervenções psicológicas e pedagógicas há 8 anos. **Discussão:** Com base na demanda apresentada pelos sujeitos V.L.L. e P.H.F. foram realizadas mediações no sentido de estruturar pilares educativos que estimulem o processo pedagógico. Em consonância com os resultados apresentados durante o período de intervenção foi observado que a consistência e a periodicidade dos encontros sustentam o aprendizado global que auxilia no desenvolvimento escolar, social e cultural da criança. **Conclusão:** A partir da discussão apresentada conclui-se que as intervenções domiciliares colaboraram positivamente na evolução global de V.L.L. e P.H.F.

Palavras-chave: intervenções domiciliares; intervenções pedagógicas; autismo; TEA (Transtorno do Espectro Autista).

INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA CRIANÇA COM AUTISMO: AS METODOLOGIAS E RECURSOS UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS COM TEA

Marissandra Silva do Rosário Freitas
Ciência da Religião (PUC Minas)

Essa pesquisa teve como objetivo discutir as possibilidades de intervenção psicopedagógica no atendimento de crianças com autismo. Cabe ao psicopedagogo fazer diagnóstico e intervenção nos transtornos de aprendizagem, no caso do autismo, muitos desses problemas irão aparecer na idade escolar. Neste sentido, o profissional deve estar preparado para atender esse público tanto na clínica quanto institucionalmente, promovendo sua inclusão, trabalhando com suas capacidades e com suas necessidades educacionais específicas, maximizando suas potencialidades e buscando alternativas para melhorar a aprendizagem desses indivíduos. Deve avaliar também as intervenções que serão feitas a partir dos atrasos no desenvolvimento que a criança apresenta, adaptar os conteúdos, e, quando necessário, orientar a família e os profissionais da educação para que seja feito um trabalho em equipe afim de oferecer o melhor amparo possível a estes educandos. A pessoa com autismo requer um atendimento multiprofissional (profissionais de várias áreas promovendo estimulação sensorial, de linguagem, psíquica, de socialização, cognitiva, dentre outras) para garantir melhorias na qualidade de vida dentro quadro de atraso do

desenvolvimento global. No que cabe à psicopedagogia, esta pesquisa pretende contribuir para que profissionais da área possam conhecer melhor o transtorno e utilizar adequadamente recursos de intervenção clínica para tratamento e intervenção precoce em TEA, sendo assim, este estudo se torna relevante para a sociedade no sentido de situar a atuação destes profissionais e também diferenciar da atuação de outros profissionais. Tendo em vista que a psicopedagogia é um campo de conhecimento relativamente novo, há que se reforçar a importância deste profissional e sua contribuição no acompanhamento de casos de autismo. O objetivo principal dessa pesquisa é discutir o papel do psicopedagogo na atuação institucional e clínica, bem como esclarecer as intervenções que esse profissional pode fazer tendo em vista ser esta uma área relativamente nova e ainda gera discussões sobre as delimitações de seu campo de trabalho. Dentre a variedade de recursos que podem ser utilizados no atendimento psicopedagógico, a pesquisa ressaltou o PECS, EOCA, Jogos educativos, Provas Piagetianas e Caixas Lúdicas. A metodologia utilizada foi a pesquisa teórica.

Palavras-chave: psicopedagogia; autismo; intervenção; atendimento.

SESSÃO COORDENADA 14
EIXO: TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: HISTÓRIA,
TRATAMENTOS E ESCOLARIZAÇÃO

PRAIA: PROGRAMA DE ATENÇÃO INTERDISCIPLINAR
AO AUTISMO – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Amélia Cardoso
Maria Luísa Magalhães Nogueira
Rosângela G.M. Souza
Izabela Lambertucci
Laísa Caroline F. Afonso
Luísa Aragão de Freitas
Roberta Carvalho
Luana Falkaniere
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Objetivos: O Programa de Atenção Interdisciplinar ao Autismo – PRAIA – da Universidade Federal de Minas Gerais foi criado no segundo semestre do ano de 2017, com os objetivos de (a) aumentar a informação e capacitação de pais, cuidadores e profissionais para lidar e intervir junto a pessoas com transtorno do espectro do autismo (TEA); e (b) aproximar os serviços já disponíveis na UFMG para atendimento a pessoas com TEA. **Metodologia:** O PRAIA realiza palestras mensais, com temas relacionados ao autismo, voltadas para pais, cuidadores e profissionais que lidam com pessoas com TEA. No

segundo semestre de 2017, foram realizadas 5 palestras, entre agosto e dezembro, com os seguintes temas: Manejo de Comportamento Desafiador, Transtornos de Processamento Sensorial no TEA, Ativismo Político e Participação Social, Desenvolvimento Motor no TEA e Direitos das pessoas com TEA. No início do ano de 2018, a coordenação do PRAIA enviou para os participantes um pequeno questionário em formulário eletrônico, com o objetivo de coletar informações sobre a avaliação dos participantes em relação às palestras, bem como sugestões para melhorar a qualidade dos eventos. **Resultados:** No período de agosto a dezembro de 2017, o PRAIA contou com um total de 281 participantes (média de 56,2 pessoas em cada evento). Entre os participantes, havia pais e cuidadores de pessoas com TEA, além de profissionais e estudantes de graduação das áreas de Terapia Ocupacional, Psicologia, Pedagogia/Educação, Medicina, Serviço Social, entre outros. De modo geral, os participantes indicam como pontos positivos das palestras do PRAIA a “clareza da informação”, “troca de experiências”, “informação segura”, “abordagem multidisciplinar”. Como pontos negativos, os participantes indicam “o horário das palestras pouco acessível”, “pouco tempo para debates”, “distância do centro da cidade”. Tanto os pais quanto os profissionais responderam, em sua maioria, que utilizaram informações aprendidas em alguma palestra do PRAIA para lidar com pessoas com TEA. Considerando as respostas dos participantes aos questionários, apesar de alguns pontos negativos, o PRAIA parece estar alcançando

seu principal objetivo, que é promover informação de qualidade para pais, cuidadores e profissionais que lidam com pessoas com TEA. Para alcançar maior número de pessoas e possibilitar mais disseminação da informação, a partir do ano de 2018 o PRAIA vai criar um canal na internet para divulgação das palestras. Além disso, estão sendo planejadas outras ações do programa de extensão, incluindo a participação de pessoas com TEA.

Palavras-chave: transtorno do Espectro do Autismo (TEA); extensão; informação; capacitação.

NOME PRÓPRIO E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO AUTISTA, NA PERSPECTIVA DA PSICANÁLISE LACANIANA

Jéssyca Carvalho Lemos
Maria Gláucia Pires Calzavara
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

O presente trabalho visa apresentar as discussões elaboradas por um projeto de iniciação científica ainda em andamento, que por meio de levantamento bibliográfico, versa sobre a função do nome próprio na constituição subjetiva, de modo particular no caso do autismo. Sob a ótica da Psicanálise de orientação lacaniana, é possível afirmar que a linguagem precede o sujeito e que, antes mesmo do nascimento, o mesmo já é falado por outros, que o significam e lhe reservam um lugar singular no campo da linguagem. Assim, é a partir da relação particular estabelecida com a linguagem que o sujeito se constitui. Nesta dinâmica, o nome próprio é visto como um signo especial de referência, uma vez que é pelo nome que todo ser humano é inicialmente identificado. A operação de nomeação, em geral realizada pelos pais com relação aos filhos, inscreve uma escolha, ao mesmo tempo em que marca o estigma do desejo do Outro com relação àquele que nasceu. Nesse sentido, o nome vai exercer uma função central no processo de identificação do sujeito, uma vez que, enquanto se constitui, cada um precisa se haver com o nome que recebeu e pelo qual é constantemente referenciado, construindo a partir dele uma identificação singular. Assim, o nome próprio liga-se à

noção de traço unário, enquanto marca simbólica que instaura o sujeito e atesta sua posição de desejante. Analisando tais colocações, ao buscar compreender a dinâmica de constituição do sujeito autista, há de se considerar as diferenças no desenvolvimento do processo. No autismo, entende-se que há um impasse na relação com o Outro primordial, o que acarreta na dificuldade de estabelecimento de um laço social significativo. Tal impasse é decorrente de uma alienação parcial do sujeito ao Outro, na medida em que o sujeito autista se aliena ao Outro apenas enquanto linguagem, não se alienando enquanto desejo. Assim, fica comprometida sua passagem ao tempo da separação, de modo que o sujeito autista se encontra na linguagem, mas não articula o discurso. Por conseguinte, sua relação com a linguagem revela-se peculiar, uma vez que na maioria dos casos não há intenção de comunicação. Nesse contexto, o nome próprio aparece como uma problemática instaurada. Pela dificuldade na identificação, há muitas vezes a manifestação visível de um não reconhecimento do nome próprio, especialmente pela referência a si mesmo na terceira pessoa. Isso revela que há uma dificuldade na estruturação da instância do eu, denunciando uma espécie de mistura subjetiva com os outros, fruto da alienação. A partir disso, é possível compreender que a função do nome próprio, na constituição do sujeito autista, fica relegada a uma construção a se fazer, enquanto amarração possível para uma identificação que em geral não se deu.

Palavras-chave: nome próprio; sujeito; autismo; psicanálise.

INTERCORRÊNCIAS NA RELAÇÃO MÃE E FILHO DURANTE A GESTAÇÃO: POSSÍVEIS TRANSTORNOS PARA A CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA DO SUJEITO

Luma Fabiane Morais de Souza
Maria Gláucia Pires Calzavara
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Este trabalho apresenta o relato de uma pesquisa de iniciação científica, teórica e em andamento cujo objetivo é investigar as possíveis intercorrências na relação mãe e filho durante a gestação que poderão trazer efeitos na constituição subjetiva do sujeito. Esta pesquisa parte da relação do Outro – mãe – com o bebê enquanto sujeito em processo de constituição, como de fundamental importância. A mãe, na medida em que é o primeiro objeto de amor e de cuidados do bebê, irá lhe direcionar os primeiros significantes desde a gestação, atendendo-o para além de suas necessidades fisiológicas, mas também, em suas necessidades da ordem do psíquico. Entretanto, no que concerne ao atendimento da parturiente, o que se observa é que somente o que é fisiológico é considerado como necessário para que haja uma gravidez saudável. Na relação entre mãe e filho, os cuidados relacionados ao acolhimento e a percepção das necessidades emocionais e subjetivas da mãe e do bebê, passam, com frequência, despercebidas. O Outro fornece os significantes antes mesmo do nascimento do bebê, dado que já traça expectativas, cria planos e histórias, almejando que essa criança seja

capaz de vivenciá-las. A partir da relação e da destinação dos primeiros significantes que irão dizer da criança é que os pais passam a introduzi-la no campo da linguagem e, com isso, o sujeito é introduzido no processo de constituição subjetiva mediante a relação estabelecida com o Outro. É nesse momento que se pode dizer que o sujeito está alienado ao Outro, participante da linguagem e da cultura. Pode-se dizer, então, que o nascimento efetivo e biológico não coincide com o nascimento do sujeito. O olhar da função materna e a forma como a mãe faz laço com seu filho é fundamental para que este seja subjetivado, constitua sua imagem corporal e, conseqüentemente, possa fazer laço com outros. Esse enlaçamento pode se dar de diversas formas e é a partir dele que o sujeito pode vir a ser no mundo. Por outro lado, a recusa do sujeito em fazer laço apresenta seus efeitos para o sujeito. Desse modo, consideramos que as intercorrências que, por ventura, possam ocorrer durante esse processo podem causar grande impacto no psiquismo da criança, podendo esta, apresentar dificuldades em se inscrever no campo da linguagem e, como consequência, no discurso. O sujeito vive seu processo de constituição psíquica submetido à duas operações fundamentais que o fundam: a alienação e separação. O transtorno do espectro autista nos orienta a considerar que houve nesta relação primordial entre mãe e filho algo que se deu de uma dificuldade na ordem da separação, permanecendo a criança na alienação. Portanto, nos dirigimos a pensar nesta relação subjetiva entre mãe e filho como suporte fundamental para a presença do sujeito no mundo.

Isto porque, consideramos que, para além das possíveis intercorrências que podem se dar nesta relação, sejam elas de ordem biológica ou não, sempre haverá um encontro libidinal entre mãe e filho que será determinante para o modo de ser desse sujeito no mundo.

Palavras-chave: intercorrências; relação mãe e bebê; gestação; constituição do sujeito.

**ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DO INSTRUMENTO
*AUTISM CLASSIFICATION SYSTEM OF FUNCTIONING: SOCIAL
COMMUNICATION (ACSF: SC) PARA USO NO BRASIL***

Débora Santana Eloi
Késia K. Mareco
Clarice R.S. Araújo
Samara Costa
Adriana Queiroz
Cecília P. Galvão
Carla R. Lage
Ana Amélia Cardoso
Departamento de Terapia Ocupacional (UFMG)

Objetivo: Adaptar o instrumento *Autism Classification System of functioning: Social communication* (ACSF: SC), que permite classificar o nível da função da comunicação social de crianças com transtorno do espectro do autismo (TEA), para uso no Brasil. O ACSF: SC foi criado no Canadá, como o objetivo de fornecer uma linguagem comum para a classificação da comunicação social de crianças com TEA. O instrumento foca nos pontos fortes e necessidades de apoio da criança quando desempenha o seu melhor (capacidade) e o desempenho apresentado na maior parte do tempo (desempenho típico). **Métodos:** Estudo metodológico de tradução e adaptação transcultural do instrumento ACSF: SC. Foram seguidas recomendações para adaptação transcultural de protocolos da área de saúde, o que incluiu a permissão assegurada, tradução, tradução reversa, revisão e painel de experts. A tradução foi feita por duas

terapeutas ocupacionais fluentes em português e inglês (AAC E SC). Uma terceira pessoa (AQ) participou da comparação entre as duas versões da tradução inicial, chegando a um consenso para a versão final que foi enviada para tradução reversa. Esta também foi enviada de maneira independente para outras duas terapeutas ocupacionais (CRL e CPG) e novamente uma terceira pessoa contribuiu para o consenso final da tradução reversa, que foi enviada para os autores canadenses. O painel de experts foi composto por dez profissionais, sendo oito terapeutas ocupacionais e dois fisioterapeutas; todos profissionais bem qualificados e com grande experiência na área de desenvolvimento infantil, além de fluentes em inglês, o que era essencial para avaliar a qualidade da tradução para a língua portuguesa. **Resultados:** Avaliação do painel de experts evidenciou que a versão traduzida do instrumento ACSF: SC foi bem compreendida conceitualmente e adequada culturalmente, com 48 frases apresentando índice de concordância maior que 90% quanto à equivalência conceitual e cultural. Frases que não obtiveram níveis adequados de concordância foram revisadas, conforme sugestões dos especialistas. Por exemplo, em adequação cultural uma frase modificada foi *“tentando iniciar comunicação com objetivos sociais usando solicitações simples, praticadas ou roteirizadas (verbalmente ou não verbalmente) sobre seus interesses/atividades preferidos”*. O comitê sugeriu mudar a palavra **roteirizada** por **mecanizada**, uma vez roteirizada não é muito utilizada no Brasil. E em equivalência cultural, uma frase modificada foi *“Tentando iniciar ou reagir a*

palavras ou ações físicas específicas de outra pessoa” para Tentando iniciar ou reagir a palavras específicas ou ações físicas de outra pessoa”, a sugestão teve mais sentido. Conclusões: A versão brasileira do ACSF: SC está apta para avaliação das propriedades de medida, uma vez que está garantida a equivalência entre o original e a tradução, obtendo índice de concordância acima de 90%. A avaliação das propriedades de medida da versão traduzida será o último passo do processo de adaptação transcultural, possibilitando o uso do instrumento no Brasil.

Palavras-chave: tradução; adaptação transcultural; comunicação social; transtorno do espectro do autismo (TEA).

CONTRIBUIÇÕES DO INVENTÁRIO PORTAGE PARA CONSTRUÇÃO DE CURRÍCULO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Clara Santos Alves de Oliveira Freitas
Marcel Gomes Oliveira
Máyra Ribeiro
Instituto Multidisciplinar em Saúde (UFBA)

O Guia Portage de Educação Pré-Escolar (*Portage Guide to Early Education*) foi desenvolvido por Bluma, Shearer, Frohman & Hilliard em 1976 e tem o propósito de avaliar o desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos, em cinco áreas: motora, cognição, linguagem, autocuidado e socialização. Avaliando 580 comportamentos, é possível descrever o repertório comportamental de uma criança e traçar intervenção. Este trabalho teve como objetivo descrever contribuições do IPO (Inventário Portage Operacionalizado) na construção de currículo para a Educação Infantil, por meio da exposição dos resultados de uma avaliação do desenvolvimento de crianças. Participaram da pesquisa duas crianças, uma do sexo masculino (S. O.) de 3 anos e 2 meses de idade e uma do sexo feminino (L. A.) de 5 anos e 7 meses de idade, matriculados em uma creche municipal no interior da Bahia. Essas crianças foram encaminhadas para avaliação de desenvolvimento por apresentarem dificuldades de aprendizagem e interação social em sala de aula. Realizada com base no IPO, tendo como intuito avaliar o desenvolvimento infantil, a tarefa básica do instrumento é a

apresentação de brinquedos e situações de brincadeiras para verificação de ocorrência ou não de comportamentos inventariados. A avaliação de cada criança ocorreu individualmente em sete sessões, com duração de uma hora e trinta minutos em média, durante sete semanas não consecutivas. Para correção por área avaliadas, foi contabilizado o total de acertos em cada uma delas. Para correção global, somaram-se os acertos das cinco áreas. Para análise do desenvolvimento da criança, seu desempenho por áreas e global foi comparado com uma curva de desenvolvimento esperado para crianças de 0 a 72 meses. Os dados obtidos mostram que S. O. e L. A. apresentaram, respectivamente, um repertório de 305 e 369 comportamentos. Segundo o IPO, S. O. está acima do esperado para sua idade, porém, na análise por área, percebe-se que em linguagem e socialização está abaixo do esperado para sua faixa etária. Os resultados mostraram que L. A. tem um repertório comportamental global abaixo do esperado para sua faixa etária, porém, na análise por área, em desenvolvimento motor e autocuidado, ela tem um repertório acima do esperado para sua idade. Nota-se que o Inventário Portage Operacionalizado não só é importante para a avaliação do desenvolvimento da criança, mas seus resultados podem contribuir para um currículo, avaliando as áreas deficitárias que podem ser alvo do currículo. Ainda como contribuição do IPO à construção curricular, cabe destacar alguns eixos para Práticas Pedagógicas, preconizados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010), que norteiam para interações

e brincadeiras, garantindo experiências que promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas e corporais.

Palavras-chave: educação; currículo; desenvolvimento infantil.

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA NOS ANOS 1980-1990

Maria Edith Romano Siems-Marcondes
Universidade Federal de Roraima – UFRR

O presente trabalho apresenta um recorte de pesquisa que investigou aspectos históricos da constituição dos serviços de educação especial no Território Federal de Roraima. Neste recorte nosso objetivo é compreender como se deu a construção de conceitos referente ao Transtorno do Espectro do Autismo, entre os professores que atuavam nas escolas e centros de educação especial nos anos de 1980 a 1990. O estudo fundamentou-se teórica e metodologicamente na perspectiva da “história vista de baixo”, embasando-se nos estudos do historiador inglês Edward Palmer Thompson, que toma como eixo central a análise dos fenômenos a partir da experiência de seus atores em contexto social. Na pesquisa foram realizadas entrevistas com oito professores que atuavam nos serviços especializados e nas escolas regulares onde alunos com diferentes perfis de deficiência ou transtorno estivessem matriculados e verificados documentos pessoais que apresentassem elementos relevantes à compreensão dos processos formativos vivenciados por esses profissionais. Dos relatos analisados, evidenciou-se o desconhecimento inicial dos professores em relação à existência do Autismo, com relatos inclusive da limitação na realização de

diagnósticos pelos profissionais de áreas clínicas que atuavam na região. As professoras destacam o impacto de cursos de capacitação oferecidos pelo Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, órgão que fomentava a formação de profissionais à época e o papel de curso de formação oferecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq em articulação com a Associação de Amigos do Autista – AMA, no ano de 1989. Da análise das entrevistas das professoras, é possível identificar que o desconhecimento do Autismo como uma condição específica peculiar, mantinha um conjunto expressivo de estudantes em uma categorização de deficiência mental, no entendimento daquele período, sem que se procedesse a adoção de estratégias de intervenção ou ensino nas áreas de comunicação e relações sociais. Com o acesso à formação na área, há um aperfeiçoamento nos processos de avaliação e triagem dos estudantes, que leva à oferta de serviços mais atentos às necessidades específicas dos estudantes com autismo, constituindo-se, inclusive, turmas específicas com estudantes que apresentassem indícios de autismo no Centro de Educação Especial. Da análise do material formativo utilizado, é possível concluir que a perspectiva adotada é a de abordagem Comportamental, com adoção de estudo de casos que se direcionavam para a Análise de Comportamento em suas etapas e orientação de intervenções pontuais específicas com vistas à 'correção' de comportamentos tidos como inadequados e estabelecimento de estratégias de comunicação com as crianças e

adolescentes. É possível concluir que as políticas de formação de professores e outros profissionais atuantes no Território Federal de Roraima, desenvolvido a partir do CENESP nos anos 1980, teve impacto decisivo no planejamento e organização dos serviços educacionais, na distribuição de turmas e nas práticas pedagógicas aplicadas em sala de aula, que passam a confundir-se com estratégias clínico-terapêuticas.

SESSÃO COORDENADA 15
EIXO: HISTÓRIA DA PSICOLOGIA E DAS CIÊNCIAS DA
EDUCAÇÃO

CARIDADE, FILANTROPIA, E BENEMERÊNCIA: O “AMPARO”
AO SANATÓRIO SÃO JULIÃO A PARTIR DA MÍDIA IMPRESSA
(1941-1970)

Kely Cristina Garcia Vilena
Rodrigo Lopes Miranda
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

O Sanatório São Julião, inaugurado em 1941, em Campo Grande (MT), foi um Hospital Colônia que fez parte de um programa, criado pelo Governo Federal, para segregar compulsoriamente, uma parcela de leprosos, pertencentes a região Centro Oeste. A preocupação central deste trabalho é apresentar e discutir, por meio do discurso midiático, como a sociedade campo-grandense lidou com a questão do isolamento compulsório no Sanatório São Julião, entre 1941 a 1970, período em que a instituição foi administrada pelo estado. Para isso, foram utilizadas como fontes primárias, seis notícias encontradas em jornais disponíveis no Arquivo Municipal de Campo Grande (ARCA), a saber: *Correio do Estado*, *O Matogrossense* e o *Jornal do Comércio*. Até a primeira década do século XX, os estabelecimentos asilares, em grande parte instituições religiosas,

tinham como objetivo maior, proteger a “sociedade sadia” da contaminação, pois até então, não se conhecia um tratamento eficaz para a doença. Tais estabelecimentos dependiam do dinheiro arrecadado em campanhas beneficentes, porém eram insuficientes para manter as entidades. Especialmente após a década de 1910, quando se intensificaram as discussões sobre os rumos das ações de profilaxia da doença, a ação de entidades filantrópicas laicas, exerceram papel fundamental na implantação de políticas filantrópicas de combate a lepra, canal de participação política e social de mulheres, oriundas da “elite”. Após 1930, com a consolidação do poder público por Getúlio Vargas, e o estabelecimento da internação compulsória em massa em Hospitais Colônias, tais entidades se alinharam ao modelo de governo e contribuíram com a mobilização da sociedade a favor do movimento em prol dos Lázarus e de defesa contra a Lepra. O Sanatório São Julião, que contaria com o apoio do estado para se manter e se tornar autossustentável, foi então “esquecido” pelo governo. A sociedade campo-grandense, considerada sadia e ameaçada de contágio, motivada por campanhas lançadas por entidades filantrópicas laicas, viu-se obrigada a “assumir o cuidado” com aqueles doentes por meio de doações, desde alimentos a valores altos, feitos por “generosos” campo-grandenses. As imagens evocadas pelo discurso midiático e as formas de “amparo” que a sociedade mato-grossense e as autoridades dispuseram aos leprosos do Sanatório São Julião, foi a ideia de um

cuidado em saúde, baseado em caridade, filantropia e benemerência, ligado a práticas assistencialistas.

Palavras-chave: história da psicologia; lepra; políticas de saúde; políticas públicas.

ESTUDO DE CASO SOBRE HOMOSSEXUALIDADE: UMA QUESTÃO DE SAÚDE MENTAL NOS ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOTÉCNICA (1949-1968)

Rodrigo Lopes Miranda
Ana Maria Del Grossi Ferreira Mota
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Lourdes Rosalvo da Silva dos Santos
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

O objetivo deste trabalho é descrever e analisar a homossexualidade como um “problema de ajustamento” para a “saúde mental”, no Brasil, entre as décadas de 1950 e 1960. Este período compreende o debate sobre a regulamentação da profissão de psicólogos, no país, que acabou delimitando como função privativa de tal profissional a “solução de problemas de ajustamento”. Além disso, compreende um período em que a *American Psychiatry Association* incluía a homossexualidade no diagnóstico de “desvio sexual”. Nossas fontes foram textos publicados nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (ABP), uma das primeiras revistas científicas brasileiras específicas para a Psicologia, no país, durante sua circulação (1949 a 1968). Analisamos 318 textos categorizados, pela revista, como artigos originais e utilizamos como critério de inclusão a presença, no título, de uma das seguintes palavras-chave: homossexualismo, homossexualidade e sexual. Encontramos três artigos sobre o tema que apresentavam estudos de caso de jovens do sexo masculino,

com idade entre 13 e 20 anos. Uma descrição clínica geral desses casos indicou “tendências homossexuais” e a maioria dos critérios de diagnóstico foram baseados em expectativas de gênero. Houve aspectos biológicos relacionados a este diagnóstico e alguns exames clínicos, mas a maioria das descrições foram baseadas em aspectos nosológicos psicanalíticos – e.g., “homossexualidade secundária” e “verdadeira homossexualidade”. As fontes apontaram, ainda, explicações que sugerem aspectos psicossociais, tais como “influências negativas do meio” e “ambiente familiar não propício ao desenvolvimento afetivo”. Apesar da aplicação de testes de inteligência e personalidade, o “tratamento” indicado foi sempre a psicoterapia, tanto para o sujeito com “tendências homossexuais” quanto para sua família. Assim, observamos que a homossexualidade aparecia como “problema” que poderia ser ajustado por meio de métodos e técnicas psicológicas. Apesar de termos utilizados apenas os ABP, o estudo nos ajudou a compreender melhor de práticas e discursos psicológicos sobre homossexualidade no campo da Saúde, em um momento importante na conformação profissional da Psicologia, no Brasil.

Palavras-chave: história da homossexualidade; solução de problemas de ajustamento; história da saúde mental.

O VALOR DO TRABALHO NA CONCEPÇÃO DA LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL (1925-1934)

Leticia Gomes Canuto
Programa de Pós-graduação HCTE

O presente trabalho tem como objeto a entidade civil denominado *Liga Brasileira de Hygiene Mental (LBHM)* que, durante grande parte da primeira metade do século XX, foi um relevante órgão representativo da psiquiatria brasileira. Pretende-se demonstrar como as propostas de normalização e categorização dos sujeitos no campo profissional feitas pelos membros da LBHM tinham como meta assegurar a subordinação destes indivíduos às necessidades produtivas do Estado e às exigências disciplinares de uma sociedade moderna. Para isso, analisamos alguns trabalhos presentes no periódico *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* - produzidos pela LBHM entre 1925 e 1944- nos exemplares publicados entre 1925 e 1934. O que impulsionou o início da LBHM foi o objetivo de desenvolver práticas higienistas influenciadas por ideais eugênicos, baseando-se na ideia central de que fazer higiene se dá pela prevenção de doenças e de que prevenir doenças requer agir nas suas causas. Assim, para evitar a causa de doenças, deveria-se investir em um combate que tenha caráter específico em cada campo de possível manifestação de desordem mental. Por consequência, torna-se meta dessa elite letrada que compunha a LBHM pensar a higiene mental e propor explicações e intervenções no contexto social de espaços que vão

além do hospital psiquiátrico. É desta forma que aspectos de campos como a família, a educação e o trabalho tornam-se objetos de estudo deste grupo. A motivação elementar para a preocupação da LBHM com a questão do trabalho trata-se do entendimento de que o trabalho realizado de forma eficiente e disciplinada pela população é o único meio de se alcançar o progresso e a civilidade tão almejadas pelas elites brasileiras. Neste trabalho utilizamos como referencial teórico a abordagem foucaultiana de “governamentalidade” e estratégias de biopoder expostas no artigo de Guareschi, Lara, Ecker e Cardoso (2014). Neste artigo, as autoras discutem como a concepção de higiene mental veiculada nos ABHM legitimou intervenções discursivas em relação à vida da população num momento crucial para a formação do Estado brasileiro moderno. Com isso, é mostrado o processo pelo qual essas noções se convertem em propostas de normalização dos sujeitos por meio de discursos profiláticos sobre população urbana que crescia a cada dia. Elas afirmam que a Liga e suas publicações são efeitos do processo de inserção das estratégias biopolíticas no Brasil. As publicações da Liga, neste sentido, apresentam noções de higiene mental com o propósito de constituir fundamentos que orientam os sujeitos para atender às necessidades de um recente Brasil industrial e moderno. Dessa forma, os indivíduos trabalhadores deveriam ser corretos e úteis, se comportando de maneira a colaborar para uma relativa ausência de conflitos na sociedade e para uma prosperidade econômica do país. O papel da Higiene Mental, sendo ela detentora dos saberes e princípios da

eugenia e do higienismo, seria definir os parâmetros dessa conduta ideal.

Palavras-chave: Liga Brasileira de Higiene Mental; história da psiquiatria; trabalho.

AS ORGANIZAÇÕES ANÁRQUICAS DO (DES) CONTROLE DAS DROGAS: O LOUCO, O CRIMINOSO E O “CIDADÃO DE BEM”

Alexandre Kerr Pontes
HCTE/UFRJ

Na historiografia do alcoolismo como doença e da criminalização do uso de drogas, costuma-se elencar um processo progressivo de medicalização ou judicialização do uso de entorpecentes. Porém, analisando a história das drogas organizada por um conceito imanente, pode-se constituir linhas de desenvolvimento paralelos que são constitutivas deste problema tal como se coloca no presente e que, em suas consequências, permitem observar uma organização difusa do “problema drogas”. Não há uma progressividade medicalizadora ou judicializadora. A proposição deste trabalho é discutir os limites dos conceitos de medicalização e judicialização quanto ao problema das drogas, alavancando a tese de que o problema social do uso de entorpecentes permanece em um limiar de indefinição entre três eixos distintos que não permite estabelecer relações hierárquicas entre o campo jurídico, médico e o que chamaremos de liberalismo seletivo. Nossa tese não significa o abandono ou contestação de uma judicialização e medicalização das drogas, mas estabelecer o rigor dos seus limites, além de explorar os desenvolvimentos paralelos e contraditórios que foram estabelecidos

em relação às drogas e que permanecem, até o presente, em estado de indefinição. Neste sentido, para compreender as três linhas de desenvolvimento propostas, busca-se amparo na história das diferentes categorias que emergem em torno dos bêbados no final do século XIX e início do século XX (1890-1920): o alcoolista, o ébrio e o “cidadão de bem”, este último não é nomeado diretamente, mas está presente pela sua ausência nos processos policiais. As seguintes fontes documentais foram pesquisadas para subsidiar este trabalho: 1) do Arquivo Nacional: GIFI de Polícia, Processos-Crimes de Embriaguez e Vadiagem, GIFI do Gabinete de Identificação e Estatística, Série Justiça – IJ6; 2) Relatórios do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para Presidência da República (1890-1920), 3) Decretos e Leis; 4) Pavilhão de Observação do Hospital Nacional de Alienados: livro de observações e livro de registros 5) Arquivo do Estado do Rio de Janeiro: Casa de detenção. Com isso, pretende-se discutir as diferentes correntes de pensamento no campo de regulamentação do uso de drogas, traçando um paralelo entre o estatuto psiquiátrico da loucura nas constituições liberais, a criminalização da pobreza e o protecionismo de classe social (liberalismo seletivo) como formadores de processos contemporâneos de internação dos usuários de drogas. Neste sentido, pretende-se colocar no centro da discussão as possibilidades de leitura das internações compulsórias pela Lei 10.216, de 6 de abril de 2001 a partir das linhas de desenvolvimento histórico propostas anteriormente.

Palavras-chave: história; internação compulsória; embriaguez; vadiagem; alcoolismo.

Financiamento: CNPq.

UMA HISTÓRIA DAS PRÁTICAS DE CUIDADO NO ÂMBITO DA REFORMA PSIQUIÁTRICA

Rafael de Souza Lima
Bárbara Victor Souza
Gabriel Nascimento Rocha
Laiz Rangel Barbosa
Nicole Marques Simões da Silva
Psicologia – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Leticia Gomes Canuto
Psicologia – Universidade Federal do Rio de Janeiro e HCTE (UFRJ)

Arthur Arruda Leal Ferreira
Instituto de Psicologia/ Programa de Pós-Graduação em História das
Ciências e das Técnicas e Epistemologia (UFRJ)

O objetivo deste trabalho é realizar uma descrição histórica das práticas de cuidado presentes em alguns dos CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) da cidade do Rio de Janeiro, no âmbito da Reforma Psiquiátrica. Metodologicamente, serão utilizadas a Teoria Ator-Rede de Bruno Latour e John Law e a Epistemologia Política de Isabelle Stengers e Vinciane Despret, visando a compreensão das redes que constituem essas práticas e os efeitos de subjetivação que elas produzem. A investigação é realizada a partir da leitura de prontuários e textos normativos, e vislumbra-se também a possibilidade de acesso à laudos e atas de reunião. Atualmente tem-se analisado documentos de dois destes serviços: o CAPS Clarisse Lispector e o Rubêns Corrêa. Tal análise busca trazer à cena diversos

atores - como grupo de pesquisadores, conceitos, técnicas de inscrição, demandas diversas, alianças, representações públicas, entre outros – que participam da construção do conhecimento e das práticas do referido cenário. Dessa forma, se pretende estudar as controvérsias presentes neste campo de atuação, ao invés de considerá-lo apenas em uma versão mais estabilizada. Busca-se, portanto, produzir uma história dessas práticas sem discriminá-las quanto a cientificidade das mesmas, mas colocando em questão suas funções e efeitos, e, dessa forma, se diferenciando dos relatos épicos ou progressistas, de caráter celebratório. Algumas observações podem ser feitas acerca dessas práticas de cuidado, que encontramos principalmente nos prontuários dos serviços, nos quais se encontram relatos de diversos profissionais, como psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, entre outros. Apesar da diversidade narrativa existentes nestes relatos, devido mesmo a essa multidisciplinaridade do serviço, eles convergem no sentido de uma distribuição de responsabilidades pelo cuidado, envolvendo outros atores além dos profissionais: a família, a comunidade, entidades governamentais e sobretudo os próprios usuários. Além disso, verifica-se o esforço dos profissionais em estimular os usuários a participarem de uma série de atividades, que implicam os mesmos não apenas nos seus próprios tratamentos, mas sobretudo na construção de relações sociais e na aquisição de habilidades necessárias para o trabalho e consumo, por exemplo. No prontuário de uma paciente específica, é possível encontrar a narrativa de uma

série de tentativas de internação por parte desta, sendo estas contornadas com negociações em torno da oferta de cursos, atividades e reencontros familiares. Vê-se um tipo de gestão que ocorre a partir da liberdade dos usuários, distinguindo-se das antigas práticas de enclausuramento asilares, mas sem deixar de abrir mão da tutela, que se expressa na atuação profissional e no envolvimento dos outros atores que compõem essa rede de cuidado.

Palavras-chave: arquivos; governamentalidade; reforma psiquiátrica.

Financiamento: Faperj e Cnpq.

SESSÃO COORDENADA 16
PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO

ENSINO COLABORATIVO E PRÁTICAS DE/PARA INCLUSÃO
ESCOLAR

Márcia Marin
Colégio Pedro II – RJ

Patrícia Braun
Cap – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

No decorrer das duas últimas décadas, normativas legais sobre inclusão escolar foram elaboradas e, em consequência, há o desenvolvimento de ações, no sistema educacional brasileiro, com vistas à escolarização de estudantes que estão em turmas comuns e exigem respostas para suas necessidades de aprendizagem, pois apresentam demandas específicas em função de suas peculiaridades para aprender, principalmente pessoas com deficiência. As propostas oficiais, em vigor, apresentam o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como diretriz que orienta o ensino para a escolarização de estudantes público alvo da educação especial. O AEE indica, ainda, a Sala de Recursos Multifuncional (SRM) como o espaço/tempo onde ocorrem tanto o atendimento complementar quanto o suplementar às estratégias pedagógicas comuns de ensino realizadas junto aos estudantes com deficiência (intelectual, auditiva,

visual, múltipla), altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento. No entanto, experiências vividas por nós, como docentes e pesquisadoras, no cotidiano das escolas, têm demonstrado que é recorrente uma desarticulação entre o trabalho realizado pelo professor de referência da turma comum e pelo professor de AEE, pois não há tempo destinado aos planejamentos conjuntos e há profissionais que sequer se conhecem, principalmente se forem de escolas diferentes. Existe um descompasso entre o que a escola espera do estudante e o que o AEE oferece, pois só a presença do estudante na turma comum não lhe garante aprendizagem sobre os mesmos componentes curriculares de seus pares. Há diversas indagações sobre como e o que deve ser trabalhado na sala de recursos e na sala de aula; qual seria o formato, tempo e tipo de ação didática ofertada pelo AEE, caracterizando-o como suplementar ou complementar, e não como substitutivo às ações na turma comum. Como garantir um trabalho articulado com a rotina diária, se reciprocamente os professores desconhecem a dinâmica que envolve o processo de ensino, justamente por não terem a oportunidade de compartilhar os mesmos espaços e tempos? Inconformadas com uma prática sem muitos resultados, como professoras de escola básica e pesquisadoras da área de educação especial, vivenciamos a proposta do Atendimento Educacional Especializado estruturada sob o viés do ensino colaborativo. Sendo assim, este texto tem por objetivos: apresentar experiências escolares que se transformaram pesquisas; discutir a relação entre Atendimento

Educacional Especializado (AEE) e ensino colaborativo; descrever práticas desenvolvidas junto a estudantes com deficiência intelectual e transtorno do espectro do autismo no sistema de ensino colaborativo. A partir das pesquisas, alguns resultados se revelaram: a parceria entre docentes é uma necessidade que precisa ser suprida por meio de maior interação e trabalho colaborativo; o sistema do ensino colaborativo como AEE sugere mudança sobre o fazer pedagógico ao preconizar a presença de dois docentes em sala; ensino colaborativo apresenta-se, também, como uma ação que permite intervenções pedagógicas mais imediatas, pois funciona em tempo real aos fatos ocorridos na aula, possibilitando uma interação mais rápida entre os docentes.

Palavras-chave: ensino colaborativo; práticas pedagógicas; inclusão escolar.

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM: VISÃO DAS PROFESSORAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Claudiana Costa Moura
Joelma Silva Andrade
Luciana Menezes da Silva
Luzia Lopes Moreira
Maria Michelle Fernandes Alves
Nayara Larissa da Cunha e Silva
Suzete Lopes
FACISABH

A pesquisa apresentada no curso de Pedagogia no 2º semestre de 2017 da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte (FACISABH) teve como tema a participação da família no processo de aprendizagem na visão das professoras da Instituição Criança Feliz (nome da escola fictício). A escola onde foi realizada a pesquisa existe desde meados dos anos 90. É uma instituição privada de categoria filantrópica conveniada com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Atende crianças de zero a cinco anos de idade, que moram próximo ou de regiões adjacentes. Os alunos permanecem na escola em horário integral. O estudo teve como objetivo geral descrever, a partir da percepção das professoras, a influência da participação da família no processo de aprendizagem das crianças atendidas pela escola de Educação Infantil. Já os objetivos específicos foram: descrever o relacionamento das professoras junto às famílias e como se caracteriza essa relação; verificar, na visão das professoras, se o

vínculo família-escola facilita o processo de aprendizagem da criança; e enumerar os desafios encontrados pelas professoras quando, por exemplo, a família demonstra desinteresse em participar do cotidiano da vida escolar. Para a pesquisa atingir os seus objetivos, foram utilizados como percurso metodológico o estudo qualitativo, exploratório, com levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. Usou-se como embasamento teórico autores, tais como Oliveira (2011), Maranhão e Sarti (2008), Vitoria (1999,2009), Picanço (2001), Bassedas, Huguet e Solé (1999), Paniagua e Palacios (2007), Craidy e Kaercher (2001) que abordam a educação infantil como um espaço educativo, a família no contexto escolar, a relação família-escola (importância e desafios) e as principais estratégias para aproximar a família da escola. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados o questionário. Sendo assim, participaram da pesquisa 8 professoras da escola investigada que puderam expor a sua visão sobre a participação da família no processo de aprendizagem das crianças. Os principais resultados apontaram que as professoras destacaram que a parceria família-escola é importante para o processo de aprendizagem. No entanto, nem todas elas relataram uma participação efetiva da família de seus alunos, sendo esse um grande desafio a ser enfrentado. Notou-se um perfil diferente das famílias em termos de seu envolvimento com a escola. Algumas professoras relataram que nem sempre as famílias dos alunos procuram informações sobre a aprendizagem dos mesmos. Não houve um consenso, na visão das professoras, quanto as atividades feitas pela

escola para envolver a família, pois algumas relataram que há atividades e outras disseram que às vezes elas acontecem. Algumas professoras relataram a falta de tempo em virtude do emprego dos pais como fator dificultador no envolvimento dos mesmos na vida escolar dos filhos. Em virtude disso, a família acaba atribuindo a sua função para a escola. Sabendo que a parceria da família e da escola favorece o pleno desenvolvimento do aluno, conclui-se que é importante as professoras, junto com a escola, criar cada vez mais estratégias para trazer a família mais próximo do ambiente escolar.

Palavras-chave: educação Infantil; família; escola; relação.

UM OLHAR SOBRE A SALA DE AULA: UMA PERSPECTIVA PEDAGÓGICA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA

Daniel Borges Rodrigues da Silva
Otavio Henrique Ferreira da Silva
João Paulo Lisbão Nanô
Rede Municipal de Educação Ibité/MG

A pesquisa tem como foco refletir a formação cidadã de nossos educandos, a partir da contribuição e o olhar do Professor em sala de aula. Gostaríamos primeiramente ressaltar diante do leitor que a interlocução das ciências humanas, é só mais um instrumento na perspectiva interdisciplinar nessa prática docente. O interesse nesse tema surgiu através da apresentação do projeto Câmara Mirim, na escola municipal Maria das Mercês Aguiar no ano letivo de 2017. Nesse sentido, a pesquisa contextualiza a real situação que os nossos adolescentes apresentam no espaço escola, com o atual momento de crise democrática que o país passa. Contudo, durante o processo de ocupação e representação da garotada no espaço escolar percebemos como as grandes mídias tem o seu papel importante na formação do pensamento acrítico da juventude, deixando uma lacuna de entendimento político cotidiano. Dentro de uma perspectiva de trabalho multidisciplinar e tendo em vista a construção política regional, sempre relacionando-a com as instituições federais e estaduais, buscamos ao longo do percurso consolidar uma visão

acerca da representatividade. Dialogando a partir de conceitos dentro da temática voltada para cidadania, as reflexões atingidas em sala foram resultantes de propostas e atividades de relatório (conjunto de informações utilizado para reportar resultados parciais ou totais de uma determinada atividade). Os alunos durante as atividades passaram por experiências relevantes, muitas delas ainda não vivenciadas por eles. Dentre elas, o diálogo promovido com os movimentos sociais foi determinante nesse processo de aprendizagem, em particular integrantes dos movimentos feminista, juventude e negro. Nos surpreenderam neste projeto a participação ativa desses jovens durante o processo, os relatos em especial devido ao contexto político regional vivido, com suas relações clientelistas de troca de favores. Ser um Professor orientador dessa ação pedagógica foi crucial para o desenvolvimento verbal e intelectual dos educandos. Conclui-se que as relações entre Professor e aluno na mediação do Projeto Câmara Mirim maximizaram e incluíram os educandos na participação política brasileira, tomando como base as práticas pedagógicas realizadas dentro e fora de sala de aula. É nesse momento que o educador deve pleitear uma posição de referência, e estar sempre disposto a compreender e contextualizar as atividades de sala e as temáticas apresentadas, que resultarão na construção do saber. Nada dessas observações durante as diversas atividades valeria à pena a não ser pelo comprometimento e dedicação dos educandos, com isso, o trabalho e o compartilhamento das experiências democráticas mostraram-se eficazes para a

formação cidadã destes. O projeto trabalhou conceitos, estimulou os alunos a levarem o debate além dos muros da escola, e em minha prática enquanto professor, busquei promover o processo de interação do aluno em relação aos pais, a comunidade e seus representantes.

Palavras-chaves: democrático; perspectiva pedagógica.

Financiamento: Secretaria Municipal de Educação de Ibité/MG.

UMA HISTÓRIA CONCISA DE IBIRITÉ: O PROJETO CÂMARA MIRIM COMO FERRAMENTA DE FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA NO COMBATE A PRÁXIS CLIENTELISTA

João Paulo Lisbão Nanô
Otavio Henrique Ferreira da Silva
Daniel Borges Rodrigues da Silva
Rede Municipal de Educação Ibirité/MG

Na presente comunicação pretendemos apresentar um panorama conciso da história de Ibirité, dando ênfase aos aspectos políticos. Desta forma, pretendemos contextualizar o papel desempenhado pela política e seus atores na cidade, para melhor situarmos a importância de ações pedagógicas como o projeto “Câmara Mirim” na formação ética, política e cidadã dos alunos da E.M Maria das Mercês Aguiar. Para além disso, esta contextualização se justifica, uma vez que visamos entender as origens e estruturas de manutenção das relações clientelistas e patrimonialistas presentes na política de Ibirité desde sua emancipação em 1962. E de como a discussão política junto aos alunos, pode auxiliar na ruptura com uma práxis tão arraigada na sociedade e na política da cidade. As relações de clientelismo e personalismo presentes na política do município, evidenciam-se para Jurutân Alves da Silva, desde os arranjos políticos realizados logo após a emancipação do município, como a escolha do Intendente, que atuaria como prefeito da cidade no

período de consolidação do município. É neste contexto político local, e projetando os desdobramentos dessas relações de poder no âmbito da política estadual e federal, que tentamos inserir nossa prática pedagógica como um local de formação e experimentação por parte das novas gerações do papel central da política, entendida para além das antigas redes de trocas de favores, e apropriação do público por interesses privados de agentes políticos e suas famílias, e vislumbrada como o espaço de mediação dos conflitos de interesses no âmbito do debate público e transparente.

Palavras-chave: cidadania; educação democrática; relato de prática pedagógica; política na escola.

ESCOLA CIDADÃ EM REDE: EXPERIÊNCIAS CONSTRUÍDAS POR PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE IBIRITÉ

Otavio Henrique Ferreira da Silva
Daniel Borges Rodrigues da Silva
João Paulo Lisboa Nanô
Rede Municipal de Educação Ibirité/MG

A Prefeitura Municipal de Ibirité vem assumindo desde 2017 o compromisso em apoiar e investir no “Projeto Escola Cidadã”. Esse nome é inspirado na concepção pedagógica do educador brasileiro Paulo Freire, onde, entende-se que a escola cidadã não é aquela que ensina apenas conteúdos das diferentes áreas do conhecimento, mas sobretudo, está em constante preocupação com a formação integral dos sujeitos, sejam eles e elas crianças, jovens e adultos, de modo que preparem estes para o exercício da cidadania. Assim, o objetivo geral dessa iniciativa pedagógica é promover através da escola a participação dos estudantes na vida política de suas comunidades e no aperfeiçoamento do sistema democrático-representativo de nossa cidade, estado e país. O projeto iniciou-se no ano de 2017 sendo implementado na Escola Municipal Maria das Mercês Aguiar, localizada no Bairro Bela Vista, Ibirité-MG. Na primeira versão, participaram aproximadamente 230 estudantes de turmas dos 6º e 9º ano do Ensino Fundamental. A realização de uma formação política com as crianças e jovens da educação ibiritense justifica-se devido ao contexto histórico local de baixa participação popular no plano

político da cidade. E o começo dessa mudança passa por trazer mais investimentos e projetos para a área da educação, setor estratégico na formação do cidadão. A Constituição Federal de 1988 define em seu Art. 205, que “[...] a educação, [como] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, *seu preparo para o exercício da cidadania* e sua qualificação para o trabalho”. O preparo dos estudantes para o exercício da cidadania exige conscientizá-los de que a política vai muito além do voto obrigatório, estando presente em nosso cotidiano e perpassando principalmente pela regulamentação e execução das leis que regem a sociedade. Também, a educação tem um papel fundamental para que o povo tenha senso crítico, participe mais da vida pública e esteja consciente do quanto é necessário ter engajamento, principalmente, nas causas coletivas da escola, bairro, comunidade e cidade, buscando promover a transformação social. Em 2018, o projeto está sendo implementado em seis escola municipais e uma escola Estadual, por meio de 14 professores(as) que integram o Escola Cidadã. Além das atividades que estão sendo desenvolvidas com os estudantes de turmas do 6º ano 9º ano do Ensino Fundamental, está sendo realizado o “Curso de Formação em Escola Cidadã” no período de março a dezembro de 2018, que tem como objetivo geral capacitar professores da Rede Municipal de Educação de Ibirité para implementar práticas pedagógicas voltadas para a formação cidadã das crianças e jovens da cidade. As ações específicas são: refletir

com os professores que educar para a cidadania vai além dos conteúdos curriculares de cada disciplina; compreender a importância de desenvolver com os estudantes trabalhos de pesquisa, práticas lúdicas e teóricas voltadas para a conscientização dos deveres e direitos das crianças conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente; trabalhar a educação para cidadania a partir da realidade local dos estudantes e comunidade escolar; desenvolver um trabalho pedagógico multidisciplinar, transversal, descolonizador, pós-estruturalista, a serviço da igualdade de gênero, de políticas afirmativas, estimulando a participação das diferentes crianças e jovens na vida política da comunidade, bairro, cidade, estado e país.

Palavras-chave: escola cidadã; políticas públicas; formação de professores.

Financiamento: Secretaria Municipal de Educação de Ibitaré/MG.

ASSUNTOS DO CDPHA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HELENA ANTIPOFF (CDPHA),

realizada no Auditório do 2º andar da Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais (Campus Pampulha), no dia 07 de fevereiro de 2018. Presentes: Regina Helena de Freitas Campos, Maria do Carmo Lara Perpétuo, Adriana Araújo Pereira Borges, Adriana Otoni Silva Antunes Duarte, Maria de Fátima Pio Cassemiro, Marilene Oliveira Almeida, Ana Maria Milagres Belo Francisco, Adriana Cláudia Drumond, Pedro Henrique Oliveira Guimarães, Camila Jardim de Meira, Bruna Cristina da Silva Hudson, Esther Augusta Nunes Barbosa, Delba Teixeira Rodrigues Barros, Deolinda Armani Turci, Míriam Aparecida de Brito Nonato, Carla Andrea Teixeira Dias Camargos, Maria Luiza Magalhães Nogueira e Maria das Graças Ferreira Coimbra. A Presidente da Fundação Helena Antipoff e vice-presidente do CDPHA, Maria do Carmo Lara Perpétuo, justificou a ausência do Carlyle dos Passos Laia, por motivo de férias. A ausência de Sérgio Farnese também foi justificada pela Presidente do CDPHA, Regina Helena de Freitas Campos, além disso, foi informado que Sérgio enviou a sugestão para que o XXXVII Encontro Anual Helena Antipoff, seja pensado um tema homenageando Daniel Antipoff, levando em consideração que 2019 será o centenário de seu nascimento. Dando início aos trabalhos, a Presidente do CDPHA, Regina Helena de Freitas Campos, apresentou o relatório das atividades e prestação de contas do CDPHA, referentes ao período 2016 – 2017. O relatório apresentou

os seguintes pontos: **1) Organização e realização dos seguintes eventos:** XXXIV Encontro Anual Helena Antipoff, realizado no período de 06 a 08 de abril de 2016, no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (ICHS/UFOP), na cidade de Mariana, MG, com o tema “Psicologia, Educação e o debate ambiental – retomando a perspectiva ecológica Antipoffiana” e XXXV Encontro Anual Helena Antipoff, entre os dias 17 e 18 de março de 2017, na Fundação Helena Antipoff, em Ibirité, MG, com o tema “Experiência de Helena Antipoff em Educação na Rússia Soviética (1917 – 1924) – Lembrando os 100 Anos da Revolução Russa (1917 – 2017)”. Ambos eventos, contaram com o apoio financeiro da FAPEMIG. Foi lembrado pela vice presidente do CDPHA, Maria do Carmo Lara Perpétuo, o lançamento do livro *“Psicologia, educação e o debate ambiental: questões históricas e contemporâneas”*, no qual foram publicados artigos referentes as apresentações que ocorreram no evento de 2016 e que realizaram reflexões sobre o rompimento da barragem de rejeitos de mineração ocorrido, na comunidade de Bento Rodrigues, próxima a Mariana em 2015. Dessa forma, foi sugerido que o CDPHA entre em contato com a Diretora do ICHS/UFOP, professora Doutora Margareth Diniz e com o Sérgio Farnese para que alguns exemplares desse livro sejam repassados para as lideranças da comunidade de Bento Rodrigues, durante a realização de uma roda de conversa com as pessoas da comunidade. A presidente do CDPHA, Regina Helena de Freitas Campos, lembrou que no evento de 2017 ocorreu a visita da pesquisadora russa, Marina Sorokina, do

Centro Alexandre Solzenitsyn de Estudos da Diáspora Russa de Moscou. O contato do CDPHA com os pesquisadores russos iniciou em 2012 quando foi identificado pelo do Centro Alexandre Solzenitsyn de Estudos da Diáspora Russa o nome de Helena Antipoff como uma das imigrantes russas que realizaram obras importantes em outros países. A partir deste contato, foram enviadas para o Centro Solzenitsyn, em Moscou, as publicações realizadas pelo CDPHA e realizado o colóquio internacional *“The Global Educational Space and the Academic Migrants: The Legacy of the Russian psychologist Helena Antipoff (1892-1974) in Education and Human Rights in Latin America, Europe and Russia”*, que contou com a presença de 10 pesquisadores associados ao CDPHA. Durante a participação de Marina Sorokina no evento XXXV Encontro Anual Helena Antipoff, em 2017, foi realizado um acordo de cooperação no qual o Memorial Helena Antipoff contribuiria com a doação de objetos para o Museu dos Imigrantes, realizado pelo Centro Alexandre Solzenitsyn de Estudos da Diáspora Russa, assim como Centro Alexandre Solzenitsyn de Estudos da Diáspora Russa contribuiria com o Memorial Helena Antipoff em Ibirité com a abertura de um espaço no Museu dos Imigrantes, em caráter eventual, no qual ocorreriam exposições realizadas pelo CDPHA, a FHA e o Conselho Consultivo Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico de Ibirité. Dessa forma, ao final do mês de agosto de 2017, foram enviados para o do Centro Alexandre Solzenitsyn de Estudos da Diáspora Russa, objetos e documentos reproduzidos relacionados a Helena Antipoff

para compor Museu dos Imigrantes que será inaugurado em novembro de 2018, em Moscou. A Presidente da Fundação Helena Antipoff e vice-presidente do CDPHA, Maria do Carmo Lara Perpétuo, relatou que a Fundação Helena Antipoff está empenhada na realização de dois projetos: um documentário sobre a obra e vida de Helena Antipoff e a digitalização dos documentos arquivados no Memorial Helena Antipoff, em Ibirité. O andamento destes projetos está dependendo da verba fornecida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, mas a abertura do termo de referência que realiza a liberação das verbas de 2018 ainda não foi realizada. As funcionárias do Memorial Helena Antipoff, Míriam Aparecida de Brito Nonato e Carla Andrea Teixeira Dias Camargos, relataram os trabalhos realizados em Ibirité: o “Projeto Memorial Itinerante” que objetiva divulgar a contribuição de Helena Antipoff na educação e na psicologia para alunos das escolas municipais, estaduais e particulares de Ibirité e o “Projeto de extensão Granjinha Escolar: contribuições da Pedagogia Antipoffiana para a formação integral de crianças e adolescentes do Projeto Escola de Helena” realizado com os alunos da Educação Integral da Escola de Helena, em Ibirité, objetivando reativar o Método de Projetos das Granjinhas Marques Lisboa realizado por Helena Antipoff. O projeto das Granjinhas contou com o apoio do Programa Institucional de Apoio à Extensão – PAEx/UEMG e foi proposto pela professora Camila Jardim de Meira. Também foi mencionado “Projeto de Educação Integral no polo Fundação Helena Antipoff: diálogos com a perspectiva educacional

antipoffiana” realizado com os alunos da Educação Integral da Escola de Helena, em Ibitaré/MG, que buscou reaplicar o Inquérito Ideais e Interesses. Este projeto possuiu o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica – PIBIC/UEMG/FAPEMIG e foi coordenado pela professora Marilene Oliveira Almeida. A presidente do CDPHA, Regina Helena de Freitas Campos, ressaltou a importância de registrar e publicar os trabalhos desenvolvidos na Fundação Helena Antipoff, no intuito de divulgar as pesquisas práticas que estão sendo realizadas com os alunos da Educação Integral da Escola de Helena, em Ibitaré. Além disso, a presidente mencionou a participação dos membros do CDPHA no Colóquio Internacional “*Genève, une plateforme de l’internationalisme éducatif au 20^o siècle*” que ocorreu entre os dias 14 e 15 de setembro de 2017, em Genebra, na Suíça. Este colóquio discutiu como diversos intelectuais tornaram consistentes as experiências das Escolas Novas em diferentes países. A partir da apresentação das comunicações a respeito do trabalho realizado por Helena Antipoff no Brasil, a professora da Universidade de Genebra e presidente dos Arquivos Jean Jacques Rousseau, Rita Hofstetter, solicitou o envio, pelo correio, das publicações realizadas pelo CDPHA e informou que em outubro de 2018, estará em Belo Horizonte, para realizar pesquisas com seus colaboradores nos acervos do CDPHA. Nessa ocasião, será realizado um pequeno colóquio, demonstrando como Genebra se tornou um núcleo importante de experiências divulgadas em vários países. Informações sobre esse evento serão divulgadas na época. O

segundo ponto discutido na reunião foi: **2) Eleição da diretoria do CDPHA para o período 2018-2020:** foi eleita por aclamação a Presidente – Regina Helena de Feitas Campos. As Vice-presidentes para o período de 2018-2020, nos termos do Art. 7º do Estatuto do CDPHA, são: Maria do Carmo Lara Perpétuo (presidente da Fundação Helena Antipoff), Maria do Carmo Coutinho de Moraes (pela Associação Pestalozzi de Minas Gerais), Sílvia Maria Medeiros Magalhães (diretora da ACORDA – Associação Comunitária do Rosário) e Filomena de Fátima Silva (presidente da ADAV – Associação Milton Campos para o Desenvolvimento e Assistência a Vocações de Bem Dotados). A Diretoria Técnica ficou composta por: Adriana Araújo Pereira Borges; Adriana Otoni Silva Antunes Duarte; Christiane Souza Martins; Deolinda Armani Turci e Miriam Aparecida de Brito Nonato. A Diretoria Administrativa ficou composta por: Carlyle dos Passos Laia; Maria das Graças Ferreira Coimbra, Raquel Martins de Assis e Pedro Henrique Oliveira Guimarães. A Diretoria Financeira ficou composta por: Carla Andrea Teixeira Dias Camargos, Delba Teixeira Rodrigues Barros, Fernanda Flaviana de Souza Martins; Luis Flávio Silva Couto e Riviane Borghesi Bravo. O Conselho Fiscal ficou composto por Titulares: Cecília Andrade Antipoff; Elizabeth Dias Munaier Lages e Maria de Fátima Pio Cassemiro; Suplentes: Elizabeth Coutinho de Moraes; Rita de Cássia Vieira e Sônia Vieira Coelho. O Conselho Consultivo ficou composto por: Ana Maria Milagres Belo Francisco, Adriana Cláudia Drumond, Camila Jardim de Meira, Bruna Cristina da Silva Hudson, Esther Augusta Nunes

Barbosa e Maria Luiza Magalhães Nogueira. Os Coordenadores Regionais: Marilene Oliveira Almeida (UEMG/FHA) e Érika Lourenço (FaFiCH/UFMG). Foi sugerido pela presidente do CDPHA que seja instituída uma coordenadoria regional também na cidade de Barbacena e pedido para que Marilene Oliveira Almeida verifique a lista de participantes que realizaram a inscrição no XXXV Encontro Anual Helena Antipoff de 2017, pois ao pagarem a inscrição no evento, essas pessoas passaram a ser associadas do CDPHA. O terceiro e último ponto discutido na reunião refere-se ao **3) Planejamento do XXXVI Encontro Anual Helena Antipoff**. A professora Adriana Araújo Pereira Borges iniciou a apresentação do tema do Encontro mencionado que no final do ano de 2017, ela juntamente com um grupo de pesquisadores, relacionados a Educação Especial, pensaram na escrita da coletânea intitulada “Toda criança pode aprender”, direcionada para que os professores reflitam sobre a prática na sala de aula com os alunos especiais. A partir do primeiro livro dessa coletânea, foi pensada a temática do XXXVI Encontro Anual Helena Antipoff e do II Colóquio Pesquisa e Intervenção em Transtorno do Espectro do Autismo – *“Da Ortopedia Mental à Educação Inclusiva: História e Atualidade”*. A intenção do tema é retomar a ideia descrita no artigo *“Da ortopedia mental aos meninos de Barbacena”* de Oscar Cirino, pensando na questão do autismo, mas sem desconsiderar outras questões que estão relacionadas a educação especial. Foi apresentado o esboço da programação do Evento que acontecerá nos dias 23 a 25 de abril nos

prédios da FaE/UFMG e FaFiCH/UFMG e no dia 26 de abril na Fundação Helena Antpoff, em Ibirité. O evento iniciará no dia 23/04 com a conferência de abertura intitulada *“Da ortopedia mental a educação inclusiva”*, realizada por Oscar Cirino (FHEMIG); também ocorrerá a Mesa Redonda *“Educação Especial e Educação Inclusiva – História e Atualidade”* e a conferência *“Preservação de acervo uma contribuição da história da psicologia e da educação especial”*, ministrada pela professora Marina Massimi. Foi informado pela presidente do CDPHA que a professora Marina Massimi realizou a doação de seu arquivo pessoal para a sala do CDPHA da UFMG. Ao final do dia 23/04 acontecerá a *“Exposição Helena Antipoff e a História da Psicologia e da Educação no Brasil”* e o lançamento do primeiro livro da coleção *“Toda criança pode aprender - o autismo na escola”*. No dia 24/04, acontecerão as seguintes conferências: *“TEA: uma perspectiva antropológica”* que será realizada pelo professor Dr. Roy Grinker – *Columbian College of Arts e Science, George Whashington University, EUA* e *“As pesquisas atuais sobre o autismo”*; além das Mesas *“Escolarização de crianças com autismo”* e *“Alfabetização, habilidades, comunicação e integração sensorial”*, e das Sessões Coordenadas para apresentações de trabalhos inscritos. No dia 25/04 acontecerá a conferência *“Teoria da mente e habilidades sociais”*, a Mesa Redonda *“Psicologia, educação e inclusão: histórias do passado e do presente”* e a Conferência de encerramento. Nos dias em que o evento estiver acontecendo na FaE/UFMG e na FaFiCH/UFMG, serão realizados os seguintes minicursos: A escrita e

o texto na pós graduação; Alfabetização da criança com TEA; Integração sensorial no TEA; TEA e apraxia da fala; Poéticas e movimentos; Os direitos das pessoas com TEA; Desenvolvimento motor e TEA; A brincadeira na perspectiva histórico cultural no TEA; Autismo e medicação escolar e Recursos diagnósticos no TEA. O dia 26/04, ficou reservado para a conferência a “*Educação inclusiva e seus desafios atuais*” que será realizada no auditório da Fundação Helena Antipoff, em Ibirité. Foi sugerido que essa conferência seja televisionada, ao vivo, para uma sala que estará disponível na FaE/UFMG. Além desta conferência, em Ibirité, também será realizada uma visita guiada no Memorial Helena Antipoff. Após a apresentação do programa inicial do Evento, os participantes da Assembleia sugeriram que fossem realizadas duas outras Mesas paralelas: uma relacionada a “*Pedagogia Antpoffiana*” e outra sobre a “*História da Psicologia*”. Foi informado que as inscrições do Evento serão realizadas no site da FUNDEP sendo proposto, inicialmente, o seguinte valor: R\$ 80,00 para estudantes da graduação e professores da rede básica; R\$ 150,00 para estudantes de mestrado e doutorado e R\$ 220,00 para profissionais em geral. O dinheiro arrecadado servirá para cobrir as despesas do Evento, mas também foi solicitado o apoio financeiro da FAPEMIG. O valor apresentado foi considerado elevado pelos participantes da Assembleia e sugerido que o valor fosse reduzido. Adriana Borges argumentou que tentaria reduzir o valor junto a FUNDEP para os seguintes valores: R\$ 50,00 para estudantes da graduação e professores da rede básica; R\$ 100,00

para estudantes de mestrado e doutorado e R\$ 120,00 para profissionais em geral. Ficou decidido que o envio dos resumos para as Sessões Coordenadas será estendido para o dia 15 de março de 2018 e que no dia da Conferência na Fundação Helena Antipoff, em Ibirité, não será cobrada a inscrição, sendo que em troca a Fundação Helena Antipoff ficará responsável por realizar a visita guiada ao Memorial Helena Antipoff. Também foi informado que a organização do Boletim Número 28 será organizado pelas professoras Érika Lourenço, Raquel Martins de Assis e a doutoranda Laênia Martins Petersen. Nada mais havendo a se tratar, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pela presidente do CDPHA, Regina Helena de Freitas Campos, pela secretária da Assembleia, Adriana Otoni Silva Antunes Duarte, e pelos demais presentes.

Belo Horizonte, MG, 07 de fevereiro de 2018.

ARQUIVOS UFMG DE HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL

Sala Helena Antipoff
Biblioteca Central
Universidade Federal de Minas Gerais

1. HISTÓRICO E OBJETIVOS

Os Arquivos UFMG de História da Psicologia no Brasil foram estabelecidos em 1997, na Sala Helena Antipoff - Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais. Tiveram origem em 1989, quando a professora e pesquisadora Regina Helena de Freitas Campos, em busca de fontes de pesquisa para a sua tese de doutorado, começou a investigar a documentação reunida no Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff – CDPHA, na Fazenda do Rosário em Ibirité. Após alguns meses de trabalho, foram localizadas fontes inéditas no acervo da psicóloga e educadora Helena Antipoff. Constatada a diversidade e a riqueza dos documentos, foi elaborado, em 1993, um projeto, de autoria da pesquisadora – hoje professora da Faculdade de Educação/UFMG - com os objetivos de inventariar, organizar e tornar disponível esse acervo para a pesquisa em história da psicologia e da educação brasileiras.

Inicialmente, o trabalho de organização do acervo seria executado em Ibirité, na Fundação Estadual Helena Antipoff. Com o desenvolvimento das atividades, o maior envolvimento da UFMG e a

demanda pela organização de fontes em história da psicologia no Brasil, o projeto ampliou seus objetivos - tornar-se um centro de referência em história da psicologia no Brasil - o que deu origem aos Arquivos. A partir de então, acervos de outros pesquisadores da área vêm sendo incorporados aos Arquivos.

A equipe responsável pelos trabalhos inclui pessoal com formação em arquivologia e em psicologia, além do pessoal treinado em técnicas de conservação e restauração que trabalha sob a orientação do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis - CECOR-UFMG. Uma equipe de Consultores presta assessoriana organização dos acervos.

A expressão “história da psicologia no Brasil” refere-se a iniciativas de caráter teórico ou prático em psicologia que tiveram lugar no Brasil, e às conexões estabelecidas entre essas iniciativas e a psicologia praticada em outras partes do mundo. Como a psicologia no Brasil está profundamente relacionada à história da educação, sobretudo à história do pensamento educacional e dos sistemas de ensino, os acervos constituem materiais de interesse também para historiadores em educação. Assim, em termos institucionais, os Arquivos estão vinculados tanto à linha de pesquisa “Psicologia, psicologia e educação”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG, quanto à linha de pesquisa “Cultura, modernidade e subjetividade”, do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFMG.

2. ACERVOS

2.1 ACERVO CDPHA

Em 6 de agosto de 1979, em Belo Horizonte, nas comemorações do cinqüentenário da chegada de Helena Antipoff ao Brasil, a Prof^a Helena Dias Carneiro, representante da Sociedade Pestalozzi do Brasil, apresentou o projeto de criação de um centro nacional cujos objetivos seriam: preservar a memória de Helena Antipoff, documentar sua obra e divulgar seu ideário. A proposta foi aceita e, decorridos oito meses, o CDPHA foi criado, em 25 de março de 1980. Dentre as atividades do CDPHA, desde sua fundação, destacam-se a realização do Encontro Anual Helena Antipoff, que já se encontra na sua trigésima edição, e a publicação do Boletim do CDPHA, que está em seu 24^o ano de publicação. Além disso, o CDPHA cuida do acervo documental que pertenceu a Helena Antipoff em duas seções: na Sala Helena Antipoff, na Biblioteca Universitária da UFMG, e na Fundação Estadual Helena Antipoff, em Ibirité.

Constituição/origem

Consiste em uma parte da documentação do CDPHA cedida por Daniel Antipoff, através de contrato firmado com a UFMG, em 1997. Constitui-se de documentos inéditos como: manuscritos, correspondências, textos avulsos, anotações, publicações de circulação restrita e fotografias. Inclui documentos relacionados à trajetória de Helena Antipoff: os estudos em Paris e Genebra, o

trabalho como psicóloga e educadora na Rússia, na Suíça e no Brasil e à organização e funcionamento do Complexo da Fazenda do Rosário, produzidos e acumulados no período de 1927 a 1987. Inclui também publicações produzidas pelo Centro de Documentação. A outra parte da documentação encontra-se no CDPHA, em Ibitaré, em processo de organização e acondicionamento.

Temas

- Jogos pedagógicos
- Educação especial
- Fazenda do Rosário
- Educação rural
- Teatro na educação
- Testes psicológicos
- Pesquisas em Psicologia e Psicometria
- Vida e obra de Helena Antipoff
- Sociedade Pestalozzi
- Homenagens a Helena Antipoff

Organização do conjunto dos documentos

Os documentos obedecem a uma organização já existente - em caixas, realizada pelo pessoal do CDPHA, na Fundação Helena Antipoff, em Ibitaré/MG.

Quantidade

- Disponíveis para consulta: 63 caixas
- Em organização: Coleção de livros, teses e periódicos

Instrumentos de pesquisa

- Catálogo informatizado

2.2 ACERVO JOSEF BROZEK

Educador, cientista, historiador da psicologia. Nasceu em Melnik, Boemia (atual República Tcheca), em 24 de agosto de 1913, filho de Josef Francis e Filomena (Sourek) Brozek. Obteve o grau de Doutor na Charles University, na cidade de Praga, em 1937. Em 1939, mudou-se para os Estados Unidos, naturalizando-se cidadão norte-americano em 1945. Faleceu em 18 de janeiro de 2004, em Saint Paul (Minnesota, EUA).

Durante sua trajetória profissional atuou em diversos campos da psicologia e biologia humanas, e desenvolveu o interesse pela história da psicologia, paralelamente às outras atividades, a partir de 1963. Nessa época, foi o responsável pela criação da divisão da história da psicologia no quadro da *American Psychological Association*, foi membro fundador do *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, e da Sociedade Internacional de História das Ciências Comportamentais e Sociais (mais tarde chamada CHEIRON). Entre suas diversas publicações na área de História da Psicologia, destaca-se o volume, editado em parceria com Ludwig Pongratz, intitulado *Historiography of Modern Psychology*, traduzido

para o português em 1988 (Brozek, J. e Massimi, M. Historiografiada Psicologia Moderna: versão brasileira. São Paulo: Loyola, 1998).

Após visita à Sala Helena Antipoff, em 1996 (quando veio ao Brasil para participar da Reunião de instalação do Grupo de Trabalho em História da Psicologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia – ANPEPP), Brozek doou parte de sua biblioteca e acervo pessoais aos Arquivos UFMG de História da Psicologia no Brasil. Este conjunto constitui o Fundo Josef Brozek.

Constituição/origem

Conjunto de documentos produzidos e acumulados por Josef Brozek ao longo de sua vida profissional e acadêmica. Constitui-se de livros, correspondências, fotografias, textos avulsos, periódicos, separatas e slides. Abrange período de 1891 a 1996. O acervo foi doado aos *Arquivos* em 1998, pelo titular.

Temas

- História da Psicologia
- História da Psicologia Norte Americana
- Instrumentos de Pesquisa

2.3 ACERVO HELENA DIAS CARNEIRO

Helena Dias Carneiro teve um primeiro contato com Helena Antipoff no Rio de Janeiro no ano de 1945, buscando tratamento para seu filho excepcional. Tornou-se, a partir deste momento, uma das primeiras mães de excepcionais a colaborar na obra de Helena

Antipoff, engajando-se na criação da Sociedade Pestalozzi do Brasil (SPB) naquele mesmo ano e atuando em vários outros projetos em prol da infância excepcional. Assim, participou da fundação da primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em 1954, coordenou o Conselho de Estudantes da SPB, foi membro do Conselho Consultivo da SPB em 1975, foi Segundo Tesoureiro da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi no período entre 1978-1982 e atuou na publicação do o Boletim da SPB.

Em 6 de agosto de 1979, em Belo Horizonte, nas comemorações do cinquentenário da chegada de Helena Antipoff ao Brasil, a Prof^a Helena Dias Carneiro, como representante da Sociedade Pestalozzi do Brasil, apresentou o projeto de criação de um Centro Nacional destinado à preservação e divulgação da obra de Helena Antipoff. Este projeto deu origem ao Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA), que foi inaugurado em 1980, tendo uma seção em Ibité e outra no Rio de Janeiro, assumindo Helena Dias Carneiro a coordenação desta última. Foi a idealizadora não só do CDPHA, mas também da implantação de um Arquivo Oral e da instituição do Encontro Anual Helena Antipoff e da publicação do Boletim do CDPHA.

Constituição/origem

Documentos produzidos e acumulados por Helena Dias Carneiro durante o período de convivência com Helena Antipoff e logo após a sua morte. Constitui-se de correspondências e recortes de

jornais. Abrange período de 1947 a 1984. Foi doado em 1997, por Daniel Antipoff.

Temas (recortes de jornais)

- Arte e educação
- Bem dotados
- Educação especial
- Mensageiro Rural
- Sociedade Pestalozzi

Organização

Foi mantida a ordem original definida pelo titular. Arranjo em séries, por tipo de documento: *série* correspondência, em ordem cronológica e *série* recortes de jornais, por assunto.

Quantidade

- 240 Correspondências
- recortes de jornais (em processo de organização)
- livros e periódicos sobre educação especial e outros assuntos relacionados (em processo de organização)

2.4 ACERVO EM HISTÓRIA DOS SABERES PSICOLÓGICOS E DA PSICOLOGIA NO BRASIL MARINA MASSIMI

Constitui-se de um acervo de fontes doadas ao CDPHA, em 2017, pela Profa. Dra. Marina Massimi, pesquisadora especialista em estudos de história dos saberes psicológicos e história da psicologia

no Brasil e professora livre-docente da Universidade de São Paulo/USP Ribeirão Preto. Trata-se de um conjunto de documentos dos séculos XVI, XVII e XVIII, impressos e cópias de originais, levantados e reproduzidos em diversos acervos do Brasil, de Portugal, Espanha e Itália, tais como: correspondência; narrativas de viagens; peças de oratória e em geral ligadas à oralidade (pregações e discursos); narrativas de celebrações (festivas, políticas, religiosas); tratados (filosóficos; morais; pedagógicos, médicos, teológicos ou espiritualidade); manuais; artigos em revistas (científicas); artigos em revistas (divulgação); teses e trabalhos acadêmicos em geral. É composto também por uma base de dados bibliográficos (referências de livros, teses, manuscritos) para pesquisa em História da Psicologia no Brasil, sendo que todo o material está fisicamente localizado em bibliotecas do Estado de São Paulo. Esse catálogo foi gerado a partir de pesquisa feita pela docente e doada em 1997. A base de dados permite a busca por autor, título e assunto, e traz o número de localização da obra, na biblioteca em que se encontra.

Tema

- História da Psicologia no Brasil
- História dos Saberes Psicológicos no Brasil

3. CONSERVAÇÃO

Todo o material é conservado em ambiente apropriado, na Biblioteca Central da UFMG. A preservação dos documentos é garantida através de processo de limpeza e retirada de qualquer

objeto que possa danificá-los, como grampos de metal, por exemplo, e acondicionamento em caixas e pastas confeccionadas em papel neutro.

4. DOAÇÕES

Aceita-se doações de acervos relacionados à História da Psicologia no Brasil. O material a ser doado será previamente avaliado, para verificar sua relação com os objetivos dos *Arquivos*.

As condições de doação serão acertadas entre o doador e a universidade, podendo-se estabelecer restrições à consulta, ou mesmo estipular um prazo para que a consulta ao material seja permitida livremente.

5. ORIENTAÇÃO QUANTO À CONSULTA

A Sala Helena Antipoff está localizada no 4º andar da Biblioteca Central da UFMG.

O acesso é livre e é feito através da entrada principal da Biblioteca. A consulta aos documentos é feita mediante a orientação do funcionário responsável, observando-se alguns procedimentos:

- Usar luvas ao manusear o material (fornecidas pelos Arquivos);
- Não se alimentar dentro do recinto;
- Deixar os materiais consultados sobre as mesas.

Estão vedadas a saída de documentos e a tiragem de fotocópias, salvo sob autorização, por escrito, do funcionário responsável.

6. EQUIPE RESPONSÁVEL

Coordenação:

Regina Helena de Freitas Campos

Setor de Psicologia - Departamento de Ciências Aplicadas à
Educação

Faculdade de Educação da UFMG

Presidente do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff

Consultores:

Adriano Roberto do Nascimento
Departamento de Psicologia
Universidade Federal de Minas Gerais

Ana Lydia Bezerra Santiago
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Minas Gerais

Ana Maria Jacó-Vilela
Núcleo Clio-Psíquico de Estudos em História da Psicologia
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Annick Ohayon
Centre Alexandre Koyré d'Histoire des Sciences et des Techniques
École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris, France

Beatriz de Rezende Dantas
Departamento de Fotografia e Cinema
Escola de Belas Artes da UFMG

Bethania Reis Veloso
Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis
Escola de Blesa Artes da UFMG

Cecília Andrade Antipoff
Centro Universitário UMA, Belo Horizonte, MG

Cláudia Cardoso Martins
Departamento de Psicologia
Universidade Federal de Minas Gerais

Cristina Lhullier
Universidade de Caxias do Sul, RGS

Érika Lourenço
Programa de Pós-graduação em Psicologia
Universidade Federal de Minas Gerais

Ingrid Gianordoli do Nascimento
Programa de Pós-graduação em Psicologia
Universidade Federal de Minas Gerais

Jacqueline Carroy
Centre Alexandre Koyré d'Histoire des Sciences et des Techniques
École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris, France

Keila Deslandes
Universidade Federal de Ouro Preto, MG

Luís Antonio Cruz Souza
Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis
Escola de Blesa Artes da UFMG

Marcelo Ricardo Pereira
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Minas Gerais

Maria Cleonice Mendes Souza
Universidade Estadual de Montes Claros, MG

Maria Cristina Soares de Gouvea
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Minas Gerais

Maria de Fátima Cardoso Gomes
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Minas Gerais

Maria de Fátima Lobo Boschi
Instituto de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brazil

Maria do Carmo Guedes
Núcleo de História da Psicologia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Marilene Oliveira Almeida
Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira
Fundação Helena Antipoff

Marina Massimi
Universidade de São Paulo, Campus de Ribeirão Preto

Marina Sorokina
Alexander Solzenitsyn Centre for the Study of the Russian Diaspora,
Moscow, Russian Federation

Martine Ruchat
Faculté de Psychologie et Sciences de l'Éducation
Université de Genève, Suíça

Mitsuko Aparecida Makino Antunes
Núcleo de História da Psicologia

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Miguel Mahfoud
Departamento de Psicologia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

Nádia Maria Dourado Rocha
Faculdades Ruy Barbosa, Salvador, Bahia

Natasha Masolikova
Alexander Solzenitsyn Centre for the Study of the Russian Diaspora,
Moscow, Russian Federation

Nina Cláudia M. Campos de Miranda
Bibliotecária e Arquivista
Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

Oswaldo Yamamoto
Departamento de Psicologia
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Raquel Martins de Assis
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Minas Gerais

Regina Rosa dos Santos Leal
Faculdade de Educação
Universidade do Estado de Minas Gerais

Renato Diniz Silveira
Faculdade de Medicina
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Campus Betim)

Rita de Cássia Vieira
Laboratório Helena Antipoff de Psicologia e Educação
Faculdade de Educação da UFMG

Sylvia Parrat-Dayan
Archives Jean Piaget
Université de Genève, Suíça

Terezinha Rey
Archives de L'Institut Jean Jacques Rousseau – Université de
Genève, Suíça

Vilma Moreira dos Santos
Arquivo Público Mineiro
Belo Horizonte, MG

Wade Pickren
Pace University, NY, EUA

William Barbosa Gomes
Instituto de Psicologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Estudantes de pós-graduação

Marilene Oliveira Almeida (FAE UFMG)
Cecília Andrade Antipoff (FAE UFMG)
Adriana Otoni Silva Antunes Duarte (FAE UFMG)
Ana Maria Belo (FAE UFMG)
Maria de Fátima Pio Cassemiro (FAE UFMG)

THE UFMG ARCHIVES OF THE HISTORY OF PSYCHOLOGY IN BRAZIL¹

Regina Helena de Freitas Campos²
Federal University of Minas Gerais, Brazil

The Archives of the Federal University of Minas Gerais – the UFMG, on the History of Psychology in Brazil were established in 1997, in the Helena Antipoff Room, at the Central Library of the University. They originated in 1986, when I was beginning my studies on the work of Helena Antipoff and researching sources for my PhD dissertation to be presented at Stanford University (Campos, 1989), under the guidance of Prof. David Tyack, the well known historian of American education.

Helena Antipoff is known as a leading educator and psychologist in Brazil. She played an important role in the development of a sociocultural perspective in educational psychology, drawing on her previous training in Paris (in the Alfred Binet Laboratory

¹ Article originally published in *History of Psychology* 13:201-205, 2010.

² Professor of Educational Psychology at the Federal University of Minas Gerais (UFMG), with post-doctoral studies in the University of Geneva and École des Hautes Études en Sciences Sociales, in Paris, she is presently the President of the Center for Research and Documentation Helena Antipoff and director of the UFMG Archives on the History of Psychology in Brazil. Her main research interests are focused on the history of educational psychology in Brazil. E-mail rcampos@ufmg.br.

at the Sorbonne, 1911-1912), Geneva (at the Rousseau Institute, with Édouard Claparède, 1912-1916) and Saint Petersburg, where she worked as a psychologist during the difficult years of the Communist Revolution (1917-1924). In Brazil, at the invitation of the Minas Gerais State government, she became chairwoman of one of the first Laboratories of Psychology established in the country, in 1929, created important institutions in the areas of special and rural education, and introduced the teaching of psychology at the University of Minas Gerais. Her work as a professor, a researcher and as an institution builder is widely recognized as one of the more important in the areas of education and psychology in the country (Campos, 2001).



Helena Antipoff and Édouard Claparède in Geneva, at the Rousseau Institute, c. 1927.

Part of the documentation gathered along her long and productive life is kept in the Helena Antipoff Center of Documentation and Research - CDPHA, on the Rosário Farm School, in Ibirité, Brazil, where she lived from the 1950s onwards. The diversity and the richness of these documents was such that a project was prepared in 1993, authored by the researcher, today Professor of the School of Education/ Federal University of Minas Gerais - UFMG, to prepare an inventory, organize and make this material available for research into the history of Brazilian psychology and education, with the support of the Brazilian National Research Council (CNPq) and the State of Minas Gerais Research Agency (FAPEMIG).



Helena Antipoff Room, Central Library at UFMG.



Panels at the Helena Antipoff Room, Central Library of the Federal University of Minas Gerais, Brazil, with a presentation of her life and works (1892-1974)

Initially, the organization of the material was to have been carried out in Ibitaré, at the Helena Antipoff State Foundation. With the development of the activities, the increased involvement of the Federal University of Minas Gerais - UFMG and the demand by the organization for sources in the History of Psychology in Brazil, led to the project expanding its objectives – to become a Reference Centre in the History of Psychology in Brazil – which was the origin of the Archives. Since then, the collections of other researchers in the area are being incorporated into the Archives.

The team responsible for the work includes specialists in archives, in psychology and in education, in addition to the personnel trained in conservation and restoration techniques who work under the guidance of the Centre of Conservation and Restoration of Moveable Cultural Patrimony – CECOR, of the Federal University of Minas Gerais - UFMG. A team of consultants provides advice on the organization of the material.

The expression "History of Psychology in Brazil" refers to initiatives of a theoretical or practical nature in psychology that took place in Brazil and to the connections established between these initiatives and the psychology practiced in other parts of the world. As psychology in Brazil is profoundly related to the history of education, above all to the history of educational thinking and of the systems of teaching, the collections also constitute material of interest to historians in the education field. Thus, in institutional terms, the Archives are connected both to the research group on the "History of Psychology and Socio-cultural Context", of the Postgraduate Programme in Psychology of the Federal University of Minas Gerais - UFMG, as also to the "Psychology, psychoanalysis and education" research line of the Postgraduate Programme in Education of the Federal University of Minas Gerais.

COLLECTIONS

The Archives include the following collections:

1) THE CDPHA (Helena Antipoff Centre of Documentation and Research) COLLECTION

The CDPHA began to be established on August 6, 1979, in Belo Horizonte, during the commemorations of the fifty years since the arrival of Helena Antipoff in Brazil. Prof. Helena Dias Carneiro, representative of the Pestalozzi Society of Brazil, presented the project for the creation of a national center whose objectives would be to preserve the memory of Helena Antipoff, record her work and divulge her ideas. The proposal was accepted and, after eight months, the CDPHA – the Helena Antipoff Centre of Documentation and Research was created, on 25 March 1980. Activities of the CDPHA, since its foundation, include the realization of the Helena Antipoff Annual Meeting, which is already in its twenty-eighth edition, and the publication of the CDPHA Bulletin, which is in its 21st edition. In addition, the CDPHA looks after the collection of documents that belonged to Helena Antipoff in two sections: in the Helena Antipoff Room, in the University Library of the Federal University of Minas Gerais, and in the Helena Antipoff State Foundation, in Ibirité. I am presently the President of CDPHA.

The collection of the UFMG section consists of part of the documentation of the CDPHA ceded by Daniel Antipoff (Helena Antipoff's son), through a contract signed with the Federal University of Minas Gerais - UFMG, in 1997. This part consists of unpublished documents such as: manuscripts, correspondence, sundry texts,

annotations, publications of restricted circulation and photographs. It includes documents related to Helena Antipoff's life: the studies in Paris and Geneva, the work as a psychologist and educator in Russia, Switzerland and Brazil and to the organization and functioning of the Rosário Farm educational complex, produced and accumulated over the period from 1927 to 1987. It also includes publications produced by the Centre of Documentation. The other part of the documentation is kept at CDPHA, in Ibirité, and is at present undergoing a process of organization and preservation.

The main themes covered by the documents kept at UFMG are: educational psychology, education, special education, research in psychology and psychometrics, rural education, Pestalozzi Society, Rosário Farm School, psychological tests, honors paid to Helena Antipoff, life and work of Helena Antipoff, theatre and play in education. The documents are already organized in 57 cases.



Cases containing the documents, prepared in acid-free paper by CECOR (Centre of Conservation and Restoration of Moveable Cultural Patrimony, UFMG)

2) JOSEF BROZEK COLLECTION

Josef Brozek was the well known educator, scientist, historian of psychology born in Melnik, Bohemia (currently the Czech Republic), on 24 August 1913, son of Josef Francis and Filomena (Sourek) Brozek. He obtained his PhD at Charles University, in the city of Prague, in 1937. In 1939, he moved to the United States and became a naturalized American citizen in 1945. During his professional life he

worked in various fields of human psychology and biology, and started to develop an interest in the history of psychology in 1963, in parallel with his other activities. In this period, he was responsible for the creation of the division of the history of psychology within the American Psychological Association; he was founder member of the Journal of the History of the Behavioural Sciences, and of the International Society of History of the Behavioural and Social Sciences (later referred to as CHEIRON). Among his several publications in the area of the history of psychology, special mention should be made of the volume, published in partnership with Ludwig Pongratz, entitled *Historiography of Modern Psychology*, translated into Portuguese in 1988 (Brozek, J. and Massimi, M. *Historiography of Modern Psychology: Brazilian version*. São Paulo: Loyola, 1998).

Brozek visited the Helena Antipoff Room, em 1996, when he came to Brazil to participate in the installation meeting of the Working Group (WG) on the History of Psychology of the National Association of Research and Postgraduation in Psychology - ANPEPP, and was impressed with her contribution to psychology and education. He observed similarities between his own life and the life of Helena Antipoff: both came from Eastern European countries to the Americas, both lived in Europe during the difficult years of war and revolution (between 1914 and 1940), both wanted to contribute for the social well being of their fellows. Brozek studied extensively the effects on malnutrition on children, Antipoff studied the effects of poverty on mental development. As a result, Brozek donated part of his library

and personal collection to the Archives of the Federal University of Minas Gerais - UFMG of the History of Psychology in Brazil. This set constitutes the Josef Brozek Fund.

The Brozek Fund includes a set of documents produced and accumulated by Josef Brozek throughout his professional and academic life. It consists of books, correspondence, photographs, sundry texts, periodicals, reprints and slides. It covers the period from 1891 to 1996. The collection was donated to the Archives in 1998, by the owner. It covers the history of psychology and the history of North-American psychology, and includes 76 books, 7 titles of periodicals and a collection of unpublished materials.

3) HELENA DIAS CARNEIRO COLLECTION

Helena Dias Carneiro had a first contact with Helena Antipoff in Rio de Janeiro in 1945, seeking treatment for her handicapped son. She became from this moment on, one of the first mothers of mentally or physically handicapped people to collaborate in the work of Helena Antipoff, becoming engaged in the creation of the Pestalozzi Society of Brazil - SPB in that same year and working in several other projects in benefit of handicapped children. Thus, she participated in the foundation of the first Association of Parents and Friends of the Mentally or Physically Handicapped APAE, in 1954, coordinated the Council of Students of the SPB, she was a member of the Consultative Council of the SPB in 1975, was second Treasurer of the National

Federation of Pestalozzi Societies in the period between 1978-1982 and worked on the publication of the SPB Bulletin.

In 1980, Helena Dias Carneiro assumed the coordination of the Rio de Janeiro section of the Helena Antipoff Centre of Documentation and Research - CDPHA, and helped to start the Helena Antipoff Annual Meetings, and the publication of the CDPHA Bulletins.

The Helena Dias Carneiro collection consists of a set of documents produced and accumulated during the period she worked with Helena Antipoff and soon after her death, including their correspondence and newspaper cuttings. It covers the period from 1947 to 1984, and was donated in 1997, by Daniel Antipoff, after the discontinuation of the CDPHA section in Rio de Janeiro. The themes covered in this collection are: art and education, the gifted, special education, rural education, Pestalozzi Society. The original order defined by the owner has been maintained, arranged in series, by type of document: the correspondence series, in chronological order, and the newspaper cuttings series, by subject. The collection includes 240 items of correspondence, 59 books and 17 titles of periodicals.

4) DANIEL ANTIPOFF COLLECTION

Daniel Antipoff is the son of the educator and psychologist Helena Antipoff and the Russian journalist and writer Vitor Iretzky, born in St. Petersburg in 1919. Daniel graduated in Agronomy from the University of Viçosa, Brazil, in 1948. He worked as an agronomist

in Contagem, Brazil, and started to attend the course of Philosophy of the University of Minas Gerais - UMG, in Belo Horizonte, Brazil, in 1943. At the start of the 1950s, he was one of the founding members of the Service of Professional Counseling and Selection – SOSP, a period in which he qualified in the application of intelligence tests and in conducting psychological interviews. In 1956, he was a student on the Course of Experimental Psychology delivered by the Genevan psychologist André Rey in the Higher Rural Education Institute - ISER, in Ibirité, invited by his mother. In 1957, when the Minas Gerais Society of Psychology was established, he was elected its first General Secretary. In São José dos Campos, São Paulo, he worked as a resident psychologist, in 1963. At the University of Denver, in the United States, he did, in 1970, a postgraduation course in the Education of Mentally or Physically Handicapped Children. In 1980, he created the Helena Antipoff Center of Documentation and Research - CDPHA, following a suggestion of Helena Dias Carneiro for the preservation of his mother's philosophy and ideas. In 1989, having as superintendent the psychiatrist Hélio Alkmim, he took over the Direction of the Helena Antipoff Foundation, managing the Psychology and Pedagogy Sectors, the Sandoval Soares de Azevedo School and the further education courses for rural teachers. Having worked as a clinical psychologist since the 1950s, from the 1980s on he became known also for his activities in the diagnosis of gifted children and adolescents.

The Daniel Antipoff Collection includes 131 books and 27 titles of periodicals produced and accumulated throughout his career, covering the period from 1892 to 1998. The collection was donated by the owner in 1998. The themes covered are: psychology, Helena Antipoff, special education, history of psychology, psychoanalysis, education, Pestalozzi Society, psychological tests.

5) CAMPOS COLLECTION

This collection includes a set of 103 books, 14 titles of periodicals, unpublished dissertations and manuscripts donated, in 1998, by Regina Helena Freitas Campos and her husband, Léo Pompeu de Rezende Campos. It covers the period from 1936 to 2003. The books were part of the personal collection of the owners, some having been produced by them. The themes covered by the collection are: history of psychology, psychology, social psychology, law, environmental law, education.

6) MARINA MASSIMI COLLECTION: HISTORY OF PSYCHOLOGICAL KNOWLEDGE AND PSYCHOLOGY IN BRAZIL

It is a collection of sources donated by Profa. Dr. Marina Massimi to CDPHA in 2017. Dr. Massimi is a researcher specialized in the study of the history of psychological knowledge and history of psychology in Brazil. She is lecturer at University of São Paulo / USP Ribeirão Preto. The collection is a set of documents from the sixteenth, seventeenth and eighteenth centuries, printed and copies of the

originals, collected and reproduced in various collections in Brazil, Portugal, Spain and Italy, such as correspondence; travel narratives; pieces of oratory and in general linked to orality (preaching and speeches); narratives of celebrations (festive, political, religious); treatises (philosophical, moral, pedagogical, medical, theological or spiritual); manuals; articles in (scientific) journals; articles in magazines(dissemination); theses and academic works in general. Also part of the collection is a bibliographic database (references of books, theses, manuscripts) that can be used for research in History of Psychology in Brazil. This database was generated from research done by Marina Massimi in 1997 and allows the search by author, title and subject, and brings the location number of the work, in the library in which it is.

7) DENISE NEPOMUCENO CATALOGUE OF SOURCES

This catalogue consists of a bibliographical survey of sources for the history of psychological ideas in the state of Minas Gerais, Brazil, between 1830 and 1930. It was organized by Denise Maria Nepomuceno, student in Education at UFMG, under the orientation of Prof. Dr. Regina Helena de Freitas Campos. It lists a total of 264 titles. The libraries chosen for the research, because they had collections relevant for the history of Minas Gerais, were: the Public Archives of the State of Minas Gerais, the Luiz de Bessa State Public Library (the Minas Gerais collections, Patrimonial and Rare Works), the System of Libraries of the Federal University of Minas Gerais and Collections of

the University Library of the Federal University of Minas Gerais, the library of the Federal University of São João Del Rey and the Batista Caetano Library (rare works of the UFSJ), the Municipal Library of São João Del Rey, the Library of the Professor's Reference Centre, the Library Systems of the Pontifical Catholic University of Minas Gerais.

CONSERVATION

The documentation is conserved in a conditioned environment, with controlled temperature and humidity. The documents are being treated with the purpose of prolonging durability and the permanence of the collection, in the best manner possible, and preserving them physically and as documents. The stages of the treatment are: individual mechanical cleaning; removal of metallic material or objects incompatible with the support, paper; conditioning in individual files, in collective files and in cases with document lots classified by subject. The materials used in the conservation of the documents are: paper, and neutral adhesives.

DONATIONS

Donations of collections related to the History of Psychology in Brazil are accepted. The material to be donated will undergo a prior evaluation, to check its relevance as regards the objectives of the Archives. The conditions of donation will be agreed upon between the donor and the University, and it will be possible to establish restrictions

on consultation, or even stipulate a period when the material may be freely consulted.

ORIENTATION AS REGARDS THE CONSULTATION

The Helena Antipoff Room is open daily, except for Saturdays, Sundays and public holidays, at 400, 4th floor of the Central Library of the Federal University of Minas Gerais. Access is free and is through the Library's main entrance. Consultation of the documents is effected under orientation of the official responsible, observing some procedures: gloves must be used in handling the material (furnished by Archives); no eating or drinking is allowed in the enclosed sector; the materials consulted should be left on the tables. The removal of documents and the taking of photocopies are prohibited, except with authorization, in writing, of the responsible official. The collections are being included in the general university catalogue, available on the site www.bu.ufmg.br.

TEAM RESPONSIBLE

The team responsible by the coordination of the UFMG Archives on the History of Brazilian Psychology is composed by a group of professors from the Federal University of Minas Gerais: Regina Helena de Freitas Campos, from the School of Education, Beatriz de Rezende Dantas, from the Department of Photography and Cinema, School of Fine Arts; Bethania Reis Veloso, from the Centre

of Conservation and Restoration of Moveable Cultural Patrimony, School of Fine Arts; Erika Lourenço, from the Department of Psychology and Raquel Martins de Assis, from the School of Education.

Members of the Work Group on the History of Psychology of the National Association of Research and Postgraduation in Psychology (ANPEPP) act as consultants to the Archives: Prof. Maria do Carmo Guedes, from the Nucleus of History of Psychology at the Pontifical Catholic University of São Paulo; Prof. Marina Massimi, from the Dept. of Psychology and Education, School of Philosophy, Sciences and Letters of the University of São Paulo - Ribeirão Preto Campus; Sylvia Parrat-Dayana, Scientific Assistant at the Jean Piaget Archives, University of Geneva, Switzerland; Prof. Ana Maria Jacó-Vilela, from the Institute of Psychology, State University of Rio de Janeiro; Prof. William Barbosa Gomes, from the Institute of Psychology, Federal University of Rio Grande do Sul, Brazil, among others.

REFERENCES

Brozek, J. & Pongratz, L.J. (Eds.) (1980) Historiography of Modern Psychology. Toronto: Hogrefe.

Brozek, J. & Massimi, M. (Orgs) (1998) Historiografia da Psicologia Moderna – Versão Brasileira. São Paulo: Loyola.

Campos, R.H.F. (1989) Conflicting interpretations of intellectual abilities among Brazilian psychologists and their impact on primary schooling. Unpublished doctoral dissertation, Stanford University, Palo Alto, CA.

Campos, R.H.F. (2001) Helena Antipoff (1892-1974): A Synthesis of Swiss and Soviet Psychology in the Context of Brazilian Education. History of Psychology 4(2), 133-158.

BOLETIM DO CDPHA

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES

O *Boletim do CDPHA*, editado anualmente pelo Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA) desde 1981, é registrado sob o número ISSN 1806-1931 (*International Standard Serial Number*) como publicação periódica. Com tiragem de 500 exemplares, o *Boletim* é distribuído aos sócios do CDPHA e aos participantes dos Encontros Anuais Helena Antipoff e, em regime de permuta, a bibliotecas e instituições científicas através da Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

O Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff é uma instituição sem fins lucrativos criada em 1980 com os objetivos de preservar a memória e divulgar a obra da psicóloga e educadora Helena Antipoff (1892-1974), cuja contribuição como profissional e como pesquisadora nas áreas da psicologia e da educação é amplamente reconhecida, no Brasil e no exterior. Nascida em Grodno, na Rússia, Helena Antipoff fez estudos superiores em Psicologia e Educação em Paris (1908-1912) e Genebra (1912-1914). Em 1929, veio para o Brasil a convite do governo mineiro, para dirigir o Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte (um dos primeiros laboratórios de psicologia instalados no país) e colaborar na implantação da reforma de ensino Francisco Campos, inspirada nos ideais da Escola Nova. Radicou-se no Brasil a partir dessa época e desenvolveu extenso

trabalho nas áreas da psicologia e educação, em especial na pesquisa em psicologia experimental, fundamentos da educação, educação de excepcionais e educação rural. Fundadora da Sociedade Pestalozzi (para a educação de excepcionais) e da cadeira de Psicologia da Educação na Universidade Federal de Minas Gerais, seu trabalho é respeitado pelo pioneirismo na orientação socioconstrutivista em psicologia e pelo caráter humanista e politicamente informado de suas iniciativas. As informações completas sobre sua trajetória constam do *Dicionário de educadores no Brasil– da colônia aos dias atuais* (organizado por Maria de Lourdes Fávero e Jader Britto, Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-INEP, 1999) e do *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil – Pioneiros* (organizado por Regina Helena F. Campos, Rio de Janeiro: Imago/Conselho Federal de Psicologia, 2001), num testemunho da expressão de sua obra como psicóloga e educadora.

O CDPHA cuida do acervo gerado por Helena Antipoff nas diversas instituições que ela criou no Brasil e a partir de seu trabalho como intelectual, educadora e pesquisadora. Esse acervo se encontra atualmente preservado na Fundação Helena Antipoff (Ibirité, MG) e na Universidade Federal de Minas Gerais (Sala Helena Antipoff, Biblioteca Central), disponível para estudiosos e pesquisadores interessados.

Desde sua criação, o CDPHA promove o Encontro Anual Helena Antipoff e publica o *Boletim do CDPHA*, contendo os resumos das contribuições apresentadas no evento. Cada encontro anual é

dedicado a um tema relacionado à obra de Helena Antipoff, e os conferencistas são convidados a apresentar trabalhos de pesquisa ligados ao tema escolhido. O *Boletim do CDPHA* publica também notícias sobre o CDPHA e suas atividades. A publicação conta com comissão editorial composta pelo(a) presidente do CDPHA e um grupo de colaboradores, e com um corpo de consultores vinculados a diversas instituições de ensino e pesquisa, nacionais e estrangeiras, nas áreas da psicologia e da educação.

A partir de 2007, o CDPHA passou a publicar também a *Coleção Encontros Anuais Helena Antipoff*, para divulgar os trabalhos completos apresentados nos eventos anuais. As contribuições destinadas a publicação devem ser enviadas à presidência do CDPHA por e-mail ou pelo correio, no endereço indicado abaixo, em conformidade com as instruções apresentadas a seguir. Os manuscritos devem ser inéditos, não submetidos a outro periódico, e respeitar as normas éticas vigentes. São apreciados por pelo menos dois membros do corpo editorial e/ou por especialistas *ad hoc* indicados pela comissão editorial. Pequenas modificações no texto poderão ser feitas pela citada comissão.

Instruções

1) As coletâneas da *Coleção Encontros Anuais Helena Antipoff* publicam ensaios teórico-conceituais, relatos históricos, relatos de pesquisa, estudos de caso e relatos de experiência profissional

ligados aos temas abordados por Helena Antipoff e escolhidos para cada Encontro Anual Helena Antipoff.

2) Os manuscritos a serem publicados devem ser encaminhados ao CDPHA por ocasião de cada Encontro Anual Helena Antipoff. Os encontros são realizados sempre na última semana do mês de março, em comemoração à data de aniversário da educadora (25 de março). Os manuscritos devem ser inéditos e não encaminhados a outras publicações, mediante declaração por escrito do(s) autor(es).

3) Os manuscritos devem ter no máximo 20 páginas, digitadas em espaço 1,5 entre linhas, no editor de textos MS-WORD, em fonte Arial 12. Deverão acompanhá-los um resumo de até 14 linhas e as **Palavras-chave**, em português e inglês, francês ou espanhol, em fonte Arial 9, com espaço 1,5 entre linhas. O título do trabalho deve constar em português e em inglês.

4) Após o título do texto, deve constar o nome do autor. No rodapé da primeira página, colocar a referência do autor (titulação, instituição, endereço para correspondência).

5) Os ensaios teórico-conceituais devem incluir introdução, antecedentes históricos e/ou conceituais, desenvolvimento do argumento e conclusões. Os relatos de pesquisa devem incluir introdução com objetivos e justificativa, revisão da literatura, método,

resultados e discussão. No caso de pesquisa empírica, as normas éticas em vigor no Brasil devem ser obedecidas. Os estudos de caso e relatos de experiência profissional devem obedecer à mesma estrutura (introdução, perspectivas teóricas, método, resultados, discussão e conclusões) e normas éticas. As resenhas de livros ou de artigos devem tratar de publicações recentes nas áreas da história da psicologia ou da educação e destacar sua relevância para os estudiosos dessas áreas.

6) As referências devem ser apresentadas conforme as normas da ABNT, em ordem alfabética, considerando-se o último sobrenome dos autores.

Seguem exemplos de referências:

a) Livros e capítulos de livros:

BERNARDES, Lúcia H. G. *Subjetividade: um objeto de estudo para uma psicologia comprometida com o social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007 (Coleção Histórias da Psicologia no Brasil)

CURY, Carlos R. J. Alceu Amoroso Lima. In: FÁVERO, Maria de Lourdes A.; BRITTO, J. (Org.). *Dicionário de educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC/INEP, 1999, p. 39-44.

b) Artigos em periódicos:

Boletim do CDPHA, Belo Horizonte, n. 28, 2018.

PEREZ-RAMOS, Aydil M. Q. Contribuições ao módulo História da Psicologia do Sistema de Ensino na BVS-Psi. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, Ano XXVI, n. 3, set./dez.2006, p. 22-23.

c) Teses e dissertações:

LOURENÇO, Erika. *A criminologia entre a biologia e a educação: o discurso sobre o psicológico na Revista da Faculdade de Direito da UFMG (1892-1962)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2007 (tese de doutorado).

Endereço para envio dos originais:

Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff
Sala Helena Antipoff
Biblioteca Central
Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Antônio Carlos, 6627 – Campus Pampulha
31270-901 Belo Horizonte, MG
E-mail: rcampos@ufmg.br

ÍNDICE REMISSIVO

- Andreia Aparecida Garcia de Oliveira, 36, 217
- Adriana Araújo Pereira Borges, 3, 5, 15, 20, 21, 23, 30, 31, 38, 129, 143, 242
- Adriana Cláudia Drumond, 4, 5, 38, 236, 239
- Adriana Otoni Silva Antunes Duarte, 3, 25, 72
- Adriana Leister, 25
- Adriana Queiroz, 42, 307
- Adriana Valladão, 25
- Adriano Henrique Nuernberg, 5
- Adriano Roberto do Nascimento, 365
- Alana Rodrigues Ribeiro da Silva, 36, 211
- Alexander Solzenitcyn, 367, 368
- Alexandre Kerr Pontes, 43, 324
- Aline Arantes Porto, 41, 293
- Ana Amélia Cardoso, 5, 24, 42, 299, 307
- Ana Amélia Gomes, 28
- Ana Camila Marcelo, 29, 102
- Ana Clara Santos Alves de Oliveira Freitas, 33, 42, 169, 310
- Ana Luiza Silva, 36, 217
- Ana Lydia Bezerra Santiago, 365
- Anamaria Fernandes Viana, 28
- Ana Maria Del Grossi Ferreira Mota, 43, 319
- Ana Maria Milagres Belo Francisco, 4, 369
- Ana Maria Jacó-Vilela, 365, 388
- André Elias Morelli Ribeiro, 37, 225
- Andréa Werner, 23
- Annick Ohayon, 365
- Ariadne Messalina Batista Meira, 40, 279
- Ariane Drumond Diniz Vidigal, 38, 236, 239
- Arthur Arruda Leal Ferreira, 24, 37, 43, 220, 327
- Bárbara Victor Souza, 327
- Beatriz de Rezende Dantas, 365, 387
- Beatriz Simões Martins, 36, 206
- Bethania Reis Veloso, 366, 388
- Bruna Apolinário da Silva, 32, 157
- Bruna Cristina da Silva Hudson, 4, 39, 251
- Camila Camillozzi Alves Costa de Albuquerque Araújo, 35, 191

Camila Fernandes Dias, 41, 295
Camila Jardim de Meira, 4, 25, 31, 70, 141
Camilla Nogueira, 34, 176
Carla Andrea Teixeira Dias Camargos, 3
Carla R. Lage, 42, 307
Carlo Schmidt, 24, 49
Carlos Eduardo Dias Lopes, 39, 264
Carlos Roberto da Silva Monarcha, 24, 51
Carlyle dos Passos Laia, 3
Carolina Bandeira de Melo, 5
Carvalho Figueiredo, 33
Cassiano Bitencourt Oliveira, 31, 138
Cecília Andrade Antipoff, 3, 5, 366, 369
Cecília P. Galvão, 42, 307
César Rota Júnior, 32, 148
Christiane Souza Martins, 3
Cinthia Coimbra de Azevedo, 90
Clarice Guimarães Rabello, 34, 186
Clarice R. S. Araújo, 42, 307
Cláudia Cardoso Martins, 5, 15, 20, 366
Claudiana Costa Moura, 44, 333
Crislene Melo Amaral, 39, 256
Cristiana Facchinetti, 5
Cristiane de Freitas Cunha, 64
Cristina Lhullier, 5, 366
Cristina Rodrigues, 83
Cynthia Prata Abi-Habib, 28
Daianne Fátima Silva Anselmo, 30, 126
Daniela Leal, 5, 26, 85
Daniela Nicolsky, 35, 188
Daniel Borges Rodrigues da Silva, 31, 35, 44, 135, 194, 200, 336, 339, 341
Daniele Nunes Henrique Silva, 23, 94
Danielle Cristine Borges Piuzana Barbosa, 23
Deborah Stephanie de Oliveira Henriques, 36, 206
Débora Santana Eloi, 42, 307
Delba Teixeira Rodrigues Barros, 3
Deolinda Armani Turci, 3, 5, 30, 115
Diana Ramos-Oliveira, 32, 154
Douglas Tomácio, 30, 39, 118, 254
Eliana de Oliveira, 20, 191
Eliene P. L. da Silva, 39, 254
Elizabeth Coutinho de Moraes, 3
Elizabeth Dias Munaier Lages, 3
Erika Lourenço, 4, 5, 15, 26, 30, 38, 81, 115, 245, 366, 394
Esther Augusta Nunes Barbosa, 4, 31, 143
Fabiana Andreata Raymundo, 31, 39, 141, 262

Fabiana Helena A. Almeida, 39, 254
 Fabiana Silva Zuttin Cavalcante, 40, 276
 Fabiano dos Santos Castro, 37, 231
 Fernanda Flaviana de Souza Martins, 3
 Fernanda Henriques Dias, 40, 282
 Fernanda Mariana Silva Souza, 33, 173
 Fernanda Regiane Alcântara Anselmo, 38, 245
 Fernando de Melo Machado, 29, 107
 Filomena de Fátima Silva, 3, 20
 Fuadkyrillos Neto, 33, 173
 Gabriella Dupin, 40, 279
 Gabriel Nascimento Rocha, 43, 327
 Giacommo Vivanti, 26, 53
 Gleisson do Carmo Oliveira, 40, 270
 Graziella da Paixão Oliveira, 39, 256
 Heloisa Bruna Freire, 29, 102
 Iasmin Silva Rocha, 38, 245
 Ingrid Cristiane A. de Andrade, 39, 254
 Ingrid Gianordoli do Nascimento, 366
 Isael de Jesus Sena, 30, 33, 121, 162
 Isabela Carolina Faria de Oliveira, 37, 191
 Isabela Costa Dominici, 32, 160
 Isabela de Lima Nogueira, 41, 290
 Isabela Lambertucci, 42, 299
 Isadora del Vecchio Neves Maizzato, 36, 208
 Isaias Felipe Porto dos Reis, 39, 262
 Ivana Andréa, 21, 22, 66
 Jacqueline Carroy, 366
 Janine Dantes Macedo, 32, 148
 Jardel Sander da Silva, 21
 Jeane Maria Mendes, 41, 284
 Jéssica de Souza França, 29, 102
 Jéssica Fraga dos Santos, 33, 167
 Jéssyca Carvalhos Lemos, 41, 42, 290, 302
 João Paulo Lisbão Nanô, 35, 44, 135, 194, 200, 336, 339, 341
 Joelma Silva Andrade, 30, 39, 44, 118, 254, 256, 333
 Jordelaine Nunes Carvalho Figueiredo, 33, 171
 Josimara Vianna Aguiar, 36, 214
 Juliana das Graças Gonçalves Gualberto, 34, 178
 Juliana Neves Martins, 33, 167
 Julinete Vieira da Fonseca Santos, 34, 181

Karla Cristina da Silva, 38, 242
Katiúscia Cristina Vargas, 25, 68
Keila Deslandes, 366
Kely Cristina Garcia Vilela, 43, 316
Kércia Camila da Silva, 39, 256
Késia K. Mareco, 42, 307
Laênia Martins Petersen, 38, 248
Lais Finotto, 29, 102
Laísa Caroline F. Afonso, 42, 299
Laiz Rangel Barbosa, 43, 327
Larissa Assunção Rodrigues, 369
Larissa Marcolino Vanderlei, 32, 151
Laurent Gutierrez, 5
Leonardo Lemos de Souza, 37, 225
Letícia Feitosa Castro, 32, 148
Letícia Gomes Canuto, 43, 321, 327
Letícia Maria de Paula Silva, 90
Letícia Silva, 28
Livia Arnaut, 21
Lourdes Rosalvo da Silva dos Santos, 43, 319
Luana Falkaniere, 42, 299
Luana Resende Moreira, 34, 176
Luciana C. A. Pacheco, 28
Luciana Menezes da Silva, 44, 333
Luís Antonio Cruz Souza, 366
Luis Flávio Silva Couto, 4
Luiza Aragão de Freitas, 42, 299
Luiza Pinheiro Leão Vicari, 40, 267
Luiz Carlos Castello Branco Rena, 36, 211
Luiz Eduardo Prado da Fonseca, 29, 110
Luiz Humberto Souza Júnior, 33, 169
Luma Fabiane Moraes de Souza, 42, 304
Luzia Lopes Moreira, 44, 333
Maíra Gomes de Souza da Rocha, 34, 181
Maísa Barbosa Dutra, 30, 126
Marcela Rabello Byrro, 32, 148
Marcel Gomes Oliveira, 42, 310
Marcelo Ricardo Pereira, 30, 33, 121, 162, 367
Marcia Denise Pletsch, 5, 21, 27, 34, 58, 181
Marcia Goretti, 26
Marcia Marin, 35, 44, 197, 330
Marcos Vieira Silva, 37, 223
Márden de Pádua Ribeiro, 36, 217
Maria Angélica da Silva, 28, 94

Maria Aparecida Calixto Faria, 34, 184
 Maria Betânia Parizzi, 40, 270
 Maria Carolina da Silva Caldeira, 35, 191
 Maria Cleonice Mendes Souza, 367
 Maria Cristina Soares de Gouvea, 367
 Maria das Graças Ferreira Coimbra, 3
 Maria de Fátima Cardoso Gomes, 32, 33, 160, 162, 367
 Maria de Fátima Lobo Boschi, 367
 Maria de Fátima Pio Cassemiro, 4, 25, 75, 345, 350, 369
 Maria do Carmo Coutinho de Moraes, 3, 20
 Maria do Carmo Guedes, 367, 388
 Maria Edith Romano Siems-Marcondes, 42, 313
 Maria Gláucia Pires, 33
 Maria Gláucia Pires Calzavara, 41, 42, 173, 290, 302, 304
 Maria Luíza Magalhães Nogueira, 5, 15, 21, 23, 41, 42, 284, 299
 Maria Michelle Fernandes Alves, 30, 39, 44, 118, 254, 256, 333
 Mariana Lima Vilela, 40, 276
 Mariana Martins da Silva, 36, 211
 Mariana Viana Gonzaga, 28
 Marilene Oliveira Almeida, 3, 5, 15, 21, 25, 27, 61, 78, 367
 Marina Massimi, 5, 367, 22, 47, 388
 Marina Sorokina, 367
 Marissandra Silva do Rosário Freitas, 41, 297
 Maristela Campos de Almeida, 30, 126
 Maristela Ferro Nepomuceno, 38, 233
 Martha Célia Vilaça Goyatá, 39, 40, 259, 273
 Martine Ruchat, 5, 368
 Máyra Ribeiro, 42, 310
 Merie Bitar Moukachar, 39, 251
 Miguel Mahfoud, 36, 203, 368
 Mirelle Esthéfane das D. Reis, 39, 254
 Miriam Aparecida de Brito Nonato, 3
 Mitsuko Aparecida Makino Antunes, 5, 27, 55, 368
 Mônica Maria Farid Rahame, 23, 34, 40, 176, 267
 Nádia Maria Dourado Rocha, 368
 Natasha Masolikova, 368
 Nayara Alves Teixeira, 36, 217
 Nayara Larissa da Cunha e Silva, 44, 333

Neyline Cristine Almeida, 36, 217
Nicole Oliveira Carvalho, 41, 284
Nicole Marcques Simões da Silva, 327
Nilson de Matos Silva, 31, 138
Noory Lisias Oliveira, 32, 154
Oscar Cirino, 21, 46
Oswaldo Yamamoto, 368
Otavio Henrique Ferreira da Silva, 35, 44, 135, 194, 200, 336, 339, 341
Patrícia Braun, 44, 330
Patrícia Ferreira Reis, 24
Paula Ramos Pimenta, 41, 287, 293
Paulo Coelho Castelo Branco, 33, 169
Pedro Teixeira Castilho, 35, 36, 188, 208
Pedro Henrique Oliveira Guimarães, 3, 33, 165
Rafael de Souza Lima, 43, 327
Raquel Martins de Assis, 3, 5, 15, 21, 26, 31, 37, 38, 83, 132, 223, 233, 245, 248, 368, 388
Renata Patricia Forain de Valentim, 30, 124
Renata Simone Pereira dos Santos, 39, 256
Renata Vales Bhering, 36, 217
Renato Diniz Silveira, 6
Renato Tocantins Sampaio, 6
Regina Célia Passos Ribeiro de Campos, 40, 276
Regina Helena de Freitas Campos, 3, 5, 15, 20, 31, 37, 38, 70, 72, 75, 78, 141, 228, 242, 355, 365, 372, 385, 387
Regina Rosa dos Santos Leal, 368
Renan da Cunha Soares Junior, 29, 102
Renato Diniz Silveira, 26, 368
Rita de Cássia Costa, 39, 259
Rita de Cássia Vieira, 4, 369
Riviane Borghesi Bravo, 4, 31, 132
Roberta Carvalho, 42, 299
Roberta Francielli de S. Rohden, 29, 102
Roberta Vasconcelos Leite, 36, 203
Robson Nascimento da Cruz, 28, 88
Rodolfo Luís Leite Batista, 30, 37, 126, 223
Rodrigo Lopes Miranda, 6, 29, 43, 102, 316, 319
Rogéria Araújo Guimarães Gontijo, 39, 264
Romilda Oliveira Alves, 39, 262
Rosana Glat, 35, 197
Rosângela G. M. Souza, 42, 299
Sérgio Dias Cirino, 6, 24, 30, 32, 115, 148

Sérgio Farnese, 29, 31, 112, 145
Sergio Domingues, 37, 228
Samara Costa, 42, 307
Sílvia Maria Medeiros Magalhães, 3
Simara Regina de Oliveira Ribeiro, 28, 92
Simone Pinto Vasconcellos, 40, 267
Siutel Fernandes de Castro, 33, 171
Sônia Vieira Coelho, 4
Stela Rodrigues, 6, 26
Suzana dos Santos Gomes, 34, 184
Suzete Lopes, 44, 333
Sylvia Parrat-Dayana, 6, 369, 387
Tânia Aretuza Ambrazi Gebara, 30, 34, 129, 186
Tatiana Maciel Gontijo de Carvalho, 20
Terezinha Cristina da Costa Rocha, 6, 21, 30, 129
Terezinha Rey, 369
Thatiane Santos Ruas, 32, 36, 157, 214
Thereza Christina Portes Ribeiro de Oliveira, 21, 64
Vilma Moreira dos Santos, 369
Viviane Marques Alvim Campi Barbosa, 40, 273
Viviane Verdu Rico, 6
Wanderson Sousa Cleres, 3, 20
Wade Pickren, 369
William Barbosa Gomes, 369, 388
William Pereira Penna, 29, 105